UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JACQUELINE APARECIDA BUENO MACHADO

A SEMANA DA PÁTRIA "CONDIGNAMENTE COMEMORADA": DESFILES CÍVICO-MILITARES DE PONTA GROSSA (1937-1945)

PONTA GROSSA
2026

JACQUELINE APARECIDA BUENO MACHADO

A SEMANA DA PÁTRIA “CONDIGNAMENTE COMEMORADA”*:* DESFILES CÍVICO-MILITARES DE PONTA GROSSA (1937-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, (UEPG), Área de Concentração: Cultura e Regionalidades, Linha de pesquisa: Sujeitos, discursos e identidades, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.ª Dra. Maria Julieta Batista de Almeida Weber

PONTA GROSSA
2026

Machado, Jacqueline Aparecida Bueno
M149 A Semana da Pátria "condignamente comemorada": desfiles cívico-militares de Ponta Grossa (1937-1945) / Jacqueline Aparecida Bueno Machado. Ponta Grossa, 2026.
262 f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Julieta Batista de Almeida Weber.

1. Estado Novo. 2. Região. 3. Festa cívica. 4. Diário dos Campos. 5. Análise do Discurso. I. Weber, Maria Julieta Batista de Almeida. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História, cultura e identidades. III.T.

CDD: 981.62

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos- CRB9/986

TERMO DE APROVAÇÃO

Jacqueline Aparecida Bueno Machado

A Semana da Pátria "condignamente comemorada": desfiles cívico-militares de Ponta Grossa (1937-1945)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 24 de agosto de 2026, pela seguinte banca examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA JULIETA BATISTA DE ALMEIDA WEBER
Data: 25/08/2026 14:41:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Maria Julieta Batista de Almeida Weber (UEPG)

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCIANO ARONNE DE ABREU
Data: 25/08/2026 15:50:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu (PUCRS)

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIS FERNANDO CERRI
Data: 28/08/2026 08:31:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Luis Fernando Cerri (UEPG)

Para Maria Ivanilda Gomes Bueno, minha mãe.

In memoriam.

AGRADECIMENTOS

Minha trajetória como pesquisadora foi marcada por encontros, diálogos, reflexões, incentivos e superação de desafios. Testemunho aqui a importância de parcerias fundamentais para a construção e consolidação desta pesquisa.

Com gratidão destaco o papel da Professora Dra. Cintia Xavier, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG, que gentilmente me acolheu na condição de discente não regular em 2023. Seus ensinamentos me permitiram “deixar a plateia”, observar o jornalismo nos “bastidores” e compreender que o jornalismo é uma construção cultural coletiva fundamental para uma sociedade democrática. Sem jornalismo não há democracia!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, meus agradecimentos pelas indicações de leitura, pela abertura ao diálogo e pela proposição de reflexões sobre o papel do(a) historiador(a) na contemporaneidade. Debates qualificados em todos os momentos.

À Professora Dra. Maria Julieta Weber por ter me oportunizado a vivência da Autonomia da pesquisa científica e, especialmente, por ter nomeado assertivamente o que está implícito nas entrelinhas dos meus textos: o gosto pela Nova História Política. Gratidão pelo acompanhamento da minha jornada, revisando as etapas de construção da pesquisa, pelas indicações de estudo, entre os quais destaco a Análise do Discurso, e do incentivo permanente que sempre chegava com um sorriso, gesto de acolhimento e nobreza do seu exercício como “primeira leitora” generosa e dedicada.

Ao Professor Dr. Erivan Cassiano Karvat pelas demonstrações de generosidade e sensibilidade acadêmica. As quatro disciplinas que cursei sob sua responsabilidade constituíram oportunidades ímpares para a minha formação de pesquisadora, pois suas aulas sempre significaram para mim encontros pautados pela escuta, pelo diálogo e pela ética.

Aos Professores Dr. Luis Fernando Cerri (UEPG) e Dr. Luciano Aronne de Abreu (PUC-RS) pelos apontamentos à minha pesquisa. Foi uma honra e uma alegria incomensurável contar com a contribuição de ambos.

Às bibliotecárias da Biblioteca Central e da Biblioteca do Campus da UEPG, meus agradecimentos pela gentileza e profissionalismo exemplar com que sempre me receberam nestes espaços, nos quais Ciência, Cultura e Memória se entrecruzam em cada estante de livros.

Meus agradecimentos às instituições militares de Ponta Grossa, 13º Batalhão de Infantaria Blindada, 5ª Brigada de Infantaria Blindada e 2º Batalhão de Bombeiro Militar e Curitiba, Comando da 5ª Região Militar do Exército, pela gentileza de terem me recebido como pesquisadora e contribuírem com dados significativos acerca da História Militar da cidade e do estado do Paraná.

Um especial e fraterno agradecimento a quem considero um ícone da história radiofônica brasileira, radialista Nelson Ribeiro *Chocolate* da Silva que compartilhou comigo seu acervo de pesquisa sobre a Rádio Clube Pontagrossense e, me honrou com a expertise do seu conhecimento acerca da história da rádio e da cidade.

Ao Museu Campos Gerais, Casa da Memória Paraná e Centro de Memória Colégio Regente Feijó pelo acesso às fontes documentais.

Aos profissionais Renoaldo Kaczmarech e Rute Maria Batista, que desenvolvem suas tarefas com impecável dedicação nos bastidores do Museu Campos Gerais, contribuindo com o levantamento das fontes documentais para os pesquisadores. Ambos representam o comprometimento com a difusão e valorização da cultura e da memória coletiva.

Meus agradecimentos aos colegas Eduardo Augusto de Mello, Murilo Carlos Siqueira, Mateus Moers Menarim, Gabriel Lacerda de Souza, Millena Borkoski, Karine de Fátima Almeida, Vinicius Mendes Batista, Reinaldo Gluscka, Uende Silva Nascimento e Júlia Graciela Machado pelas demonstrações de companheirismo e abertura ao diálogo sobre os desafios e conquistas da construção da pesquisa científica.

Ao amigo Filipe Henrique Mariani pelos momentos de partilha e de diálogo nos quais a análise crítica e perspicaz sempre esteve presente. Seu engajamento científico é exemplo de comprometimento com a Historiografia.

Ao Christian Yukio Aiko pelo apoio digital à composição das fotografias.

Ao meu pai José de Jesus Bueno e a Marcos Luiz Machado pelo apoio incondicional.

À Maria Carolina e ao Augusto agradeço amorosamente. Observaram de perto os momentos de leitura e escrita da mãe pesquisadora. Que o meu amor pelos estudos e pela pesquisa seja um importante legado para eles. Que sigam no futuro à frente de mim e, assim, possam também contribuir com a Ciência Brasileira.

Quand rien n'est prévu, tout est possible.
Antoine de Maximy, voyageur français

Quando nada é previsto, tudo é possível.
Antoine de Maximy, viajante francês
(tradução própria)

RESUMO

MACHADO, J. A. B. **A Semana da Pátria "condignamente comemorada": desfiles cívico-militares de Ponta Grossa (1937-1945**). Orientadora: Maria Julieta Batista de Almeida Weber. Ponta Grossa, 2026. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2026.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo os desfiles cívico-militares de Ponta Grossa (PR) ocorridos entre 1937 a 1945. Acrescenta-se a esta finalidade a análise das festividades cívicas que ocorreram em âmbito regional no mês de setembro nos referidos marcos temporais, as quais são analisadas em paralelo com aquelas que ocorriam em âmbito nacional. Para empreender tal análise esta pesquisa dialoga com estudos que versam sobre três questões fundamentais: a criação de rituais, o nacionalismo e os desdobramentos da instauração do regime político ditatorial brasileiro denominado Estado Novo. Por meio deste regime, os desfiles cívico-militares de 7 de Setembro são integrados à criação da Semana da Pátria com o objetivo de unificar a nação promovendo o sentimento de civismo e patriotismo, somando-se a esse ideário a exaltação à liderança política de Getúlio Dornelles Vargas e o uso dos símbolos pátrios. As contribuições do pensamento de Hobsbawm (1990; 2015), Anderson (2008), Connerton (1999), Parada (2007; 2009), Horta (2012) e Lenharo (1986;1987) entre outros, dialogam com estas questões. O estado-novismo comemorava a si mesmo através das festividades cívicas e estas são compreendidas nesta pesquisa como acontecimentos, fundamentando-se nos estudos de Nora(1993). Para apresentar o elo entre as festividades regionais e nacionais, analisaram-se os discursos e representações publicadas nas edições do jornal pontagrossense Diário dos Campos. Logo, a metodologia desta pesquisa está ancorada na análise documental de origem jornalística que mantinha regularidade de produção e circulação durante o período. Para o estudo dos discursos e das representações, Chartier (1991; 2015), Foucault (2014) e Orlandi (2000; 2005) oportunizam análises significativas para a compreensão do entrecruzamento das questões de poder, política e linguagem. Para além da Análise do Discurso, o uso de imagem fotográfica, fundamentada nos estudos de Burke (2017) e Kossoy (2001), colabora com o ideal de ampliar a compreensão acerca da temática. A pesquisa está estruturada em cinco seções, as quais oportunizam um *olhar* em busca da resposta à questão O que os sujeitos sociais vivenciaram nos acontecimentos cívicos inventados no Estado Novo para celebrar o 7 de Setembro tinha sentido e significado? O impacto regional destas festividades permite compreender criticamente o motivo pelo qual essa data, historicamente instrumentalizada pelos discursos políticos, permanece no calendário oficial como manifestação de civismo e patriotismo da nação.

Palavras-chave: Estado Novo; região; festa cívica; Diário dos Campos; Análise do Discurso.

ABSTRACT

MACHADO, J. A. B. Patriot Week: a “fitting celebration”: civic-military parades in **Ponta Grossa, (1937-1945**). Advisor: Maria Julieta Batista de Almeida Weber. Ponta Grossa, 2026. Master´s Dissertation in History – State University of Ponta Grossa, 2026.

This research focuses on the civic-military parades held in Ponta Grossa in Paraná, from 1937 to 1945. In addition, the study analyzes other civic festivities that took place at the regional level in September during this period, examining them in parellel with those held at the national level. To undertake this analysis, this study draws on research addressing three fundamental issues: the creation of rituals, nationalism, and the consequences of the establishment of Brazil’s dictatorial political regime known as the Estado Novo. Under this regime, the civic-military held parades of September 7 were incorporated into the celebrations of “Patriot Week”, with the aim of unifying the nation by promoting a sense of civic duty and patriotism. The glorification of Getúlio Dornelles Vargas’s political leadership and the use of national symbols, particularly the national flag, further reinforced this ideology. The theoretical contributions of Hobsbawm (1990; 2015), Anderson (2008), Connerton (1999), Parada (2007; 2009), Horta (2012), and Lenharo (1986; 1987), among others, address these issues. The estado-novismo (the political ideology associated with the Estado Novo) celebrated itself through civic festivities, which are examined in this research in ligth of Nora’s (1993) theoretical contributions. To demonstrate the connection between regional festivities, the study examines the speeches and representations published in the editions of the local newspaper Diário dos Campos. Accordingly, the methodology of this study is grounded in documentary analysis of journalistic sources that were regularly produced and circulated during the period. For the study of discourses and representations, Chartier (1991; 2015), Foucault (2014), and Orlandi (2000; 2005) provide significant theoretical perspective for understanding the relationships between power politics and language. In addition to discourse analysis, the use examination of photographic images, informed by the studies of Burke (2017) and Kossoy (2001), contributes to a broader understanding of the subject matter. The dissertation is structured into five sections that seek to answer the following question: what meaning and significante did the civic events created during the Estado Novo to celebrate September 7 hold for those who experienced them? The regional impact of these festivities allows for a critical understanding of why this date remains on the official calendar, as it has historically been intentionally used in political discourse as an expression of the nation’s civic spirit and patriotism.

Keywords: Estado Novo; region; civic festivities; Diário dos Campos; Discourse Analysis.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Programação da Rádio Clube Pontagrossense – PRJ2, década de 1940……..…….…….. 154
FIGURA 2 - Anúncio no Diário dos Campos, setembro de 1941…..…..... 156
FIGURA 3 - Auditório da Rádio Clube Pontagrossense – PRJ2, década de 1940…….....…..... 157
FIGURA 4 - Termos de visita, Ginásio Regente Feijó, julho de 1940.....…. 182
FIGURA 5 - Termos de visita, Ginásio Regente Feijó, setembro e outubro de 1944……..... 187
FIGURA 6 - Termos de visitas, Ginásio Regente Feijó, setembro de 1941... 196
FIGURA 7 - Impressão de Getúlio Vargas sobre Ponta Grossa, outubro de 1930...……..... 203

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - Getúlio Vargas em Ponta Grossa, outubro de 1930…….. 36
FOTOGRAFIA 2 - Getúlio Vargas no vagão de trem em Ponta Grossa, outubro de 1930……..... 39
FOTOGRAFIA 3 - Queima das bandeiras estaduais, novembro de 1937……..... 71
FOTOGRAFIA 4 - Vista lateral da praça Barão do Rio Branco, setembro de 1938……..……..... 119
FOTOGRAFIA 5 - "Altar da Pátria" na praça Barão do Rio Branco, década de 1940……..... 121
FOTOGRAFIA 6 - Grupo de professoras na praça Barão do Rio Branco, setembro de 1941……...…..... 143
FOTOGRAFIA 7 - Desfile na avenida Vicente Machado, setembro de 1941……..... 145
FOTOGRAFIA 8 - Grupo de alunas do Ginásio Regente Feijó, década de 1940……..……..... 149
FOTOGRAFIA 9 - Estádio Clube de Regatas Vasco da Gama, Rio de Janeiro, RJ, década de 1940……...……..... 164
FOTOGRAFIA 10 - Parada da Juventude no Rio de Janeiro, RJ, setembro de 1944……..... 172
FOTOGRAFIA 11 - Cerimônia do "Dia da Raça" na praça Barão do Rio Branco, setembro de 1945…….……..... 177
FOTOGRAFIA 12 - Desfile do "Dia da Raça" na Avenida Vicente Machado, setembro de 1945…….....…. 178
FOTOGRAFIA 13 - Celebração do "Dia da Raça" na praça Barão do Rio Branco, setembro de 1940……..... 183
FOTOGRAFIA 14 - Grupo de alunos do Colégio Regente Feijó, setembro de 1945……....….... 193
FOTOGRAFIA 15 - Getúlio Vargas e comitiva no Paraná, janeiro de 1944……...……....….. 202
FOTOGRAFIA 16 - Inauguração de monumento na praça Duque de Caxias, agosto de 1942……..……....….... 210
FOTOGRAFIA 17 - Desfile militar do 13º RI na avenida Vicente Machado, setembro de 1945……...….... 212
FOTOGRAFIA 18 - Formatura do Tiro de Guerra 21, década de 1920..... 224
FOTOGRAFIA 19 - Tiro de Guerra 21, Turma de 1943…….…. 225

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Agrupamentos do desfile de 7 de Setembro de 1942…..... 129

QUADRO 2 - Agrupamentos do desfile de 7 de Setembro de 1943……... 130

QUADRO 3 - Programação do “Dia da Pátria”, 1937…….....….. 258

QUADRO 4 - Programação do “Dia da Pátria”, 1939...……..... 258

QUADRO 5 - Programação do “Dia da Pátria”, 1940……..... 259

QUADRO 6 - Programação do “Dia da Pátria”, 1941...……...….. 259

QUADRO 7 - Programação do “Dia da Pátria”, 1942...…….....… 260

QUADRO 8 - Programação do “Dia da Pátria”, 1943...…….....… 260

QUADRO 9 - Programação do “Dia da Pátria”, 1944...…….....….. 261

QUADRO 10 - Programação do “Dia da Pátria”, 1945...…….....…. 262

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEV	Ação Escolar Vanguarda
AIB	Ação Integralista Brasileira
AN	Agência de Notícia
AN	Análise do Discurso
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANL	Aliança Nacional Libertadora
Art.	Artigo
CAPES	Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMCRF	Centro de Memória Colégio Regente Feijó
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CNI	Conselho Nacional de Imprensa
DEIP	Departamento Estadual de Propaganda
DEIPs	Departamentos Estaduais de Propaganda
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOP	Departamento Oficial de Publicidade
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
FGV	Fundação Getulio Vargas
FM 94.1	Frequência Modulada 94.1
GE	Grupo Escolar
GPNR	Grupo Popular Nacional Revolucionário
IC	Internacional Comunista
I D 5ª	Infantaria Divisionária 5ª
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MFP	Mocidade Portuguesa Feminina
MP	Mocidade Portuguesa

OJB	Organização da Juventude Brasileira
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PR	Paraná
PRJ2	Prefixo da Rádio Clube Pontagrossense
13º RI	13º Regimento de Infantaria
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SEMA	Superintendência de Educação Musical e Artística

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**…….....…….……....	16
2	**“O BRASIL SOB NOVO REGIME” E A PARTICIPAÇÃO DA “CAPITAL CÍVICA DO PARANÁ** .....……	35
2.1	“VIVA A REVOLUÇÃO!”: O PARANÁ SOB NOVA INTERVENTORIA ...	44
2.2	“NA HORA DA BORRASCA NÃO SE MUDA O TIMONEIRO”: A INSTAURAÇÃO DO ESTADO NOVO …….	50
2.3	“HONRAS A VOSSA BANDEIRA”: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CULTURA CÍVICA ….....……	63
2.4	“ANTES DE TUDO, SOLDADOS DO BRASIL”: A LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO À NAÇÃO.…….....……..	77
2.5	“PELO RUMO E PELA ORDEM”: O PAPEL DA IMPRENSA E DA PROPAGANDA NO REGIME ESTADO-NOVISTA.....…….	84
3	**DATAS PARA COMEMORAR SENTIDOS E VALORES: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA**	93
3.1	A PROGRAMAÇÃO DAS FESTAS CÍVICAS: O ACONTECIMENTO NAS PÁGINAS DO JORNAL …….....	101
3.2	A PROGRAMAÇÃO DO DESFILE DE 7 DE SETEMBRO E O IDEÁRIO NACIONALISTA, CÍVICO E PATRIÓTICO .....…….....	113
3.2.1	A programação da festa cívica em tempos de *front* interno ..…….....	136
3.2.2	A (in)visibilidade das mulheres nas comemorações cívicas ..…….....	143
3.2.3	A participação da rádio PRJ2 nos eventos da Semana da Pátria.....	152
4	**“VIVA NOSSO PRESIDENTE, VIVA GETÚLIO VARGAS!”: A PROGRAMAÇÃO DA FESTA CÍVICA PARA AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E MILITARES** ……..…….….....	161
4.1	“O QUE FOI, ONTEM, O DIA DA JUVENTUDE”: OS BASTIDORES DA CRIAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA ...…....	166
4.1.1	A participação do Ginásio/Colégio Regente Feijó e a mobilização cívica…….…….....…...	180
4.1.2	A correlação das festividades cívicas com o pensamento eugenista e a organização dos programas de ensino da escola estado-novista	188

4.2 "O PROGRAMA MILITAR": PARA ALÉM DA FRONTEIRA DO QUARTEL ……..... 199
4.2.1 A participação do 13º Regimento de Infantaria e a mobilização cívica… 207
4.2.2 "De asas ao vento": O Tiro de Guerra 21……..... 222
5 CONCLUSÃO..... 232
REFERÊNCIAS..... 239
APÊNDICE A- PROGRAMAÇÃO DO "DIA DA PÁTRIA" NO DIÁRIO DOS CAMPOS (1937-1945)..... 258

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade o historiador, como observa Michel de Certeau (2022), trabalha com “zonas silenciosas” nas quais temas e objetos de estudos inéditos podem configurar novas estratégias de pesquisa e narrativas historiográficas.

A presente pesquisa tem como objeto as comemorações cívicas criadas no regime político ditatorial denominado Estado Novo (1937-1945) tomando a imprensa local como fonte principal para análise dos discursos e representações sobre os desfiles cívico-militares ocorridos na cidade de Ponta Grossa, Paraná, nos marcos temporais do referido regime de governo. O levantamento de outras fontes como fotografias, documentos de origem educacional e militar, leis, decretos datados, especialmente de 1937 a 1945, contribuem com o ideal de discorrer sobre o acontecimento e, por isso, dialoga com o campo da Historiografia que versa sobre a origem dos ritos e das tradições. A temática dialoga com vários campos das ciências humanas e sociais, entre os quais se destacam a História Política, a História Cultural, a História da Educação, a História Militar, a Comunicação Social e a Linguagem.

Partindo dessas primeiras informações, vale apresentar que motivo desencadeou o desejo da autora de investigar tão complexa e instigante temática e porque ela acredita que ao apresentar seus aprofundamentos de estudos pode contribuir com a busca de sentido para um acontecimento de caráter comemorativo presente na contemporaneidade: o desfile cívico-militar.

Antes de vivenciar a experiência de desfilar em um espaço urbano, na posição de funcionária do serviço público municipal, a autora já havia experimentado a experiência de desfilante na infância. Participando de um desfile alusivo ao Dia da Independência a autora questionou-se ao observar à distância o público que assistia ao acontecimento: O que este desfile significa? Por que este público está presente? Por que *eu* participo deste desfile? A memória pessoal em distintas fases de trajetória existencial, portanto, motiva o interesse, mas não deve ser interpretada como principal desencadeadora da investigação. Incontáveis vivências do passado e do presente atravessam a experiência humana da pesquisadora. Outro questionamento fundamental, para além do *diálogo secreto,* Por que as pessoas vão aos desfiles?, indica que a pesquisadora questiona os usos do passado e a construção de ritos e tradições. Na procura de conhecimento acerca do acontecimento do desfile, a

sequência de novas experiências, esboçadas a seguir são relatadas com a finalidade de apresentar esta pesquisa como um processo que se constitui em sua historicidade.

A busca por referenciais bibliográficos para leitura e estudo sobre a temática iniciou em 2023 quando a autora se inscreve na condição de aluna não regular no Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado, cursando as disciplinas Tópicos Especiais em História Recente e Teoria da História. Acrescenta ao seu movimento de estudos, também como discente não regular, as disciplinas Teoria do Jornalismo e Seminário Metodológico: processos de produção jornalística, ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Paralelo aos estudos acadêmicos a autora desta pesquisa realiza as primeiras leituras voltadas ao tema "comemorações cívicas" e observa que as festividades transcorridas no mês de setembro durante o Estado Novo tinham como finalidade celebrar a data intitulada 7 de Setembro, também chamada Dia da Independência ou Dia da Pátria. Ainda que as nominações variem, referem-se a um acontecimento político nacional historicamente datado em 1822[1]. Destaca-se neste retrospecto as leituras da tese de Doutorado em Educação escrita por Ribeiro (2017), A Professora da Nação: as festas cívicas e as escolas na Paraíba e a obra de Parada (2009), Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo.

Considerando a importância dos estudos sobre ritos e tradições, a autora amplia leituras nas quais o destaque à criação dos desfiles está presente. A contribuição das obras de Connerton (1999), Como as sociedades recordam, Darnton (1986), O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural Francesa e Hobsbawm (2015), A invenção das tradições, oportunizaram a compreensão inicial

[1] Em 7 de Setembro de 1822, o príncipe regente Dom Pedro, às margens do Rio Ipiranga em São Paulo, teria proclamado a Independência do Brasil, rompendo as relações políticas e econômicas com Portugal, e por isso, declarado o Brasil uma nação autônoma e independente. Em 12 de outubro de 1822, Dom Pedro foi aclamado imperador no Senado da Câmara no Rio de Janeiro, recebendo a titulação de D. Pedro I. Para Souza (2022), "O significado das ações de D. Pedro I no Ipiranga foi debatido ao longo do século XIX, forjando múltiplas e dissonantes memórias sobre o episódio. Tema da história, da política e da cultura, a Independência esteve presente na fala de liberais e de conservadores, adquirindo sentidos particulares dependendo das condições da luta política e do lugar social ocupado por quem a rememorava. Na década de 1870, quando surgiram as primeiras agremiações republicanas e foram travadas novas discussões acerca do caráter da monarquia, do exercício do poder moderador, da centralização político-administrativa e da origem da nação, outras versões foram criadas sobre a Independência e o 7 de Setembro. As comemorações desse dia também sofreram modificações ao longo do século XIX, embora o 7 de Setembro não tenha perdido seu lugar de data maior de celebração nacional (Souza, 2022, p. 185-186).

acerca da abrangência e pertinência do estudo sobre as tradições no campo historiográfico. Estas leituras, configuram, portanto, uma seleção com a finalidade de *olhar* o que os autores discorrem sobre a temática e como articulam a mesma com a cultura, a memória e a identidade.

A presente pesquisa, por conseguinte, configura um estudo sobre rito e tradição de cunho cultural e político, circunscrito a um espaço e tempo delimitados.

Rito e tradição tem conceitos[2] distintos. O rito integra uma tradição na medida em que esta representa o que é praticado por hábito e costume. Seus efeitos não se restringem à cerimônia ritual como analisa Connerton (1999):

> É verdade que os rituais tendem a realizar-se em lugares especiais, em datas estabelecidas. E é um facto que muitos ritos assinalam momentos de início e termo tanto em cerimônias nas alturas críticas da vida dos indivíduos – por exemplo, o nascimento, a puberdade, o casamento e a morte -, como também nas cerimônias recorrentes do calendário, mas o que quer que os ritos demonstrem, impregna também o comportamento e a mentalidade não rituais. Embora delimitados no tempo e no espaço, os ritos são também, por assim dizer, porosos. Considera-se que fazem sentido, porque têm significado relativamente a um conjunto de outras ações rituais, para toda a vida de uma comunidade (Connerton, 1999, p. 51).

Rito e tradição são criações que revelam a experiência humana no tempo. Connerton (1999) atribui um sentido cultural para ambas, pautando seus estudos na compreensão das práticas corporais e usos da memória social. A posição de Hobsbawm (2015) é tão importante quanto a do historiador inglês, pois desenvolve estudos acerca das tradições e as compreende como invenções ou reinvenções por nações com finalidades políticas, culturais e sociais presentes nos séculos XIX e XX. Para além do propósito de representar costumes nacionais incluindo rituais públicos e uso de símbolos como bandeiras e hinos pátrios, as nações inventam tradições para legitimar seu poder e autoridade estabelecendo uma coesão social e a inculcação de valores, sendo a expressão do patriotismo um dos mais almejados. O modo como

---

[2] Rito é um conjunto de cerimônias usualmente criadas para diferentes fins. Não é especificamente religioso. Sua etimologia é de origem latina *ritus,* rito. Geralmente, conceituado como costume, cerimônia, formalidade, protocolo. Já o termo tradição, também de origem latina, *traditio*, significa ato ou efeito de transmitir, entregar, transferir, através do qual uma geração comunica oralmente acontecimentos, ritos e costumes à outra e, desse modo caracteriza-se como herança cultural. Por rito, o Dicionário Houaiss da língua portuguesa apresenta uma segunda origem, definida pela Arqueologia: mesmo que *ríton* "vaso para beber, quase sempre em forma de trompa, cabeça de animal ou animal inteiro, us. na Antiguidade" (Houaiss, 2009, p. 1671). Por tradição, o mesmo dicionário, apresenta 7 conceitos, entre os quais define o termo como "aquilo que ocorre ao espírito como resultado de experiências já vividas; recordação, memória, eco" (Houaiss, 2009, p. 1863).

uma tradição é criada e mantida está vinculada à relação entre o passado e o presente. Esta vinculação se efetiva através da repetição de rituais e se expressa no conceito proposto por Hobsbawm, o qual contribui para a análise sobre práticas culturais presentes nas tradições inventadas.

> O termo "tradição inventada" é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as "tradições" realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. [...] É óbvio que nem todas essas tradições perduram; nosso objetivo primordial, porém, não é estudar suas chances de sobrevivência, mas sim o modo como elas surgiram e se estabeleceram. Por "tradição inventada" entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (Hobsbawm, 2015, p. 7-8).

A referência ao pensamento de Hobsbawm (2015), contribui com o levantamento de estudos para esta pesquisa, pois a criação dos desfiles cívico-militares em âmbito nacional com repercussão em âmbito regional na década de 1930 caracteriza um conjunto de práticas políticas e culturais de uma tradição inventada que não era opção exclusiva do Estado Novo, pois outros Estados nacionais fizeram uso de ritos e tradições para legitimar sua hegemonia política em seus contextos espaciais e temporais.

Hobsbawm define tradição como prática de inculcação de valores e regras de conduta coletiva reiteradamente repetidas em relação ao passado. O próprio pensador pondera sua análise ao retratar a invenção das tradições do mundo moderno e a sua continuidade no mundo contemporâneo:

> Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições "inventadas" caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a "invenção da tradição" um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea (Hobsbawm, 2015, p. 8).

As comemorações cívicas criadas no Estado Novo configuraram uma resposta à nova situação política pós-Revolução de 1930 e refletem o sentido de identidade nacional construído pelo nacionalismo. Hobsbawm (1990) e Benedict Anderson (2008)

tecem estudos dedicados sobre a formação das nações e do nacionalismo. Abordagem também contemplada e necessária nesta pesquisa.

Retomando Certeau, a pesquisa científica é marcada por um processo de seleção e pelo lugar que ocupa na trajetória do historiador.

> Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (Certeau, 2022, p. 69).

Ao discorrer sobre o que o lugar permite ou não ao exercício da historiografia, Certeau sentencia que a história é definida pelo relacionamento da linguagem com o "corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala" (Certeau, 2002, p. 63). Reforça a ideia que a história é determinada por uma "fabricação localizada" e, por isso, vinculada a um tempo e a um lugar. É em função do lugar que o método de pesquisa e análise se constituem. No lugar social, portanto, os fatos históricos são interpretados pelo historiador conforme a realidade à qual pertence, pois o lugar social imprime no historiador suas marcas.

A seleção e o lugar, partindo da ótica do autor, se expressam através do exercício da escrita histórica. Ela é uma forma de linguagem que tem como objeto o outro. Ao escrever o historiador estabelece uma cronologia construindo um ritmo para a produção do início ao fim descortinando um enredo. Ao escrever o historiador também escreve um fato verificável, remete-se àquele que escreveu no passado, ao saber do outro. Parte do presente e retorna a ele.

O pensamento de Albuquerque Júnior (2008) caminha nessa perspectiva de interpretação. O historiador recria o passado não o apresentando tal como foi, mas o faz aproximadamente ou de modo probabilístico. A leitura do passado se dá no presente e, portanto, é modificada pelo seu horizonte de expectativa, pelo seu contexto de significação, de leitura (Albuquerque Júnior, 2008).

A escrita historiográfica opera como uma representação, uma tradução de um tempo, de um espaço e de uma memória alcançados através de uma metodologia específica.

A “fabricação localizada” desta pesquisa parte da seleção da fonte principal. Pesquisou-se, de setembro a novembro de 2023, um dos acervos de imprensa disponíveis para consulta pública no Museu Campos Gerais: o jornal Diário dos Campos. O foco deste marco inicial de pesquisa foram as edições que apresentaram a programação das comemorações cívicas na cidade de Ponta Grossa que ocorreram no mês de setembro. Observou-se que as edições foram encadernadas em ordem cronológica, compondo 3 a 4 cadernos para cada ano, medindo 35,5 cm de largura por 44,5 cm de comprimento. Nestas primeiras aproximações com o manuseio e leitura dos cadernos observou-se também através do Livro de Registros de Pesquisas do Museu Campos Gerais que o acervo do referido jornal tem constituído objeto de consulta de um número significativo de pesquisadores na região. Foram consultados todos os exemplares encadernados que continham as notícias publicadas no mês de setembro, geralmente, organizadas no terceiro caderno, de 1932 a 1968, com exceção dos exemplares de 1938, 1944, 1957 a 1962 que não se encontram para pesquisa no Museu Campos Gerais. Consultando, posteriormente, a Casa da Memória Paraná, verificou-se que os exemplares referentes aos anos em questão também não existem no acervo da instituição. O exemplar referente às edições de 1944 foi encontrado no Espaço Cultural Marechal Tristão de Alencar Araripe (Museu do Treze) localizado no 13º Batalhão de Infantaria Blindada em Ponta Grossa. O encontro destes exemplares nas referidas instituições indica a necessidade de atenção sobre a procedência e autenticidade da fonte documental. Também as edições de 1909 a 1924, com exceção das edições de 1911 e 1918 (não disponibilizadas para consulta *on line*), foram pesquisadas no formato digital na página eletrônica Memórias Digitais[3] disponibilizadas pelo Museu Campos Gerais. Logo, verificou-se que as edições do jornal Diário dos Campos compõem o acervo de jornais regionais do museu, o qual reúne exemplares do Jornal da Manhã e Diário da Manhã. Observou-se o ano de criação de cada um destes periódicos. O Diário dos Campos foi fundado em 1907, Jornal da Manhã em 1954 e o Diário da Manhã em 1987.

A seleção do Diário dos Campos, portanto, atende a finalidade da pesquisa devido a existência de publicações no marco temporal selecionado para ela.

[3] O Museu Campos Gerais possui um Centro de Documentação Digital destinado a consulta de pesquisadores da graduação, pós-graduação e público em geral.

Partindo da busca de notícias sobre as comemorações cívicas em Ponta Grossa, aferiu-se que de 1909 a 1968, 33 edições noticiaram a data cívica, sem indicação de ocorrência de desfile alusivo ao 7 de Setembro. Mas, 27 delas, noticiaram a realização deste acontecimento. Poucas edições, no total de 3, não mencionam a data, contudo este dado pode ser considerado impreciso, pois 18 edições são inexistentes para consulta no Museu Campos Gerais e na Casa da Memória Paraná.

Destaca-se que o Diário dos Campos não era, originalmente, o nome do jornal. Foi nomeado assim a partir de 1º de janeiro de 1913. As edições consultadas via formato digital de 1909 até 1912, foram publicadas no Jornal O Progresso[4], fundado em 27 de abril de 1907. A troca de propriedade do jornal altera o nome do jornal, mas não a sequência da numeração das edições.

A consulta das 42 edições permitiu várias análises para além do levantamento dos anos que apresentavam a notícia relativa a comemorações cívicas, partindo de 1909 até o ano de 1968. A observação relativa a linguagem escrita (ortografia, sintaxe, gramática e semântica), a composição do formato do cabeçalho e do texto, gêneros textuais, manchetes, chamadas, a composição das propagandas, o valor comercial do impresso (réis, cruzeiro), os créditos de autoria e ausência dos mesmos e o uso de recursos iconográficos, ainda que restritos em um contexto de produção jornalística delimitada e em desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX, integraram o movimento de *olhar* cada edição.

Adianta-se ao(a) leitor(a) que a autora desta pesquisa, em respeito a autenticidade das fontes documentais de origem jornalística, transcreve a seleção de manchetes e de citações da forma ortográfica como foram produzidas em seus marcos temporais e, por isso, apresentam uma gramática normativa específica representativa da época da sua produção.

---

[4] Bucholdz (2007) apresenta no livro Diário dos Campos: memórias de um jornal centenário, uma sequência de dados históricos acerca da criação do jornal, da atuação dos primeiros proprietários, entre os quais destaca José Hoffmann (1909-1964) e as distintas fases de produção e circulação do jornal pontagrossense até o marco temporal de 2007. Integra o retrospecto da sua obra, a alteração do nome do jornal. A titulação O Progresso teria surgido numa conversa entre amigos. Segundo a autora, "O Progresso parecia mais adequada, tanto à conjuntura econômica, histórica e cultural vivenciada pelo município como às expectativas que eram depositadas no negócio" (Bucholdz, 2007, p. 25). Sobre a alteração de nome, afirma que a edição do dia 14 de novembro de 1912, anunciava aos leitores que "a partir de 1º de janeiro de 1913 o periódico teria o título substituído por Diário dos Campos, marcando a nova periodicidade e a nova fase do jornal" (Bucholdz, 2007, p. 40).

Partido da análise do conteúdo das edições, observou-se que aquelas datadas a partir de 1937, apresentavam um diferencial discursivo em relação às anteriores, pois novos eventos são citados contemplando datas, horários, locais, mobilização militar, estudantil e pública, passaram a ser citados na composição da notícia local e tal constatação remete a institucionalização das festas cívicas pelo regime varguista.

As comemorações cívicas alusivas ao 7 de Setembro, a partir de 1937, gradativamente, são estruturadas sob a vigência do Estado Novo (1937-1945). É a partir desta constatação que a seleção temporal desta pesquisa configura e valida a sequência de investigação na qual se inclui a coleta de fontes documentais em paralelo com o levantamento do aporte teórico para a realização de leituras sobre a criação das comemorações cívicas no estado-novismo. Cada referência bibliográfica comporta um discurso e uma intencionalidade, uma interpretação, um recorte e, consequentemente, resulta de um procedimento metodológico adotado pelos autores.

Através de levantamento de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)[5], foi possível aferir que poucos trabalhos acadêmicos versam, especificamente, sobre a criação dos desfiles cívicos no contexto do Estado Novo. Para tanto, quatro sequências de busca foram efetivadas a partir da composição de elementos que se correlacionam: Estado Novo (40.841 resultados), Departamento de Imprensa e Propaganda (61 resultados), comemorações cívicas (30 resultados) e desfiles cívicos (16 resultados). Ao proceder a uma nova busca, delimitando “desfiles cívicos no Estado Novo”, seis estudos encontram-se registrados na plataforma de consulta acadêmica. Comparando o resultado de buscas sobre as pesquisas que versam sobre os acontecimentos cívicos do Estado Novo, com as pesquisas sobre Estado Novo e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), conclui-se que estas numericamente são mais expressivas. Contudo, destaca-se o potencial investigativo da temática, pois os desdobramentos do regime de governo, em especial, a partir da criação do DIP em 1939, afeta a composição das festividades de caráter cívico e militar no território nacional nas décadas subsequentes.

---

[5] Os dados referem-se à consulta, aferida em março de 2025. Anteriormente, a pesquisadora já vinha acessando os dados do portal acadêmico que se configura como um dos espaços digitais de apoio aos pesquisadores e ao público em geral. A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o Portal de Periódicos da Capes e o site Google Acadêmico, também foram consultados, pois são ferramentas de pesquisa *on-line* que permitem acesso a teses, dissertações, artigos científicos, livros e resumos.

Entre as teses e dissertações que versam sobre os eventos cívicos, encontram-se os estudos, resumidamente, apresentados a seguir.

Vaz (2006), analisa em sua dissertação de Mestrado em Educação, “A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)” um retrato das festividades cívicas do Dia do Trabalho e da Semana da Pátria em Minas Gerais. O seu objeto de pesquisa contribui para análise sobre a influência da criação deste modelo de festividade no universo escolar infantil.

Stein (2008) desenvolve estudos sobre a Juventude Brasileira por meio da dissertação de Mestrado em Educação “’Por Deus e pelo Brasil’: a Juventude Brasileira em Curitiba (1938-1945)”. Entre as abordagens que apresenta destaca a atuação de Francisco Campos (1891-1968) e Gustavo Capanema (1900-1985). Ambos atuaram como ministros no governo de Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) e ocuparam um papel significativo na composição do ideário autoritário do regime que repercutiu no contingente jurídico e educacional do país.

Melo (2009), apresenta a tese de Doutorado em Educação “A construção da memória cívica: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930-1945)”. Sua análise abarca várias comemorações que afetaram o cotidiano e o currículo escolar. Discorre acerca da invenção das tradições cívicas criadas no Estado Novo e realiza apontamentos de estudos embasados na História Cultural.

Silva (2011), analisa a realização das comemorações cívicas com a participação das escolas na dissertação de Mestrado em História, intitulada "’Ó Pátria amada, idolatrada, salve! Salve!’ Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)”. A Semana da Pátria está entre os acontecimentos retratados pela pesquisadora e, ainda que não configure o objeto principal de investigação, traz uma descrição da festividade alusiva ao Dia da Juventude que integrava a referida semana.

Souza (2013), apresenta a dissertação de Mestrado em Educação, “’Nossa Pátria, nossa bandeira, nosso chefe’: as comemorações cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo (1937-1945)”, privilegiando o Dia 7 de Setembro e o Dia da Bandeira, para o estudo das alterações no calendário cívico a partir de 1937 e as repercussões desta mudança no contexto escolar regional. Souza (2013) acrescenta aos estudos sobre a temática, dois olhares significativos: o impacto das festividades cívicas criadas no estado-novismo na cultura escolar, relacionando centro (Rio de Janeiro, capital federal) a periferia (Santos – SP) e o ideário da Juventude

Brasileira idealizado pelo regime. Ao apresentar a fundamentação da sua pesquisa, Souza (2013), cita a dissertação de Mestrado em História Social, “Pátria, Civilização e Trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)”, escrita por Bittencourt (1990). Os estudos da referida autora revelam um nível de interpretação importante sobre a atuação do aparato estatal estado-novista no campo educacional.

Aguiar Júnior (2014), discorre no Mestrado em História, sobre “Festas, hinos e marchas: constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí (1935-1945)”, caracterizando as festividades como cívico-militares. Entre as fontes documentais que utiliza, destacam-se documentos de origem militar denominados Boletins Militares.

As dissertações e teses acima relacionadas contemplam estudos sobre o Estado Novo e têm em comum, alicerçando suas investigações, a descrição das fontes e a análise sobre os significativos desdobramentos políticos, militares, educacionais e, consequentemente, culturais que estas festividades tiveram em diferentes contextos regionais, e dessa forma, colaboram com a construção do conhecimento histórico nacional sobre os eventos cívicos fora daqueles circunscritos à capital federal, Rio de Janeiro, RJ, no período de vigência do Estado Novo.

Artigos acadêmicos que versam sobre as comemorações cívicas durante o Estado Novo também foram consultados com a finalidade de expandir o estudo e permitir a análise do alcance do tema entre os estudiosos. Entre estes artigos[6], destaca-se “O controle social e as festas cívicas no Brasil de Getúlio Vargas (1937-1945) e na Argentina de Juan Domingo Perón (1946-1955)” escrito por Schemes (2013). O uso das práticas de controle social dos eventos cívicos e da propaganda política pelo varguismo e pelo peronismo são abordados pela autora a partir de comparativos com regimes totalitários europeus.

Um artigo exemplar, escrito por Nunes (1995), “As organizações de juventude do Estado Novo (1934-1949)”, abrange a formação de três instâncias voltadas para a mobilização da juventude no regime ditatorial português: Ação Escolar Vanguarda (AEV), Mocidade Portuguesa (MP) e Mocidade Portuguesa Feminina (MPF). Nunes (1995), aborda a relação destas organizações com as estruturas do regime do Estado Novo português apontando o elo da criação das mesmas com o ideário de controle

[6] Os estudos acerca do Estado Novo e seus desdobramentos no campo da cultura foram abordados em incontáveis livros e em artigos publicados em revistas acadêmicas. Especificamente, sobre o Estado Novo e as comemorações cívicas, dezenas de artigos foram motivo de leitura e análise pela pesquisadora.

social e hegemônico da juventude portuguesa, inspirados no modelo, notadamente fascista em voga na Alemanha naquele período.

> Tratava-se de enquadrar as crianças e os jovens com o objectivo de completar a sua formação e de mobilizar de acordo com as necessidades ideológicas do poder ditatorial, de evitar a sua adesão a ideais ou a organizações oposicionistas, de influenciar os adultos a partir dos jovens (nomeadamente através dos laços familiares), de canalizar o potencial do radicalismo juvenil num sentido considerado positivo. Em Portugal, nem a Primeira República nem o regime surgido após o 25 de abril de 1974 criaram organizações deste género (Nunes, 1995, p. 171).

Nunes (1995) e Schemes (2013) citam as comemorações cívicas como uma das estratégias de manutenção e propaganda da ordem política ditatorial instituída.

Entretanto, o uso político não é a única função social das comemorações cívicas, as quais têm distintas finalidades que se inter-relacionam. O sentimento de patriotismo e civismo representados através de gestos e condutas corporais dos sujeitos sociais participantes são geralmente interpretados como demonstrações de amor à Pátria e aos símbolos nacionais. Não se considera o contraditório e o que foi relegado ao esquecimento. Quer se afirmar que a festa cívica tem a função social de produção de memórias e também de esquecimentos. Os sujeitos sociais que dela participam rememoram fatos considerados de relevância histórica, em oposição a outros não rememorados e enaltecem aqueles que foram titulados como *heróis* socialmente aceitos como exemplos para a nacionalidade. Partindo desta ótica a construção da memória coletiva oficial perpassa o sentido desta função e assim afeta a coesão social tecendo laços de pertencimento comunitário caracterizando um “ato coletivo por excelência, produzindo identidade, mais ou menos provisória, e em diferentes graus, para seus participantes” (Guarinello, 2001, p. 974).

Outra função social da festa cívica está relacionada ao seu potencial pedagógico. Bittencourt (2009) ao estudar a escola sob a ótica do regime republicano brasileiro também observa a questão da coesão social ao analisar as tradições inventadas e a participação das instituições de ensino em festividades cívicas.

> A missão da escola relativa ao ensino das tradições inventadas - preferencialmente a coesão nacional em torno de um passado único, construtor da nação -, justificava a preocupação na organização das atividades cívicas criadas para reforçar a memória. As tradições nacionais não poderiam, dentro deste contexto, ser tratadas apenas pelos livros didáticos acompanhados das preleções dos professores em sala de aula. “As festas e comemorações, discursos e juramentos” tornaram-se partes integrantes e inerentes da educação escolar (Bittencourt, 2009, p. 59).

As “festas e comemorações” de caráter pedagógico, como lembra Bittencourt, estendem o tempo do aprendizado de crianças e jovens escolares. Vale acrescentar que a intencionalidade política do uso dos aparatos educacionais está presente em toda a dinâmica de atuação do primeiro regime varguista (1930-1945) e, em especial no Estado Novo “teve início uma série de comemorações oficiais que procuravam destacar certas datas, envolvendo a população em um calendário festivo” (Gomes, 2005 , p. 216).

Corroborando com o entendimento de Nunes (1995) e Schemes (2013), Pimentel (1998), também retrata a função social de viés político das festas cívicas no artigo “A Mocidade Portuguesa Feminina (1937-47)” assim como os estudos de Ninhos (2012), “’Com luvas de veludo’”: a estratégia cultural alemã em Portugal (1933-1945)”. Pimentel e Ninhos, analisam a criação de organizações da juventude sob o regime estatal com a finalidade de arregimentá-las a serviço de suas políticas. Ainda que em contextos territoriais distintos (Argentina, Portugal e Alemanha), as investigações destes autores expressam o uso de práticas comemorativas em regimes ditatoriais em razão do apogeu de lideranças políticas autoritárias no século XX nas décadas de 1930 a 1940 que afetam a formação de valores e práticas comportamentais da juventude almejadas por estes regimes. O Brasil não ficou à margem deste modelo nas referidas décadas. Contudo, a efetivação do uso do aparato estatal e a criação das festividades cívicas alusivas a Semana da Pátria tem características próprias e estão contempladas nesta pesquisa.

O uso dos eventos comemorativos, entre eles os desfiles de caráter cívico-militar não foram circunscritos ao território nacional, pois de 1937 a 1945, também ocorriam em outros Estados nacionais de tendência autoritária como Portugal, Itália, Alemanha e Argentina, com origem, características e objetivos próprios vinculados aos regimes de governo aos quais estavam inseridos. Pode-se aferir similaridades na composição dos acontecimentos cívicos do Estado Novo com outros contextos nacionais, mas é impreciso, historicamente, afirmar que tinham idêntico ideário político, econômico, militar, educacional e cultural.

Os Estados nacionais autoritários criaram e reinventaram festas cívicas nas quais a ocorrência do desfile se fez presente porque o mesmo espetacularizava o ideal de legitimação do poder de cada regime, difundia propaganda ideológica, demonstrava força política e militar, exaltava o nacionalismo, construía a imagem do líder e os discursos de união nacional.

No contexto político do Estado Novo os desfiles são interpretados como estratégia de mobilização de massas urbanas nas capitais e cidades do país e, desse modo, afetam espaços regionais.

Sabe-se que a criação dos eventos cívicos regionais não se desarticula dos eventos nacionais no contexto político do Estado Novo. Os eventos regionais são criados para reproduzir o ideário nacional. Quando eventos cívicos tornam-se objeto de estudos, evidencia-se a sua relevância para a sociedade e a comunidade científica. A temática desta pesquisa, embasada nesta premissa, integra um processo contínuo de estudos acadêmicos sobre a cultura cívica no Estado Novo brasileiro. A contribuição dos pesquisadores brasileiros, Gomes (2005), Lenharo (1986), Bittencourt (1990), Goulart (1990), Pandolfi (1999), Bomeny (2009), Capelato (2009), Parada (2009), Fraga (2023) e Horta (2012) se inscrevem nesta perspectiva de aprofundamento teórico, pois estes autores discorrem sobre aspectos políticos, sociais e culturais que convergiram para a instauração do regime e seus desdobramentos.

As comemorações cívicas que ocorreram nos anos anteriores e posteriores aos marcos temporais do Estado Novo têm historicidades específicas circunscritas ao seu espaço e tempo. Todavia, aquelas que ocorreram em nível nacional e regional, durante o Estado Novo, apresentam um potencial investigativo para ser problematizado, analisado, refletido e narrado historicamente. Constituem um *continuum* de ritos. Este pensamento revela que para além da experiência pessoal, a pesquisadora percebe o potencial do estudo que comporta desdobramentos e complexidades e conclui que o estudo desta tradição, está integrada a uma *zona quase silenciosa* marcada pela vigência do nacionalismo, pelo sentimento de patriotismo e demonstrações de civismo.

A pertinência desta constatação inicial justifica a atenção ao objeto de investigação e a proposta de titulação da dissertação “A Semana da Pátria ‘condignamente comemorada’: desfiles cívico-militares de Ponta Grossa, PR (1937-1945)”. A inclusão das palavras “condignamente comemorada” não ocorre por acaso. Elas fazem alusão a várias manchetes e a recorrência do uso do advérbio condignamente na composição das notícias publicadas no Diário dos Campos. O uso frequente deste advérbio de modo, observado em inúmeras edições do jornal, pode indicar o desejo do redator da notícia em imprimir intensidade à festa cívica, considerando-a comemorada de forma merecida e apropriada, semelhante ao

emprego que faziam outros veículos de imprensa[7] para representar uma forma cerimoniosa de valorização do acontecimento nas primeiras décadas do século XX.

Busca-se compreender como as comemorações cívicas surgiram e se estabeleceram nos marcos temporais de estudo e, para tanto, investiga-se: Como a criação e a organização dos desfiles cívico-militares afetaram o espaço político, militar, educacional e cultural em âmbito regional e como o estabelecimento destes acontecimentos se relaciona com o contexto nacional.

O uso do jornal como fonte documental se insere nesta perspectiva investigativa e não é o único recurso para esta pesquisa, mas para ela foi selecionado porque carrega discursos e representações que podem ser questionados, interpretados e compreendidos a partir da sua historicidade. Carrega as marcas da sua intencionalidade, do tempo, do lugar e da memória.

Os discursos e representações da imprensa acerca do acontecimento cívico na cidade de Ponta Grossa, PR, compõem através dos exemplares físicos disponíveis para consulta nas instituições citadas anteriormente, um importante acervo documental, no qual estão presentes os registros de datas, horários, locais, instituições participantes e sujeitos sociais que participavam das comemorações cívicas. Vale sublinhar que a análise do discurso e das representações permite *olhar* como a imprensa se posicionou frente à ação política local e nacional e, se o lugar social que ocupava influenciava sua discursividade na produção da notícia publicada no jornal.

---

[7] O uso da expressão "condignamente comemorada" configura um clichê jornalístico comum no Brasil nas primeiras décadas do século XX. A exemplo, o artigo de Lopes (2022), "O Centenário da Independência do Brasil" nas páginas do Almanaque de Pelotas (1922-1923) apresenta a epígrafe que traz a expressão "celebrar condignamente". Esta se referia a idealização do projeto voltado às comemorações "que seriam realizadas na cidade ao longo dos últimos meses de 1922 e nos primeiros de 1923. O teor da narrativa explicitava o quanto Pelotas estava inserida no contexto brasileiro celebrativo da efeméride do Centenário, da mesma forma que outras cidades do país, e aproveitaria o momento para demonstrar um suposto patriotismo pelotense e, também, se apresentar como uma cidade moderna" (Lopes, 2022, p. 2). Souza (2013) também faz referência a expressão "condignamente comemorada" na composição da sua dissertação ao discorrer acerca das festas cívicas "que se transformaram em demonstrações de apoio ao regime estadonovista" (Souza, 2013, p. 45). Seu uso era corrente nos impressos do jornal curitibano Diário da Tarde como na edição de 25 de maio de 1938. Informava a notícia intitulada "O encerramento da Semana Osorio" que a data de 24 de maio "assinaladora de um grande feito das armas nacionais, na campanha do Paraguai, foi condignamente comemorada entre nós" (Diário da Tarde, 25 maio 1938, p. 8). O uso desta expressão também pode ser encontrada no Decreto-Lei nº 3.024, de 6 de fevereiro de 1941, o qual considerava o dia 13 de fevereiro uma data de celebração cívica pelo nascimento de Manoel Ferraz de Campos Salles. No Art. 2º "Para comemorar condignamente essa data"o governo federal instituía 4 normativas para que em todo o país as instituições de ensino realizassem "solenidades e preleções sobre a personalidade do grande estadista". Atualmente, a expressão é pouco usual no meio jornalístico e em documentos oficiais.

A fonte impressa não foi projetada para compor uma quantidade de itens de um museu, ou seja, o jornal enquanto impresso diário, configurava outro valor de uso por aqueles que o produziam e o recebiam como meio de difusão de notícias. O uso do jornal como fonte histórica tem outro alcance de análise e interpretação em espaços temporais distintos, em especial, por aqueles que se ocupam do exercício historiográfico. Há intencionalidades na produção, circulação e recepção do jornal impresso e há intencionalidades no seu uso como fonte de dados históricos. No campo jornalístico a impressão da notícia tem um valor de prestação de serviço à comunidade. No campo historiográfico o jornal representa uma fonte documental com outro valor de uso voltado para a investigação de dados sobre uma temática de pesquisa questionada e descrita pelo(a) historiador(a).

A definição de documento representa um desafio. “Pelo fato do documento constituir uma de suas principais ferramentas, a história, de todas as ciências sociais, foi a que atribuiu maior importância a essa definição” (Cellard, 2012, p. 296). O documento selecionado para esta pesquisa consiste no texto impresso, “registrado em papel” (Cellard, 2012, p. 297), pertencente a instituições públicas. Ao selecionar as publicações do Diário dos Campos, de 1937 a 1945, relativas às festividades cívicas, avaliou-se sua credibilidade e sua operacionalidade para a pesquisa. Tal avaliação repercute na metodologia desenvolvida: análise documental vinculada ao exercício descritivo da contextualização estrutural. Esta característica da pesquisa se fundamenta nos apontamentos do historiador Burke (1992).

Ao estudar diferentes narrativas historiográficas, Burke reflete sobre o movimento do historiador narrar descritivamente e ancorar seus estudos na estrutura, articulando ambos e fundamentando sua pesquisa. Avalia a estrutura e o exercício narrativo como integrantes da construção do acontecimento que pode ser apresentado sob pontos de vistas múltiplos (Burke,1992, p, 348). Esta reflexão é pertinente considerando que o levantamento e o estudo das fontes direciona o processo descritivo e este necessita do aporte teórico historiográfico para o desenvolvimento argumentativo e sua sustentação frente a problemática elaborada.

Burke (2017) também oferece reflexões sobre o uso da fotografia no livro “Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica”. Para Burke, a utilização de “imagens, assim como textos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular” (Burke, 2017, p. 25). Contudo o próprio autor pondera ao pensar o uso das imagens como

“testemunhas mudas. [...] Para utilizar a evidência de imagens de forma segura, e de modo eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fonte, estar consciente das suas fragilidades” (Burke, 2017, p. 26).

O conhecimento sobre o contexto de produção das imagens, suas finalidades, narrativas e discursos que carregam são fragilidades na visão de Burke e devem ser observadas pelos historiadores ao fazerem uso destes vestígios do passado. Leitores de imagens que vivem em uma cultura ou períodos diferentes daqueles no qual as imagens foram produzidas se deparam com problemas mais sérios do que leitores contemporâneos à época da produção (Burke, 2017, p. 214). Neste sentido, a posição de quem *lê* as imagens interfere no alcance da sua interpretação, pois podem ser interpretadas em temporalidades distintas.

Uma passagem da abordagem de Burke refere-se a acontecimentos comemorativos. “Tanto a escolha de acontecimentos a serem comemorados quanto a maneira como são apresentados testemunham a natureza do regime no qual foram produzidos” (Burke, 2017, p. 216) e tal proposição dialoga com a busca de sentido para o uso de fotografias produzidas em décadas distintas e que encontram-se reproduzidas nesta pesquisa como fontes documentais. Se por um lado esta pesquisa se ampara nos testemunhos sobre o passado de origem jornalística através da análise documental, de outro a investigação também se apoia no uso de fotografias porque as mesmas “oferecem acesso a aspectos do passado que outras fontes não alcançam” (Burke, 2017, p. 277).

Cada fotografia “deve ser considerada, antes de mais nada, como coisa material, artefato” (Meneses, 2012, p. 254). Cada fotografia é formada por “inúmeras variáveis que definem a natureza da imagem e a multiplicidade de significados e papéis que ela pode assumir historicamente” (Meneses, 2012, p. 243), pois é um constructo cultural e histórico e não mero documento visual. Logo, o interesse pela visualidade histórica exige uma metodologia de análise de imagens que contemple o paralelo da descrição dos elementos que a compõem, o contexto da sua produção e as reflexões que ela potencialmente promove acerca da historicidade que lhe é intrínseca. Valoriza-se a materialidade histórica que ela oferece.

A abordagem de estudo proposta por Panofsky, retratada por Kossoy (2001) e por Meneses (2012), considera a iconografia e a iconologia como método para a análise de imagens visuais.

O uso das fontes fotográficas presentes nesta pesquisa apresenta um recorte pautado pela descrição dos seus elementos (iconografia) e faz referência ao seu contexto de produção regional vinculado a seu tempo e a seu espaço (iconologia). Permitem a construção de um saber possível acerca dos acontecimentos festivos que contaram com a experiências vividas por sujeitos sociais e grupos formados pelos mesmos (suas práticas culturais, seus rituais, suas tradições) e isto se deve a contribuição que a análise das fontes imagéticas oferecem acerca das experiências humanas no passado que são (re)apresentadas no presente sob o jugo do desafio de interpretá-la à luz dos acontecimentos históricos. A fotografia é indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele (Kossoy, 2001, p. 107). Assim como a cultura, a fotografia é uma trama de significados e discursos.

Seguindo os enunciados desta primeira seção a presente pesquisa apresenta um conjunto de seções que dialogam e se inter-relacionam.

A seção seguinte retrata a passagem de Getúlio Vargas pelo Paraná apresentando o papel da região na Revolução de 1930, tecendo reflexões de estudos acerca da questão regional. Traça uma breve contextualização do Estado Novo e a institucionalização da cultura cívica, destacando o uso do discurso político na cerimônia do Dia da Bandeira realizado na capital da República em 27 de novembro de 1937 após a instauração do regime. Discorre também sobre a criação dos órgãos de imprensa, salientando o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no processo de censura e propaganda dirigido aos meios de comunicação e a sua influência na composição de um modelo de festa cívica para a chamada Semana da Pátria.

Na terceira seção, a questão regional está novamente presente. A integração dos conceitos de acontecimento e festa é traçada na medida em que as práticas festivas ocorridas em Ponta Grossa entram em *cena*. Discorre-se sobre a composição das festas cívicas de setembro e, em especial, sobre o cronograma dos a programação dos desfiles cívico-militares do 7 de Setembro, tomando como fio condutor as notícias veiculadas pela imprensa da região. Os desdobramentos da institucionalização da Semana da Pátria evidenciam a articulação dos acontecimentos cívico-militares que ocorreram no centro (Rio de Janeiro – RJ, capital da República) com a periferia (Ponta Grossa – PR).

Na seção posterior, a pesquisa apresenta duas instâncias institucionais afetadas diretamente pela composição das festas cívicas em âmbito regional: a instituição educacional e a instituição militar. Ainda que citadas na seção que a precede, essas instituições se inserem na cultura e merecem um *olhar* específico pautado em dois determinantes: as implicações da alteração do cotidiano no período de comemorações cívicas e as ações de governo, com destaque à atuação do Ministério da Educação e da Saúde e a atuação do Ministério da Guerra. Nesta seção discorre-se sobre a programação do desfile do Dia da Juventude em âmbito regional e nacional. Novamente, reitera-se que a articulação do acontecimento regional se relaciona com as diretrizes do Estado Novo. Para argumentar em que medida esses direcionamentos se efetivaram, no campo educacional são tecidas considerações acerca do currículo de ensino da época. No outro campo, a análise de fontes documentais permite *olhar* a instituição militar para além das programações cívicas instituídas no período.

Em todas as etapas acima mencionadas, representações e discursos das fontes documentais são apresentadas e está-se pensando no significado e no sentido da ação dos sujeitos sociais no curso dos acontecimentos descritos.

Representações e discursos são imersos pela linguagem e coexistem pela busca de sentido. “E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (Orlandi, 2000, p. 25). E é a Análise do Discurso (AD) que orienta a tarefa proposta para esta pesquisa: discorrer sobre as festividades cívicas, destacando a função dos desfiles cívico-militares em um dado contexto político, social e, fundamentalmente, cultural interpretando os acontecimentos do passado através do estudo sistemático que envolve o objeto e a temática na busca pela produção de sentido, descortinando o que a imprensa representou sobre si mesma e sobre a sociedade na qual estava inserida.

A Análise do Discurso, fundamentada nas reflexões de Orlandi (2000; 2005), o estudo acerca das representações apontadas por Chartier (1991; 2015) e as reflexões de Foucault (2014) sobre os usos do discurso, acompanham a investigação porque são fundamentais para auxiliar o processo de compreensão do uso da linguagem encontrada na fonte histórica, em especial, porque a linguagem está impregnada pelo conjunto de influências da cultura, da ideologia e da temporalidade. A contribuição dos referidos autores forma um viés metodológico interpretativo.

Almeja-se apresentar uma compreensão histórica[8] sobre os acontecimentos descritos e analisados, vinculando sua conjuntura à estrutura, no período de 1937 a 1945. Busca-se, assim, compreender os significados comunicados pelas programações cívicas, as quais tomavam o desfile como uma forma de manifestação coletiva, política, social e cultural. Visa-se a um exercício hermenêutico, argumentativo, no qual a narrativa de toda a investigação traçada *faça sentido.* Trata-se de questionar o passado no presente. O que os sujeitos sociais vivenciaram em âmbito regional *fazia sentido*? O que significaram as práticas culturais e simbólicas que compunham os desfiles cívico-militares idealizados pelo regime varguista representaram para os atores sociais diversos? Um enigma do passado a ser decifrado? Refletir sobre a ação do homem no tempo exige distância analítica para "transpor a experiência do cotidiano para a história, como legado e como processo" (Martins, 2007, p. 36).

[8] Hobsbawm (2015), afirma que as tradições inventadas são indícios importantes para o estudo do historiador e que o estudo das mesmas evidencia "as relações humanas com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal" (Hobsbawm, 2015, p. 20). Pode-se inferir, portanto, que a criação de uma tradição tem por finalidade legitimar acontecimentos do passado, mas o exercício para compreendê-la não se limita a este enfoque. Hobsbawm (2015), desse modo observa o caráter interdisciplinar do estudo sobre a invenção das tradições e o papel do historiador.

2 “O BRASIL SOB NOVO REGIME” E A PARTICIPAÇÃO DA “CAPITAL CÍVICA DO PARANÁ”

O transporte ferroviário de cargas e passageiros no Brasil era o mais utilizado na década de 1930 e, em Ponta Grossa, as instalações da ferrovia representavam um espaço de convivência urbana. “Os trens, principalmente, da linha férrea São Paulo - Rio Grande, muitas vezes traziam passageiros ilustres, que chamavam a atenção da população, transformando o local em ponto de encontro e festividade” (Monastirsky, 2001, p. 43). O trânsito das locomotivas e vagões e a chegada ou a partida de pessoas eram motivo de observação, entretenimento e encontros nas proximidades da estação ferroviária pelos ponta-grossenses.

Getúlio Vargas se destacava no cenário político nacional desde a década de 1920. Sua passagem por Ponta Grossa em outubro de 1930 estava relacionada à estratégia traçada pelos militares do Rio Grande do Sul em conjunto com as forças militares de Santa Catarina e Paraná que declararam adesão ao movimento político em curso. Saindo do Rio Grande do Sul com a comitiva militar que o acompanhava, Getúlio Vargas ficou “aguardando os acontecimentos do Rio de Janeiro” (Chamma, 1988, p. 87) na região dos Campos Gerais. Estava instalada naquele contexto a Revolução de 1930 com o objetivo de destituir através da luta armada, Washington Luís Pereira de Sousa (1869-1957) da presidência da República e impedir a tomada da presidência pelo seu sucessor eleito, Júlio Prestes de Albuquerque (1882-1946). Esta revolução “recebeu apoio de grupos heterogêneos, como militares, liberais-democratas, líderes de esquerda e de direita” (Mourelle, 2023, p. 15).

> Pela primeira vez na história política nacional, um regime político centrado no Rio de Janeiro foi derrotado pelas periferias rebeldes. O isolamento e a falta de sustentação popular do Presidente Washington Luis e as primeiras sequelas da crise de 1929 aprofundaram a insatisfação geral. A cisão e as divergências entre diferentes frações da classe dominante e a crise do regime político da República Velha foram as causas da Revolução de 1930 (Oliveira, 2004, p. 15).

A fotografia a seguir configura uma fonte documental que retrata a participação da região no cenário da Revolução de 1930.

Fotografia 1 – Getúlio Vargas em Ponta Grossa, outubro de 1930



Fonte: Museu Cenas

A fotografia retrata a chegada de Getúlio Vargas a Ponta Grossa em outubro de 1930. A cena ocorre na rua pavimentada de pedra ao lado da Praça Munhoz da Rocha que passaria a ser denominada na década de 1930 como Praça João Pessoa[9]. Usando uniforme militar padrão da época e lenço, Getúlio Vargas ocupa posição central no enquadramento do fotógrafo que habilmente se projeta à frente dos sujeitos que caminham. Ao traçar esta estratégia de captura de imagem o fotógrafo faz uma

[9] A praça recebeu este nome em homenagem ao político paraibano João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1878-1930), morto em 26 de julho de 1930 em Recife, que ocupou a posição de vice na candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República na eleição que ocorreu em 1º de março de 1930. Tal homenagem simboliza o apreço político regional da época em vincular o logradouro público com a Revolução de 1930 considerando a passagem do líder gaúcho pela cidade. A praça João Pessoa teve grande importância para a vida econômica e social da cidade, não apenas porque se encontra no trajeto da estação ferroviária para o deslocamento de pessoas e produtos comercializados, mas devido à concentração popular que agregava em diversos eventos como a chegada de lideranças políticas e eventos cívicos, também constituía "um local de reunião de famílias. Ao entardecer, a população circulava espontaneamente pelo lugar, devido ao grande movimento que ali havia" (Ruth, 2023, p. 56). Na história local, portanto, esta praça tem relevância econômica, social e política. Tradicionalmente é chamada "Praça da Estação" devido a sua proximidade com a Estação Saudade (atual denominação da Estação Ponta Grossa). A homenagem ao político paraibano pode ser encontrada em diversos logradouros públicos no Brasil, incluindo o nome da capital do estado da Paraíba, ocorrida em 4 de setembro de 1930, anteriormente chamada Paraíba do Norte. Cabe destacar que a morte do líder paraibano precipitou a Revolução de 1930, pois a ela foi atribuído um sentido político.

seleção do cenário que assiste e cria uma cena imagética. Acompanhando Getúlio Vargas estava um grupo de militares, populares e políticos locais. Considerando que a cidade recepcionava os revolucionários armados que estavam a caminho da capital da República, a presença de mulheres, à direita, trajando uniforme de enfermeiras[10] pode indicar a preocupação das autoridades locais em prestar atendimento aos membros daquela comitiva militar. À esquerda encontra-se a rua Fernandes Pinheiro, um dos logradouros públicos em processo de expansão comercial no período. O poste de iluminação pública é outro indício do processo de desenvolvimento urbano da cidade na década de 1930. "A disponibilidade de energia elétrica inicia um processo de mudanças de hábitos da população" (Silva, 2001, p. 96). Este processo estava em curso desde o início do século XX. Ao fundo do retrato vê-se um edifício de dois pavimentos construído com arquitetura neoclássica destinado ao tráfego de trens. Inicialmente chamada de Estação Roxo de Rodrigues, a Estação Ponta Grossa "possuía a infraestrutura necessária para atender à crescente demanda da circulação de cargas e passageiros que Ponta Grossa e região experimentavam na época" (Monastirsky, 2001, p. 42).

O desembarque de Getúlio Vargas na Estação Ponta Grossa permite à cidade a experiência de um acontecimento histórico vinculado ao movimento político e militar que se consolidava no plano nacional. O envolvimento da cidade no movimento está representado pela presença de sujeitos sociais pertencentes a classe política, militar, trabalhista entre outras. Acrescenta-se o fato da chegada da informação em Ponta Grossa, do aceite do nome de Getúlio Vargas para a presidência da República pela Junta Militar[11] formada no Rio de Janeiro. Chamma (2007) descreve como o político gaúcho teria recebido a informação ao ser declarado o novo presidente do país:

---

[10] A participação feminina em conflitos armados na época estava restrita à atuação no campo da enfermagem. As mulheres que atuaram na retaguarda da Revolução de 1930, socialmente não receberam destaque se comparado às tropas revolucionárias, formadas majoritariamente por soldados.

[11] "O alto ideal da confraternização da família brasileira, a junta governativa do Rio de Janeiro e o Dr. Getúlio Vargas" é o título da notícia publicada pelo jornal curitibano Diário da Tarde, a qual aponta indícios da participação direta dos chefes militares que atuavam da capital federal nos preparativos para a tomada de posse da presidência da República pelo líder gaúcho. Este registro foi o único encontrado, relativo àquele período, disponibilizado através de consulta *on line* pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Segue a íntegra do registro jornalístico: "Dr. Getúlio Vargas. Ponta Grossa. De Cattete, Rio. – Afim confirmar tudo que dissemos radio, seguirão amanhã avião dr. Ariosto Pinto, coronel Lucio Esteves e tenente Paiva Chaves. Ass. Chico Neves. De facto, hontem a noite chegava a Paranaguá o hidroavião que trouxe os emissários acima referidos. Estes foram immediatamente transportados em trem especial para Ponta Grossa, onde, logo após a sua chegada, às 16 horas mais ou menos, foram recebidos pelo presidente Getúlio Vargas e pelo coronel Goes Monteiro, com os quaes conferenciaram longamente, pondo-os ao par detalhadamente dos

> Foi numa reunião, no Cine Renascença, uns 10 dias depois, ainda no mês de outubro, ás três horas da tarde, que recebeu um telegrama comunicando que o Presidente Washington Luís havia renunciado, e embarcado para a Europa, e que uma Junta Militar formada pelo Almirante Isaias de Noronha e os generais Mena Barreto e Tasso Fragoso, havia assumido como governo provisório, tendo declarado Getúlio Vargos novo Presidente do Brasil e que ele deveria seguir imediatamente para o Rio, pois o Exército garantiria sua passagem por São Paulo (Chamma, 2007, p. 213).

Ovacionado como presidente, Getúlio Vargas afirma "que a cidade e seu povo não iriam esquecer jamais que ali, no interior do Paraná, ele era praticamente empossado como Presidente da República" (Chamma, 2007, p. 213). Esta passagem, conforme Chamma, seria a origem da expressão "Capital Cívica do Paraná" usada em referência a Ponta Grossa por Getúlio Vargas.

No período que esteve na cidade, Getúlio Vargas recusou inúmeros convites de hospedagem em residências, preferindo "continuar hospedado em seu vagão especial, que permanecia num desvio da via férrea, junto à Estação" (Chamma, 2007, p. 213).

Outro momento do apreço à sua presença na cidade foi captada pelo fotógrafo por meio de um enquadramento lateral. Em pé, elevado no vagão de trem para passageiros, rodeado por militares, Getúlio Vargas sorri e observa um grupo de moradores que parecem aclamá-lo com bandeirolas no espaço destinado a oficinas de manutenção de trens. Um dos militares próximos a Getúlio Vargas parece olhar a ação do fotógrafo. Não é possível concluir se o próprio autor da captação da cena deixou marcas escritas na fotografia, mas este gesto indica a existência do costume de datar as fotos, localizá-las e revelar o que e/ou quem elas retratam. Trata-se de um registro não efetivado no verso, mas que possui intencionalidade evidente.

---

sucessos occorridos no Rio de Janeiro e reaffirmando a inteira solidariedade de todas as forças de terra e mar do Rio e São Paulo com o programa de ideias e acção da revolução brasileira. Secretaria da Presidência da República. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1930. Ao exmo. Sr. Presidente Getulio Vargas. A junta governativa, aguardando a vinda de v. Ex. A esta capital, afim de organizar e presidir o governo que a vontade nacional exige, delega junto a v. Ex. os officiaes do Exercito que vão servir as suas ordens para acompanha-lo na sua viagem para esta capital. Esses officiaes: tenente coronel José Antonio Coelho Netto; tenente coronel Emilio Lucio Esteves; primeiro tenente Carlos Flores de Paiva Chaves representam a officialidade do exercito, que sauda em v. Ex. o chefe do governo provisorio. Pela junta João de Deus Menna Barreto, General'. Assim, pois, estabelecida a necessaria unidade de vistas entre todas as forças armadas do paiz, que obedecem a chefia do presidente Getúlio Vargas, legitimamente eleito e aclamado pelas populações do norte, centro e sul do paiz, assumirá elle, para realização do programa revolucionario, ao chegar a capital da Republica, para aonde se transporta neste momento, a direcção suprema da nação. (Ass.) João Pio de Almeida, chefe do serviço official de informações e controle do commando geral das forças nacionaes" (Diário da Tarde, 28 out. 1930, p. 4).

O uso de um lenço no traje militar de Getúlio Vargas não representa um simples acessório e sim um indicativo de uma tradição criada durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) na qual o lenço, em especial o vermelho, foi utilizado como elemento funcional (proteção do pescoço e da poeira) e simbólico relacionado a alianças e a lealdade política no Rio Grande do Sul. Ao trajar este acessório o líder gaúcho expressava sua identidade e apreço à tradição do seu estado de origem e, dessa forma levava no corpo as marcas da cultura e da representação militar no trajeto de posse da presidência da República.

Fotografia 2 – Getúlio Vargas no vagão de trem em Ponta Grossa, outubro de 1930



Fonte: Museu Campos Gerais

Este registro evidencia que a presença de Getúlio Vargas na "Princesa dos Campos[12]", outra denominação criada para a cidade, não passou despercebida. Sua passagem contou com apoio político e com expressivo apoio das forças militares

[12] Sobre as representações atribuídas à cidade, a pesquisa de Zulian (2007), publicada pela Revista História Regional, apresenta um significativo levantamento de dados sobre a cidade e a sua população nas primeiras décadas do século XX. Essas visões eram pautadas pelas ideias de progresso do regime republicano. Segundo Zulian (2007) naquele período surgiram "uma nova ideia de nação e, pela descentralização política, um novo espaço para regionalismos. É desse momento a construção das identidades regionais, manifestadas em movimentos como o gauchismo (Rio Grande do Sul), o mineirismo (Minas Gerais), o bandeirantismo (São Paulo) e o paranismo (Paraná)" (Zulian, 2007, p. 46).

sediadas no estado do Paraná. A expressão de contentamento de Getúlio Vargas ante a presença dos populares revela o alcance da receptividade naquele momento e precede, na visão da pesquisadora, *um gesto, um sorriso*, muito característico e presente nas fotografias da década de 1930 e até a metade da década de 1940 usadas pelos aparatos de imprensa do governo Vargas para projetar a imagem do líder político em contato com o público em diversos eventos, incluindo as festividades cívicas.

Oliveira realizou um relevante estudo sobre a história política do Paraná no contexto do movimento, apontando vários elementos que conferiram "grande impulso à Revolução de 1930, contribuindo enormemente para sua vitória" (Oliveira, 2004, p. 18).

A campanha militar no Paraná foi empreendida inicialmente por um sujeito social que não atuava na política, mas na área militar. O major Plínio Alves Monteiro Tourinho (1882-1950) articulou a adesão dos oficiais do exército que ocupavam posições de comando em unidades da 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina). Entre estas unidades, o 13º Regimento de Infantaria (13º RI) de Ponta Grossa contava com chefias militares simpatizantes do movimento que ordenam o deslocamento de tropas em direção à região de Itararé, São Paulo, para o combate contra as unidades legalistas no início do mês de outubro em conjunto com duas Companhias do 15º Batalhão de Caçadores de Curitiba.

No curso da movimentação das tropas militares até a chegada de Getúlio Vargas ao Rio de Janeiro vários desdobramentos são indicativos do papel estratégico de grupos políticos e, principalmente, militares do Paraná sustentando apoio logístico aos revolucionários gaúchos. Destacam-se, para tanto, as unidades militares paranaenses localizadas em União da Vitória, Porto União e Palmas. Entre estes desdobramentos ocorre a destituição dos políticos que ocupavam o cargo de governadores em Santa Catarina e no Paraná, para os quais foram indicados respectivamente como governadores provisórios o tenente-coronel Arnaldo Mancebo e o general Mário Alves Monteiro Tourinho (este irmão de Plínio Tourinho), a prisão de dois generais na capital paranaense, a adesão do esquadrão da cavalaria da Força Estadual do Paraná, da Polícia Estadual do Paraná e dos batalhões militares localizados em várias cidades e o apoio popular em Curitiba e nos Campos Gerais. Conforme a cronologia traçada através de pesquisa, Oliveira afirma que no dia "16 de outubro Getúlio Vargas chegava ao Paraná. No dia 20 desembarcava

apoteoticamente em Curitiba. A partir de 23 de outubro[13], o quartel-general da Revolução seria Ponta Grossa" (Oliveira, 2004, p. 17).

Para Oliveira a passagem das tropas militares pelo Paraná foi estratégica e fundamental para a consolidação da Revolução de 1930.

> A rota ferroviária para São Paulo estava aberta. As extensas pontes sobre os rios Iguaçu e Negro estavam incólumes. Se fossem destruídas, poderiam atrasar em meses o deslocamento logístico e militar das tropas gaúchas da 3ª Região Militar, dando grande fôlego para a resistência no Catete (Oliveira, 2004, p. 16).

As instalações da ferrovia, as condições de acesso via pontes sobre rios, a adesão militar, política e popular favorecem, portanto, a passagem de Getúlio Vargas e a comitiva militar pela "Capital Cívica do Paraná". A região participa da trama histórica. Espaço e tempo revelam sua dimensão relacional naquele contexto.

Vale observar que as fontes imagéticas (fotografias 1 e 2) têm em comum as marcas da regionalidade e pertencem a mesma temporalidade. Ambas foram produzidas em preto e branco, resultam de camadas de historicidade e suscitam perguntas para além do que oferecem como evidências históricas. A irreversibilidade das cenas registradas representa "o congelamento do gesto e da paisagem, [...] a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza" (Kossoy, 2001, p. 155).

O que é possível compreender sobre a região partindo do acontecimento documentado acerca da passagem de Getúlio Vargas naquele contexto? Os registros apontam para a protagonismo da região, no sentido de que esta foi estratégica para o avanço das tropas militares do sul em direção à capital da República? Ambas se interligam no espaço e no tempo?

---

[13] Devido a ausência de exemplares do Diário dos Campos datados de 1930, averiguou-se que a passagem de Getúlio Vargas foi noticiada em Curitiba. Na data de 23 de outubro de 1930, o jornal Diário da Tarde noticia "Getúlio Vargas o presidente-soldado demandou Ponta Grossa" afirmando que o mesmo e comitiva haviam deixado Curitiba em direção a Ponta Grossa. Dizia a notícia: "O Generalissimo Getúlio Vargas, na madrugada de hoje, deixou Curityba, acompanhado das suas casas civil e militar em demanda da cidade de Ponta Grossa, sede do seu Quartel General. Hontem, o sr. tenente Ismar Góes Monteiro, ajudante de ordens de S. Excia, esteve na residência do dr. Ulysses Vieira, Director do Diário da Tarde, levando as despedidas e agradecimentos do dr. Getúlio Vargas. Por nosso intermedio, o Presidente-soldado apresenta despedidas a todas as pessoas que o visitaram e das quaes não poude se despedir pessoalmente" (Diário da Tarde, 23 out. 1930, p. 10).

À guiza de interpretação, os acontecimentos descritos anteriormente ocorreram em um espaço territorial que emergiu historicamente e foi denominado Ponta Grossa em determinada circunstância do tempo. Inúmeras leituras e interpretações acerca do surgimento desta região foram realizadas no século XIX e XX legitimando sua existência. A construção de uma região[14] é historicamente legitimada pela participação dos sujeitos sociais ao longo do tempo no espaço que ocupam. Acompanhando Silva e Pereira (2016), compreende-se a região como produção social indissociável do tempo, no qual "os fenômenos históricos possuem como componente fundamental o espaço entendido como algo vivo, relacional e em permanente construção e desconstrução" (Silva; Pereira, 2016, p. 314).

No processo de construção de uma região[15], as conexões entre os espaços locais e globais se efetivam, se inventam e se desconstroem e, dessa forma revelam-se relacionais em várias frentes, resultantes das "construções culturais, identitárias e simbólicas" (Silva; Pereira, 2016, p. 313) na composição das relações sociais.

As diferentes regiões, conformadas pelas relações sociais de diferentes naturezas, podem conviver harmonicamente ou em tensionamentos constantes. Podem se estabelecer em conflitos, hegemonia e hierarquia (Silva; Pereira, 2016, p. 315). Discursos e representações constroem e se desconstroem no processo relacional.

No caso de Ponta Grossa a interpretação dos acontecimentos que a veiculam a Revolução de 1930 revela que a cidade manteve com outras regiões uma relação de reciprocidade e apoio devido às condições humanas, físicas e materiais que oferecia. A dimensão da sua participação no desenrolar do acontecimento foi relacional e não subalterna aos interesses políticos do centro. Tempo e espaço não se dissociaram naquele contexto histórico. Ponta Grossa, ainda que possa ser

---

[14] Estudos sobre História e Região são apontados pela Revista de História Regional criada no formato digital em 1996 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR. As citações de Silva e Pereira fazem parte do artigo Balanço aos 20: a Revista de História Regional no campo historiográfico brasileiro, publicado em 2016.

[15] Revel (1998) através da obra "Jogos de Escalas: a experiência da microanálise", compreende que os acontecimentos sociais e históricos de origem local, regional, nacional e global, podem ser interpretados em diferentes níveis, em diferentes escalas, sendo uma chamada macro análise e outra micro análise. Se privilegia, no seu argumento, as conclusões sobre como o local e o global se inter-relacionam, se interconectam. Revel não hierarquiza uma escala em detrimento da outra. Os acontecimentos dependendo do ponto de análise apresentam interpretações distintas. A micro história configura um ponto de partida para os estudos historiográficos. O foco nos acontecimentos locais, sem o descarte dos acontecimentos globais, os coloca em diálogo com a micro escala e, este movimento de estudo pode revelar o nível de alterações históricas empreendidas pelos sujeitos sociais, ampliando o conhecimento sob novas perspectivas.

caracterizada como periferia, não se desvestiu da experiência da sua cultura, manteve sua organização social, política e militar, deu visibilidade a grupos que acolheram Getúlio Vargas e a comitiva que o acompanhava, como revelam as fontes imagéticas e os dados levantados por Chamma (2007), festejou a chegada do comunicado direcionado a Getúlio Vargas remetido pela Junta Militar que se encontrava na capital da República, mantendo uma relação estratégica frente aos acontecimentos que afetaram o contexto político e militar nacional. Estes eventos permitem compreender porque a receptividade da região se efetivou com aqueles resultados e não outros. "Se um espaço é histórico ele não pode permanecer idêntico a si mesmo" (Albuquerque Júnior, 2008, p. 10), pois os acontecimentos impactam a experiência humana dos sujeitos que o habitam repercutindo na linguagem, na memória e na cultura. Elementos externos à cidade se integraram a ela e a seu processo histórico. Os acontecimentos locais, portanto, estavam relacionados a mudanças estruturais que afetaram toda a sociedade brasileira.

Fernandes (2003) retrata a atuação de dois políticos locais durante a passagem de Getúlio Vargas e a comitiva militar. Um é Jorge Becher, nomeado prefeito pelo interventor general Mário Tourinho, duas semanas antes da chegada das lideranças política e militar do Rio Grande do Sul. Outro é o ex-prefeito Victor Baptista, eleito pelo processo eleitoral, que havia atuado no executivo municipal de setembro de 1924 a abril de 1928. Fernandes observa:

> Jorge Becher, conquanto apareça, na cidade de Ponta Grossa, em diversas fotos na companhia de Getúlio e seja citado por este, em várias passagens de seu 'Diário', não se impôs ao cargo para o qual foi escolhido e nem ficou a balançar turíbulo ao derredor do líder máximo da Revolução. [...] O Cel. Baptista, por sinal, foi companhia quase permanente do futuro mandatário do país, participando inclusive, da entrada triunfal deste em Curitiba e das homenagens que lhe foram prestadas. [...] Depois, quando a Junta Militar chefiada por Augusto Tasso Fragoso chama Getúlio para assumir a Presidência, o ex-Prefeito dos tempos de Caetano Munhoz da Rocha embarca junto no comboio que, às 17h50 do dia 28, saía de Ponta Grossa com destino ao Rio de Janeiro. Iria, agora, Victor Baptista, tomar chimarrão no Catete, acompanhado de outro princesino, o jornalista Epaminondas Holzmann (Fernandes, 2003, p. 419-420).

A crítica de Fernandes, exemplifica o uso político que a passagem de Getúlio Vargas e comitiva oportunizou àqueles sujeitos. Cabe destacar que Ponta Grossa fez uso festivo do acontecimento, contudo, enfrentava um período de instabilidade

política, pois no ano de 1930 contou com quatro prefeitos[16], sendo dois deles nomeados pelo interventor general Mário Tourinho. Tanto a esfera municipal quanto a estadual e a nacional ao término do ano da revolução ficaram sob novo ordenamento político.

2.1 "VIVA A REVOLUÇÃO!": O PARANÁ SOB NOVA INTERVENTORIA

A "Capital Cívica do Paraná" não foi a única a vivenciar os impactos da passagem das tropas revolucionárias e do líder político. Sobre a capital paranaense[17], Oliveira assinala que "Curitiba viveu uma intensa festa cívica nas ruas centrais. O apoio popular ao movimento foi grande" (Oliveira, 2004, p. 16).

E é em Curitiba que Mário Tourinho[18] permanece como interventor após a instauração do Governo Provisório sob a presidência de Getúlio Vargas, mas enfrenta oposição militar e de outros setores, renunciando o cargo no final do ano de 1931. O cargo de Interventor do Estado não ficaria vacante. João David Pernetta (1874-1933) assume até a indicação "meticulosamente pensada por Vargas, recaindo na figura de Manoel Ribas, que tomou posse no dia 30 de janeiro de 1932" (Oliveira, 2004, p. 19).

Na visão do jornal curitibano Diário da Tarde, o novo mandatário[19] "a quem o governo provisorio confiou as elevadas funcções de seu delegado no governo do

---

[16] Segundo pesquisa de Chamma (1988), Elyseu de Campos Melo atuou até maio de 1930, seguido por Bernardo Sávio que assumiu interinamente até o mês de julho. De julho a outubro, a cidade foi administrada por Lysandro Alves de Araújo, o terceiro na sequência que atuaria até a indicação de Jorge Becher em outubro. Este permaneceria até o início de 1931. Sobre Lysandro Alves de Araújo, Chamma destaca que o mesmo "foi um dos fundadores do Partido Social Democrático no Paraná, juntamente com Manoel Ribas e Moisés Lupion" (Chamma, 1988, p. 80).

[17] A repercussão do apoio popular curitibano ao líder gaúcho e a comitiva militar bem como os desdobramentos do movimento revolucionário foram noticiados diariamente pelo jornal Diário da Tarde, o qual também foi afetado por ele. Uma pequena nota publicada nos primeiros dias de outubro daquele ano é emblemática para ilustrar que em "consequência da deposição do governo Affonso Camargo" o diretor do jornal, Samuel Cesar, foi substituído por um membro do movimento convidado pelas forças revolucionárias. Considerado pelo jornal "um dos chefes proeminentes, assumiu a direcção do Diário o illustre professor Dr. Octavio da Silveira, intellectual de brilho e cathedratico da cadeira de psychiatria da nossa Faculdade de Medicina" (Diário da Tarde, 06 out. 1930, p. 1). A mesma edição apresenta com destaque a manchete "Viva a Revolução", a qual seria repetidamente usada para delimitar em cada edição do jornal a sequência de fatos vinculados ao movimento naquele período. A troca da chefia do jornal, sinalizava também o discurso pró-Revolução adotado nos editoriais que se seguiram.

[18] O jornal curitibano Diário da Tarde noticia a troca do governo paranaense. Abaixo da reprodução da foto do novo mandatário o jornal informava: "O illustre general Mário Monteiro Tourinho que hontem às 17 e 30 horas assumiu o governo provisorio do Estado" (Diário da Tarde, 06 out. 1930, p. 1).

[19] A nota intitulada "Tomou posse o novo Interventor", publicada pelo jornal Diário da Tarde, expressava o juízo de valor do redator quanto ao ato de posse do novo interventor: "O acto de posse, assistido

Paraná", representava o ideal de harmonia política e o cumprimento das "promessas feitas em suas declarações", pois considerava que "seus princípios, suas convicções e suas intenções são já fartamente conhecidas do povo paranaense, atravez de varias entrevistas concedida a jornaes do Rio, S. Paulo, Rio Grande e daqui" (Diário da Tarde, 30 jan. 1932, p. 1). Conforme a representação desses dados à imprensa, as lideranças políticas e outros segmentos sociais acolhem positivamente a troca da interventoria no estado.

A posição de Manoel[20] Ribas (1873-1946) "garante a posição paranaense pró-Vargas" (Oliveira, 2004, p. 21) durante toda a vigência do regime instaurado em 1930 e a manutenção do *status quo* de "grupos tradicionais da classe dominante paranaense" (Oliveira, 2004, p. 20) formados pela atuação de membros "das famílias que detinham o poder no Paraná desde o século XVII em cargos importantes" (Oliveira, 2004, p. 20). A atuação destas famílias[21] pós-Revolução de 1930 se consolida com outros sujeitos sociais compondo a elite política paranaense. Soma-se neste processo a participação de grupos políticos que atuaram na Assembléia Legislativa do Paraná até 1937, os quais formaram representações partidárias para a formação da Assembléia Constituinte do Paraná em 1935 que mantém através de votação indireta a posição de Manoel Ribas na gestão do estado. A movimentação política no Paraná foi mais expressiva se comparado aos interesses socioeconômicos. "Apoiar ou não Vargas era o divisor de águas. No governo de Ribas, vários políticos que trabalhavam no regime deposto pela Revolução de 1930 voltaram a cargos de poder" (Oliveira, 2004, p. 27).

Em outras frentes de atuação, a interventoria de Manoel Ribas[22] burocratiza a gestão com o objetivo de controlar e manter uma austeridade financeira, cria novos órgãos para atender as demandas da agricultura, da segurança pública, tecnologia e de comunicação. O sistema viário é impactado pelas políticas de governo com a construção de novas rodovias, surgem novas indústrias, o Porto de Paranaguá recebe

---

por grande número de pessoas gradas, autoridades, jornalistas e amigos revestiu-se de maxima simplicidade" (Diário da Tarde, 30 jan. 1932, p. 1).

20 No curso da pesquisa observou-se que a grafia do nome do interventor é apresentada nas fontes documentais como Manoel e também pode ser encontrada Manuel. Considerando os estudos genealógicos desenvolvidos por Oliveira (2004) sobre a origem familiar e relações de parentesco do interventor, optou-se pela grafia Manoel.

21 Sobre a composição das famílias, representativas da classe dominante paranaense, ver Oliveira (2004).

22 A demissão dos funcionários contratados pelo regime político anterior como meta de austeridade fiscal e "também à grosseria e franqueza no estilo 'gauchesco'" (Oliveira, 2012, p. 26) adotado por Manoel Ribas rendeu a ele o apelido de Maneco Facão.

novas obras, ampliam-se o número de instituições de ensino e é realizado uma "revisão e implantação de uma nova política agrária e de colonização fundiária" (Oliveira, 2004, p. 27). Ponta Grossa é uma das regiões[23] impactadas pela expansão rodoviária neste período e pela construção de novas indústrias. O interesse pela infraestrutura e desenvolvimento econômico não ficou circunscrita à região dos Campos Gerais.

Acrescentavam-se à gestão de Manoel Ribas os desdobramentos da posição de Getúlio Vargas, em 1943, criando "novos territórios federais, nas regiões de fronteira, alegando oficialmente a necessidade de fortalecer as mesmas e acelerar o progresso nos territórios limítrofes, para maior segurança nacional" (Wachowicz, 2010a, p. 256).

O Paraná e Santa Catarina foram espaços regionais[24] de fronteira afetados pela política de governo chamada "marcha para oeste"[25].

Nacionalizar a "fronteira guarani" (divisa entre Brasil, Paraguai e Argentina) não representava um interesse geopolítico novo, pois Mário Tourinho, após a Revolução de 1930, interfere nas questões de fronteira[26] sem o aval dos dirigentes do Governo Provisório e ao baixar "o decreto nº 300, que retomava da companhia Braviaco[27] as terras tituladas pela construção do ramal Ponta Grossa-Guarapuava" (Wachowicz, 2010b, p. 287), desagrada os dirigentes do regime e o próprio Getúlio Vargas que

---

[23] A construção da malha ferroviária e rodoviária na cidade constituíram-lhe uma nova representação social. Um dos *sites* do poder público municipal da atualidade informa que Ponta Grossa é considerada o principal entroncamento rodoferroviário do sul do país devido à sua posição geográfica privilegiada em relação a outras cidades, oportunizando o acesso às demais regiões do Paraná e do país.

[24] As regiões de fronteira, consideradas territórios federais pelo regime varguista eram o atual estado do Amapá, Rio Branco (atual estado de Roraima), Guaporé (atual estado de Rondônia), Fernando de Noronha (arquipélago pertencente ao estado de Pernambuco), Ponta Porã (no estado do Mato Grosso do Sul) e Iguaçu (no território paranaense e catarinense, somando aproximadamente 79 mil quilômetros quadrados, sendo a maior porcentagem dele formado por terras paranaenses).

[25] *Slogan* criado pelos "intelectuais que apoiavam o governo Getúlio Vargas" (Wachowicz, 2010b, p. 289) e preocupados com a ocupação da "fronteira guarani", devido a presença de argentinos[25] e povos originários guaranis. Estes intelectuais comparavam a ocupação demográfica do litoral brasileiro com a ocupação demográfica das regiões localizadas a oeste do país, considerando-as de baixa densidade populacional e com potencial para o desenvolvimento econômico. Esta prerrogativa encadeia o surgimento de uma ideologia inspirada "num pretenso espírito bandeirante. A epopeia do bandeirantismo, dominante nos primeiros séculos da nacionalidade, deveria fornecer a inspiração para um novo sentimento de fronteira" (Wachowicz, 2010b, p. 289).

[26] Com a intenção de nacionalizar a região, Mário Tourinho ordena a expedição de documentos, incluindo propagandas de comercialização de produtos em língua portuguesa e a cobrança de taxas e impostos em moeda nacional para impedir dividendos em moeda estrangeira.

[27] Nome da empresa responsável pela construção do ramal ferroviário que ligava Ponta Grossa a Guarapuava (PR).

desejava a federalização da região através da aglutinação das “terras do oeste de Santa Catarina, sudoeste e oeste do Paraná” (Wachowicz, 2010b, p. 287) criando o Território Federal do Iguaçu[28]. Segundo Wachowicz, Getúlio Vargas e os dirigentes do regime desejavam que a extensão dos dois estados estivesse sob a chancela do governo federal o qual competiria decidir acerca dos aspectos econômicos e políticos da região diferente da posição adotada por Mário Tourinho.

Acompanhando Wachowicz (2010) os aspectos vinculados aos interesses políticos e econômicos sobre o território desencadeiam a troca da interventoria[29] do estado do Paraná e configuram um marco divisor na política regional. Precavido em relação a inimizades políticas, Getúlio Vargas transfere “o problema para a década seguinte, quando, pelo decreto-lei 5.812, de 1943, o Governo Federal criou vários territórios, entre os quais o Iguaçu” (Wachowicz, 2010b, p. 288). Esta manobra política seria desfeita com a promulgação da Constituição de 1946 quando o referido território passa a integrar oficialmente as terras do Paraná e Santa Catarina.

Considerando os estudos de Wachowicz, Granato e Oliveira, a extensão de terras nomeadas como Território Federal do Iguaçu contavam com a ação humana e estavam vinculadas a relações de poder na fronteira que envolvia três países latino-americanos. O território em questão não era vazio, passivo e desocupado como caracterizado pelo discurso político vigente da época, pois contava com um processo sócio-econômico em curso que demonstrava a dinâmica e os desdobramentos do povoamento e do movimento migratório de ocupação na região. As condições estruturais (biológica, física, social, econômica, política e cultural) estabelecidas no território desconstroem a ideologia da “marcha para oeste” engendrada pelos dirigentes do regime e do próprio Getúlio Vargas.

---

[28] Capitalistas gaúchos, juntamente com o Governo Federal, queriam essas terras para realizar vantajosos negócios imobiliários. Paralelamente, planejavam escoar para a região o excedente de mão de obra agrícola já detectado no Rio Grande do Sul. Seria portanto o Território Federal do Iguaçu uma extensão cultural do próprio Rio Grande do Sul. Seria também um mercado garantido para os produtos industrializados naquele estado da federação (Wachowicz, 2010b, p. 287).

[29] Diferente de Wachowicz (2010), Granato e Oliveira (2020) atribuem outros fatores a troca de comando da Interventoria do Paraná: “O primeiro refere-se ao fato de Tourinho ser militar e não ter tido uma experiência política e partidária anterior ao movimento revolucionário de 1930. As relações com a classe política local foram dificultadas pela falta de manejo dos códigos próprios do jogo político por parte de Tourinho. O segundo traço refere-se ao fato de ser um revolucionário de última hora, pois em toda a sua carreira combateu os movimentos revoltosos, chegando a ser comandante das tropas que reprimiram o movimento tenentista de 1924, Trata-se, portanto, de um interventor militar, porém não-tenentista, ao contrário da tendência de nomeações registradas em outros estados” (Granato; Oliveira, 2020, p. 53-54).

A contextualização aqui exposta acerca da “marcha para oeste”, evidencia a subordinação das interventorias do Paraná e de Santa Catarina ao regime de governo, o qual tinha através da centralização de poder um *modus operandi*, um jogo político centralizador, um método político e econômico de influência nos espaços regionais. Ou seja, “as principais decisões políticas dos estados passavam pelo Gabinete de Getúlio Vargas e sua equipe, especialmente no Ministério da Justiça” (Granato; Oliveira, 2020, p. 49-50).

Comparado a outras interventorias no país somente nos estados do Paraná, Goiás e Espírito Santo foram mantidos governos “por tantos anos seguidos em um contexto marcado pela instabilidade política” (Granato; Oliveira, 2020, p. 49) e é a longevidade da interventoria de Manoel Ribas que motiva a investigação de Granato e Oliveira acerca dos fatores que oportunizam a permanência do mesmo a frente da Interventoria no Paraná pós-Revolução de 1930.

Comparado a outros atores políticos que atuavam de forma hegemônica no Paraná no campo político e econômico antes da Revolução de 1930, Manoel Ribas pode ser considerado um *outsider* devido a sua trajetória política no Rio Grande do Sul, embora mantivesse “conexões genealógicas com a classe dominante tradicional paranaense” (Granato; Oliveira, 2020, p. 57), pois ser paranaense, não ter patente militar, ter atuado como administrador da Cooperativa dos Trabalhadores da Via Férrea do Rio Grande do Sul, ter atuado como prefeito na cidade de Santa Maria, RS, de 1927 a janeiro de 1932, “somado a sua amizade com o chefe do poder executivo federal, Getúlio Vargas, a quem lhe devia o cargo” (Granato; Oliveira, 2020, p. 59) acrescentava motivos para a aprovação do seu nome à interventoria do Paraná ao contrário de Mário Tourinho que não contou com apoio junto a ala militar tenentista paranaense. Sobre este aspecto, Granato e Oliveira, enfatizam o relacionamento de Manoel Ribas com grupos de tenentes que apoiaram a Revolução de 1930. “Estes grupos eram os principais insufladores da instabilidade na interventoria, algo que foi revertido por Ribas” (Granato; Oliveira, 2020, p. 66) através da manutenção do diálogo e da concessão a cargos por meio de nomeações. Este vínculo também foi importante para o enfrentamento da Revolução Constitucionalista, deflagrada no estado de São Paulo em julho de 1932.

A posição geográfica do Paraná na fronteira com São Paulo foi determinante para a contenção das forças paulistas. Para tanto, Manoel Ribas “reuniu as forças militares e policiais do estado para a realização de uma campanha oficial em defesa

do governo provisório" (Granato; Oliveira, 2020, p. 63). Logo, do início ao fim do conflito em outubro do mesmo ano, Manoel Ribas apoia de forma inconteste o regime varguista colocando o aparato militar e policial do estado no *front* do conflito. Esta estratégia político-militar de Manoel Ribas é reconhecida por Getúlio Vargas. "Com a vitória sobre as forças rebeladas, Vargas reconheceu a importância do apoio do Paraná ao seu governo, contribuindo para a derrota dos paulistas" (Granato; Oliveira, 2020, p. 64).

Outro fator decisivo para a permanência de Manoel Ribas na interventoria do Paraná está articulada a sua visão para o trato de negócios de grande envergadura comercial e industrial. Ele foi o principal articulador para a construção da Indústria Klabin do Paraná de Celulose[30] na região conhecida como Fazenda Monte Alegre, a qual estava disponível para negociações empresariais. A atuação do interventor foi decisiva junto às articulações envolvendo os empresários Wolff Klabin e Horácio Lafer Assis Chateaubriand com Getúlio Vargas é também importante quanto às questões de infraestrutura e logística para além da construção deste tipo de indústria, pois a construção da represa Mauá foi necessária para o fornecimento de energia para a referida empresa.

No tocante a sua atuação no campo empresarial, Granato e Oliveira (2020), destacam o apoio de Manoel Ribas aos interesses empresariais de Moysés Lupion (1908-1991), considerado um dos maiores empresários do país naquele contexto.

Acrescenta-se a esses fatores, Manoel Ribas ter nascido em Ponta Grossa e representar "um típico herdeiro do poder das famílias históricas do processo de formação da sociedade paranaense" (Oliveira, 2004, p. 19). Naturalmente, a imprensa pontagrossense[31] repercutia de forma recorrente notícias sobre a gestão de Manoel Ribas como visitas à cidade e viagens à capital federal entre outras.

A proximidade deste ator político com inúmeros agentes políticos aliados, entre os quais se destaca Getúlio Vargas, militares, empresários, apoio de setores da elite e dos trabalhadores ferroviários e, principalmente com as oligarquias locais de várias

---

[30] Atualmente, a empresa conta com 22 unidades industriais no Brasil e uma na Argentina. Cento e onze árvores são plantadas por minuto, mas não discrimina no site publicitário de qual espécie e em que condições de plantio. Afirma que emprega 118 mil profissionais, 946 espécies de fauna e 1971 espécies de flora foram identificadas nas atividades de monitoramento e possui 5 Reservas Particulares do Patrimônio Natural localizadas no Paraná e em Santa Catarina e entre outras informações afirma que produz cerca de 2,9 milhões de toneladas de papel por ano.

[31] A permanência de Manoel Ribas no cargo de interventor do Paraná em 1937 é comunicada aos ponta-grossenses através da notícia "Decretada a intervenção federal nos Estados" (Diário dos Campos, 25 nov. 1937, p. 1).

regiões do Paraná, resultou na manutenção do seu cargo por treze anos consecutivos por meio dos quais atendeu os interesses militares, empresariais e políticos, participou da tomadas de decisões junto ao chefe do Governo Federal, nomeou e exonerou prefeitos para os municípios do estado, tornando possível concluir que sua atuação foi solidária e adequada às diretrizes traçadas pelo regime varguista.

Pensar "O Brasil sob novo regime", implica também pensar acerca dos desdobramentos das políticas de governo empreendidas pelo Estado. Sob a longeva gestão de Manoel Ribas, o Paraná mantém alinhamento com as diretrizes do regime e tal fato representa o sucesso da interventoria, como apontam Granato e Oliveira.

2.2 "NA HORA DA BORRASCA NÃO SE MUDA O TIMONEIRO": A INSTAURAÇÃO DO ESTADO NOVO

O uso da expressão "Capital Cívica do Paraná", repercute no imaginário social, no espaço e no tempo e afeta os discursos e as representações da imprensa local. Em agosto de 1937, o jornal Diário dos Campos noticiava que um grupo político

> deu para espalhar, de quando em quando, uns boletins pelas ruas, afim de ver – ó pretensão absurda! – si consegue denegrir a grande sympatia que a candidatura do eminente patricio José Américo de Almeida está tendo de parte da esmagadora maioria da população da Capital Civica do Paraná (Diário dos Campos, 27 ago. 1937, p. 1).

Esta notícia representa a repercussão de um fato local relacionado a campanha nacional para eleição pelo voto popular do presidente da República que substituiria Getúlio Vargas. Através de folhetos, o grupo fazia apologia à candidatura de Armando de Salles Oliveira em oposição ao candidato José Américo de Almeida que contava não apenas com o apreço da "maioria da Capital Civica do Paraná", mas do próprio jornal para o qual o irmão de José Américo, padre Leal de Almeida, teria escrito uma carta apoiando Armando Oliveira. Essa autoria, considerada "duvidosa" pelo jornal, deixava explícita sua parcialidade acerca do pleito eleitoral. A expressão "ó pretensão absurda!" é também um indicativo de posições políticas antagônicas vinculadas ao processo eleitoral que se descortinava.

Através da imprensa local, Ponta Grossa recebia notícias acerca do cenário político local, estadual e nacional e, com relativa frequência, do cenário internacional.

A campanha presidencial no segundo semestre de 1937 era noticiada no jornal Diário dos Campos semanalmente. Havia a expectativa da realização do pleito eleitoral que elegeria o substituto de Getúlio Vargas[32] na presidência da República.

No entanto, um novo cenário se instalaria a partir de novembro daquele ano. "Um golpe de Estado impediu a representatividade da vitória eleitoral de um partido organizado e tão pouco recebeu apoio das classes populares" (Goulart, 1990, p. 16). Instaura-se um governo ditatorial sob nova nomenclatura.

A decretação do regime, denominado Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, é anunciada à população brasileira por meio radiofônico. Getúlio Vargas, empossado presidente da República desde 1930[33], discursa à nação, justificando a necessidade de "reajustar o organismo político às necessidades econômicas do País". Este objetivo não era o único propagado no discurso, mas anuncia a principal característica deste regime político: a centralização de poder. "Naquele momento, através de um golpe, inicia o Estado Novo, um dos períodos mais repressivos e eficientes da história do Brasil" (Pandolfi, 2019, p. 13). O discurso[34] configura um pronunciamento, através do qual informa a população brasileira a revogação da Constituição de 1934[35], (a mais curta da história republicana do país), e a vigência a

---

[32] Na campanha presidencial de 1937 foi lançada um canção chamada "A Menina Presidência". Criada por Antônio Nássara e Cristóvão de Alencar e interpretada por Silvio Caldas, a canção de forma irônica retrata a disputa pelo cargo de presidente da República, referindo-se a Getúlio Vargas como "Seu Gegê". Um recorte da canção ilustra este fato: "[...] O homem quem será? Será seu Manduca? Ou será seu Vavá? Entre esses dois meu coração balança. Porque na hora H, quem vai ficar é seu Gegê! [...] Agora todo mundo dá palpite. Mas eu sei que no fim ninguém se explica. É melhor deixar como está. Pra depois então se ver como é que fica" (Memorial da Democracia, [201-]).

[33] Barros (2023), aponta a atuação de Vargas no governo de Washington Luís, como ministro da Fazenda de 1926 a 1927. Elege-se governador do estado do Rio Grande do Sul em 1928 e é "bem-sucedido não só no enfrentamento das dificuldades econômicas como também se firmou como um líder político conciliador, dotado de hábil capacidade para obter acordos e convencer adversários. Só assim pôde surgir, como candidato em 1930, fora da corrente habitual da disputa presidencial, e na oposição. Cinco meses depois deram-se as eleições presidenciais previstas para março de 1930. Derrotado nas eleições, Vargas, entretanto, foi alçado ao poder pela força em outubro do mesmo ano. Triunfando a Revolução de 1930, Getúlio Vargas, surgiu como líder nacional disposto a renovar o país, a começar pelo perfil da economia" (Barros, 2023, p. 172).

[34] Recebido e gravado pela estação de rádio PRO2, discriminada no áudio como prestadora de serviço de radiodifusão do Ministério da Educação, oferecido ao governo pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e destinado ao Museu Histórico. Sobre esta questão ver Memorial da Democracia, [201-].

[35] A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 16 de julho de 1934 por uma Assembleia Nacional Constituinte substituiu a primeira constituição republicana do país datada de 1891. A primeira referência ao sistema eleitoral foi prevista no Capítulo I, Art. 5. Compete privativamente a União, inciso XIX, legislar sobre: alínea f - materia eleitoral da União, dos estados e dos Municípios, inclusive alistamento, processo de eleições, apuração, recursos, proclamação dos leitos e expedição dos diplomas. Sobre o período de mandato dos constituintes: Capítulo II Do Poder Legislativo. Art. 22. O Poder Legislativo é exercido pela Camara dos Deputados, com a collaboração do Senado Federal. Parágrafo único. Cada legislatura durará quatro anos. Sobre o período de mandato do presidente: Capítulo III Do Poder Executivo, Art. 51. O Poder Executivo é

partir daquela data da Constituição de 1937. A notícia acerca do texto constitucional pelo Diário dos Campos se fez sob o título "O Brasil sob novo regime"[36], a qual informava a dissolução do parlamento e a promulgação da nova Constituição instituída pelo presidente e pelos ministros.

Para Napolitano (2022), "uma das constituições mais autoritárias da história brasileira: previa a pena de morte, o fim da autonomia administrativa federativa e a eleição indireta para presidente com mandato de seis anos" (Napolitano, 2022, p. 115).

Denominada oficialmente como Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, esta lei constitucional foi composta por 187 artigos e 26 capítulos e é outorgada e assinada[37] por Getúlio Vargas, ocupante da posição de presidente da República desde a Revolução de 1930 e seguida pelos ministros de Estado, com exceção de Odilon Duarte Braga (1984-1958), que atuava como ministro da Agricultura desde 1935 e pede a destituição do cargo. A atuação do presidente e de seus ministros, em especial de Francisco Luiz da Silva Campos (1891-1968), ministro da Justiça, (considerado simpatizante do fascismo), o idealizador e redator[38] da Constituição de 1937, ao outorgar a nova constituição formaliza a proibição das ações do poder legislativo da Câmara dos Deputados, do Senado da República e a representatividade da participação popular na composição do conjunto de leis para o país e a possibilidade de voto direto no processo de eleição de membros do poder executivo e legislativo nas esferas municipais, estaduais e federais. O fechamento do

exercido pelo Presidente da República. Art. 52. O período presidencial durará um quadriennio, não podendo o Presidente da República ser reeleito senão quatro anos depois de cessada a sua função, qualquer que tenha sido a duração desta. Sobre os direitos políticos dos brasileiros: Capitulo I, Art. 108. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 annos, que se alistarem na forma da lei. Sobre os direitos e garantias individuais, a constituição previa no Art. 113, o direito de convicção filosófica, política ou religiosa, com exceção nos casos previstos para perda de direitos políticos que era previsto no Art. 111 (Brasil, 1934).

[36] A imprensa local reproduz a notícia da capital da República que informava que a nova Constituição entrava "immediatamente em vigor. O cap. Felintho Muller destribuia logo a seguir uma nota aos jornaes, na qual annunciava a promulgação do novo estatuto político, accrescentando que a transição em apreço se effectuara de modo inteiramente pacifico. Adianta a nota do Chefe de Policia que a nova Constituição será submettida á aprovação da Nação, através de um plebiscito popular" (Diário dos Campos, 11 nov. 1937, p. 1). Fato não levado a efeito até o fim do Estado Novo.

[37] Assinam também a lei constitucional que substituiu a Constituição de 1934, Francisco Campos, A. de Souza Costa, Eurico G. Dutra, Henrique A. Guilhem, Marques dos Reis, M. de Pimentel Brandão, Gustavo Capanema e Agamemnon Magalhães (Brasil, 1937).

[38] Segundo Malin, Francisco Campos, a pedido de Getúlio Vargas, atuava desde o final de 1936, para adaptar um substitutivo à Constituição de 1934. "Em meados de 1937, ultimou esse trabalho com a colaboração, entre outros, de Vicente Rao, titular da pasta da Justiça entre julho de 1934 e janeiro de 1937" (Malin, [1987], p. 22).

parlamento, desse modo, evidencia outro fechamento instituído pelo regime: o fim da democracia representativa.

O regime político passa a ser nomeado Estado Nacional, mas é amplamente chamado Estado Novo, como também era nomeado o regime político português sob a presidência de António de Oliveira Salazar (1889-1970). Em comum na titulação de regime (não no período de vigência, pois o estado-novismo português, vigorou de 1933 a 1974), ambos representaram a instauração do emprego da ditadura política e militar, através da qual a supremacia do poder executivo, restringiu e suprimiu direitos individuais e coletivos. Tais elementos caracterizaram as manifestações do pensamento político autoritário em ascensão na década de 1930 que para além das terras brasileiras e portuguesas segue seu curso em outros territórios. O início da ascensão do fascismo na Itália na década anterior e o surgimento do nazismo em 1933 na Alemanha, resultam entre vários determinantes da crise econômica que assolou os mercados internacionais em 1929. Ditzel (2004) pontua que:

> O declínio do projeto liberal democrático, entre outros fatores, propiciou a ascensão de partidos, movimentos e governos com forte apelo junto aos imaginários sociais por se apresentarem como solução dos problemas deixados pela liberal democracia, sobretudo após 1929 (Ditzel, 2004, p. 96).

Ancorado na Constituição de 1937, o governo de Getúlio Vargas que pautava no seu discurso econômico e político críticas à chamada República Velha, destitui todo o aparato legislativo da capital da federação e dos estados, impedindo a atuação de todos os partidos políticos e o direito ao voto popular em todo o território nacional. A partir deste intrincado cenário político, o regime ditatorial que já estava em andamento desde 1930, não permite a realização de eleições presidenciais[39] previstas para 3 de janeiro de 1938.

A data de 10 de novembro de 1937, desse modo, assinala a instauração de um novo golpe de Estado na história política do Brasil e a continuidade do regime varguista, no qual a concentração de poderes pelo presidente consolidava, entre outras estratégias políticas, a seleção e a troca dos atores sociais que assumiram a

[39] O início da campanha eleitoral para as eleições previstas para janeiro de 1938 chega a ensaiar, como aponta Mourelle (2023), "mas o desenrolar da trama política mostra o êxito da continuidade de Getúlio Vargas na presidência e que seu projeto autoritário sairia vencedor" (Mourelle, 2023, p. 260). Foram candidatos ao pleito eleitoral: José Américo de Almeida, que atuou como ministro do Tribunal de Contas da União, pelo Partido Progressista da Paraíba, Armando de Sales Oliveira, representante dos cafeicultores paulistas e governador do estado de São Paulo, pelo Partido Constitucionalista e o jornalista Plínio Salgado pela Aliança Integralista Brasileira.

posição de governadores nos estados da federação que o apoiavam, os quais eram nomeados interventores, "quase todos veteranos das revoltas tenentistas" (Napolitano, 2022, p. 93).

O jornal Diário dos Campos publica "Uma apreciação da personalidade do sr. Getúlio Vargas", um dia após este acontecimento. A origem de tal publicação[40] não é local e sim cópia do texto da imprensa carioca na qual o redator imprime o seu posicionamento acerca da permanência de Getúlio Vargas, com base em "A Nota" de autoria de Geraldo Rocha. A discursividade impressa no texto revela o imaginário sobre Getúlio Vargas como "habil capitão que nos levará a bom gosto. É detentor exclusivo da confiança de todos os brasileiros. Queremos Getúlio Vargas com ou sem Constituição" (Diário dos Campos, 11 nov. 1937, p. 3). O texto cita a condição política instável do país, comparando a "malfadada 'política dos governadores' a uma "borrasca"[41], que somente poderia ser atravessada através da permanência do "timoneiro, o chefe do Nacionalismo Brasileiro", pois o "Brasil inteiro, sem distincção de raça, côres ou religião exige de Getúlio que permaneça em posto para readaptar nossas leis e instituições ao novo modo de viver resultante das premencias da actualidade" (Diário dos Campos, 11 nov. 1937, p. 3). O discurso jornalístico impresso em "A Nota" não levanta perguntas ou critica o golpe, mas, simbolicamente o sanciona e visa influenciar a opinião pública[42].

Para justificar o discurso da permanência do poder instituído à sociedade brasileira, o golpe foi amparado pela difusão em 30 de setembro daquele ano de um plano denominado Plano Cohen. Este consistiria na instauração do modelo de governo comunista no Brasil. A divulgação deste plano pelos meios de comunicação posteriormente revelou-se uma farsa redigida pelo militar do Exército, simpatizante do

---

[40] O Diário dos Campos, de 11 de novembro de 1937, identifica apenas como RIO, 10 a origem do texto.

[41] O termo significa um temporal que agita o mar em demasia. O autor do texto compara o fenômeno ao conturbado contexto político do período.

[42] Lippmann (2010) realizou expressivos estudos acerca do emprego de opinião pública no campo da comunicação de massa nos primeiros anos da década de 1920. Enfatiza que a construção de um conceito aplicado à opinião pública está vinculado às manifestações do mundo político e estas se encontram fora do alcance de visão e interpretação de toda sociedade. Segundo este autor "Aqueles aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento dos outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome de grupos, é Opinião Pública com letras maiúsculas" (Lippmann, 2010, p. 40).

movimento Integralista, Olímpio Mourão Filho (1900-1972) e, foi estrategicamente utilizada para a manutenção do regime varguista. Ao tomar conhecimento desse plano, o regime o atribui intencionalmente à Internacional Comunista[43]. Logo, ao impedir a atuação dos partidos políticos que tinham características regionais (como exemplos Partido Republicano Paulista, Partido Republicano Mineiro) o fechamento do parlamento em âmbito nacional é uma consequência da construção de eventos falsos que foram travestidos de aparência convincente para afetar a opinião pública. Considerando seu formato de exposição e linguagem, a publicidade do Plano Cohen[44] manipula a verdade dos fatos naquele contexto político e é utilizado pelos atores sociais do regime, incluindo Getúlio Vargas, como pretexto para instauração do Estado Novo. A falta de verificação de evidências dos fatos por outros agentes e instituições sociais, oportunizou a difusão *do que não foi como o que foi.* Seguindo esta lógica interpretativa, o uso da narrativa dos fatos inverídicos consolidou uma falácia discursiva, ofereceu uma alternativa para a manutenção do regime varguista. A estratégia discursiva propaga naquele contexto uma *fake news* política.

Para Francisco Campos "a Revolução de 30 só se operou, efetivamente, em 10 de novembro de 1937" (Malin, [1987], p. 25). Da Revolução de 1930 à institucionalização do Estado Novo, dois movimentos se destacam no cenário político e social confrontando a ideologia do regime. A criação da Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932, sob a liderança de Plínio Salgado (1895-1975) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, sob a liderança de Luís Carlos Prestes (1898-1990) foram interpretadas como potenciais ameaças ao regime pela ala política e militar que apoiavam a permanência de Getúlio Vargas na presidência.

---

[43] A Internacional Comunista (IC) configurava uma organização internacional fundada em Moscou no ano de 1919 com a finalidade de promover uma Revolução Socialista em escala mundial. Foi extinta em 1943. Os soviéticos, sob a liderança autocrática de Josef Stalin, tinham planos para estimular uma revolução socialista na América do Sul, com amplo apoio da Internacional Comunista (IC). Na avaliação da IC, Prestes parecia o líder mais ousado, carismático e aglutinador de várias tendências, pelo seu prestígio. Em 1934, ele foi aceito oficialmente no PCB e em abril de 1935 voltou, secretamente, para o Brasil com a missão de transformar o país na primeira república das Américas (Napolitano, 2022, p. 107).

[44] Os estudos de Napolitano (2022), apontam que o Plano Cohen, foi denominado assim em alusão ao líder comunista húngaro Béla Kunh. O suposto plano de tomada de poder pelos comunistas, conforme descrito no documento, era detalhado e provocou pânico na opinião pública: haveria saques, fuzilamentos de lideranças civis e religiosas, depredações, invasões de propriedades privadas e lares, com violação das mulheres 'burguesas'. Mais tarde, revelou-se que o Plano Cohen era falso e tinha sido elaborado pelos integralistas para provocar uma reação das milícias fascistas. O documento, ao ser entregue para o governo, foi aproveitado por este de maneira oportunista para justificar um novo golpe de Estado (Napolitano, 2022, p. 113).

As principais características do integralismo[45] enquanto movimento político eram o antiliberalismo, o anticomunismo e o autoritarismo, pois inspirado no fascismo[46] italiano almejava um Estado de partido único, de culto ao seu líder, nacionalista e centralizado em oposição ao modelo liberal-democrático. Já a ANL se caracterizava como movimento político antifascista e antiliberal.

Moura (2023) expressa um breve recorte dos embates da AIB em relação aos apoiadores da ANL:

> No Brasil, o Partido Comunista foi fundado exatos 10 anos antes, em 1922, e desde o início encontrou resistência e perseguições aos seus militantes. Contudo, foi com a AIB que os comunistas se depararam com uma força organizada que visava sobretudo a combatê-los e extinguir suas ideias. O meio utilizado para tal intento era o embate direto, inclusive por meio da violência, ou a criação de imagens negativas do comunismo, como forma de agregar boa parte da opinião pública, em especial a classe média. Para tanto, seu slogan era crucial: a) manejaram sabiamente a simbologia cristã, pois os católicos eram, na década de 1930, mais de 95% da população brasileira. Dessa forma, logo deixaram claro que as ideias comunistas eram contrárias à Igreja católica e seus membros, ateus; b) divulgaram ser o comunismo uma ideologia externa, portanto, antipatriótica; c) difundiram a imagem de que os comunistas eram contra a família (Moura, 2023, p. 126).

Em maio de 1935, Luís Carlos Prestes, propôs um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR) através de um texto publicado em um folheto que circula com a afirmação “o que nós aliancistas proclamamos é a necessidade de um governo surgido realmente do povo em armas”. Andrade e Abreu destacam o ineditismo desta proposição pois “primeira vez, um documento oficial da ANL se referia à ideia de

---

[45] O integralismo tinha como *slogan* “Deus, Pátria e Família”. Este repercute nos centros urbanos nos quais grupos sociais, como profissionais liberais e funcionários públicos, tinham pouca representação política. Os “valores morais e cristãos muito conhecidos e aceitos pela classe média das cidades, tendo Deus como guia do nosso destino, aliado ao trabalho, às boas maneiras e à proteção da família e seus valores” (Moura, 2023, p. 127) caracterizam o movimento voltado para o ideal de unificação política da sociedade brasileira, aliado à crença da necessidade de um Estado centralizado, hierarquizado e mantenedor da ordem social. Outra característica agregadora para o desenvolvimento do Integralismo foi a criação de símbolos para a sua representação: o uso da letra grega sigma ∑, que significa “soma”, o uso de vestimentas verdes por seus membros, a saudação dos povos originários tupi “Anauê”, a produção de publicações e a realização de comícios e desfiles nos centros urbanos. A ocorrência de desfiles de cunho integralista, indica a necessidade de projeção política e social da organização para promover sua ideologia, reforçando a identidade e a unidade dos seus integrantes.

[46] Fresu (2017) conceitua fascismo como um “fenômeno tipicamente italiano, nascido de causas precisas, devidas à profundidade da crise europeia antes e depois da Primeira Guerra Mundial, mas a sua influência vai além desta realidade histórica e geográfica. Não só o nascimento e o advento do fascismo como também a sua consolidação foram favorecidos pelo contexto internacional marcado pela instabilidade, pela crise econômica e por políticas ambíguas, quando não diretamente cúmplices, das potências ocidentais vencedoras da Primeira Guerra Mundial” (Fresu, 2017, p. 27).

realização de luta armada" (Andrade; Abreu, 2023, p. 133). Passados dois meses, após defender uma revolução popular e condenar o antifascismo, Luís Carlos Prestes declarou "todo poder à Aliança Nacional Libertadora". Esta declaração repercute na imprensa e, especialmente na esfera política. Em 11 de julho de 1935, a ANL passa a ser considerada ilegal em todo o país devido a Lei de Segurança Nacional, a qual contou com o apoio de amplo espectro político da época: posição e oposição partidárias.

> O endurecimento da repressão penal passou a ser visto como algo necessário nesse contexto. Com apoio do Governo e de grande parte do Parlamento, foi aprovada a Lei n. 38, de abril de 1935, que criou os "crimes contra a ordem política e social". A chamada "Lei de Segurança Nacional" ou "Lei Monstro", como ficou conhecida pela opinião pública, consolidou um novo conceito de criminoso político, tornando a repressão ao dissenso político uma questão de "guerra interna". A nova legislação consolidou a prática republicana de deslocar para leis especiais a repressão aos crimes políticos, adotando conceitos excessivamente abertos e vagos e reduzindo garantias penais e processuais. Baseava-se no pressuposto de que o "interesse do Estado" prevalecia sobre os direitos individuais (Marques, 2023, p. 144).

Anterior ao golpe de 1937, a Lei de Segurança Nacional[47], ampliou o poder político do Estado que passava a fazer uso do aparato policial sem a necessidade de validação do poder jurídico para determinar o encarceramento, julgamento, condenação ou absolvição de pessoas que integrassem organizações consideradas subversivas. Marques (2023) assinala que a Constituição de 1937, abre precedentes para repressão e redução de duas garantias jurídicas essenciais: a penal e a processual. Parada (2009) pontua outro aspecto relevante em relação à Lei de Segurança Nacional.

> O percurso de restrição aos direitos civis já vinha sendo sentido em 1935. Mesmo antes da aprovação da Lei de Segurança Nacional, em 4 de abril de 1935, houve diversas intervenções nos sindicatos em função da organização de greves. Significava que a ação policial se fazia sentir através de invasões e destruição das sedes dos sindicatos, além de espancamentos e prisões. Ao mesmo tempo, o período que antecede o Estado Novo era de radicalização ideológica e de crescente mobilização de massas (Parada, 2009, p. 19).

A ANL chama a atenção por tratar-se de um movimento ideológico, de resistência e oposição ao regime varguista. Não logra êxito, incluindo o Levante

[47] Nahes (2007) afirma que os desdobramentos desta ação repercutiria também em 1936, quando "vimos a polícia invadir o Congresso, prender parlamentares que apoiavam a ANL ou que simplesmente nutriam simpatia por ela e criar órgãos e mecanismos de repressão; enfim, o que se tem aí é Getúlio Vargas construindo a **passarela que o levará ao poder e pela qual irá desfilar livremente, de 1937 a 1945, sem qualquer oposição, sem qualquer opositor"** (Nahes, 2007, p. 46, grifo próprio).

Comunista, também denominado pela historiografia como Intentona Comunista, ocorrido em novembro de 1935. A oposição ao regime passa a ser tratada como "questão de segurança nacional", o discurso acusatório de 'inimigo da nação' voltou-se para uma categoria: os comunistas" (Parada, 2009, p. 20). Tal prerrogativa presente no discurso do Estado Novo contra os comunistas e amparada na censura por vias legais não impediu que o movimento atuasse na clandestinidade.

Paralelo ao desmonte da ANL o regime varguista também tem através do golpe de 1937 a oportunidade de extinguir as ações políticas da AIB em dezembro daquele ano. "Até o golpe de 1937 havia grande efervescência de ideias que se expressavam num cenário de manifestações públicas de cunho político e social" (Pandolfi, 2019, p. 120).

Em busca de difusão do seu ideário político, com apoio de membros da burguesia, empresários e políticos sem apreço ao regime, o movimento realiza ações em vários estados e a ocorrência em algumas cidades de "conflitos violentos envolvendo integralistas e opositores (comunistas, socialistas, sindicalistas, lideranças do movimento operário)", motivam os governadores "de ao menos cinco estados fecharem as sedes estaduais da AIB" (Moura, 2023, p. 127).

A interventoria de Manoel Ribas também foi marcada pela repressão política aos "'inimigos do regime', traço da política nacional do Estado Novo, que no Paraná se manifestou na perseguição aos esquerdistas e à classe trabalhadora e na vigilância e no controle sobre a comunidade de imigrantes" (Oliveira, 2004, p. 27).

Ponta Grossa foi uma das cidades do sul do país na qual o movimento integralista contou com aceitação de segmentos da classe dominante. Além de Ponta Grossa, cidades que integram a região denominada Campos Gerais como Castro, Piraí do Sul e Jaguariaíva contaram com a formação de grupos militantes integralistas.

Ditzel (2004)[48] traça três décadas de mobilização destes grupos no sul do Brasil e, através dos seus estudos oportuniza o entendimento que a atuação do integralismo

[48] A tese de Doutorado de Ditzel (2004) apresenta levantamento de dados de 1932 a 1955 acerca da trajetória do movimento integralista e do Partido de Representação Popular (PRP) na região dos Campos Gerais. O enfoque regional analisado na tese dialoga com estudos voltados à consolidação de regimes políticos autoritários e com estudos sobre a construção de imaginários que envolvem a cidade, cultura e poder.

transcende o Estado Novo na esfera regional. Especificamente, sobre Ponta Grossa, afirma que a "AIB organizou-se nos fins de 1932 e, até sua extinção em 1938, contou com três chefes e reunia cerca de 700 filiados e grande número de colaboradores" (Ditzel, 2004, p. 134).

Partindo também da imprensa local, a pesquisa de Ditzel analisa entrevistas, a visita da principal liderança do movimento Plínio Salgado em 1934, um desfile com militantes vindos de Curitiba, viagens de militantes ponta-grossenses à capital do Paraná, a notícia de eventos nacionais e artigos sobre o ideário do movimento que foram publicados pelo Diário dos Campos com teor crítico e parcial. Entre suas análises chama atenção, a representatividade do movimento, pois quatro vereadores do total de oito são eleitos para a Câmara Municipal em 1935 e, "em função da ordem de fechamento dos núcleos integralistas no Paraná" (Ditzel, 2004, p. 141) os mesmos deixaram de atuar, indicando, desse modo, obediência a Lei de Segurança Nacional.

Com a instauração do Estado Novo, medidas repressivas também foram adotadas contra as manifestações da AIB em todo o país. Em Ponta Grossa um grupo de militantes foi preso e tal fato repercutiu nas edições do Diário dos Campos.

> Derrotados, postos na ilegalidade, os integralistas desapareceram das páginas do Diários dos Campos até meados dos anos 40. A partir de 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o grande inimigo passou a ser o Nazismo. Terminado o conflito, o Comunismo assumiu esse papel nas representações do jornal. Inúmeras matérias sobre essa temática foram publicadas (Ditzel, 2004, p. 146).

A observação de Ditzel é salutar para concluir que tanto o integralismo como o comunismo foram ideologias combatidas nas páginas da imprensa ponta-grossense e, por isso, revela tensões entre o nacional e o regional.

"Na disputa com grupos de outras tendências, o projeto integralista, apesar da oposição da imprensa e do governo, tomou vulto e conseguiu alcançar significativa repercussão em Ponta Grossa e Região" (Ditzel, 2004, p. 146). Um dos fatores que colaboram para o acolhimento do integralismo no sul do país, foi a participação de imigrantes de origem alemã e italiana "que se identificavam com a matriz europeia do Movimento" (Ditzel, 2004, p. 262).

O impedimento por vias legais e o uso da força policial na repressão às manifestações partidárias e ideológicas que já estavam em curso no contexto de 1937, por conseguinte se somam a validação do pensamento autoritário estado-novista, o qual se utiliza dos meios de comunicação para disseminar discursos que justificavam à população o cenário antidemocrático e antiliberal, como enfatizam Rosenfield e Coelho:

> O pensamento autoritário brasileiro encontra nas décadas de 1930 e 1940 um momento bem delimitado de crescimento e expansão, pois é nesse período que as ideias autoritárias ganham intensidade e maior divulgação nos diferentes meios de comunicação. Costuma-se dizer que durante a Primeira República (1989-1930) já existia uma *prática autoritária*, enquanto na Era Vargas (1930-1945) essa prática autoritária ganha outros contornos, assumindo uma faceta de *autoritarismo doutrinário*, ou seja, o autoritarismo se torna algo mais explícito, até mesmo escrachado, e **as ideias antidemocráticas e antiliberais são difundidas em publicações jurídicas e políticas, em discursos, em manifestos e na imprensa.** A Era Vargas consagrou a ascensão de ideias abertamente autoritárias no Brasil República (Rosenfield; Coelho, 2023, p. 137, grifo próprio).

Seguindo as análises de Chauí, Lenharo (1986), concorda que a sociedade brasileira era constituída pelo proletariado, pela burguesia e pela classe média urbana. Nenhuma delas legitimava uma hegemonia sócio-política, pois representavam forças sociais incipientes. “O Estado cumpre essa tarefa transformando as classes sociais regionalizadas em classes nacionais, exigindo que todas as questões econômicas, sociais e políticas sejam encaradas como questões da nação” (Chauí, *apud* Lenharo, 1986, p. 20). O regionalismo torna-se nacionalismo. Ao institucionalizar o Estado Nacional para “evitar regionalismos em favor do nacionalismo” (Aires, 2011, p. 3), o governo centraliza decisões econômicas, sociais e políticas, buscando tornar o Estado um agente modernizador inserido no sistema capitalista.

> O capitalismo brasileiro, atrasado, tardio ou desigual e combinado face ao capitalismo internacional, requeria um agente histórico capaz de suprir as ausências das forças sociais incipientes. [..] A visão de um Estado que cumpre necessárias tarefas para uma sociedade ainda incapaz de efetivá-las – ator principal que encampa o conjunto do espaço social – vem ao encontro da auto-imagem propagada pelo Estado Novo, anunciadora da construção de uma identidade societária e da auto-proclamação de ser agente capaz de intervir no fluxo histórico e estancar as tensões da luta de classes (Lenharo, 1986, p. 20).

O pensamento de Gomes, em relação a ideia de atraso econômico, converge nesta direção ao afirmar que:

> o Brasil que hoje conhecemos ter suas bases político-administrativas, econômicas e sociais lançadas durante essa experiência histórica. Políticas

> públicas autoritárias, modernizadoras e nacionalistas conduziram um país agrário-exportador de passado colonial e, por isso, muito dependente do mercado internacional, a vencer essa situação de "atraso" para alcançar um patamar de sociedade que se orientava por um modelo urbano-industrial, consagrado como moderno internacionalmente (Gomes *apud* Mourelle, 2023, p. 9)

Outro aspecto observado por Lenharo são os discursos relacionados à luta de classe que passa a ser considerada colaboração de classe. O proletariado na posição de poder era considerado, a exemplo das representações classistas, mas à medida que estratégias de aliciamento e corporativismo dos sindicatos se estruturam para controlá-lo, a legislação do Estado Novo estabelece regras que interferem no movimento de luta por condições de trabalho, direito a greve, remuneração entre outras necessidades trabalhistas, isto é, configura um estatuto de caráter econômico e político demonstrando "que neste período a sociedade se configura apenas pelo poder do Estado" (Lenharo, 1986, p. 24).

Partindo desta posição, o principal foco de interesse do Estado Novo, na visão de Lenharo, era a classe operária pois, sem o domínio deste contingente, "ficava impossível cimentar as bases da nova sociedade e do novo Estado interligados" (Lenharo, 1986, p. 23). Despolitizar e conter as formas de organização dos trabalhadores era estratégia fundamental para controle da sociedade em suas diversas nuances, pois paralelo às reivindicações trabalhistas outras manifestações sociais entraram em cena.

Soma-se nesta estrutura o alcance da desmobilização da ANL, da AIB e de outras representações políticas com posições ideológicas que contrastavam com o ideal de tranquilidade social e a hegemonia política que o governo almejava alcançar.

Os estudos de Mourelle (2023) sobre a atuação da Câmara dos Deputados entre 1934 e 1935 caracteriza o governo Constitucionalista que antecede o Estado Novo como um momento de contrastes, no qual Getúlio Vargas enfrentava a oposição partidária e movimentos do operariado através de greves.

> Se, por um lado, havia mudanças na relação com os trabalhadores sindicalizados, por meio da criação de leis trabalhistas e da vinculação deles ao Ministério do Trabalho, por outro, a violência era extrema. Ao mesmo tempo em que a promulgação da Constituição de julho de 1934 indicava o retorno da normalidade democrática, o governo se mostrava insatisfeito e buscava uma forma de retornar a centralização do poder. E se a maioria governista vencia as votações na Câmara, não se pode esquecer que a minoria teve importante papel para no cotidiano ir minando politicamente o governo varguista. Vargas não encontrou, durante esses primeiros 18 meses de Governo Constitucional, uma solução eficaz de como lidar com as

> manifestações independentes do operariado. A repressão foi sua opção, o que deu aos seus adversários a oportunidade de denunciarem seu autoritarismo e colocarem em xeque as mudanças ocorridas a partir do corte político de 1930. Diante da sucessão de crises, a Intentona surgiu como um golpe definitivo contra Vargas, mas teve efeito contrário, fortalecendo-o. [...] E os acontecimentos desse momento de efervescência política na Câmara dos Deputados são centrais para a compreensão dos anos posteriores (Mourelle, 2023, p. 259).

A Constituição de 1934 não representou o retorno à normalidade democrática no país (Mourelle, 2023, p. 260). A Constituição de 1937 aprofundou a distância da democracia representativa cerceando a possibilidade do voto popular nas instâncias municipais, estaduais e federais e a continuidade da ação política pelos partidos e novas filiações partidárias. A questão da representatividade política foi um dos campos de abrangência da Constituição de 1937, também chamada “Polaca” em alusão a semelhança com o texto constitucional polonês de 1935. Em comum, ambos refletiam o pensamento autoritário e centralizador de seus respectivos regimes.

Lenharo, no artigo Estado Novo, Estado Velho - novas direções historiográficas, observava em 1987, que os estudos sobre o Estado Novo necessitavam de atenção dos pesquisadores, quanto às características que os “teóricos do poder” que integravam o regime qualificaram sobre ele. Autointitulado Estado Novo antes de 10 de novembro de 1937, o regime se autodenominou autoritário, nacionalista, populista, propulsor do processo de industrialização do país, legislador das leis trabalhistas, concedendo condições de cidadania aos trabalhadores.

> O poder autodenominou-se, antes de 10 de novembro de 1937, Estado Novo, e nós, até hoje, 50 anos depois, repetimos o mesmo acriticamente, os teóricos do poder deram o nome de autoritário para o Estado e sua ideologia; nós, cientistas sociais, passamos a chamar o Estado de autoritário. O poder se autoproclamou Estado Nacional, e nós começamos a repetir que ele era nacionalista; o poder se dizia popular, e nós o dizemos populista. Ele se dizia industrializador, e nós passamos a periodizar a história econômica do país depois da transformação industrial do Estado Novo. Ele se autoproclamou legislador do trabalho, e defensor do trabalhador, e muitos de nós concordamos que legislação alguma existia antes dele; que os trabalhadores eram poucos e sem força; que realmente o Estado Novo foi quem criou o trabalhador via industrialização, e lhe deu condições de cidadania, através do salário mínimo, e do voto, no pós 45 (Lenharo, 1987, p. 9).

As referências ao Estado Novo foram reproduzidas nos estudos das Ciências Sociais na visão de Lenharo, numa inequívoca alusão ao enquadramento do uso destes qualificadores pelos estudiosos e, observava que uma “transgressão da

memória oficializada" vinha ocorrendo e permitindo novos enfoques de análise sobre o regime.

Passados 89 anos do marco temporal inicial do Estado Novo, a observação de Lenharo ainda é significativa. O uso dos qualificadores do regime deve ser analisado numa perspectiva crítica, considerando a importância de pesquisas "desmistificadoras sobre a atuação do Estado na cena histórica" (Lenharo, 1987, p. 11) que integram a possibilidade de desatar "os verdadeiros nós da sua amarrada legitimidade" (Lenharo, 1987, p. 13).

O *desatar de nós*, para o qual o levantamento de fontes é imprescindível para o exercício de análises que contribuam com a desmistificação do regime varguista, têm na imprensa um recurso significativo de pesquisa. Corrobora com esta premissa a criação do novo calendário cívico e a sua nacionalização através dos meios de comunicação, pois o Estado Novo obteve através da propaganda um dos seus principais recursos de projeção dos seus discursos e de sua hegemonia política.

2.3 "HONRAS A VOSSA BANDEIRA"*:* A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CULTURA CÍVICA

"O 7 de setembro e a circular do governo irradiada em todo o paiz" é o título da notícia publicada pelo Diário dos Campos com a finalidade de informar ao leitor o uso obrigatório da bandeira nacional nos festejos referentes a data.

> As estações radio-transmissoras nacionaes irradiaram ante-ontem a seguinte circular do presidente da Republica, sr. Getúlio Vargas: "Festejar o 7 de Setembro é um dever de todos os brasileiros. Nenhum motivo há para os festejos commemorativos da nossa independencia apparecerem bandeiras de outras nações. Nos adornos dos festejos de 7 de Setembro devem apparecer a Bandeira Brasileira e as côres nacionaes. A nossa independência é a maior data nacional. Brasileiros! Festejae o dia 7 de Setembro. – (a) Getúlio Vargas (Diário dos Campos, 07 set. 1934, p. 1).

A apropriação do símbolo nacional é o principal elemento da notícia divulgado pela radiodifusão e pela imprensa. O seu uso não apenas representava o país como configurava um meio para os brasileiros visualizarem o símbolo da sua pátria. "Ao assinar a circular de 1934, uma entre vários decretos, decretos-lei e materiais propagandísticos" (Fraga; Lago, 2021, p. 299), instituídos para o uso dos símbolos nacionais o dirigente autoritário explicitava sua intenção de ordenar à população a comemoração do 7 de Setembro em prol da representação cívica e do próprio regime.

A instrumentalização dos símbolos pátrios integrava um projeto de enaltecimento dos mesmos “em torno do sentimento de pertencimento a uma nação, produzindo e despertando valores coletivos, fazendo os brasileiros se identificarem enquanto um grupo social único” (Fraga; Lago, 2021, p. 303). Na ótica do regime varguista os interesses coletivos prevaleciam sobre os interesses individuais. Logo, “minimizar ou mesmo eliminar os sentimentos de desagregação por identificações ideológicas, de partido, de classe, de raça ou de qualquer outra ordem” (Fraga; Lago, 2021, p. 301), objetivava a coesão nacional e a recusa a diversidade de manifestações políticas, culturais ou de outra natureza cujo efeito fosse de encontro às prerrogativas dos dirigentes do regime. Para alcançar a coesão nacional foram empreendidos esforços para além das propagandas oficiais e atos normativos do governo. Como indicam Capelato (2009), Schemes (2013), Fraga e Lago (2021) a apologia à ideologia da unidade nacional foi propagada por meio de manuais escolares, cerimônias e desfiles cívico-militares.

Cabe destacar a relevância dada pelo regime estado-novista aos principais símbolos nacionais, a bandeira nacional e o hino nacional, ao serem citados intencionalmente no segundo artigo da Constituição de 1937, tornando-os representações obrigatórias em todo território nacional, excluindo a possibilidade da utilização de outros símbolos como as bandeiras e hinos estaduais. O canto do hino nacional durante o hasteamento da bandeira era prática recorrente nas cerimônias cívicas criadas no estado-novismo e caracteriza um modelo de civismo cerimonial. Elas representavam a mobilização e a pacificação social nas quais as demonstrações físicas (posturas e gestos) de respeito aos símbolos nacionais era incentivada e valorizada como ato de patriotismo e civismo.

Não há uma definição específica e definitiva para civismo, pois uma manifestação cívica varia conforme as relações sociais organizadas para sua prática na cultura à qual se insere. Uma demonstração de civismo pode ser culturalmente aceita em um território e questionada ou negada em outro. No Estado Novo a ideia de civismo foi vinculada a mobilização nacionalista do regime para difundir uma política cultural atrelada a seus interesses. Desse modo, o civismo é entendido como demonstração de apreço aos símbolos pátrios, às leis instituídas no país, às instituições e aos valores socialmente aceitos como o cumprimento de obrigações pelo cidadão de forma a contribuir com o bem da coletividade.

Durante o Estado Novo participar das cerimônias cívicas representava o exercício do civismo em respeito ao país e a comunidade. Quanto ao patriotismo, representava o sentimento de amor, lealdade e devoção à pátria e as suas manifestações, associado ao sentimento de orgulho a sua história, a sua cultura, a sua língua, aos seus símbolos, enfim as suas tradições. Por conseguinte, o estímulo às manifestações de civismo e patriotismo se fizeram presentes nas festas cívicas.

Partindo dos acontecimentos históricos e do retrospecto político e social narrados anteriormente, vale questionar com a finalidade de direcionar o *olhar* desta pesquisa: qual o elo do embate ideológico das diferentes forças políticas com o regime varguista e a mobilização de aparatos estatais para a criação das comemorações cívicas e do ideal de civismo? Quais motivos levaram a institucionalização destes elementos pelo regime varguista? Por que a alteração do calendário cívico[49] que contemplava "datas relacionadas à tradição republicana de 1889 foram eliminadas do calendário" (Parada, 2009)? Afinal, por que o Estado Novo planeja uma nova cultura cívica?

Na busca de resposta a estas questões, encontra-se o pensamento de Parada (2009):

> Longe de ser uma instância pacífica, as ruas das cidades brasileiras após 1930, foram locais de intensa conflitividade e baixíssima regulação. Os grupos organizados em torno de projetos ideológicos, alguns deles claramente revolucionários, e tumultos pontuais causados por insatisfações localizadas, mas igualmente constante instabilidade e um empecilho para a constituição de um padrão de governabilidade. A constância dos motins urbanos, das revoltas populares, das greves e dos levantes revolucionários fez parecer ao governo brasileiro que a paz pública seria difícil de se alcançar nestes anos. Diante deste quadro, estamos considerando que a "pacificação" da vida pública brasileira, após esta longa trajetória de instabilidade, era uma prioridade dentro da reestruturação da ordem política pretendida pelo Estado Novo, e para a realização de tal objetivo seria indispensável a instalação de algum controle sobre o domínio público e, consequentemente, um controle sobre os discursos cívicos e sobre a nação (Parada, 2009, p. 9-10).

Para obter o controle do domínio público e, dessa forma dos cidadãos, o estado-novismo constrói uma cultura cívica voltada para o ideal de pacificar e civilizar a nação. Assim sendo, a cultura cívica que se institucionalizou partindo do ideal

---

[49] As datas de 24 de fevereiro alusiva a promulgação da Constituição de 1891, o 13 de maio chamado de Dia da Fraternidade Nacional e vinculada a luta pela abolição da escravatura e o 14 de julho, vinculado aos ideais da Revolução Francesa e anunciado como Dia da Liberdade e Independência das Américas são apontadas por Parada como datas comemoradas pelo regime republicano pós Proclamação da República (Parada, 2009, p. 21).

pacificador e civilizador apresentou indicativos de tratar-se de um projeto cultural do regime, o qual estabelecia

> uma nova relação entre as esferas institucionais do poder e a vida privada da população, principalmente o público urbano. A definição de uma temporalidade cívica, a construção de ícones nacionais, o uso da propaganda e dos meios de comunicação delimitaram, daí para frente, algumas das fronteiras de uma nova cultura política brasileira (Parada, 2009, p. 10).

Ao discorrer sobre o processo de formação das comemorações cívicas, Parada (2009) denomina "cultura cívica varguista" a influência da política no campo da cultura. Considerando o regime de governo e os marcos temporais de sua instauração a definição de Parada (2009) se justifica. Cabe pontuar que cultura política é interpretada como "um sistema de crenças políticas de indivíduos ou grupos sociais que é construído ao longo do tempo no processo de interação com os sistemas de crenças políticas de outros grupos sociais" (Willians, 1995, *apud* Parada, 2009, p. 19). Seguindo esta interpretação, que ideais a política varguista atrela a cultura cívica? A cultura cívica varguista, articula cultura aos ideais de "ordem, solidariedade, disciplina e modernidade" (Parada, 2009, p. 19). Tais ideais compuseram uma ideologia política de viés nacionalista que afetou a cultura e, por consequência o direcionamento do regime acerca do planejamento das comemorações cívicas, entre as quais o 7 de Setembro.

Pandolfi (2019) acrescenta outra interpretação na qual inclui os meios de comunicação. "A cultura foi entendida como suporte da política e, nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram" (Pandolfi, 2019, p. 130).

A cultura cívica, nacionaliza o tempo cívico através do planejamento e manutenção de um calendário criado para comemorar datas específicas e desejadas pelo Estado Novo. Tais movimentos

> serviram ao propósito múltiplo de unificar elites e massas, também simbolizaram um tempo e um espaço idílico no imaginário político brasileiro. Procuravam reinventar uma harmonia nacional que o regime varguista acusava ter sido destruída pela República Velha, assim como buscavam construir uma nova cultura política, que serviria de guia para a nação na direção da modernidade, soberania e ordem (Parada, 2009, p. 21).

Connerton (1999) observa que regimes políticos, "semelhante à construção de um muro", demarcam sua posição a partir do julgamento do regime que o antecedeu. Julgar as práticas do regime anterior é o acto constitutivo da nova ordem" (Connerton,

1999, p. 9). Para formar a nova ordem, o “controle da memória de uma sociedade condiciona largamente a hierarquia do poder” (Connerton, 1999, p. 2).

No contexto político do Estado Novo, a formação de uma nova tradição cívica demarcou a transmissão e a conservação da memória coletiva. Demarcou a dimensão política do uso da memória e do conjunto de lembranças e narrativas que desejavam serem compartilhadas socialmente. Composta pela seleção de fatos históricos e de personalidades que deveriam ser lembrados e quais entre eles deveriam ser esquecidos, a criação da nova tradição cívica espelha a alteração do calendário e o controle do tempo pelos gestores do regime que dentro desta narrativa assumem o papel de idealizadores e construtores da memória coletiva. ”A eliminação estratégica e a inserção de certas datas estabeleceu a base temporal para incentivar o gerenciamento ritualizado e disciplinado do tempo” (Parada, 2009, p. 26). O Estado Novo busca legitimar-se através da criação das festas cívicas. “A alteração do calendário pode ser tomada como um exemplo extremo de que controlar o tempo se torna essencial ao poder” (Oliveira, 1989, p. 173).

Aires (2011) observa a ação dos sujeitos no tempo, exemplificando a construção do calendário francês[50] pós Revolução Francesa de 1789. O calendário como construção histórica e cultural, é apontado por Aires como definidor do uso do tempo.

> Sendo o calendário uma construção cultural, muito embora muitos povos tenham tomado a natureza como parâmetro para elaboração destas marcas do tempo, é uma forma do Homem se situar no mesmo, localizando acontecimentos, podendo julgá-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade. Como construção histórica, pois, sofre as interferências dos seres humanos e se adequa a diversos interesses. Um exemplo, dentre tantos, é o calendário revolucionário francês, dando denominações aos meses de forma a rememorar a Revolução de 1789. A institucionalização de um feriado exemplifica essa busca de controle do tempo pelo Homem, uma vez que se constitui como um momento de suspensão do cotidiano em que se demarca algum evento especial. Há, portanto, uma pausa no ritmo diário do trabalho e da dinâmica do dia-a-dia para a realização das comemorações (Aires, 2011, p. 1).

O processo de nacionalização do tempo cívico brasileiro fez uso de símbolos atribuindo legitimidade ao acontecimento cívico em datas pré-estabelecidas no calendário, sendo uma delas o Dia da Bandeira. Um dos principais símbolos que identifica a nação brasileira, a bandeira nacional tornou-se a principal representação

[50] O calendário revolucionário francês associava as estações do ano à criação dos nomes dos meses. Para o outono, *vendémiaire, brumaire, frimaire.* Para o inverno, *nivôse, pluviôse, ventôse.* Para a primavera, *germinal, floréal, prairial.* Para o verão: *messidor, thermidor, fructidor*. Tal mudança não contou com a aceitação social e foi abolido em 1806.

visual do estado-novismo. A bandeira nacional representou a identidade nacional coletiva e foi ostensivamente usada em comemorações cívicas sendo o seu uso nos desfiles cívico-militares um dos mais expressivos.

A instauração do Estado Novo tornado público por meio de discurso transmitido pelas emissoras de rádio faz uso de uma cerimônia relativa ao Dia da Bandeira para ampliar seu alcance de legitimação dezessete dias após o comunicado à nação.

O Estado Novo encenou através deste evento[51], realizado na Esplanada do Russel, no Rio de Janeiro-RJ, capital federal, no dia 27 de novembro de 1937, a primeira cerimônia cívica para legitimar a continuidade do ideário do regime através de alguns indicadores como a incineração das bandeiras estaduais, em um claro sinal de aversão ao regionalismo e a representatividade dos estados através do suas bandeiras com a finalidade de fazer alusão ao novo pacto social e político que se estabelecia.

A imprensa nacional[52] publicizou esse acontecimento como o fez a edição da Folha da Manhã, noticiando na capa "Foi hontem solennemente festejado na Capital da Republica o 'Dia da Bandeira'" destacando o "grandioso altar armado em conjugação com o altar da Patria" (Folha da Manhã, 28 nov. 1937, p. 1). Somente após a chegada do presidente da República, recepcionado pelas autoridades que se encontravam no palanque oficial e ao som do hino nacional cantado por alunos de instituições escolares, o rito religioso[53] teve início. Ao término deste, a cerimônia

---

[51] O evento foi propagandeado através de cartazes nos muros e papeletes lançados por aviões, distribuição de bandeiras aos munícipes, pedido de fachadas iluminadas e vitrines de pontos comerciais expondo a bandeira nacional.

[52] Em 28 de novembro de 1937, o jornal paulista Folha da Manhã, informava ao leitor toda a sequência do acontecimento. Três momentos foram reproduzidos através de fotografia: o altar da missa campal celebrada por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), desfile militar do Batalhão da Guarda Presidencial e a incineração das bandeiras estaduais. Parada (2009) cita o mesmo acontecimento por meio da edição de 28 de novembro de 1937 do jornal carioca, Correio da Manhã. Outra fonte significativa acerca do acontecimento está no documentário "Imagens do Estado Novo", 2015, dirigido por Eduardo Escorel e produzido por Cláudio Kahns com os argumentos da historiadora Dulce Pandolfi. Esta contribuição, da cinematografia brasileira, exibe ao longo de quase 4 horas, imagens coletadas de várias fontes documentais como fotografias, trechos de cartas e do Diário pessoal de Getúlio Vargas, canções populares do período, imagens selecionadas de filmes familiares, de ficção e de produções exibidas por cinejornais. Produzidos para objetivos diversos, os registros compõem o enredo do documentário. As imagens do evento Dia da Bandeira, ainda que narrados durante 2 minutos e 34 segundos, permitem visualizar alguns momentos da cerimônia, a composição física do local escolhido para a mesma e a composição dos atores sociais que na Praça do Russel, Rio de Janeiro, se fizeram presentes.

[53] Segundo Parada (2009) a participação da igreja simbolizava uma "aliança e ao mesmo tempo uma tarefa. A presença da liderança católica foi um sinal de que o Estado Novo manteria certos compromissos com o *status quo* e, ao mesmo tempo, um repúdio ao materialismo marxista e suas recentes ações revolucionárias. A missa demonstrava uma sincronia entre Igreja e o Estado Novo

prossegue com o hasteamento da bandeira ao som do hino nacional também cantado por escolares ao mesmo tempo em que eram colocadas em uma pira para incineração uma a uma as bandeiras estaduais. O redator do jornal aponta ao leitor que as mesmas por "força do dispositivo da nova Constituição" foram substituídas por "uma só bandeira", a nacional. Em sincronia com a queima das bandeiras estaduais, bandeiras nacionais desciam presas a paraquedas soltas por aviões que sobrevoavam o local e vinte e uma bandeiras nacionais eram hasteadas por alunos de instituições de ensino ao som do mesmo hino.

A monumentalização deste evento, portanto, estabelecia o reordenamento político com os entes federativos, entre eles, o estado de São Paulo merece uma breve apreciação devido ao movimento armado que deflagrou em 9 de julho de 1932 contra as forças militares do Governo Provisório.

Intitulado Guerra Civil de 1932 e também denominado Revolução Constitucionalista[54], este movimento organizado pela oligarquia paulista, exigia uma constituição para o país nos moldes da primeira constituição republicana e a nomeação de um interventor paulista e civil "em oposição, especialmente, à interventoria do pernambucano João Alberto" (Moraes; Lopes, 2023, p. 38). Contudo, os motivos desencadeadores do movimento estavam articulados aos interesses políticos e econômicos da oligarquia paulista que resistia ao predomínio do governo federal sobre o contexto regional.

> A mais evidente motivação era a retomada do poder quase hegemônico que a oligarquia de São Paulo exerceu durante a Primeira República (1889-1930). Assustava-a muito a perda da larga autonomia que marcou o Brasil até a Revolução de 1930. Não foram poucos os intelectuais paulistas do período que defendiam a retomada do modelo de estado federativo, que permitia aos estados tomar empréstimos diretamente com bancos estrangeiros sem o aval da União ou contratar missões militares estrangeiras sem a permissão do Exército. Esses dois casos citados de fato ocorreram com São Paulo na Primeira República, mas depois da centralização política iniciada com a deposição de Washington Luís não mais poderiam se repetir. A centralização política também fazia com que os tributos recolhidos em São Paulo passassem a ser administrados pelo Governo Provisório, não sendo assim revertidos diretamente para o Estado que os gerava, como ocorria anteriormente (Moraes; Lopes, 2023, p. 39).

na encenação da cerimônia e, mais do que isso, marcava a concordância da liderança católica com a nova ordem política" (Parada, 2009, p. 33).

[54] A visão de Nahes (2007) enfatiza o ressentimento regional dos paulistas: "Vista hoje como contestadora da pretensa 'revolução de 30' e de caráter saudosista, a Revolução Constitucionalista de 1932 nada mais foi que a evidência do descontentamento das velhas oligarquias paulistas desalojadas do poder, sobretudo por jovens oficiais, considerados como setores emergentes da sociedade, contra o tradicionalismo, o que vem explicar o caráter ambíguo desse movimento que nada tinha de popular" (Nahes, 2007, p. 32).

A maioria dos entes federativos era “governada por interventores militares e ‘estrangeiros’ à política local” (Moraes; Lopes, 2023, p. 41) os quais dependiam do Governo Provisório para se manterem no poder. Instaurado o movimento armado[55], o Governo Provisório venceu as tropas paulistas contando com as forças militares instaladas em vários estados e com o apoio dos interventores que “colocaram à disposição de Vargas as polícias estaduais sob seus comandos e iniciaram um processo ainda pouco estudado: o alistamento de voluntários” (Moraes; Lopes, 2023, p. 41).

Cerri (1996) também faz menção ao conflito armado ao citar Alfredo Ellis Jr., autor da obra A Nossa Guerra, escrita em 1933, a qual apresenta o termo paulistanidade para “adjetivar o espírito, o sentimento que toma conta dos paulistas e leva-os à guerra civil de 1932 depois dos ultrajes impostos pelo Governo Provisório e as interventorias impostas ao estado” (Cerri, 1996, p. 24). A definição de paulistanidade, conforme Cerri, está vinculada à idealização de uma identidade paulista elaborada pela oligarquia de São Paulo.

> A paulistanidade é a ideologia produzida pela oligarquia paulista que consiste na criação de uma identidade de ordem regional, valorizando a condição de pertencente ao estado (numa operação de homogeneização, ao nível das ideias, de seus habitantes, e consequentemente excluindo outras identificações primordiais que não a regional), ao mesmo tempo em que institui uma série de valores e características como próprias da condição de paulista e, para sacramentar essa construção, oferece uma explicação para sua situação através do recurso à história regional, que aponta o bandeirante como ancestral, civilizador, patriarca do paulista (Cerri, 1996, p. 24).

Se a ideologia da paulistanidade marca o pensamento e os discursos dos intelectuais paulistas os quais exaltam o sentimento de pertencimento atribuindo valores e características aos paulistas, considerando-os civilizados e descendentes dos bandeirantes e, por isso vocacionados a liderar o país, no Paraná, as obras de Bento Munhoz da Rocha Netto (1905-1973) e Wilson Martins (1921-2010) criaram representações sobre o paranaense e a região sul do Brasil. Para Rocha Netto, “o Sul seria ‘branco’ e o Paraná a ‘mancha loira do Sul do Brasil’” (Weber, 2024, p. 3).

> Já Wilson Martins escreveu um ensaio de ampla repercussão no âmbito regional, denominado por ‘Um Brasil Diferente: ensaio sobre fenômenos de

[55] Moraes e Lopes observam que o contingente de mortos e feridos neste movimento armado é impreciso e, por isso defendem pesquisas sobre o conflito. Segundo a bibliografia sobre o tema, os exércitos de São Paulo variam entre 30.000 e 70.000. “Já os do Governo Provisório vão de 52.000 a 120.000. O que sempre se observa é que o Governo Provisório teve um efetivo militar bem maior que o de São Paulo” (Moraes; Lopes, 2023, p. 42).

> aculturação no Paraná'. Defendia a ideia de 'Um Brasil diferente' na formação do Paraná enquanto uma 'civilização original', pois segundo o autor, a história do Paraná havia sido constituída 'Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira'. Evidenciou aspectos raciais em defesa de um 'tipo físico' paranaense, para o qual a presença do imigrante de cor branca teria sido fundamental na formação meridional do Brasil (Weber, 2024, p. 4).

As pesquisas de Cerri (1996) e Weber (2024) retratam ideologias pautadas por valores e crenças elitistas que representam os sujeitos sociais em âmbitos regionais específicos. Ao tratar as concepções sobre um "Brasil diferente", Weber, observa que Rocha Netto e Martins, devido a posição social que ocupavam faziam uso de "uma linguagem legítima e, por conseguinte, autorizada" (Weber, 2024, p. 4) no seu contexto de produção. No contexto de instauração do Estado Novo, controlar e subordinar ideologias regionais, em especial, o regionalismo político era fundamental para o desenvolvimento do projeto de centralização do poder e de identidade nacional almejados pelo regime.

Fotografia 3 – Queima das bandeiras estaduais, novembro de 1937



Fonte: Google Imagens

A cerimônia de queima das bandeiras estaduais é exemplar para a encenação do combate às manifestações políticas e a imposição do término das autonomias

regionais originadas na Primeira República e que ainda vigoravam pós-Revolução de 1930.

A bandeira que está sendo colocada na pira, observada pelo público ao redor, representava o estado de São Paulo. A bandeira anterior incinerada foi a bandeira do estado do Rio de Janeiro. Não é possível concluir se os presentes, civis e militares, concordavam ou não com a queima dos símbolos estaduais, mas suas faces revelam seriedade e atenção, como o olhar do jovem que está à frente da jovem à direita. Atrás dela, outra jovem usando vestimenta e acessórios idênticos, seria a próxima a depositar a bandeira de outra representação estadual. Vinte e uma jovens participaram deste rito. A seleção da cena feita pelo fotógrafo permite a visualização das jovens em questão. Este gesto influenciou os desfiles de 7 de Setembro até o fim do Estado Novo, pois somente a bandeira nacional seria usada como símbolo em todos os estados brasileiros. A queima das bandeiras representava assim a sobreposição do projeto de nação idealizado pelos dirigentes do regime aos interesses regionais. Ao fundo da imagem dois homens se destacam devido à altura que estão posicionados em relação aos demais. Um observa o público e o outro é o maestro Heitor Villa-Lobos (1897-1959) que rege o coro de vozes formado por alunos das instituições escolares que estavam presentes em uma clara exposição pública de canto orfeônico.

Um recorte da notícia, publicada pela Folha da Manhã faz referência a emoção que o rito teria causado:

> Após a importante solennidade da queima das bandeiras estaduaes, assistida por todos com maior emoção, seguida do discurso official, teve início o grande desfile perante o altar da Patria, na presença do presidente da Republica, ministros de Estado e altas autoridades ao som de cantos orpheonicos. O programa dos canticos a cargo dos professores e dos alumnos da municipalidade sob a regencia do maestro Villa Lobos foi cumprido devidamente recebendo enthusiasticos applausos da multidão. Ouviram-se Canto do Pajé, hymno ao sol e, por ultimo o Hymno Nacional (Folha da Manhã, 28 nov. 1937, p. 1).

Seguindo um roteiro que contemplava a participação das “altas autoridades” (referência a Getúlio Vargas e os dirigentes do regime), dos militares, dos trabalhadores e das instituições de ensino, a cerimônia não contou apenas com a missa campal, hasteamento de bandeiras, queima das bandeiras estaduais, discurso do ministro da Justiça e cânticos regidos pelo maestro Villa-Lobos. Contou com um desfile cívico-militar, composto por militares, jovens escolares e trabalhadores ao

término da cerimônia, que fôra prevista para 19 de novembro[56]. Neste desfile, os grupos formados pelos alunos das instituições de ensino e trabalhadores empunhavam nas mãos bandeirinhas nacionais. “Delegações de estudantes e de trabalhadores, juntamente com as Forças Armadas, prestaram homenagem à bandeira e ao Presidente da República, desfilando perante o *altar da pátria* por cerca de duas horas” (Parada, 2009, p. 34).

O discurso de Francisco Campos neste acontecimento antecede o desfile e configura um dos principais elementos da “legitimidade soberana” (Parada, 2009, p. 35) do regime na ocasião e sinaliza a apropriação do símbolo nacional como representação do ideal da unidade federativa. Um trecho desse discurso aponta este sentido de interpretação:

> Tu és unica, por que só há um Brasil; em torno de ti se refaz de novo a unidade do Brasil, a unidade de pensamento e de acção, a unidade que se conquista pela vontade e pelo coração, a unidade que somente pode reinar quando se instaura pelas decisões históricas, por entre as discordias e as inimizades publicas, uma só ordem moral e política, a ordem soberana, feita de força e ideal, a ordem de um único pensamento e de uma só autoridade, o pensamento e a autoridade do Brasil (Folha da Manhã, 28 nov. 1937, p. 3).

A unidade da nação na visão do orador fora desfeita e somente a bandeira representaria o pensamento, a ação, o desejo alcançado de uma pátria unida, ordeira e disciplinada. O discurso de Francisco Campos projeta um nível de abstração cívica que tem na representação da bandeira seu apogeu de projeção naquele contexto político, simbolizando um só governo. Não há referências no discurso a impossibilidade da filiação partidária ou direito de manifestação da população através do voto em processos eleitorais. Os embates do regime varguista com os partidos políticos anteriores à instauração do Estado Novo indicam que o regime não aprovava e coibia vozes dissonantes. A “superação da discórdia” expressa no discurso de Francisco Campos pode ser interpretada como conquista da ordem e da disciplina. A intervenção dos partidos políticos e a ocorrência de manifestações sociais, incluindo

---

[56] A programação da cerimônia “sofreu um contratempo: devido a chuvas intensas não foi possível sua realização no dia dezenove. Desde as primeiras horas da manhã, segundo o *Correio da Manhã*, ‘por ordem do Presidente da República’, as estações de rádio noticiavam a suspensão da festa, procurando evitar que a população da Capital Federal se dirigisse à Praia do Russel. Apesar desta providência, mais de sete mil trabalhadores da União Geral dos Sindicatos do Distrito Federal e da Federação Nacional dos Marítimos, segundo o jornal, chegaram ao local da cerimônia. Além disso, as tropas militares estavam nos pontos de concentração marcados e muitos estudantes chegaram a tomar os bondes e ônibus destinados especialmente para seu deslocamento” (Parada, 2009, p. 31).

as operárias contrárias aos interesses do regime, compõe o campo da “discórdia” que não foram intencionalmente citados por Francisco Campos.

Ainda que o regime coibisse o integralismo formado pela influência do fascismo, o discurso de Francisco Campos dialoga com elementos que compõe o pensamento fascista: intolerância a oposições políticas, exaltação do símbolo nacional e a liderança que representa a “ordem de um único pensamento e de uma só autoridade”.

A cerimônia realizada em 27 de novembro de 1937, como assinala Napolitano (2022), pode ser considerada um tanto curiosa quanto exemplar do novo contexto político brasileiro. Ela simbolizava a centralização do poder pelo Estado Novo. Objetivo que também estava presente no discurso radiofônico transmitido à nação dezessete dias antes reforçando o mesmo preceito.

O acontecimento cívico em questão institucionaliza a cultura cívica varguista em curso e, por conseguinte, é representativa como modelo para cerimônias cívicas que seriam constituídas pelo regime até 1945. A programação da cerimônia na capital da República, configura um modelo cívico para pensar as práticas comemorativas alusivas ao 7 de Setembro abrangendo as capitais dos estados e os municípios. Gradativamente, a institucionalização da cultura cívica varguista foi representada nas capitais e nos municípios com particularidades políticas, sociais e culturais regionais. Quer-se afirmar que a comemoração do Dia da Bandeira, não era a única data projetada para fins cívicos do regime varguista e que a mesma foi integrada à cultura cívica para além das fronteiras da capital da República e das capitais dos estados. A exemplo, o jornal Diário dos Campos, em 17 de novembro de 1937, publica na capa a notícia intitulada “O Dia da Bandeira será condignamente commemorado em Ponta Grossa". Um trecho desta notícia reflete o ideal de festejar a data em sincronia com a capital federal:

> Tendo em vista que as altas autoridades do paiz estão vivamente empenhadas em emprestar o maior brilhantismo á commemoração do Dia da Bandeira, este anno, o sr. Albary Guimarães, prefeito municipal da cidade, houve por bem decretar feriado o dia 19 do corrente mez, pelo que todos os estabelecimentos commerciaes e industriaes da cidade deverão conservar fechados desde pela manhã. O ilustre governador da cidade, de outra parte, está diligenciando para que Ponta Grossa expresse através das commemorações grandiosas o seu culto ao symbolo patrio (Diário dos Campos, 17 nov. 1937, p. 1).

A notícia expressa a mesma finalidade em espaços geográficos distintos, o centro, aqui compreendido como capital da República e a periferia, a cidade, “unidas”

pelo acontecimento comemorativo e, em comum a presença de atores sociais nominados pela posição social que ocupavam referindo-se a elas como “altas autoridades”. A referência ao prefeito como “governador da cidade”, lhe confere o arbítrio quanto à decisão de inúmeros aspectos da gestão pública e, neste caso, pelo fechamento do comércio e das indústrias locais. A notícia exemplifica um fato vinculado a relações de poder instituídas no espaço e no tempo regional.

O Diário dos Campos em relação ao Dia da Bandeira não repercute apenas no acontecimento cívico nacional e local. A edição de 24 de novembro, noticiava “O 19 de novembro em Entre Rios’[57], relatado por um correspondente do jornal. O mesmo destaca que o hino nacional foi cantado por 150 crianças durante o hasteamento do “auri-verde pendão. Em seguida, empunhando bandeirinhas e cantando hymno patrioticos, a petizada e a multidão circumstante desfilaram pelas principais ruas publicas, quebrando o silencio reinante” (Diário dos Campos, 24 nov. 1937, p. 2). “Condignamente” comemorar o Dia da Bandeira também era objetivo dos seus organizadores.

As notícias referentes às cerimônias cívicas em âmbito nacional e regional, aqui citadas, permitem concluir que a realização das mesmas interfere no cotidiano social e refletem as representações de poder instituídas historicamente. Ambas, centro e periferia são impactadas pela cultura cívica estado-novista e por uma nova normativa cívica como expressão da unidade nacional e harmonia social.

A expressão nova normativa cívica, pensada pela autora desta pesquisa, refere-se à programação das comemorações cívicas, definidas por datas, suspensão do tempo e do cotidiano, ritos, envolvimento de instituições políticas, militares, sociais e culturais específicas entre outros elementos estabelecidos para viabilizar tais eventos. Ainda que expressassem vínculo com a cultura, as cerimônias cívicas eram compostas por normas e regras estabelecidas pelos sujeitos sociais que as planejavam.

Adianta-se que a composição dos públicos-alvo das festas cívicas foram compostos por trabalhadores, militares e, recorrentemente, os jovens escolares na vigência do Estado Novo. Desse modo, as cerimônias produziram um “lucro político” (Parada, 2009) para o regime que empreendia um envolvimento emocional das

[57] O arriamento da bandeira nacional teria ocorrido às 18h para o qual “compareceu o povo em peso. Por essa occasião, uma salva de 21 tiros se fez ouvir” (Diário dos Campos, 24 nov. 1937, p. 2).

massas sob a sua liderança, em especial, os públicos alvo envolvidos nas comemorações. A formação de sentimentos atrelados ao conceito de pátria era explorado através de discursos e festividades cívicas pelo regime varguista. As cerimônias cívicas foram práticas disciplinares e de regulação dos corpos e mentes, de contenção dos cidadãos, de ocupação pacífica de logradouros públicos e de unificação das elites e a classe trabalhadora compondo um ideal de nação.

A instauração do Estado Novo e a institucionalização da cultura cívica têm em comum um elo indissociável: um ideal de nação e a exaltação do nacionalismo.

Hobsbawm (1990) e Anderson (2008) desenvolveram pesquisas expressivas acerca do nacionalismo. Ambos concordam que a existência dos nacionalismos antecede a formação das nações.

O conceito de nação de Anderson (2008) refere-se à comunidade imaginada:

> Uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (Anderson, 2008, p. 32).

Já Hobsbawm define nação "como um fenômeno muito recente na história da humanidade e produto de conjunturas históricas particulares necessariamente regionais ou localizadas" (Hobsbawm, 1990, p. 14) e, por isso observa que as tentativas de

> explicar por que certos grupos se tornaram 'nações' e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais (Hobsbawm, 1990, p. 15).

Os critérios são "ambíguos, mutáveis e opacos" e estes qualificadores justificam por que o autor os considera simples e objetivos. Os estudos apresentados na obra Nações e Nacionalismo desde 1780, indicam que o conceito de nação não obedece um padrão de definição, pois "sempre é possível descobrir exceções". Em busca de uma definição, esbarra na interpretação subjetiva, apresentando como nação qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma "nação" (Hobsbawm, 1990, p. 18).

Ampliando sua busca conceitual, refere-se a nação pelo o que ela não é: "entidade social originária ou imutável", e sim uma "entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o 'Estado-nação'; e não

faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação" (Hobsbawm, 1990, p. 19).

Estado e nacionalismo formam a nação, ou seja, existem *a priori*, devido um processo histórico complexo de construção identitária construídas e reconstruídas ao longo do tempo. Para legitimar uma ideia de nação as tradições e ritos são criados pelo nacionalismo. O estado-novismo usa dessa estratégia para legitimar seu projeto civilizatório.

2.4 "ANTES DE TUDO, SOLDADOS DO BRASIL": A LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO À NAÇÃO

Voltando à cerimônia de 27 de novembro de 1937. Ela não é apenas representativa para pensar a institucionalização da cultura cívica. Este acontecimento dá sequência à nova fase de difusão de discursos do Estado Novo no qual Getúlio Vargas e Francisco Campos não foram os únicos dirigentes do regime se manifestar. Contudo, a representatividade dos cargos que ocupavam lhes conferia alcance diante da opinião pública através dos meios de comunicação.

Compreendendo o uso do discurso como um marcador do Estado Novo, vale questionar: o discurso proferido por Francisco Campos na cerimônia do Dia da Bandeira é representativo para pensar o regime? O que esse discurso anuncia, renuncia e silencia? O autor desse discurso pode ser interpretado como um porta-voz do regime varguista? O que o discurso pode revelar acerca do personagem que o enuncia?

Primeiramente, algumas observações são pertinentes acerca da exposição do discurso de Francisco Campos: foi propagado através das emissoras de rádio para todo o país, transcrito e publicado pela imprensa escrita; foi o centro simbólico da cerimônia, entre a incineração das bandeiras estaduais e o desfile; seu enunciador é o autor do discurso e ocupa posição de destaque no palanque ao discursar e, assim, é reconhecido como orador em relação às demais dirigentes e em relação ao próprio público que se fazia presente; o discurso configura um momento distinto na cerimônia e é o único lido e presenciado no acontecimento.

Francisco Campos inicia seu discurso fazendo referência aos soldados legalistas que morreram em 1935 "pela honra e as forças armadas do Brasil" por ocasião da Intentona Comunista. Não faz referência a ela diretamente, nem aos

conflitos que envolveram militares e civis nas capitais de Alagoas, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, dois anos antes. A repressão a estes levantes engendrou a decretação do Estado de Guerra, cerceando liberdades e garantias individuais, abrindo passagem para a instauração do Estado Novo, reforçado pelo Plano Cohen. Francisco Campos exalta os soldados, sem nomeá-los e quantificá-los, indicando que mereciam "o respeito e a veneração dos brasileiros" (Folha da Manhã, 28 nov. 1937, p. 3). Anderson (2008) ao buscar interpretação sobre as raízes do nacionalismo, afirma que o imaginário nacionalista se importa com a morte e a imortalidade ao contrário do marxismo e do liberalismo. Isto seria um indicativo de afinidade do nacionalismo com o imaginário religioso. O trecho abaixo do discurso de Francisco Campos revela um deslocamento temporal no qual o imaginário religioso novamente ganha sentido.

> O anno passado, nesta mesma solenidade, eu tive a fortuna de dirigir a palavra á juventude do Brasil. [...] Os brasileiros se reuniram em torno do Brasil e decretaram, desta vez, com a determinação de não consentir que a discórdia volte novamente a dividi-lo, que o Brasil é uma só pátria e que não há lugar para outro pensamento que não seja o pensamento do Brasil, nem espaço e devoção para outra bandeira que não seja esta, hoje hasteada por entre as bençams da igreja e a continencia das espadas e a veneração do povo e os cantos da juventude (Folha da Manhã, 28 nov. 1937, p. 3).

Não passa despercebido que esse trecho da leitura de Francisco Campos revela outro imaginário. O imaginário de sujeitos dotados de vontade para pertencer a uma única pátria, devotando sentimento de amor a uma única bandeira e determinados a não pactuar com a discórdia que pudesse desuni-los. A interpretação desta passagem do discurso, permite concluir que na ótica de Francisco Campos os brasileiros eram ameaçados pela ocorrência de conflitos e somente a união de todos era aceitável em defesa da pátria e pelo fim das discórdias. O "pensamento do Brasil", a que se refere o ministro da Justiça, é "construção da autoridade do enunciador, nesse caso, o novo Estado brasileiro" (Parada, 2009, p. 35). Este modelo de governo não permitiria inquietação e insegurança pública, porque era forte e responsável, dotado de razão e capacidade de decisão. O Estado conduz a nação nesta vertente de pensamento.

> Mal convalescendo de uma crise decisiva, cuja phase aguda ainda não havia passado, tínhamos diante de nós a perspectiva de que em dias bem proximos voltaria a repetir-se o espectaculo da intranquilidade e da insegurança publica, que um regimento incapaz havia transformado em estado normal, confirmando, assim, o theorema político millenar de que nas épocas de

> dissolução e crise, se não se constitue o governo forte e responsável a desgraça se apodera das nações e nada se salva se não se salve na ruina geral o centro de lucidez e decisão que responde, por entre a confusão dos espíritos e a vacilação das vontades pelo rumo e pela ordem. Dizia, então, que o Brasil no clima aquecido pela passagem do bolido moral das revoluções, estava exigindo uma redefinição em termos de cultura, de vontade, de governo e de justiça, e que não se podia frustrar impunemente a juventude o direito de reinterpretar o passado em termos do presente e do futuro (Folha da Manhã, 28 nov. 1937, p. 3).

O discurso acima enunciado não evidencia diretamente embates políticos dos movimentos de oposição como os ocorridos desde a chamada Revolução de 1930. Tampouco o *suposto* Plano Cohen é relembrado abertamente, pois, há intenção de declarar ao público que o Estado Novo é a garantia da direção política a ser trilhada e a garantia da ordem e a manutenção da paz social.

A liderança de Francisco Campos na cerimônia fica explícita nessa passagem do discurso, considerando a posição de dirigente do regime ocupando o cargo de ministro da Justiça. A redefinição da "cultura, de vontade, de governo e de justiça" abrangia uma faixa etária específica, a juventude. Para afastar a juventude da influência de movimentos revolucionários que levassem ao conflito e a discórdia, era preciso reinterpretar o passado e redefinir a cultura. Ademais, Francisco Campos participa do reordenamento do calendário cívico e da criação das festas cívicas com propósito de abranger a juventude. O movimento político que empreende para a criação da Organização da Juventude Brasileira (OJB) é muito expressivo neste sentido, como será possível notar na última seção desta investigação.

O discurso de Francisco Campos é marcado pelo interdito no qual desejo e demonstração de poder se evidenciam. "[...] Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder" (Foucault, 2014, p. 9-10).

Outro recorte da produção do discurso de Francisco Campos indica que o objetivo do mesmo não estava circunscrito apenas à exaltação do símbolo pátrio, a justificativa de instauração do novo governo à nação e ao anúncio de uma "redefinição em termos de cultura". Novamente, Francisco Campos dirige suas palavras à juventude e a idealiza como sujeito-soldado. Sete vezes seguidas, o orador oficial da cerimônia faz referências aos jovens qualificando-os como soldados dispostos a pensar e a agir em defesa do país.

> Honras a vossa bandeira, juventude do Brasil, consagrando a ella o vosso ideal, jurando crear valores para o Brasil o vosso pensamento, trabalhar por elle e defendei-o dedicando ao Brasil o vosso pensamento e vosso coração.

> Antes de tudo, soldados do Brasil. A vocação da juventude, em horas como esta, deve ser a vocação do soldado. Seja qual for o seu nascimento, a sua fortuna, a sua inclinação, o seu trabalho, que cada um, na sua escola, no seu ofício, na sua profissão, seja um soldado possuído do seu dever, obediente à disciplina, sobrio e vigilante, duro para comsigo mesmo, trazendo no pensamento clara e definida a sua tarefa e no coração em dia em ordem, as suas decisões. Todos somos soldados quando o que nos pedem é a ordem, a disciplina, a decisão. Isto é o que o Brasil conquistou – sobre si mesmo. Sentindo – em mão em continencia, soldados, desse ideal, soldados da bandeira, soldados do Brasil (Folha da Manhã, 28 nov. 1937, p. 3).

O discurso também revela um apelo emocional e projeta nos jovens a ideia de sujeitos dotados da capacidade coletiva de servirem o país, de obedecerem e agirem com disciplina e seriedade. O país, finaliza o ministro da Justiça, "conquistou sobre si mesmo a ordem, a obediência, a disciplina e a decisão, qualificadores desejáveis no pensamento e na ação dos soldados do Brasil" (Folha da Manhã, 28 nov. 1937, p. 3). Isto posto, Francisco Campos, socializa um discurso de viés autoritário e conservador.

Algumas reflexões elaboradas por Foucault (2014), auxiliam a interpretação acerca do discurso como prática social.

Foucault, supõe que "em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade" (Foucault, 2014, p. 8-9).

Ao pensar sobre o princípio da oposição entre o verdadeiro e o falso, Foucault, adverte sobre a existência de discursos produzidos com a intenção de serem validados como verdadeiros. Vários elementos enunciados pelo orador remetem a reflexão de Foucault:

> […] o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia passar, mas contribuia para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino (Foucault, 2014, p. 14).

O discurso proferido por Francisco Campos lhe confere representatividade, pois a ele foi atribuída vez e voz no espaço central da cerimônia. Considerá-lo porta-voz do Estado Novo na cerimônia do Dia da Bandeira se justifica.

A vontade de verdade, do pensamento foucautiano, apoia-se na instituição e é "reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas" (Foucault, 2014, p.17).

Ela pode ser reconduzida “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (Foucault, 2014, p.17).

Foucault, argumenta que os discursos são afetados por procedimentos de controle e de delimitação, supondo também que:

> há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre discursos: os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certos atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer (Foucault, 2014, p. 21).

Para Foucault, um tema pode gerar discursos distintos. A existência de práticas discursivas garante a circulação de discursos que interessam a alguém ou a uma instituição. Partindo dessa afirmativa, o discurso pode ser entendido como meio de expressão do sujeito social que o enuncia e dependente da circunstância em que se insere, podendo ser enunciado ou não.

O pensamento foucaultiano recusa um pensamento único, embasado em explicações simples e aleatórias, do senso comum, pois interpreta o discurso como um acontecimento fora de seus enunciados, nele reside toda a sua complexidade. O significado de um discurso pode estar oculto, dissimulado e intencionalmente alterado. Ele põe em funcionamento enunciados e relações históricas que se constroem pelos sujeitos, resultado das suas práticas concretas. Através do discurso se fala sobre. Ele não está isolado e sim vinculado a outros discursos que o precederam.

No tocante ao discurso de Francisco Campos, interessava aos dirigentes do regime naquela ocasião que determinados assuntos políticos e sociais não fossem privilegiados. Temas específicos como a exaltação à bandeira, a união dos brasileiros em torno do ideal de paz social e o papel idealizado para os jovens escolares convergiam para o centro de interesse do regime. Estes temas, como nos indica a historiografia sobre a política brasileira, foram objeto de atenção dos dirigentes do regime. Logo, a prática discursiva operada por Francisco Campos é representativa, porém não legitima toda a ideologia política. Há rupturas e não linearidade de fatos, tão pouco um plano de governo para o país sendo apresentado no discurso político de Francisco Campos.

Avançando um pouco em relação a interpretação do uso do discurso, encontra-se a Análise do Discurso proposta por Michel Pêcheux, fundador da Escola Francesa

de Análise do Discurso na década de 1960. O autor é referência para os estudos de Orlandi (2005) que o classifica como “um herdeiro não subserviente do Marxismo, da Linguística e da Psicanálise na Análise de Discurso que propõe e que trabalha as relações entre sujeito, a língua e a história” (Orlandi, 2005, p. 11).

A Análise do Discurso compreende a relação entre sujeito, linguagem e sociedade a partir da dimensão ideológica. Interessada nos processos de significação, a AD busca interpretar a produção dos sentidos, respaldada na tese de que não existe discurso sem sujeito, tampouco sujeito sem ideologia.

Conceitualmente, a AD define discurso como efeito de sentidos entre locutores, entre sujeitos inseridos no mundo capitalista, sócio-historicamente determinados. Concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos de determinação histórica dos processos de significação (Orlandi, 2005, p. 10).

O discurso é um objeto sócio-histórico para a AD no qual a linguagem está presente. É a linguagem que torna os sujeitos capazes de aprender o funcionamento da língua no mundo na medida que constroem laços de sociabilidade. A linguagem também é constitutiva de todos os objetos das ciências na ótica da AD.

Por investigar a produção de sentidos, a AD considera as condições de produção em que o discurso é produzido. Estas condições têm origens diversas como culturais, econômicas, políticas, educacionais, religiosas, artísticas. Estas condições são constitutivas dos enunciados produzidos pelos sujeitos.

Sobre o método da AD, Orlandi (2005) aponta que o mesmo:

> é baseado na análise das formas materiais. Pêcheux não separa categoricamente estrutura e acontecimento, relacionando a linguagem a sua extoricidade, ou seja, o interdiscurso. Ele define este como memória discursiva, o já-dito que torna possível todo o dizer. De acordo com este conceito, as pessoas são filiadas a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente. O interdiscurso é articulado ao complexo de formações ideológicas representadas no discurso pelas formações discursivas: algo significa antes, em outro lugar e independentemente. As formações discursivas, por sua vez, são aquilo que o sujeito pode e deve dizer em situação dada em uma conjuntura dada. O dizer está pois ligado às suas condições de produção (Orlandi, 2005, p. 11).

A formulação que Orlandi enuncia acima apresenta várias denominações da teoria e em comum todas elas estão vinculadas ao sujeito.

O sujeito pensado pela AD é o sujeito do inconsciente, dono e senhor dos sentidos que produz (como gestos, escolhas) e sujeito da ideologia sem percepção consciente dos efeitos da mesma na sua identidade. A ideologia é entendida como naturalização de sentidos que parecem ser óbvios, transparentes e claros. Mas não são naturais. São opacos. As palavras não carregam um único sentido e uma explicação. Os sentidos que se apresentam óbvios são desconstruídos pelo método *pêcheuxtiano*. Formações ideológicas abarcam as formações discursivas e estas são caracterizadas também pelo que pode ser dito ou omitido no discurso.

Acompanhando a AD, o exemplo do discurso proferido por Francisco Campos apresenta uma complexa formação discursiva que não pode ser naturalizada pois a sua trajetória[58] aponta o elo da sua formação ideológica com a sua atuação como jurista, intelectual e dirigente autoritário do regime.

A ideologia política defendida por Francisco Campos perpassa seus discursos, suas ações, seus gestos, suas escolhas e também está contemplado nos seus livros. Segundo Parada (2009) em algumas de suas obras, encontra-se uma interessante formulação teórica que permite uma melhor compreensão dos esforços do novo regime na construção de um calendário de festas cívicas.

---

[58] Francisco Campos, ingressou no curso de Direito em 1910. Quando cursava o segundo ano da faculdade, chamou a atenção dos meios forenses da capital mineira ao produzir a defesa de soldados do Exército envolvidos num tiroteio com guardas da polícia civil. Sua cultura e sua oratória impressionaram o tribunal. No último ano, fez um discurso de homenagem ao falecido presidente Afonso Pena, sobre o tema democracia e unidade nacional, em que vaticinava: "O futuro da democracia depende do futuro da autoridade. Reprimir os excessos da democracia pelo desenvolvimento da autoridade será o papel político de numerosas gerações". Contemplado com o Prêmio Barão do Rio Branco por ter sido o melhor aluno ao longo dos cinco anos do curso, foi o orador de sua turma na solenidade de formatura, em dezembro de 1914 (Malin, [1987]). Em 1918 foi admitido como professor substituto na Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte. Ingressou na política em 1919 no cargo de deputado estadual, destacando-se na elaboração da reforma constitucional mineira. Em 1921, é eleito deputado federal, destacando-se sempre como orador eloquente. É reeleito deputado e em 1926 assume o cargo de Secretário do Interior de Minas Gerais. Destacou-se no campo educacional participando da reforma do ensino no estado. Mas é no campo político que Francisco Campos ganha projeção nacional ao participar da Revolução de 1930 apoiando Getúlio Vargas para o cargo de presidente. Atuou como ministro do recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública e se manteria nele até 1932. Em 1937 assumiu o cargo de ministro da Justiça, permanecendo até 1941. Entre 1943 e 1955, afasta-se do campo político e atua no campo jurídico e dedica-se ao "magistério e à vida privada, reaparecendo como co-autor do Ato Institucional nº 1, em 1964" (Malin, 2010, *apud* Maia, 2025, p. 3). Rubem Braga, em 1966, afirmava: "Toda vez que o sr. Francisco Campos acende sua luz há um curto-circuito nas instalações democráticas brasileiras" (Abreu; Rosenfield, 2020, p. 164). Considerando que Francisco Campos atuou também na composição do Ato Institucional nº 1 (o primeiro de uma série de outros de caráter autoritário), o qual permitia à Ditadura Militar (1964-1985), instaurada através de um golpe, amplos poderes ao poder executivo ocupado por um militar, cassação de mandatos políticos e legitimação da repressão entre outras esferas de abrangência, a afirmação de Braga, recuperada por Abreu e Rosenfield (2020) se sustenta.

O exercício de descrição do acontecimento e de interpretação dos usos do discurso como os proferidos por Francisco Campos, aqui expressos, esboça uma aproximação. A Análise do Discurso contempla ambos os polos, a descrição e a interpretação. Vale questionar: qual a validade da AD? Sua importância reside na reflexão sobre a linguagem. A linguagem importa a todos os sujeitos porque os torna capazes de interagir no cotidiano.

No plano metodológico, a AD colabora com a interpretação das diferentes formações discursivas presentes nos aparatos sociais e, consequentemente, nas relações entre os sujeitos, que significam o outro e a si mesmos através dos seus discursos.

A temática da presente pesquisa cruza com formações discursivas de um contexto temporal específico da trajetória da história política brasileira. Nesta trajetória o papel dos discursos e representações da imprensa acerca das comemorações cívicas se soma a construção de um processo social, político e cultural mais amplo, coletivo.

2.5 “PELO RUMO E PELA ORDEM”: O PAPEL DA IMPRENSA E DA PROPAGANDA NO REGIME ESTADO-NOVISTA

Notadamente, a criação de uma nova temporalidade cívica pelo Estado Novo é promovida através dos meios de comunicação que são incorporados à nova realidade político-social (Goulart, 1990, p. 17).

Os meios de comunicação em âmbito nacional foram subordinados aos interesses políticos de Getúlio Vargas e dos demais agentes do regime e não representaram o único pilar de sustentação do regime. Outros campos como o econômico, o jurídico, o militar, integravam a administração federal. Contudo, o controle de informações consolidava a prática do poder Executivo, “que agia sem interferência dos partidos políticos ou do Legislativo: fez do Estado a entidade suprema, identificando com a própria nação” (Goulart, 1990, p. 15).

“Pelo rumo e pela ordem”, os meios de comunicação foram integrados ao aparato estatal para difundir uma imagem positiva e inquestionável do chefe de Estado e das políticas que implementam nas diversas áreas de atuação do governo. A obediência e a disciplina foram difundidas como valores e sentidos propagados pelos departamentos de imprensa formados durante a vigência da ditadura varguista. Por

conseguinte, a utilização dos meios de comunicação foi gradativamente burocratizada para atender “a vertente ideológica que inculcou no país os princípios da primazia do Estado, da obediência à hierarquia e da passividade política da sociedade” (Goulart, 1990, p. 15).

Após a instauração do Governo Provisório, foi oficializado em 1931, o primeiro órgão de imprensa com a finalidade de promover a propaganda política no plano nacional. A radiodifusão, o repasse de informações vinculadas a realizações governamentais à imprensa escrita e a censura prévia, foram seus principais objetivos de atuação. Este primeiro aparato de imprensa foi chamado Departamento Oficial de Publicidade (DOP). Criado em 25 de maio de 1931, pelo Decreto-Lei nº 20.033, este órgão estava vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Visando ampliar a propaganda do regime, Getúlio Vargas, em abril de 1934, designou ao diretor da Imprensa Nacional, Francisco Antônio Rodrigues de Sales Filho (1879-1937) a tarefa de realizar em caráter experimental a inclusão de outros meios de comunicação. Desse modo, através do Decreto nº 24.651, de 10 de julho de 1934, o cinema (que estava vinculado ao Ministério da Educação e Saúde) é integrado ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) criado para substituir o DOP. As produções cinematográficas eram classificadas e circulavam para exibição, mediante autorização deste órgão que foi também subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O cinema, assim como a radiodifusão e a imprensa escrita ficaram sob vigilância e censura permanente durante o regime.

O controle dos meios de comunicação no Brasil se intensificou na medida em que o governo utilizava-os para fins de propaganda e censura, como também faziam regimes totalitários vigentes na Europa, na década de 1930 e que se estenderam na década seguinte. Fraga (2024) aponta que:

> O fascismo, na Itália, e o nazismo, na Alemanha, por exemplo, proporcionaram uma participação muito mais expressiva do Estado na sociedade, por intermédio tanto de intervencionismo econômico quanto cultural. A respeito deste último, houve a interferência direta, sobretudo nas artes, na literatura, na imprensa, na radiodifusão, no cinema e na música (Fraga, 2024, p. 2).

A influência dos regimes, citados por Fraga, nas tomadas de decisão de Vargas sobre os usos dos meios de comunicação

> serviram de inspiração ao político gaúcho para compor a experiência brasileira, que manteve suas especificidades. Um aspecto marcante, intensificado no período da ditadura do Estado Novo (1937-1945), foi a

> ampliação da influência estatal, sob a égide nacionalista, na economia e na cultura do país, acompanhada pela criação ininterrupta de departamentos de propaganda política, encarregados de construir uma imagem sempre positiva do presidente e suas realizações (Fraga, 2024, p. 2-3).

Em julho de 1935, a construção da imagem positiva de Getúlio Vargas e de seu governo se ampliou através destes canais. O DPDC passa a ser denominado Departamento Nacional de Propaganda (DNP) por Lourival Fontes (1899-1967) que atuava como diretor deste órgão. O DNP não foi oficialmente instituído por nenhum decreto. Este fato é corroborado pelo Decreto-Lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939, quando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é criado e a nomenclatura do DPDC é substituída oficialmente.

No período de vigência deste órgão, a política cultural de convencimento do regime varguista, que estava em andamento, ganha maior projeção nacional devido ao aumento de verbas financeiras. O aparato de imprensa estatal fica submetido ao Ministério da Educação e Saúde e a partir da instauração do Estado Novo, com o fechamento do parlamento, não precisa de aprovação do Poder Legislativo para o recebimento de recursos públicos para gastos com propaganda. Outro ponto singular na trajetória deste aparato de imprensa é a ocupação das dependências Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro – RJ, antes sede da Câmara dos Deputados.

Investimentos na produção editorial, como folhetos e livros e a criação da Agência Nacional que representava um escritório para produção e difusão de notícias para a imprensa de todo o país, ampliam o alcance da propaganda governamental. Destaca-se também a criação em 22 de julho de 1935, do programa de rádio obrigatório, chamado "Programa Nacional". Este programa[59], transmitido, durante uma hora diária, pelas emissoras de rádio, divulgava notícias e atos governamentais que enalteciam Getúlio Vargas como ator político e propagava discursos, incentivava o civismo e destacava eventos cívicos e músicas nacionais, buscando promover a cultura nacional sob a ótica do Estado Novo. O mesmo programa foi renomeado "A Hora do Brasil"[60] em 1938.

---

[59] Este programa tinha três objetivos principais: 1) transmissão de músicas brasileiras que fossem compreendidas como sendo de "bom gosto"; 2) incentivar o civismo, buscando construir o amor e o respeito pela história brasileira, com um viés militar; 3) informar a população sobre os projetos do regime destacando a figura política de Getúlio Vargas.

[60] O nome do programa se manteria até 1965, quando a Ditadura Militar alterou o mesmo para "A Voz do Brasil". Atualmente, este programa ainda é transmitido em cadeia de rádio nacional e abrange notícias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O DIP a partir de sua criação passa a ser subordinado à Presidência da República e o acesso a verbas financeiras se equiparam a Ministérios do governo, por conseguinte, impulsionou a sequência de eventos cívicos até 1945, monitorou a imprensa escrita e radiofônica, atuou na esfera da propaganda com impressos e difusão de imagens fotográficas e cinematográficas de eventos da Semana da Pátria e, em especial, na construção da imagem de Getúlio Vargas. Atuou também na censura a meios de imprensa que não difundiam o ideário do regime do Estado Novo.

Capelato (2009), afirma que o Departamento de Imprensa e Propaganda resultou da "intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre diferentes doutrinas do regime, atuar na defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira" (Capelato, 2009, p. 81).

Tendo em vista que a difusão da propaganda e o exercício da censura antecedem a instauração do Estado Novo é possível afirmar que propaganda e censura se intensificam neste regime.

A atuação de Lourival Fontes é decisiva para tanto, pois segue como diretor do DIP, estruturando 5 divisões alicerçadas na propaganda e na censura: Divisão de Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa. A criação destas divisões, exemplificam o posicionamento de Fraga (2024), apontado anteriormente, quanto a ampliação estatal sob a égide nacionalista que afeta o campo econômico e cultural do país. O DIP sob a gestão de Lourival Fontes, atuará decisivamente no campo cultural, instrumentalizando cada divisão para atuar na propaganda e na censura.

A Divisão de Divulgação tinha como principal foco de atuação a propaganda do regime através de impressos. Também exercia a censura através do Serviço de Exame e Interdição de Livros e Publicações com possibilidade de retirada de circulação de impressos que "atentassem contra a moral, a credibilidade do país e as suas instituições" (Fraga, 2023, p. 156). Este setor do DIP produzia e distribuía à população:

> diversificado material, composto de bandeiras do Brasil, fotografias de Getúlio Vargas, cartazes ilustrativos das ações do governo, folhetos (ex.: *Bandeira e hino nacional* de 1940), livros (ex.: *Brasil grandioso!,* de 1942) e periódicos (ex.: *Estudos e Conferências,* de 1940 a 1944) (Fraga, 2023, p. 156).

A Divisão de Radiodifusão controlava as emissoras de rádio avaliando o conteúdo que seria irradiado e censurando o que não fosse enquadrado como

interesse do regime. As primeiras dramaturgias classificadas como novelas, foram produzidas na vigência do estado-novismo e transmitidas pelo serviço da radiodifusão ao país. Canções populares também passavam pela avaliação da censura desta divisão. Os interessados em divulgá-los apresentavam a partitura e a letra da música impressas para julgamento dos censores que usavam um carimbo com a indicação de “Proibido” ou “Aprovado”.

Paralelo a divulgação de notícias oficiais, culturais e cívicas, o DIP “por meio de um serviço de radioescuta” (Fraga, 2023, p. 156) acompanhava transmissões de rádios com a finalidade de fiscalizar e censurar a produção das emissoras.

A Divisão de Cinema e Teatro contemplava a produção de cinejornais, os quais eram apresentados em torno de 10 minutos, de forma obrigatória, em todos os cinemas antes da exibição dos filmes comerciais. Forças Armadas, industrialização, aparições públicas de Getúlio Vargas e festas cívicas eram temas comuns abordados por esta divisão. Para serem exibidos filmes comerciais era necessária a emissão de um Certificado de Autorização com número de exibição aprovado. Filmes que apresentassem enredo contrário à moral pública desejada pelo regime, incitassem desordem pública e práticas criminais, desprestigiassem as Forças Armadas e as relações de cordialidade com outros povos, criticassem o regime de governo e/ou seus dirigentes e fossem ofensivos às religiões, passavam sob o processo de censura. Essa prática delegava “a seus funcionários a missão de assistir a todos os filmes e avaliá-los antes de liberar sua exibição” (Fraga, 2023, p. 156). As peças teatrais eram fiscalizadas e submetidas à censura prévia de um funcionário que emitia parecer favorável ou não à sua exibição.

A Divisão de Turismo era responsável pela propaganda dos pontos turísticos do Brasil em âmbito nacional e internacional. Para tanto, o DIP produziu “exposições, calendários turísticos, cartazes, cartões-postais, fotografias, e um periódico em inglês intitulado *Travel in Brazil* , lançado em 1941 e dirigido pela poetisa Cecília Meireles” (Fraga, 2023, p. 157). Essa divisão impunha às empresas de turismo a necessidade de guias e intérpretes com registro obrigatório para atuar, além de apresentação prévia dos materiais de divulgação de propaganda que produzissem para avaliação do órgão.

A Divisão de Imprensa tinha como principal tarefa organizar a autorização e a censura dos jornais em todo o país, fossem eles de origem nacional ou internacional.

A criação de dois setores distintos foram fundamentais para o alcance de metas desta divisão:

> o Conselho Nacional de Imprensa (CNI) e a Agência Nacional (AN). O CNI, instituído logo após a criação do DIP, funcionava como um tribunal de imprensa, julgando o comportamento dos profissionais da área. Cabia a ele suspender ou cancelar qualquer revista ou jornal. Bem como conceder isenção de impostos na importação de papel. Por exemplo, a polícia chegou a fechar o jornal *O Estado de S. Paulo,* em 1940, acusando sua direção de conspiração. Por sua vez, a Agência Nacional tinha o intuito de coordenar todos os serviços jornalísticos do DIP, enviando conteúdo já pronto para os jornais apenas publicarem, o qual chegou a 60% das notícias presentes nos periódicos (Fraga, 2023, p. 157).

Esta divisão se projeta como o setor mais eficiente do DIP. Voltada prioritariamente para o exercício da censura e da propaganda do regime, veicula o discurso estado-novista notadamente nos jornais e revistas (Oliveira, 1982, p. 73). Neste sentido, a Divisão de Imprensa e as demais divisões retratam o nível de intervenção estatal vigente no período, na medida que o DIP concretiza a construção "e implementação de um projeto político-ideológico que se afirmasse como socialmente dominante" (Gomes, 1986, p. 110).

A composição das divisões do DIP afetou diferentes segmentos da sociedade brasileira na medida que o projeto ideológico do regime construía e implementava suas bases de sustentação em várias frentes sendo a cultural uma das mais expressivas. O DIP foi o principal articulador da política-ideológica do regime com o populismo. Mas, há que se fazer uma ressalva quanto a eficácia ou ineficácia do discurso populista vigente no Estado Novo, pois o mesmo não se constituiu apenas pelos aparatos culturais. Outros aparatos do Estado foram afetados discursivamente pela estrutura política, pois variadas estratégias foram empreendidas para produzir e circular o ideário que representasse a ideologia estado-novista. Trata-se do discurso político ideológico, retratado por Gomes (1986) nesta passagem:

> Nesse sentido, a elaboração e a comunicação de uma ideologia política legitimadora é tão fundamental para o controle do comportamento político dos atores dominados quanto para assegurar a coesão no interior dos próprios grupos dominantes. O discurso político ideológico elaborado no período do Estado Novo seria voltado para os atores do sistema político como um todo, identificando-os e traçando as relações sociais de poder que entre eles se estabeleceriam (Gomes, 1986, p. 109).

A notícia intitulada "Será estendida aos estados a ação do Departamento de Imprensa e Propaganda", de origem da Agência de Notícia, republicada pelo Diário dos Campos em setembro de 1940, informava a criação das filiais do DIP, nominadas

Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs), objetivando a propagação da propaganda oficial com destaque ao perfil político positivo de Getúlio Vargas, a ideologia da política nacional vigente e o controle dos meios de comunicação em âmbitos regionais justificando “que é de toda a conveniência disciplinar os serviços de informação oficiais em todo o paiz”, subordinando-os ao DIP “sob o ponto de vista de orientação técnica e doutrinária, as repartições estaduais atinentes a imprensa, radio-difusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo” (Diário dos Campos, 06 set. 1940, p. 1).

O Diário dos Campos, enquanto aparato cultural regional, foi afetado pelo discurso político-ideológico do regime, evidenciado pela influência do DIP. De 1940 a 1945, o leitor se deparava com reproduções textuais produzidas e distribuídas pelo DIP; assim, o jornal regional repercutia o pensamento conservador e autoritário que caracterizava o Estado Novo. Embora, os discursos de Getúlio Vargas fossem frequentemente reproduzidos nas páginas do jornal desde a década de 1930, estes não constituem os únicos vestígios dessa influência na composição textual das edições.

A publicação do texto “Política e Cultura", de autoria de Almir de Andrade, escritor e mediador cultural, na edição extra do jornal Diário dos Campos em 7 de Setembro de 1941 é um exemplo claro da difusão de discursos alinhados com o pensamento do regime. Nos anos anteriores era incomum o jornal pontagrossense publicar duas edições para o mesmo dia. A edição em questão era composta por duas páginas. O texto de Almir Andrade, formatado em 7 colunas, ocupava cerca de 30% do espaço da capa do jornal e sobre ele Oliveira (1982) destaca

> a importância deste autor enquanto intérprete do Estado Novo, formulando um projeto ideológico à base de uma proposta eminentemente cultural. A ênfase constante em sua obra é a de relacionar a ação política do governo às tradições culturais brasileiras. [...] Esta formulação político-cultural do novo regime foi o que levou Almir Andrade, então crítico da *Revista do Brasil* a receber atenção de Vargas. [...] Segundo depoimento de Almir de Andrade, Vargas teria expressado a Lourival Fontes, diretor do DIP, seu desagrado quanto à interpretação dada por Francisco Campos ao Estado Novo. Uma outra visão do ‘espírito’ do regime, mais próxima à orientação do presidente, foi solicitada a ele, Almir, por sugestão do próprio Vargas, então movido por sua concordância com as interpretações presentes no artigo da *Revista do Brasil* acima mencionado (Oliveira, 1982, p. 32).

Um recorte do projeto ideológico defendido por Almir de Andrade, reproduzido pelo jornal Diário dos Campos, explicita como o mesmo alinhava o conceito de cultura

aos interesses da política, defendendo a ordem política como organizadora legítima da sociedade.

> O ideal da vida em sociedade é, substancialmente, um ideal de vida organizada – e não apenas de 'vida' pura e simplesmente. Toda a evolução da civilização humana representou um ingente esforço no sentido de disciplinar, organizar e coordenar as forças sociais. A cristalização desse esforço é a ordem política – nas formas de governo, as instituições, o Estado. [...] A cultura é a expressão da vida popular. A política é uma forma de organização dessa mesma vida – uma expressão, portanto, de vida organizada (Andrade, 1941, p. 1).

Propositalmente, o termo "política" vem à frente de "cultura" na titulação do texto. Almir de Andrade, idealizava uma nova política indissociada da cultura, pautada pelo pensamento conservador, emprestando a ela "um conteúdo socialmente útil, um sentido superior de orientação" (Andrade, 1941, p. 1), pois considerava o Estado Novo a nova e a verdadeira política através da qual a centralização de poder se justifica pela ação dos homens "sábios". Almir de Andrade ganha visibilidade no processo de difusão do pensamento autoritário do regime ao se integrar ao DIP, mas sua trajetória como intelectual é pouco reconhecida e pesquisada na contemporaneidade. Karvat (2011) reflete sobre o caráter elitista presente no pensamento do intelectual e faz menção ao aparente esquecimento da sua posição como intérprete do regime pois "quase nula é a atenção dada a Andrade, lembrado (quando lembrado) quase sempre como o diretor da *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*, órgão oficial do regime *estadonovista*" (Karvat, 2011, p. 3).

Portanto, no contexto do Estado Novo, os discursos e representações de Almir de Andrade ultrapassam as fronteiras da sua gestão na revista, na medida em que são difundidos através dos jornais. A publicação do artigo "Política e Cultura" configura uma breve exposição para o leitor pontagrossense do pensamento de um intelectual do DIP que se ocupa

> com a mediação simbólica do regime. Esta dimensão organizacional, presente também nos discursos de Vargas, vai ser desenvolvida por outros autores ligados ao Estado Novo, configurando uma divisão do trabalho intelectual. Todos, cada um em sua esfera, desempenham o papel de doutrinadores e de construtores da nova ordem (Oliveira, 1982, p. 45).

O projeto político-ideológico do estado-novismo difundido por meio de publicações no formato de revistas como Estudos e Conferências, Dos Jornais e Cultura Política: revista mensal dos estudos brasileiros, expressava a configuração do pensamento intelectual, oficializando a imprensa como seu porta-voz. O DIP ocupava

papel decisivo neste projeto, pois "se constitui em um dos mecanismos fundamentais na difusão da imagem do Estado Novo. [...] E o que é mais inédito é que existe todo um discurso que legitima a necessidade de se propagandear o governo" (Velloso, 1982, p. 72).

Ao propagandear o regime estado-novista, o DIP realizava a aproximação entre o poder político e a população. Esta aproximação é destacada por Gomes (2005) ao analisar a criação do tempo festivo.

> Foi com o Estado Novo que teve início uma série de comemorações oficiais que procuravam destacar certas datas, envolvendo a população em um calendário festivo. Evidentemente, o grande destaque cabia à figura do trabalhador, ao qual era oferecida especialmente a festa do 1º de maio (Gomes, 2005, p. 216).

Sobre o 7 de Setembro, Gomes faz uma breve citação que enfatiza a aproximação de Getúlio Vargas com a população por meio de discursos.

> No caso do Dia da Independência nacional, o presidente privilegiava a situação política do país e destacava a figura do soldado. Em mais de uma ocasião, a fala de Vargas usou a imagem de pelotões de trabalhadores, integrados à defesa da pátria, sobretudo após a entrada do Brasil na guerra (Gomes, 2005, p. 218).

A criação das datas festivas nacionais tinha por finalidade celebrar sentidos e valores para propagar a imagem do regime e da sua principal liderança "- coordenado em grande medida pelo DIP -, associava-se a outras práticas de propaganda deste departamento e também a outras iniciativas de autoridades estaduais e federais" (Gomes, 2005, p. 218).

O espaço regional, desse modo, participa do conjunto de festividades cívicas celebrando sentidos e valores propagados pelo nacionalismo vigente.

3 DATAS PARA COMEMORAR SENTIDOS E VALORES: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA

Na esquina da rua Marechal Deodoro da Fonseca com a rua Visconde de Nacar, região central da cidade de Ponta Grossa, situa-se um imóvel de alvenaria destinado à venda de produtos artesanais. Esta modalidade de comércio não era o objetivo inicial da Fábrica de Fogos Santo Antônio. O imóvel construído em 1920[61] destinava-se à fabricação e venda de fogos para os eventos festivos que ocorriam na cidade e região. Fontes (2023), cita a variedade de produtos ofertados pela fábrica e em que festas religiosas o uso dos fogos oportunizou um espetáculo aos moradores.

> Era um estabelecimento modelar com uma vasta freguesia. Seus produtos eram enviados também para outras cidades dos Campos Gerais. [...] Lá eram fabricados foguetes de um tiro só, os quais alcançavam perto de 300 metros de altura, foguetes de menor alcance, com vários tiros, foguetes sem bombas estrelados com várias cores, foguetinhos, bombas e bombinhas, busca-pés, que, acesos, saíam em zigue-zague, estrelinhas que, fixadas nas paredes e acesas, rodavam e apresentavam um colorido muito bonito. Também fazia montagens pirotécnicas por ocasião das festas de Santo Antônio, São João, São Pedro, São Paulo e Sant'Ana. Eram painéis montados que proporcionavam uma luminosidade espectacular (Fontes, 2023, p. 60).

Atraída pela variedade dos dispositivos químicos produzidos pela fábrica, a "vasta freguesia" utilizava-os como meio de expressar por meio de luz, cor e som, cada acontecimento tornando-os um espetáculo. O uso de fogos não era destinado exclusivamente às festas religiosas como as citadas por Fontes. Contudo, o comércio para este fim indica a existência de festas voltadas para o sagrado que reuniam a comunidade ponta-grossense em datas instituídas pelo catolicismo.

O prestígio das festas religiosas e o rito da procissão remontam ao período colonial brasileiro no qual os jesuítas fizeram o uso das tradições religiosas para cristianizar povos nativos.

> As procissões, uma das mais antigas formas de festividade católica, chegaram ao Brasil nos tempos coloniais. Prática trazida pelos portugueses, esses rituais religiosos rapidamente se incorporaram ao cotidiano local. Para impressionar e atrair os indígenas em fase de cristianização, o clero católico não economizou no uso de grandes imagens e de estátuas esculpidas em madeira e ricamente coloridas. Segundo o folclorista Luís Câmara Cascudo, a primeira grande festividade religiosa realizada no Brasil foi a procissão do Corpo de Deus ocorrida em Salvador no início do século XVI. Organizada

[61] Pinto (1980), cita a referida fábrica na dissertação de Mestrado, intitulada A população de Ponta Grossa a partir do Registro Civil – 1889 a 1920. Diferente de Fontes (2023), a autora cita 1911 como ano de fundação da Fábrica de Fogos Artificiais Santo Antônio e sobre ela registra que seus produtos eram comercializados no Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

> pelos jesuítas, teve como objetivos catequizar os nativos e reafirmar os valores cristãos entre os colonos portugueses que aqui viviam. Ao mesmo tempo, as procissões funcionaram como cerimônia religiosa e como forma de diversão pública, uma espécie de romper com a monotonia do trabalho. Além dos integrantes do cortejo, era comum a presença de homens e mulheres nas janelas e balcões dos casarões coloniais, rezando e cantando para reverenciar o "santo do dia" (Chaves, 2023, p. 545).

A reverência ao "santo do dia" em Ponta Grossa através de uma festa constituiu (e ainda constitui) uma manifestação religiosa tradicional, criada no curso da colonização, que também estava (e está) presente em inúmeras regiões do Brasil. A recorrência das festas cristãs no país, previstas em calendário[62], como as festas de Natal, Páscoa e dedicadas à padroeira do Brasil, não estão vinculadas à opção coletiva por qualquer matriz religiosa, mas à religiosidade integrada à cultura do país na contemporaneidade. Esta visão não representa para os juristas[63] uma contradição e sim a herança histórica e cultural manifestada através da realização das festas tradicionalmente presentes nas cidades brasileiras.

Nas primeiras décadas do século XX, o contexto regional no campo religioso era majoritariamente influenciado pelo catolicismo.

Segundo o Censo de 1920, 90% da população pontagrossense era formada por católicos. Nessa estatística, o espiritismo apareceu como a segunda religião professada na cidade, com 4% dos seguidores (Chaves, 2023, p. 282). A representatividade desta porcentagem comparado ao total de habitantes, 20.171[64], é notadamente expressiva.

A festa em homenagem à padroeira Sant'Ana em Ponta Grossa é um exemplo da influência católica no processo de povoamento, das práticas culturais e de sociabilidade formadas no curso do tempo incorporadas ao calendário local, configurando nos séculos XIX e XX a principal festa religiosa da região dos Campos Gerais envolvendo um considerável número de participantes pelas ruas situadas no

---

[62] A Lei nº 9.093 de 12 de setembro de 1995, regulamenta a permanência de feriados religiosos no calendário anual do país. Diz a referida lei no Art. 2º São feriados religiosos os dias de guarda, declarados em lei municipal, de acordo com a tradição local e em número não superior a quatro, neste incluída a Sexta-Feira da Paixão (Brasil, 1995).

[63] A Constituição Federal da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, estabelece a liberdade de crenças e cultos, porque declara o Estado brasileiro laico, sem a adoção de qualquer matriz religiosa.

[64] Pinto (1980) através do levantamento de dados no Cartório Sant'Ana de Registro Civil (Ponta Grossa-PR) reporta 20.110 habitantes, sendo 10.886 pertencentes a faixa etária de 0 a 19 anos; 8.548 com idades de 20 a 59 anos e 676 com 60 anos ou mais. Nesta distribuição da população por três grupos etários, foram omitidos 48 homens e 13 mulheres, cuja idade não foi possível determinar. Somando estes dados o número total de moradores apontado no documento Recenseamento do Brasil de 1920, totalizou 20.171 habitantes.

entorno da praça Marechal Floriano Peixoto, localização da igreja matriz no centro urbano. A festa de Sant'Ana, contemplava o rito da procissão e o rito da missa, era realizada em louvor à padroeira local e aglutinava práticas culturais como a música, a dança, leilões de produtos doados com fins de arrecadação financeira para a paróquia e a produção de alimentos para o evento.

A existência de alimentos é uma das características que integra o conceito padrão de festa como conceituado por Houaiss (2009): reunião de pessoas com fins recreativos, geralmente acompanhada de música, dança, bebidas e comidas, regozijo e alegria. Duas palavras de origem latina, *festus* e *festum* são associadas à construção do seu conceito. A primeira significa alegre, festivo e celebrado e a segunda refere-se ao dia festivo, celebração. Ao celebrarem uma festa, planejando para ela um "dia festivo", os sujeitos sociais se manifestam com discursos e representações e em conjunto constroem socialmente sua identidade, teatralizando a alegria coletiva tornando a finalidade da festa comemorada, celebrada.

O espaço territorial onde ocorria a festa de Sant'Ana foi representado imageticamente em 1827 pelo viajante francês Jean Baptiste Debret o qual retratou através da pintura "a existência de seis ou sete casas rústicas aglomeradas ao redor de uma pequena igreja de madeira que viria a se tornar (em 1940) a Catedral de Sant'Ana" (Chaves, 2023, p. 297). A existência de uma construção religiosa reproduzida pelos pincéis de Debret e as festas em homenagem à padroeira revelam um recorte do processo histórico da cidade vinculado a sua fundação.

> Construída em 1823, a capela, sob o rogo da Nossa Senhora Sant'Ana, assumiu a função de "centralizadora" da cidade, atuando como centro das práticas religiosas, da sociabilidade e da vida cultural. Por se constituir em um espaço público, transitavam pelos seus limites representantes de todas as instâncias sociais: o fazendeiro, o comerciante, o lavrador, o ferreiro, a senhora, a rapariga, as crianças, enfim todos compartilhavam de suas festas (Sacchelli, 2001, p. 174).

A festa em homenagem a Sant'Ana e outras festas católicas, nas primeiras décadas do século XX caracterizavam parte das tradições criadas na região. Pensar na origem das festas religiosas na região é também pensar sobre a origem e a constituição de ritos e costumes na cidade. Nos dias que antecediam as festividades havia o costume dos padres da paróquia divulgarem entre os fiéis e no comércio local a programação impressa do evento. A distribuição da programação festiva é um indicativo do uso da propaganda, do chamamento público, do estabelecimento de uma rede de pertencimento dos sujeitos com objetivos definidos voltados para a

comemoração do sagrado. Para além desta afirmativa, vale observar a realização de festas como meio de controle social de uma ou mais instâncias de poder. As festas do cristianismo católico representaram (e representam) um exercício de controle e influência das autoridades eclesiásticas sobre os seguidores que professam esta matriz religiosa.

Embora o exercício do(a) historiador(a) possa almejar o encontro do início temporal de uma tradição, nem sempre a mesma terá sido datada ou poderá ser localizada através de vestígios do passado. Uma parte significativa das tradições criadas em Ponta Grossa não foram datadas, mas tal evidência não descaracteriza a importância de compreender as práticas festivas na cidade e em outros espaços, como manifestações culturais que expressam o sentimento de pertencimento de uma comunidade, caracterizada pela repetição e pelo controle de uma ou mais instâncias de poder constituídas que se prolongam no decorrer do tempo. As festividades locais estão vinculadas a festividades (re)criadas do espaço nacional.

No início do século XX, o número de moradores cresce significativamente e

> muito concorre para este aumento a popularização do uso da energia elétrica. A disponibilidade de energia elétrica inicia um processo de mudanças de hábitos da população. Essas mudanças não permitem retrocesso, uma vez que o sentido das transformações é o da modernidade, ou seja, a complexização da sociedade. (Silva, 2001, p. 96).

A ampliação do quadro demográfico e do poder aquisitivo de uma parcela da população fomenta o consumo, aspecto este de substancial importância para o desenvolvimento econômico de uma região afetada pelo capitalismo e pela divisão social do trabalho.

O surgimento dos primeiros clubes sociais no Brasil se insere nesse processo e, em especial, na região sul do país estão vinculados a um modelo específico de consumo cultural. Em relação a Ponta Grossa, a criação dos clubes sociais gerou uma nova programação de eventos voltados para o lazer e a cultura, oportunizando aos segmentos sociais locais um espaço de organização e de pertencimento. A criação dos clubes sociais atendiam a segmentos sociais distintos, incluindo imigrantes e seus descendentes, e destinava-se ao lazer e a organização de festas formando laços de sociabilidade.

> Em Ponta Grossa, cidade marcada pela presença de imigrantes de diversas etnias, tal tendência se mostrou bastante efetiva desde os primórdios do século XX. Foi assim que o Clube Polonesa, o 13 de Maio, o Syrio Libanês, o Dante Alighieri e o Germânia nasceram e marcaram a história local. Além

> desses, que representavam diferentes grupos étnicos presentes na cidade, também surgiram outros vinculados aos grupos sociais ou bairros específicos como o Homens do Trabalho, o Democrata, o Pontagrossense, etc (Chaves, 2023, p. 574).

A formação de entidades representativas denominadas Sociedades, Clubes Sociais, Associações e Centros Culturais eram comuns no país nas primeiras décadas do século XX e, em Ponta Grossa, a criação desses espaços representava não apenas a organização de grupos no conjunto da sociedade local, mas também indicava o ideal de preservar práticas sócio-culturais compartilhadas por meio de encontros dos sujeitos sociais que se destacavam como artistas e mediadores culturais.

A formação de clubes sociais atraía um número significativo de frequentadores chamados associados que dispunham de renda financeira para os custos que esta modalidade de prestação de serviço objetivava. O Diário dos Campos foi um *aliado* dos clubes sociais ao publicar avisos acerca do vencimento das mensalidades[65] a seus associados e anunciar festas programadas aos membros pertencentes a cada entidade.

Entre as festas que aconteciam nos clubes sociais, a chegada da festa do Carnaval representava dias de folia para os associados[66]. Mas o espaço da música, da dança, da fantasia e dos presumidos sentimentos de alegria e liberdade não era limitado às dependências dos clubes sociais. Estes formaram comissões para participação do Carnaval de rua para o qual integravam o corso, organizavam blocos e decoravam carros alegóricos nos quais a rainha e as princesas de cada sociedade recreativa desfilavam. “Além dos clubes existiam os grêmios, que seguiam uma orientação específica: combinavam e faziam suas fantasias iguais” (Inglez, 2001, p. 279).

---

[65] Um exemplo desse vínculo foi uma das notícias publicadas em setembro de 1933 a qual informava que a “Directoria do Clube Thalia, no firme proposito de trazer rigorosamente em dia os seus compromissos e tendo em vista a execução de melhoramentos na sua sede social, apela para todos os seus consócios no sentido de virem regularizar com a Thesouraria as suas mensalidades, dando assim prova de amor ao Clube, e facilitando a mesma Directoria na sua grata tarefa. Ponta Grossa, 1º de setembro de 1933 (Diário dos Campos, 09 set. 1933, p. 1).

[66] Em fevereiro de 1937, o Diário dos Campos publica o aviso do Clube Thalia a seus associados referente a seus direitos previsto no dispositivo do seu Estatuto:”Art. 19, letra B: Pagar pontualmente e adiantadamente suas mensalidades até o dia 1º de cada mez, inclusive o estipulado no paragrapho 1º do artigo 14. C, pois só nestas condições é considerado quites e apto para frequentar o Clube e suas diversões” [...] e que “de acordo com o edital que vem sendo publicado, este Clube não fornecerá convites pessoaes para os bailes de carnaval, servia-se de ingresso o talão de Janeiro (cor rosa), cuja exhibição será exigida pelo porteiro a todos os srs. Sócios” (Diário dos Campos, 06 fev. 1937, p. 6).

Inglez (2001) destaca também o papel de outra comissão carnavalesca formada por grupos nas décadas de 1930 e 1940, interessada em popularizar o Carnaval da cidade para fora dos seus limites. Através de reuniões a comissão estabelecia várias tarefas como a ornamentação dos carros alegóricos, promoção de bailes, angariação de fundos vindos principalmente do comércio local para a festividade, a participação das bandas de música, a oferta de prêmios para o concurso de corsos e blocos, a decoração de rua e iluminação do trajeto para a festa. Segundo publicação do Diário dos Campos de 1933, "O carnaval de Ponta Grossa, este anno, vae ser o melhor do Estado", a expectativa era que a cidade tivesse um dos melhores carnavais do interior do Estado.

> Pelos grandes preparativos que vêm realizando; pelos esforços dos illustres componentes da Commissão Promotora do Carnaval de Ponta Grossa; pelos artisticos ornamentos que vão ter as nossas principaes ruas; pela construcção de lindissimo carro allegorico; pelos bailes pomposos que se realizarão no Clube Pontagrossense, na União Syria, no Clube Thalia, no Clube Germânia e em outros; por isso, cremos que não erramos em afirmar que o carnaval da Princeza dos Campos, este anno, vae ser o melhor de todo o Estado. E note que as insignes personagens do nosso "set" social que estão trabalhando nesse sentido, não visam unicamente fazer um carnaval para o povo pontagrossense, mas sim, para todo o povo, de nossa "interland", uma vez que Ponta Grossa, desde ha annos, vem sendo distinguida com a preferencia dos moradores do interior para esses folguedos populares (Diário dos Campos, 12 fev. 1933, p. 4).

A notícia acima apresenta informações sobre a atuação da referida comissão. Nela participavam sujeitos com representatividade social na cidade. Não há referência à participação de sujeitos das classes populares, que integravam blocos compostos por moradores e trabalhadores pertencentes a vários bairros da cidade. Outra contribuição significativa do jornal traz o imaginário social acerca da posição da cidade em relação às demais da região, atraindo foliões para participarem das atividades carnavalescas.

Fosse aproximando diferentes classes sociais da mesma cidade, fosse aproximando habitantes de outras regiões, as festas carnavalescas tinham uma função unificadora. As diferenças sociais e econômicas potencialmente existentes eram ofuscadas pelos festejos carnavalescos.

As festas perpassam culturas, memórias e identidades e, consequentemente, se transformam no curso do tempo, imersas nas suas sociedades de origem. As festas de Carnaval são um exemplo da diversidade cultural dos povos e remontam ao paganismo e a celebrações antigas pela passagem das estações do ano. Elas

celebram o encontro de sujeitos atraídos pelo ideal de liberdade, pela oportunidade da dança, do canto, da brincadeira, da espontaneidade e da busca pelo prazer e pela alegria. Tais festas eram almejadas pelos ponta-grossenses e vestígios sobre elas foram documentado[67].

Segundo Inglez (2001) as décadas de 1930 e 1940 representaram o apogeu dos festejos carnavalescos em Ponta Grossa.

Até 1938, o principal logradouro público para os desfiles de Carnaval era a rua XV de Novembro. Um ano após, um grupo de moradores e comerciantes da rua Vicente Machado solicitou ao prefeito Albary Guimarães a alteração do trajeto do desfile de Carnaval para aquele logradouro do centro urbano, considerado mais amplo e iluminado para os dias de folia no período noturno comparado à rua XV de Novembro. Em 1940, o referido prefeito determinou a alternância do desfile de Carnaval entre as duas principais ruas do centro urbano. Coube ao prefeito arbitrar sobre os interesses de grupos para formalizar uma decisão acerca da festa popular. Contudo, o desenvolvimento econômico do centro urbano e o crescimento populacional foram fatores determinantes para a alteração do local sede da programação alusiva aos dias de folia na cidade que tem na rua Vicente Machado o logradouro público destinado a passagem do desfile de Carnaval até a atualidade.

Mas este tipo de desfile não seria o único a realizar-se na rua Vicente Machado nos anos finais da década de 1930 e nas décadas seguintes. Um tipo de desfile vinculado a instauração do Estado Novo viria a impactar as vivências coletivas no mês de setembro e tornar-se um novo acontecimento festivo na “Capital Cívica do Paraná”: o desfile cívico-militar. Esta modalidade de desfile integrava a festa cívica.

Por festa cívica se compreende a manifestação pública, criada geralmente por entes políticos para celebrar datas específicas do calendário consideradas históricas para o país, estado ou cidade que legitimam símbolos e valores através de rituais. A festa cívica compõe um lugar simbólico composto por vários elementos que se inter-relacionam como desfiles, hinos pátrios, discursos que sinalizam disputas de poder político com o objetivo de reforçar a identidade nacional e/ou local, o sentimento de patriotismo e a formação do cidadão.

---

[67] Adicionalmente as notícias publicadas no Diário dos Campos, a autora da pesquisa cita alguns meios nos quais a realização de festas foram documentadas: consulta aos acervos fotográficos do Museu Campos e Gerais e Casa da Memória Paraná, busca de imagens pelos meios de mídia como publicações via Facebook - Antigamente em Ponta Grossa, Ponta Grossa Memória Viva, Minha Nossa Ponta Grossa e Museu Cenas.

O desfile cívico-militar é um rito da festa cívica que apresenta características específicas. Mesmo contando com a celebração cívica e a presença de público pode-se afirmar que este modelo de desfile é de outra normativa, de outro enredo e de outra singularidade porque está alicerçado no calendário vinculado à criação de uma celebração histórica com finalidade distinta dos modelos de festa como os citados anteriormente. Seu principal objetivo é promover o sentimento de patriotismo, de pertencimento a ideia de nação, de união, de respeito e apreço aos símbolos nacionais, através da integração dos militares com a sociedade civil. O uso do passado histórico não é dissociado deste acontecimento intencionalmente elaborado.

A criação de um desfile cívico-militar legitima o poder político e militar, se caracteriza como meio de controle social e configura um desfile oficial para o qual a coletividade urbana é chamada a presenciar, independente das condições sociais, econômicas, religiosas e culturais a que pertença.

Mesmo que os sujeitos sociais não se relacionem entre si, é o desfile que os torna solidários na prática coletiva de comemorar a data cívica instituída.

O desfile cívico-militar desempenha um papel pedagógico na medida em que destaca valores cívicos e acontecimentos históricos do país, justificando uma forma de representação política para os sujeitos sociais, sejam eles organizadores, desfilantes e público que participam deste evento. Sendo assim, a realização de um desfile cívico-militar se caracteriza pela educação cívica que deseja reforçar, expressa uma ideologia política e as marcas da intencionalidade implícitas não apenas na efetivação de sua prática, mas na programação que o integra.

O desfile cívico-militar enquanto prática festiva representa o consenso social e a utopia de uma comunidade igualitária, justa, desenvolvida, civilizada, pacífica, harmônica e feliz e, por isso engendra uma prática discursiva sem apropriações de críticas e contradições de qualquer natureza da realidade social.

Sejam inventadas ou reinventadas, as práticas festivas carregam em sua essência a utopia da felicidade. Partindo desse pressuposto, concorda-se com Schemes que “a utopia da felicidade incutida nas festas é que possibilita sua identificação como revolucionária. Mesmo nas festas oficiais, onde não há interesse de mudança radical [...] a festa se apresenta como inovadora devido à imagem utópica que carrega” (Schemes, 2022, p. 31).

Além do sentido de felicidade, as festas ponta-grossenses, exemplificadas aqui, tinham em comum a criação de uma programação, aspecto primordial para sua

existência. Entende-se a partir disso, que o Estado Novo “festejou o regime, ou a si mesmo, com intensidade” (Parada, 2007, p. 36). Através das festas cívicas, o Estado Novo desejava controlar a memória coletiva, reorganizando o calendário, tornando-o objeto de ação política. Buscava-se a legitimação do chefe de Estado e do regime para serem reconhecidos pela sua importância, naturalizados e considerados indispensáveis à soberania da nação. Este movimento funda um novo tempo cívico para o país com alterações no calendário.

A criação de uma nova prática festiva para o 7 de Setembro, incluindo a participação conjunta dos militares e das instituições escolares foi inovadora para os ponta-grossenses na década de 1930 e festejada com intensidade.

Além do sentido de felicidade, de reunião, de busca pelo sagrado e/ou de entretenimento ou de manifestação cívica, as festas da região tinham em comum o surgimento de comissões formadas por sujeitos sociais solidários à tarefa de criar uma programação, aspecto primordial para consolidar a existência de cada uma.

Na busca de compreensão sobre o que significou para os ponta-grossenses a criação da modalidade festiva voltada para o civismo, no curso da temporalidade desta pesquisa, a seleção de notícias relacionadas ao acontecimento publicadas pela imprensa regional oferece informações para traçar um paralelo da prática festiva da cidade com aquela transcorrida na capital da República.

3.1 A PROGRAMAÇÃO DAS FESTAS CÍVICAS: O ACONTECIMENTO NAS PÁGINAS DO JORNAL

“Vae ser condignamente commemorado em Curityba o dia da Patria”, informava ao leitor pontagrossense através da “nossa succursal, pelo telephone” (Diário dos Campos, 03 set. 1937, p. 1) a programação cívica para o dia 7 de Setembro: desfile escolar pela manhã, desfile militar a tarde e um baile no Automóvel Clube oferecido pelo 5º Regimento Militar à “sociedade curitybana” no período da noite.

Para Ponta Grossa, uma sequência de eventos estava prevista para a mesma data. A notícia “O programma das comemorações do Dia da Patria em Ponta Grossa”, destaca o dia 7 de Setembro como “a magna data de nossa independencia politica” e informa que o programa das comemorações “foi traçado em commum accordo pelo

sr. governador da cidade[68] e pelo cel. Comandante do 13º R. I.[69]" (Diário dos Campos, 04 set. 1937, p.1). Duas praças e a rua XV de Novembro localizada no centro urbano são os espaços físicos destinados ao evento central da programação: o desfile cívico-militar. Comparado a Curitiba o desfile em Ponta Grossa foi planejado para contar com a participação de militares e escolares[70] em um único período. A mesma notícia foi integralmente repetida na edição seguinte sendo publicada na última página que integrava o jornal, tratando-se assim de uma republicação.

O desfile é o elemento central em ambas as notícias compostas para repercutir a programação oficial em espaços regionais. Na capital do estado, escolas e militares desfilaram em períodos do dia distintos e em Ponta Grossa no mesmo período. Estes dados são indícios que a institucionalização do desfile cívico-militar estava em curso com relativa autonomia dos organizadores para determinar o período do dia para sua realização.

A referência à sucursal de Curitiba não tem a sua denominação citada na publicação. Porém, a consulta às edições do Diário dos Campos datadas das décadas de 1930 e 1940, citam os jornais curitibanos O Dia e Diário da Tarde como sucursais que faziam cobertura local de temas específicos da região e a compartilhavam com o Diário dos Campos. Desse modo, a imprensa regional não apenas expandia a publicação das notícias das suas edições como também se inseria numa rede de relacionamento com outros canais de imprensa para o compartilhamento de informações jornalísticas.

As expressões "condignamente comemorado e magna data da nossa independencia política" são direcionadas ao leitor com a finalidade de chamar sua atenção para o acontecimento vinculado à história política do país. Concomitante às

---

[68] Governador da cidade refere-se ao cargo de prefeito. No contexto político de 1937, o prefeito que atuava em Ponta Grossa era Albary Guimarães. Nomeado prefeito pelo Interventor Manoel Ribas em 12 de agosto de 1934. Permaneceu no cargo até janeiro de 1945, segundo Chamma (1988).

[69] O coronel comandante da instituição militar daquele período era Antônio Candido de Almeida Costa, conforme Frizanco; Soares Júnior e Mayer (2021).

[70] A realização do desfile cívico-militar com a participação das instituições escolares em Ponta Grossa já havia sido prevista no ano anterior, mas a ocorrência de chuva na data do evento teria impedido a presença das mesmas por decisão dos organizadores. Fato narrado na edição de 8 de setembro de 1936, no Diário dos Campos. Comparando edições anteriores relativas ao 7 de Setembro, observou-se que a participação das instituições de ensino ocorreria pela primeira vez em conjunto com os militares.

representações, a imprensa também publicava discursos acerca da temática cívica e repercutia os programas das comemorações do Dia da Pátria.

Em "A história cultural entre práticas e representações", Chartier (2025) destaca a importância dos gestos e comportamentos, para além da análise de ideias e discursos. Para o autor, as representações mentais, textuais ou iconográficas, não são como simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas sim elementos ativos na construção das próprias divisões do mundo social. Adiante, ao enfocar a história e a memória, Chartier (2015) afirma que as relações entre elas são claras. O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientam as memórias coletivas. E, ao contrário, as cerimônias de rememoração e a institucionalização dos lugares de memórias deram origem a repetidas vezes a pesquisas históricas originais.

A criação de cerimônias de rememoração, lembrados por Chartier (2015), produzem discursos e representações porque têm uma característica muito particular: são um acontecimento.

Ao desenvolver um estudo aprofundado sobre o acontecimento, Dosse concorda com Certeau sobre o Movimento de Maio de 1968 na França: "o acontecimento é o que ele se torna", é o que provoca uma alteração no enfoque "do antes do acontecimento em direção ao seu depois, de suas causas aos seus vestígios" (Dosse, 2013, p.1). Para Dosse, a contemporaneidade perpassa "uma nova relação com a historicidade, marcada pela acontecimentalização" (Dosse, 2013, p. 2), marcada pelo renascimento do acontecimento. O próprio autor questiona: "Assistimos a um simples retorno de um acontecimento factual ou ao nascimento de um novo olhar sobre o acontecimento? E, principalmente, já formulamos a pergunta para saber o que é um acontecimento?" (Dosse, 2013, p. 2).

Buscando respostas, Dosse afirma que o uso do termo é "comprovado desde o século XV" e traça a construção do conceito de acontecimento partindo "do latim *evenire* que significa 'sair', 'obter um resultado', 'se produzir', 'ocorrer', significando um advento" (Dosse, 2013, p. 2). Outra origem do conceito está vinculado à ideia de *Kairos* para o qual, Dosse apresenta um recorte da mitologia grega que devido seu sentido é reproduzida aqui.

> O *kairos,* entre os gregos, tinha a faculdade de conjugar *Aion* e *Cronos* para permitir a realização de uma ação em uma ocasião oportuna que não conviria deixar passar. A divindade que representava *Kairos* era um efebo com vasta cabeleira, e era preciso aproveitar sua furtiva passagem para agarrá-lo pelos

> cabelos. O êxito dessa operação permitia agir eficazmente, dominar a situação ao apreendê-la firmemente em seu âmago, provocando uma mudança radical (Dosse, 2013, p. 2-3).

O efebo, (do latim *ephebus*), na mitologia da Grécia Antiga designava a passagem de um adolescente que se preparava através de treinamento militar para atingir a idade adulta. O recorte de Dosse é uma curiosa metáfora para representar a furtiva passagem do acontecimento e a causalidade da mudança.

No século XVI, o uso do termo foi utilizado para representar a "obtenção de um resultado, um sucesso, um desfecho. Durante muito tempo foi empregado com esse significado, embora pouco a pouco este último torna-se obsoleto" (Dosse, 2013, p. 3).

No século seguinte, segundo Dosse, a significação atribuída ao acontecimento perde relevância e gradualmente é trocado "por algo que aconteceu, um fato de certa importância, um pouco excepcional, que quebra a rotina, significado que se manteve desde então" (Dosse, 2013, p. 3).

No movimento cronológico de apresentação das formas de interpretação do conceito, Dosse recorre a três significados presentes entre os séculos XVII e XIX: o primeiro vincula acontecimento a causa, certeza de obtenção de uma finalidade, o segundo diz respeito ao sujeito e o que lhe ocorre com uma dimensão positiva ou negativa. O terceiro aponta "uma ruptura inesperada no percurso do tempo. [...] Aí está todo o interesse da palavra acontecimento que manterá até hoje essa tensão entre dois pólos que são constitutivos de sua natureza semântica" (Dosse, 2013, p. 4). A posição da ideia de ruptura e a referência a tudo "o que acontece" formaram a evolução do significado do acontecimento.

> Hoje em dia, o acontecimento que está "retornando" é examinado sob uma ótica científica, mas que lhe atribui toda a sua eficiência. Transformado em indício ou vestígio significante, o acontecimento é compreendido duplamente, como sugere sua etimologia, como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis (Dosse, 2013, p. 6).

Desse modo, a transformação de "um fato em acontecimento histórico passa por um processo de crescimento que depende" (Dosse, 2013, p. 6) de vários fatores e, entre eles está a distinção de acontecimento de fenômeno. Fenômeno (do latim *painômeno*) refere-se ao que é observado na natureza ou por uma experiência científica. Seu uso comum se refere a algo notável, raro e extraordinário. Um fenômeno pode ser considerado um acontecimento, mas nem todo acontecimento é um fenômeno. Outra distinção está relacionada ao uso do termo fato (do latim *factum*), que se relaciona a ideia daquilo que foi feito, realizado e comprovado, por exemplo,

através de imagens diversas, de notícias e documentos. Dosse, cita o pensamento de Gochet para exprimir a definição de fato.

> "Um fato é um acontecimento assimilado por uma descrição particular". Mas, como veremos, principalmente entre os filósofos, o uso mais frequente criou uma inversão dos termos, o que não cria um problema muito grande, desde que se conserve a distinção entre linguagem-objeto e metalinguagem (Dosse, 2013, p. 11).

Um fato se difere de acontecimento. Ainda que estes termos possam ser usados como sinônimos, como observa Dosse, o primeiro não depende da subjetividade para ser compreendido, porque é uma ocorrência concreta e objetiva. Já o acontecimento na ótica historiográfica, ressaltada por Philippe Joutard, também citado por Dosse, é interpretado como "construção da memória coletiva".

As representações e discursos de viés jornalístico desempenham uma função significativa no processo de composição da memória coletiva. Mariani (2003), estudiosa da Análise do Discurso, ao pensar especificamente sobre o discurso jornalístico, entende que ele "toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recortados no futuro" (Mariani, 2003 , p. 33). Tal seleção gera interpretações sobre o acontecimento e este é manifestado através da notícia resultado da imersão da imprensa na prática social. A interpretação de um acontecimento reportado pela imprensa representa um modo de *olhar* e de *recordar* o passado, pois a produção de um discurso jornalístico está vinculado ao "funcionamento imaginário de uma época" e "tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula vozes constitutivas daquele imaginário" (Mariani, 2003, p. 33). Também Mariani, enfatiza a análise do discurso da imprensa "entranhado de historicidade" como prática social, porque esta

> funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: *capta, transforma* e *divulga* acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que *organiza* um futuro – e as possíveis consequências desses fatos do presente – e, assim, *legitima*, enquanto passado – a memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro (Mariani, 2003, p. 33).

Pontes e Gadini (2011), estudiosos do jornalismo, analisam outro aspecto relacionado ao potencial discursivo do jornal sob a ótica dos seus efeitos.

> O jornal é o *espaço* em que acontecimentos, regularidades, relacionamentos e mudanças entram em conflito, provocam, registram, interferem. O jornal é capaz de afetar, incitar, causar ações e reações e, ao mesmo tempo, ser afetado por discursos que permanecem em seu limiar e lhe propõe escolhas que definirão o resultado de sua produção. Considera-se que os jornais

> possuem uma discursividade, remetendo ao conjunto de referências que tornaram possível a produção de notícias (Pontes; Gadini, 2011, p. 122).

Compreende-se o jornal Diário dos Campos como representativo das afirmativas de Mariani, Pontes e Gadini. Ele foi o único meio de imprensa regional com periodicidade definida, nas primeiras décadas do século XX. Outros jornais surgiram, mas não obtiveram êxito de produção contínua. Segundo Bucholdz (2007), os jornais naquele período mantinham uma prática panfletária, eram alvo de perseguição política e não conquistavam um público leitor permanente. O Diário dos Campos seguiu outro curso de existência.

Sob a gestão de José Hoffmann[71] (1904-1969) a partir de 1931 o Diário dos Campos altera sua linha editorial e a organização da produção das notícias. Juca Hoffmann, como era conhecido, tornou-se proprietário e diretor do jornal, após a desistência do proprietário anterior, Elyseu de Campos Mello, de seguir com o empreendimento.

> O Diário dos Campos entrou numa nova fase sob o comando de Juca Hoffmann. O estilo romântico (embora não ingênuo), o engajamento literário e a forma desorganizada de produção da notícia, que caracterizaram o noticiário local até o final da década de 20, foram substituídos por um jornalismo mais comprometido com os fatos cotidianos, interpretado por uma linguagem direta, ágil, realista, embora também marcadamente polêmica e influenciada pela opinião do proprietário. Quanto à forma, o jornal adquiriu uma organização mais contemporânea, com a adoção sistemática de títulos, manchetes e seções especializadas, como a esportiva e a policial (Bucholdz, 2007, p. 81).

Hoffmann atua em várias frentes. Empreende a compra de recursos para impressão do jornal, como prelo para a oficina e bobinas de papel, comercializa a venda de assinaturas do jornal na cidade e fora dela, percorrendo "todo o Paraná, fazendo com que o Diário dos Campos pudesse ser lido nos mais diferentes municípios" (Bucholdz, 2007, p. 87). Comercializava também outro elemento

---

[71] José Hoffmann pertencia a uma classe social economicamente representativa na sociedade pontagrossense. Sobre Hoffmann, a pesquisa de Chamma, apresenta alguns aspectos que caracterizavam sua personalidade. Embora não tenha frequentado nenhum curso superior, foi sem dúvida um autodidata, pois seus conhecimentos técnicos de economia, de direito e de política, eram admiráveis. Era dotado de uma inteligência viva e perceptiva; possuía uma grande biblioteca e lia muito. Gostava de escrever; usava um estilo próprio, e às vezes quando escrevia artigos para o jornal, revelava um espírito crítico e mordaz que não agradava muito a certas pessoas (Chamma, 1988, p. 101). Bucholdz, concorda com Chamma sobre o autodidatismo de Hoffmann e acrescenta a ideia do proprietário do jornal ser um habilidoso observador, pois "conseguia trazer as sutilezas e detalhes do cotidiano aparentemente banais para seus textos, transformando-os em alvos de profundas reflexões, que nos permitem hoje conhecer com mais detalhe a sociedade daquele tempo" (Bucholdz, 2007, p. 81).

fundamental para sustentar as despesas do jornal: anúncios variados, espaços de propaganda de produtos e serviços ofertados na cidade e região. Economicamente, durante as décadas que administrou o jornal, Hoffmann, enfrentou a falta de recursos financeiros para saldar dívidas recorrendo a empréstimos de amigos e bancos.

> Enquanto jornalista, ele mostrava também uma preocupação contínua em relacionar o contexto local com a realidade nacional. Era o típico intelectual dos anos 30, engajado nas questões sociais e políticas, obcecado pela crítica e sem receio de expor através das crônicas, os seus valores e as suas opiniões. [...] A denúncia, o questionamento, o engajamento político e a obsessão pelas particularidades da cidade marcaram a linha editorial do Diário dos Campos durante as três décadas em que Juca Hoffmann ficou à sua frente (Bucholdz, 2007, p. 81-82).

Ainda que tenha adotado um novo enfoque para a publicação de notícias, nota-se a ausência dos princípios de objetividade e imparcialidade nas edições do Diário dos Campos. Este aspecto era comum na imprensa brasileira nas primeiras décadas do século XX. “A notícia ainda não ponderava duas ou mais versões sobre o fato” (Bucholdz, 2007, p. 83). Associa-se também a visão dos fatos e os interesses dos proprietários de jornais preponderavam sobre a seleção e produção de notícias.

A preocupação de Hoffmann em vincular o contexto local com o nacional, como observado por Bucholdz, se aplica às programações das comemorações cívicas publicadas no Diário dos Campos, geralmente, acompanhadas pela subjetividade e pela parcialidade do diretor-proprietário e de outros sujeitos sociais que atuaram na produção de notícias. Outras programações[72] para fins diferentes daqueles voltados para o civismo fizeram parte das edições do jornal.

Partindo da análise documental, aferiu-se que a programação das festividades cívicas eram compostas por um padrão textual que as caracterizavam e as distinguiam em relação a outras programações de eventos noticiadas pela imprensa. A composição da titulação da notícia, ano a ano, antecipava ao leitor a expectativa do acontecimento.

A contribuição de Ryan (2001) é significativa para ampliar a compreensão sobre a programação cívica do acontecimento, pois, ao interpretar o que noticiam os jornais

[72] Programações com finalidades distintas foram frequentemente publicadas pelo Diário dos Campos. Ao pesquisar a programação das festas cívicas, a autora desta pesquisa se deparou com o registro de programações voltadas para fins diversos, como aquelas destinadas aos festivais dos Clubes Sociais, programações esportivas, festividades nas paróquias e festividades alusivas a datas como Dia do Soldado (25 de Agosto) e Dia da Criança (12 de Outubro).

sobre os desfiles norte-americanos (geralmente chamados paradas)[73] traça a composição destes sob a ótica da História Cultural.

Para Ryan, "a parada assemelha-se a um texto. Mas a parada é um texto especial, intricadamente emaranhado em seu contexto histórico e social" (Ryan, 2001, p. 180). E é partindo da interpretação dos textos produzidos pela imprensa estadunidense que Ryan apresenta um panorama dos desfiles retratando como as cidades de San Francisco, Nova Iorque e Nova Orleans vivenciaram o acontecimento entre 1825 e 1880. Para a autora os norte-americanos criaram uma forma original e característica de comemoração pública, na qual uma parte considerável da população urbana organizava-se em 'pelotões', 'companhias', 'regimentos', 'tropas e colunas', e "desfilava-se ao longo das vias públicas" (Ryan, 2001, p. 178).

Ryan chama de performance cultural, em várias sequências da sua análise, o processo de constituição das paradas norte-americanas referindo-se a elas como "grande gênero característico da solenidade cívica do século XIX" na qual a declaração de Independência, festejada em 4 de julho, representava o principal "rito patriótico cíclico" formado por um "grande desfile de cidadãos". Três aspectos sustentam sua análise. Primeiro, os gestuais da parada e a identidade social dos desfilantes. Segundo, a comissão organizadora dos desfiles autorizou a participação de todos os interessados e terceiro, a marcha em curso "pelas ruas principais da cidade," possibilitou "que os participantes se apresentassem diante de uma multidão de cidadãos aglomerados ao longo de todo o trajeto" (Ryan, 2001, p. 182).

Sua produção não faz menção direta a antecipação das programações das paradas aos leitores dos jornais que consulta, entre eles o *San Francisco Morning Call*, mas ao tecer representações da ordem social do século XIX, assinala a participação de grupos "que atuavam dentro das coerções sociais e possibilidades políticas de seu tempo. A parada, portanto, pode dizer-nos alguma coisa sobre o processo histórico através do qual o significado cultural é criado" (Ryan, 2001, p. 180). A criação do significado cultural, pensado por Ryan estava subentendido no planejamento das paradas, fundamentado em um

[73] O uso de parada ou desfile se aplica a variados contextos. Um é sinônimo para o outro. Intercambiáveis. Parada, traduzido do inglês *parade*, significa desfile militar ou festivo (Houaiss, 2009, p. 1429). Outros significados são atribuídos a parada na língua portuguesa. O uso do significado, na presente pesquisa, está fundamentado no sentido de marchar em fila(s), deslocando-se de forma ordenada no espaço.

> processo político público e aberto no qual as forças populares atuavam em parceria com as autoridades constituídas. Em sua maior parte, as comemorações cívicas eram criadas por uma comissão designada por funcionários eleitos. Os cidadãos comuns em geral faziam a proposta original de uma comemoração, convocando às vezes uma assembleia pública para realizá-la. Embora a comissão nomeada se encarregasse de certos pontos da programação do dia – os disparos com armas de fogo ao amanhecer, os fogos de artifício ao anoitecer – a organização da parada era um exercício de soberania popular (Ryan, 2001, p.186).

Não passam despercebidos a parceria e o engajamento dos sujeitos sociais na criação, programação e realização dos acontecimentos festivos, tornando-os resultado dos "laços comunitários" com finalidades acordadas entre os grupos sociais distintos: os chamados cidadãos comuns e as autoridades constituídas. O emprego dos fogos é simbólico e representativo da importância que os sujeitos sociais atribuíam as paradas, do início do dia ao anoitecer, integrando a ela a perspectiva de espetáculo. Este modelo de cerimonial, segundo Ryan, é alterado na segunda metade do século XIX. Se antes a programação era espontânea e aberta na qual grupos compartilhavam a marcha nas ruas, a partir da Guerra de Secessão[74] "a utilização das ruas tornou-se mais restrita à medida que as energias cerimoniais passaram a concentrar-se em algumas poucas paradas rigidamente organizadas e envoltas em um complexo aparato policial" (Ryan, 2001, p. 183). Foi também nesse período que a composição das divisões nas paradas aumentou significativamente.

Em 4 de julho de 1876, os cem anos da Declaração de Independência foram festejados nas cidades pesquisadas por Ryan através de uma "parada norte-americana clássica, autêntica e completa" (Ryan, 2001, p. 184).

Para Ryan, a parada também representava o pluralismo do país e a "afirmação positiva da democracia", porque se desenvolveu como comemoração cívica numa época em que muitos grupos recorriam aos desfiles para afirmarem seus direitos civis (Ryan, 2001, p. 185). Somavam-se ao movimento cívico norte-americano o ideal de representação político-partidária, manifestações de trabalhadores do comércio contra os patrões, marcha de imigrantes, como os irlandeses requerendo direitos de cidadania americana. Esta mostra da variedade de fins dos diferentes grupos sociais

---

[74] Também chamada Guerra Civil Americana, foi um conflito armado, ocorrido de 1861 a 1865 nos Estados Unidos da América, onde os estados do norte defendiam a abolição da escravatura em oposição aos do sul que eram contrários a esta iniciativa. A abolição da escravatura americana representava a possibilidade de integrar a população negra no processo de desenvolvimento e industrialização em curso no país através da chamada mão de obra assalariada, não representando o ideal de uma sociedade justa e igualitária. Os estados do norte obtêm vitória e os estados do sul que desejavam a separação do Estado são reintegrados ao território.

promove uma observação pertinente da autora relacionada ao papel das instituições políticas e a composição social urbana.

> De forma intencional e experimental, essas instituições moldaram a parada como gênero típico de comemoração norte-americana. Esse gênero assemelhava-se um pouco a uma linha de bondes, nos quais montava uma legião de diferentes grupos sociais que ocupavam uma fileira de carros, cada um dos quais incorporando um significado histórico e cultural e dando ao cerimonial algum componente da estrutura social urbana. [...] Revela, de uma forma particularmente poderosa e publicamente sancionada, o modo como os contemporâneos interpretavam, mostravam e viam a ordem social urbana (Ryan, 2001, p.187).

A estrutura social urbana, identificada por Ryan nos textos jornalísticos[75], passou por mudanças à medida que grupos sociais foram substituídos, ampliados e até mesmo reagrupados. Classe, etnia e gênero compõem as distinções dos grupos sociais, denominados "três princípios diferentes de formação da parada", os quais refletem como "a cultura urbana se organizava nas ocasiões cerimoniais" (Ryan, 2001, p. 188).

Os grupos de classe eram formados segundo a profissão à qual pertenciam seus membros. Nos seus agrupamentos, eram comuns a presença de símbolos[76] como meio de destacar suas profissões e a sua contribuição econômica para a cidade a que pertenciam. A hierarquia profissional ordenava a composição das paradas formadas por classes e permitia visibilidade dos seus grupos sociais como é possível notar no seguinte relato:

> Em Nova Orleans, essa forma de parada que reconstruía a sociedade como uma ordenação inclusiva e hierárquica de corporações baseadas fundamentalmente em atividades profissionais perdurou, com pequenos acréscimos e transformações, até a Guerra de Secessão. Já as paradas de Nova Iorque e da jovem cidade de San Francisco adotaram formas novas e mais diversificadas para a exibição das classes (Ryan, 2001, p. 190).

---

[75] Ryan cita vários veículos de imprensa, entre os quais *News Orleans Picayune* (Nova Orleans), *New York Tribune* (Nova Iorque) e o *Daily Alta Califórnia* (San Francisco).

[76] A autora exemplifica o uso de símbolos, citando o grupo de artesãos, formados por chapeleiros que teriam levado uma bandeira em homenagem a São Clemente, considerado padroeiro da profissão pelos mesmos. Outro grupo, formado por açougueiros, teria levado animais prontos para o abate como símbolos da profissão que ocupavam. O acontecimento, que contou com a participação destes grupos, estava vinculado à inauguração do canal de Erie, ocorrido em 5 de novembro de 1825, no estado de Nova Iorque. Segundo Ryan, esta parada "estabeleceu o padrão: quase todas as unidades de marcha agrupavam os homens segundo suas profissões oficiais de alfaiate a membros da Sociedade Médica (Ryan, 2001, p. 188-189).

Seguindo a trajetória das paradas Ryan destaca o papel da imprensa, ao criar uma nova definição para classes sociais em "duas categorias: a sociedade civil e militar" (Ryan, 2001, p. 193), sendo a segunda, formada por membros de companhias voluntárias[77] e não por cumprimento de tarefa imposta pelas unidades militares. Se comparada a dos civis, a participação da categoria militar nomeada pelos jornais era mais homogênea.

A hierarquização social era sempre um desafio posto às comissões organizadoras das paradas americanas. O crescimento demográfico, o desenvolvimento econômico, o movimento imigratório e a formação política de suas cidades, afetaram a estrutura social urbana e programação dos eventos.

Foi também no centenário da Declaração de Independência que diferentes etnias tornam a parada norte-americana um "festival étnico"[78]. Os irlandeses formavam a etnia mais representativa e sempre eram alvo de observações da imprensa. Em 1858, o *New Yorque Herald* comentava que as paradas tinham praticamente se transformado em sinônimo étnico irlandês-norte-americano (Ryan, 2001, p. 199).

O terceiro princípio apontado por Ryan, centrado nas questões de gênero, parte da ideia da parada como acontecimento quase exclusivamente masculino. Na busca da representatividade feminina, Ryan, encontra a participação de um grupo de mulheres "esposas da elite" local na parada da comemoração do canal de Erie em 1825, um grupo de apoio aos maçons na parada de San Francisco, um carro alegórico com treze meninas em alusão aos treze estados norte-americanos em 1842 e a representação da Deusa da Liberdade por uma mulher em 1847. O espaço ocupado pelo corpo feminino ganha projeção ilustrativa, simbólica após a Guerra de Secessão. Este combate ocasiona para além de outras consequências no processo histórico um reordenamento dos desfiles norte-americanos. A tradição permanece sob novas bases. "Os arrojados soldados civis eram no acontecimento vistos como veteranos de

---

[77] Participavam deste grupos, filiados de associações com vários interesses, entre os quais Ryan destaca a prática esportiva, artes marciais e a abstinência ao consumo de álcool. Em Nova Iorque, por exemplo, o Sétimo Regimento era formado por cavaleiros, do mesmo modo que a Guarda Continental de Nova Orleans e a Guarda de Washington de San Francisco (Ryan, 2001, p. 193-194).

[78] Ryan identifica várias etnias no texto jornalístico e exemplifica através da parada de San Francisco a participação de "seis grupos etnicamente homogêneos: um escocês, um alemão, um italiano, e três irlandeses; austríacos, escandinavos, suíços e portugueses compartilhavam duas outras divisões, enquanto que os nascidos na cidade ocupavam um lugar próximo à retaguarda do desfile, ao lado das crianças das escolas públicas" (Ryan, 2001, p. 196).

uma guerra sangrenta ou membros da Guarda Nacional que participavam da parada por ordem do seu comandante geral" (Ryan, 2001, p. 202). Seguindo a abordagem da questão de gênero, trinta e oito mulheres e não treze meninas como em 1842, representavam os estados norte-americanos em 1877 na mesma San Francisco. O uso da simbologia da Deusa da Liberdade, da Donzela de Erin (antigo nome da Irlanda), a alegoria do grupo de mulheres como estados do país, nas paradas majoritariamente masculinas, caracterizavam uma abstração, pois "as mulheres não sendo eleitoras, podiam evocar o ideal de uma nação ou cidade livre de divisões partidárias. Como criaturas supostamente domésticas, poderiam pairar acima dos conflitos de classe gerados nos locais de trabalho" (Ryan, 2001, p. 204).

O percurso da trajetória das paradas nas três cidades norte-americanas investigadas através da fonte jornalística por Ryan, oportuniza reflexões sobre a formação da identidade social e cultural. A guerra civil não impediu a sequência da tradição comemorativa. As paradas inicialmente congregavam vários grupos que almejavam visibilidade no evento, entre os quais os profissionais de diversas áreas, do artesão ao magistrado, todos poderiam se inscrever e participar, incluindo os grupos formados por diferentes etnias, com exceção das mulheres que tiveram alguma representatividade após o período de guerra interna no país. A elas será destinado um papel imaginado e simbólico no ritual cívico vinculado à ideia abstrata de beleza, passividade e harmonia social.

Cabe destacar a importância da imprensa, fonte primária de investigação da autora.

O acontecimento de caráter festivo em Nova Iorque, Nova Orleans e San Francisco é tornado público e configurado como notícia de 1825 a 1880. Mas o valor de uso dos jornais tem outra perspectiva de leitura e interpretação dado por Ryan que os torna meios de acesso às informações sobre os usos do passado, precisamente sobre uma criação cultural que tornou-se tradição e simboliza uma das formas comemorativas para o público americano. Os jornais, aqui compreendidos como meio de memória, validam a construção de um novo texto: o *olhar* de Ryan sobre as paradas e, consequentemente, sobre a cultura.

Considera-se que os veículos jornalísticos são produções materiais nas quais a memória coletiva é registrada, condição que os consolida como relevantes fontes documentais para a construção do conhecimento histórico. Nesse contexto, o acontecimento comemorativo é atravessadotanto pela realidade histórica quanto pelo

simbolismo que o sustenta. Os jornais, ao noticiar um acontecimento festivo, criam para ele um suporte material para a memória coletiva e esta carrega os significados simbólicos do período em que está inserida. O texto de Ryan, é uma contribuição para pensar os significados simbólicos das paradas norte-americanas, partindo dos veículos de imprensa para descrever os acontecimentos e os interpretando à luz da História Cultural.

Pensa-se o jornal Diário dos Campos como uma fonte documental, criado e produzido para registrar a notícia, produto de uma polifonia cultural e coletiva, tal como os veículos de imprensa buscados por Ryan. Em espaço e tempo distintos, os jornais aqui citados, tiveram em comum a notícia sobre as paradas[79]. Testemunharam de forma ocular um momento da política, da linguagem e da cultura da sua época.

3.2 A PROGRAMAÇÃO DO DESFILE DE 7 DE SETEMBRO E O IDEÁRIO NACIONALISTA, CÍVICO E PATRIÓTICO

Com o propósito de "festejar condignamente a grande data nacional de 7 de Setembro"[80], o Diário dos Campos, apresentava ao leitor duas informações concomitantes: o Círculo Operário Pontagrossense convidava o meio de imprensa para assistir a uma sessão cívica na qual seriam "inaugurados os retratos dos eminentes brasileiros dr. Getúlio Vargas e Sr. Manuel Ribas". A criação de eventos como esse sinaliza o regional e o nacional se entrecruzando através do uso da imagem dos sujeitos sociais que encontravam-se como chefes políticos. Ausentes no evento, porém presentes no imaginário daqueles que desejavam homenagear "o chefe da nação" e "o interventor do estado".

Notícias como esta não eram incomuns no cotidiano dos leitores ponta-grossenses. Inúmeros eventos nominados sessão cívica, bailes, atividades esportivas e culturais com fins comemorativos, planejados por clubes sociais e associações, eram noticiados na semana que antecede a chegada do dia 7 de Setembro, ou seja, aconteciam em torno da festividade principal anunciada pelo jornal. A chegada de 7

---

[79] A edição de 5 de setembro de 1937 do Diário dos Campos apresentava ao leitor a sequência de eventos da "grande parada". "A grande parada de 7 de Setembro no Rio de Janeiro" na titulação da notícia de 5 de setembro de 1940 e "A Parada da Juventude no Rio de Janeiro: um imponente espetaculo de rara beleza cívica", presente na edição de 6 de setembro de 1942 e "A parada da Vitória em Porto Alegre", da edição de 7 de Setembro de 1945, publicadas pelo Diário dos Campos são exemplos do uso da expressão.

[80] Diário dos Campos, 5 set. 1940.

de Setembro, portanto, não representava apenas a mobilização dos sujeitos sociais do poder público municipal, militar e de gestão das escolas públicas e particulares para o desfile cívico-militar. Representava a ação simbólica, tática e engajada de diferentes setores sociais para reunir seus sócios ou grupos distintos para participarem das atividades cujas finalidades estivessem voltadas ao lazer, ao entretenimento, entre outras. Orbitavam em torno da principal data e paralelo aos eventos oficiais propagavam sentidos e valores em outros locais para além daqueles divulgados nas programações oficiais, notadamente a praça e as ruas do centro urbano.

Para o comércio local, a chegada do 7 de Setembro, representava o impedimento de suas atividades durante a realização das solenidades cívicas. Até 1941, as festividades ocorrem pela manhã ou pela tarde. A notícia[81] abaixo exemplifica a ação do poder executivo ao determinar o período de comércio e as sanções impostas quanto ao descumprimento da regra instituída:

> De ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal publico que sendo feriado o dia 7 do corrente, sábado, e que sendo permitido de acordo com a lei em vigor a abertura do comércio até o meio dia quando o feriado coincide com o sábado, fica determinado que no dia 7, em virtude das festividades do DIA DA PATRIA se realizarem pela manhã, o comércio deverá permanecer encerrado até às doze horas, podendo abrir durante todo o período da tarde até ás 19 horas. A fiscalização multará os infratores de acordo com a Lei. Ponta Grossa, 4 de setembro de 1940. Adar de Oliveira e Silva. Laçador Geral (Diário dos Campos, 05 set. 1940, p. 3).

No plano legal, a data destinada à comemoração da Independência do Brasil, era considerada feriado e estava prevista no Decreto-Lei nº 19.488, de 15 de dezembro de 1930[82], assinado por Getúlio Vargas. Este decreto surge no *acender das luzes* do regime varguista, pois estava em andamento a alteração do tempo cívico para torná-lo nacional, sem a influência de acontecimentos internacionais comemorados no país, como a festa da Revolução Francesa, celebrada na França. O Governo Provisório avalia o calendário cívico em curso e extingue "o 14 de julho, entre outras datas, como feriado nacional. Esta mudança foi um claro ataque simbólico ao

---

[81] Diário dos Campos, 05 set. 1940.

[82] Eram declaradas, no Governo Provisório, como festas nacionais as seguintes datas: 1º de Janeiro, 1º de Maio, 7 de Setembro, 2 de Novembro, 15 de Novembro e 25 de Dezembro. No mesmo decreto se considerava "sem prejuízo da condigna comemoração" reduzir o total de feriados no país mantendo a preferência às datas que ele institui devido sua "significação humana e nacional".

‘liberalismo’ da Velha República e um ataque à estrutura temporal da cultura política liberal” (Parada, 2009, p. 21).

Outro indicativo está voltado ao contraponto do regime estado-novista em relação ao pensamento econômico liberal. Na ótica do regime, o tempo cívico se sobrepunha aos interesses dos comerciantes não permitindo a eles o livre arbítrio para abertura ou fechamento dos seus estabelecimentos. Logo, o funcionamento do comércio não representava uma prioridade, pois a festividade cívica, estabelecida por vias legais pelas autoridades políticas deveria contar com a presença do público urbano, por conseguinte, prioridade no cenário cívico.

O fechamento do comércio não ocorria apenas na data de 7 de Setembro. Outras datas impactavam o trânsito de toda a coletividade urbana e as atividades comerciais nas datas instituídas como feriados. Estas datas, foram ainda em 1937, motivo da notícia intitulada “A questão do fechamento do commercio: opportuno decreto do Sr. Prefeito Municipal”. Relatava o editor que:

> As vésperas de um feriado, o commercio não sabia se devia encerrar as suas portas no dia seguinte ou não. Consultas surgiram de toda a parte. Muito dos srs. commerciantes ficavam aguardando o aviso do lançador geral da Prefeitura para, só depois disto, suspenderem as suas atividades. [...] Agora, porém, o sr. Albary Guimarães, precaro governador do Município e que não tem descuidado de quaesquer questões que interessam a collectividade, acaba de resolver satisfactoriamente o assumpto (Diário dos Campos, 06 maio 1937, p. 1).

A gerência da questão por meio do “decreto prefeituravel” representava a organização administrativa e de prestação de serviços públicos que refletiam as políticas locais. O decreto[83] publicado pelo jornal, citava no Art. 1º, 12 feriados[84], sendo facultativo aos comerciantes abrirem seus comércios “nos dias santificados” (2 de Novembro e 25 de Dezembro). Independente da comunicação oficial, em resposta ao posicionamento dos comerciantes, o fechamento do comércio local era obrigatório nos domingos e feriados. Todavia, a abertura do comércio poderia ocorrer até às 12

---

[83] Decreto nº 30 de 29 de abril de 1937, da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, publicado na edição do Diário dos Campos de 6 de maio de 1937, p. 4.

[84] O referido decreto nomeava os seguintes feriados: 1º de Janeiro (Fraternidade Universal), 21 de Abril (Inconfidentes Mineiros), 1º de Maio (Festa do Trabalho), 3 de Maio (Descobrimento do Brasil), 16 de Julho (Promulgação da Constituição de 1934), 7 de Setembro (Independência do Brasil), 15 de Setembro (Freguesia de Ponta Grossa), 12 de Outubro (Descobrimento da América), 2 de Novembro (Mortos), 15 de Novembro (Proclamação da República), 19 de Dezembro (Desmembramento da 5ª Comarca de São Paulo), 25 de Dezembro (Unidade Espiritual dos Povos Cristãos).

horas se a data de feriado ocorresse no sábado. Este decreto previa a aplicação de multas por funcionários públicos, incluindo guardas municipais e a fiscalização pelos mesmos, "bem como a qualquer interessado que poderá comunicar a quem de direito a infracção", legitimando assim, a ação colaborativa dos cidadãos identificados com os valores e normas propagadas pelo regime. Para além de considerar o funcionamento do comércio nos domingos e feriados uma infração sujeita a multas, o decreto regulamenta o horário de funcionamento do comércio na cidade. Não estavam submetidos a ele, "confeitarias, padarias, açougues, casas de banho, casas de frutas, tabacarias, bomboniers, hoteis, restaurantes, cafés, bars, cinemas e theatros" (Diário dos Campos, 06 maio 1937, p. 4). Logo, este decreto é emblemático para pensar as relações de poder do executivo para com os proprietários do comércio e destes com os empregados, pois inúmeros profissionais, dependendo da posição que ocupavam no mercado de trabalho local poderiam ou não ser dispensados das suas ocupações nos feriados e domingos. Outro ponto significativo é a seleção do comércio voltado à alimentação e a prestação de serviço da área cultural, a qual abrangia e privilegiava o funcionamento de cinemas e teatros à comunidade ponta-grossense nos domingos e feriados.

A programação das comemorações cívicas publicadas pelo jornal também faziam menção ao uso destes aparatos culturais, geralmente após as festividades cívicas oficiais em horários distintos, como se exemplifica a "iniciativa da empreza Holzmann e do representante da Associação Brasileira de Productores" que oferecia "matinée grátis aos alunos das escolas publicas e particulares, com a apresentação de varios complementos nacionaes"[85].

Consultando a mesma edição do Diário dos Campos que traz a informação sobre o fechamento do comércio, foi possível aferir setenta e sete anúncios de pontos comerciais da cidade. Este pode ser um indicativo do uso do jornal pelos comerciantes para fins de propaganda e de informação. A existência de uma entidade voltada para os interesses do comércio local se revela através de uma nota voltada a este setor com finalidade cívica.

> O sr. Elias Zacharias dos Santos, digno Presidente do Centro de Commercio e Industria, dirige, por nosso intermedio, um appello á todas as casas do commercio para que ostentem, no Dia da Patria, o pendão nacional. Aquelles que não puderem fazer, deverão ornamentar as suas vitrines com as insígnias nacionais, concorrendo, dessa forma para que sejam expargidos

[85] Diário dos Campos, 07 de setembro de 1937.

> por todos os recantos os nossos acrysolados sentimentos de brasilidade, que as cores verde e amarelo guardam symbolicamente (Diário dos Campos, 05 set. 1937, p. 1).

Aos associados do comércio uma dupla tarefa era divulgada pela imprensa: cerrar suas atividades nos períodos definidos pelo poder público e ornamentar as fachadas dos seus pontos comerciais com as "cores verde e amarelo" do "pendão nacional". O promotor das notícias impressas também se inseria no conjunto de empresas locais, pois "Em homenagem a grande data de hoje, não funccionarão as nossas redacção e oficinas, pelo que o 'Diário dos Campos' não circulará amanhã" (Diário dos Campos, 07 set. 1937, p. 1). Tal premissa se manteve, pois até o marco temporal de 1945, a imprensa local somente em 1943 efetiva publicação na data de 8 de Setembro.

Vale destacar que o decreto regional antecede a estruturação das datas definidas pelo regime varguista como aponta a linha do tempo pesquisada por Parada:

> o dia de *Tiradentes*, em 21 de abril; o *1º de maio*, dia do trabalho; a *Semana da Pátria*, um conjunto de comemorações realizadas ao longo da primeira semana de setembro, que incluía, além do desfile militar do dia 7, o *Dia da Juventude* e a *Hora da Independência;* o *Dia da Revolução Brasileira*, em 10 de novembro; a Proclamação da República, em 15 de novembro do mesmo mês; e, por fim, no dia 19, ainda em novembro, o *Dia da Bandeira*. Cada comemoração possui trajetória, público, pedagogia e temas próprios durante o período (Parada, 2009, p. 20-21).

O Dia da Juventude e a "Hora da Independência" são comemoradas na região pela primeira vez em 1940 e, como bem pontuou Parada (2009), as datas comemorativas tiveram curso, participação popular e organização próprias, na medida que a nacionalização do calendário criada pelo regime varguista afetava o planejamento das festividades nos espaços regionais. Ponta Grossa se insere neste processo.

A presença de Albary Guimarães[86] e do militar da mais alta patente do exército em exercício no 13º RI eram as primeiras informações que os leitores do jornal recebiam ao se depararem com a notícia sobre as comemorações cívicas. Estes dois sujeitos sociais foram sempre citados como "altas autoridades" responsáveis pelo programa dos eventos "traçado e commum accordo pelo sr. governador da cidade e

[86] Atos Oficiais, do Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal também eram publicados pelo Diário dos Campos com anuência do prefeito e a referência a autoridade do político não ficava circunscrita a Atos Oficiais da administração, pois as notícias sobre o seu deslocamento à capital do estado ou fora dele, fatos relacionados a obras em desenvolvimento ou inaugurações e outros do cotidiano vinculados à gestão da cidade eram frequentemente publicados.

pelo cel. Comandante do 13ºRI" (Diário dos Campos, 4 set. 1937, p. 1). Ao noticiar novamente a programação nos dias que antecedem o desfile, a imprensa reiterou a posição de comando do prefeito e do militar e afirmou: "E os dois preclaros patricios já determinaram todas as providencias nesse sentido" (Diário dos Campos, 05 set. 1937, p. 1). Quando não citou diretamente o prefeito, a imprensa se referia a Prefeitura Municipal como organizadora dos eventos em parceria com o Exército.

Em 1939, os diretores das escolas públicas e particulares passaram a ser citados como membros da comissão organizadora dos desfiles. E, ainda que novos sujeitos sociais passem a ser citados, a partir de 1942, como membros da comissão organizadora dos eventos cívicos (militares de diferentes patentes, secretários que atuavam na prefeitura, advogados, liderança católica, lideranças da Liga de Defesa Nacional, Legião Brasileira de Assistência entre outros), o destaque a posição dos "preclaros patricios" na narrativa das notícias sempre foi reportada ao leitor.

O nome de Albary Guimarães foi citado como membro da comissão até o ano de 1944, pois em meados de 1945 pede afastamento do cargo e é substituído na comissão dos preparativos do desfile por Cláudio Mascarenhas (1888-1964). De 1934 a 1945, Albary Guimarães administra a cidade seguindo um modelo centralizador e de alinhamento com os governos do estado e do país.

Foi durante a sua longeva gestão que as festividades cívicas foram projetadas para ocupar novos logradouros públicos no centro urbano de Ponta Grossa. Entre eles, a praça Barão do Rio Branco em 1938 recebeu um tratamento paisagístico com calçamento e ajardinamento, propiciando à coletividade urbana um novo espaço de convívio social. A fotografia abaixo permite visualizar um recorte lateral da praça em 7 de setembro de 1938.

Fotografia 4 – Vista lateral da praça Barão do Rio Branco, setembro de 1938



Fonte: Acervo de Paulo José da Costa, *apud* Centro de Memória Colégio Regente Feijó

À esquerda está o equipamento cultural chamado Concha Acústica Carlos Gomes, ao qual se dirigiam as autoridades civis e militares, realizavam-se as solenidades cívicas, além de comícios e apresentações culturais. Uma bandeira anexada ao prédio parece tremular. Alguns bancos e postos de iluminação indicam investimentos públicos na composição da praça. Os militares do 13º Regimento de Infantaria ocupam lateralmente duas ruas que circundam a praça. Na lateral, à direita está a rua do Rosário, calçada com pedras, ocupada por soldados da cavalaria. Dois soldados estão em posição de guarda, lado a lado e de frente para a cavalaria. O calçamento lateral da praça, construído com pedras *petit-pavé*, reproduz o desenho da araucária, árvore típica paranaense. Ao fundo, na rua Augusto Ribas, na frente de prédios comerciais, encontram-se mais integrantes das tropas do 13º RI. Partindo dos dados que o Diário dos Campos informava, a maior parte dos soldados não chegava a cavalo e sim caminhando vindos do quartel, localizado em um bairro próximo, até o centro urbano. A passagem dos soldados montados a cavalo, nesta imagem, foi observada por alguns membros do público que estavam em pé na calçada onde pela primeira vez assistiam às solenidades cívicas de 7 de Setembro na praça Barão do Rio Branco. Outros eventos já haviam ocorrido naquele espaço com outra

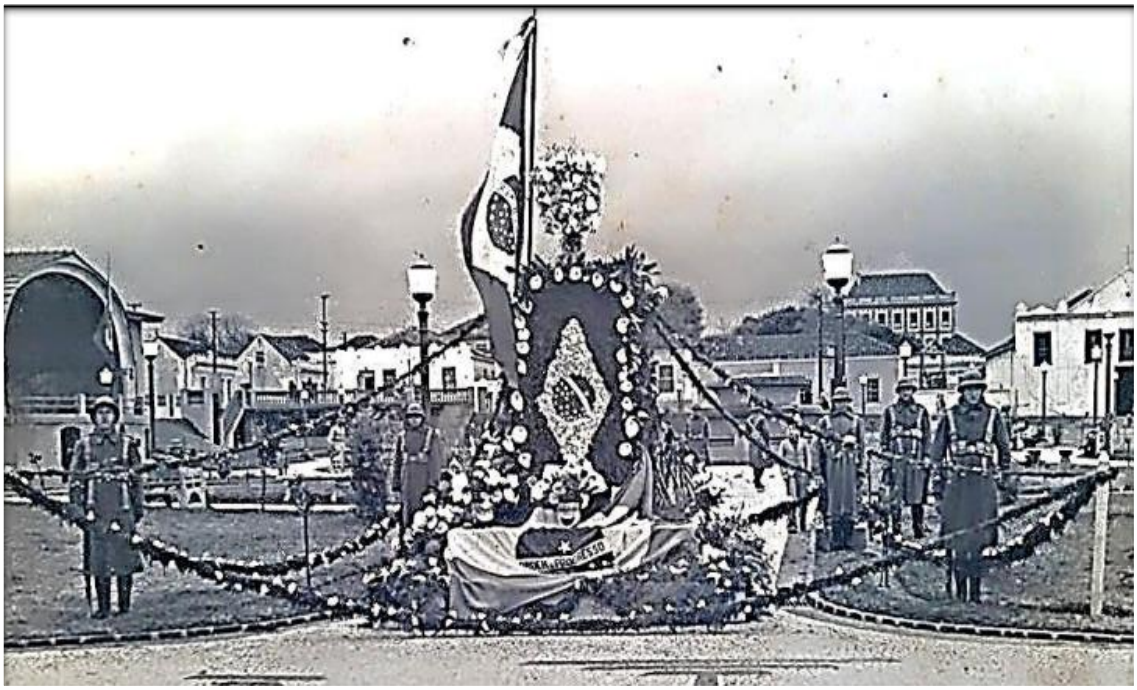
denominação. A construção do prédio cultural, o calçamento, o ajardinamento, bancos e iluminação elétrica trazem um novo dinamismo para as relações sociais no espaço urbano central da cidade.

A imagem tem um valor histórico singular para esta pesquisa por registrar o processo de produção do espaço urbano. As marcas nela impressas indicam a sua paropriação e uso ao longo do tempo. Embora não seja possível precisar a qual etapa exata do acontecimento a fotografia se refere, sua materialidade carrega expressivo valor histórico, pois registra um momento da primeira solenidade cívica oficial de 7 de Setembro ocorrida na praça Barão do Rio Branco. Esta praça torna-se estratégica para os organizadores das festividades cívicas, considerada mais ampla em relação à praça Floriano Peixoto, onde as festividades foram realizadas até 1937 e mais próxima da principal rua onde os grupamentos passariam a desfilar.

A praça Barão do Rio Branco foi o principal espaço do centro urbano utilizado para reunir todo o contingente de sujeitos sociais que pertenciam aos principais agrupamentos, militares e escolares, autoridades civis e religiosas e público atraído para presenciar as solenidades antes do desfile. O encontro dos sujeitos sociais na praça antecede a realização dos desfiles cívico-militares no dia 7 de Setembro e, este é o principal diferencial em relação a atualidade. Como observa Schilder (2016) “eram realizadas várias comemorações que envolviam a população em geral por meio dos desfiles, festas nas praças e atividades nas escolas, entre outros” (Schilder, 2016, p. 156).

A construção do “Altar da Pátria” em 1941 configura um novo elemento para as festividades na praça Barão do Rio Branco. “Toda a nossa exaltação patriótica glorificando o Altar da Patria! Foram majestosos os festejos de 7 de Setembro em nossa cidade”, destacava que “todos com os olhos volvidos, cheios de ardor patriótico, para o augusto Altar da Patria” (Diário dos Campos, 9 set. 1941, p. 1) teriam validado com seu *olhar* a exposição deste modelo de altar decorado com flores, no qual a exposição da bandeira nacional era centralizada e permanecia sob guarda dos soldados do 13º RI. A captação da imagem a seguir representa este fato.

Fotografia 5 – “Altar da Pátria” na praça Barão do Rio Branco, década de 1940



Fonte: Acervo de Roseli Mendes Rosa *apud* Dissertação de Mestrado de Cristina Ferreira Schilder (2016)

Sobre o “Altar da Pátria”, Schilder (2016) reforça a ideia que o mesmo era “parte da comemoração da Semana da Pátria. Um grande Altar da Pátria[87] foi montado e decorado com a bandeira, flores e símbolos do exército” (Schilder, 2016, p. 157).

A presença deste novo elemento figurativo na região remete à criação do altar presente na solenidade de 27 de novembro de 1937, na capital da República. Conforme as investigações de Parada “o Ministério da Educação fora o responsável pela construção de um palanque , denominado *altar da pátria,* erguido em confluência da Avenida Rio Branco com a Avenida Beira-Mar, e planejado para ser o centro material e simbólico da cerimônia” (Parada, 2009, p. 30). Acompanhando Parada, a construção do “Altar da Pátria” na praça reproduzia “o centro material e simbólico” da capital da república no espaço regional.

[87] A construção do “Altar da Pátria” não ficaria circunscrita ao início da década de 1940. Segundo os estudos de Schilder (2016) ao término da década de 1940 “a festividade também contava com a presença dos pracinhas que haviam sobrevivido na Segunda Guerra Mundial, e que além de participar do evento, receberam homenagens por terem combatido na guerra em nome da nação. Durante toda a semana o altar permanecia na praça, sempre vigiado pelos militares que ficavam de plantão. Em algumas ocasiões eram montados altares menores que eram transportados nos desfiles na Avenida Vicente Machado (Schilder, 2016, 157).

A utilização de logradouros públicos é o elemento comum que une o regional e o nacional pois neles se consolidam a concentração humana, material e simbólica da programação cívico-militar. A nomeação Barão do Rio Branco é dada a uma das avenidas da capital da República e a praça da "Capital Cívica do Paraná". A referência ao Barão do Rio Branco[88] é simbólica e está articulada ao ideário do culto à personalidade de sujeitos sociais, considerados pela narrativa oficial da história brasileira, exemplos de liderança, lealdade, coragem e de prestação de serviço à coletividade nacional.

Para Ruth, "as sociedades possuem a capacidade de ressignificar espaços e a importância da Praça para a história da cidade é inquestionável. A Praça por si só se constitui em um monumento" (Ruth, 2023, p. 13).

Inicialmente, o espaço ocupado pela Praça Barão do Rio Branco era denominado Largo do Rosário. "Muitos lugares que atualmente são denominados praças, surgiram como largos ou adros, denominação atribuída no século XV, na sociedade ocidental" (Ruth, 2023, p. 13).

Localizado em frente à igreja do Rosário, o largo não atraía investimentos para a construção de residências e/ou pontos de comércio devido a sua condição física porque "recebia as águas de chuva do arroio Pilão de Pedra" (Ruth, 2023, p. 54), mas por apresentar um espaço amplo, foi transformado em praça recebendo pavimentação e ajardinamento no início do século XX. Tornado um espaço público, a praça Barão do Rio Branco, no centro urbano de Ponta Grossa, "constituía-se em palco para comemorações cívicas, apresentação de bandas entre outros eventos" (Ruth, 2023, p. 54) e, também destinado ao lazer, a passeios e a interação social. Um espaço de sociabilidade humana.

Comparando com as notícias das programações nos anos anteriores, o Diário dos Campos, noticia em 1936 a primeira referência à participação de instituições escolares públicas e particulares na programação do desfile de 7 de Setembro. Participação esta efetivada no ano seguinte, pois devido ao "mau tempo reinante, as autoridades não permitiram que os collegiaes tomassem parte do desfile". Segundo a

[88] José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912) recebeu a denominação de Barão do Rio Branco em 1888. Atuou como Ministro das Relações Exteriores de 1902 até o ano da sua morte, em 1912. Segundo Silva (2023), o diplomata é um personagem emblemático no processo de construção dos heróis nacionais. "Nos anos iniciais da guerra, enquanto o Brasil se mantinha neutro, a imagem do barão era utilizada dentro de um viés mais pacifista, por sua trajetória em solucionar e mediar conflitos com resultados favoráveis ao país" (Silva, 2023, p. 214).

mesma notícia "quase todos os alunos dos nossos educandários estavam desejosos de participarem da marcha mesmo com a chuva torrencial" (Diário dos Campos, 08 set. 1936, p. 1). No imaginário do redator, os alunos se sujeitaram às condições climáticas insatisfatórias para desfilar.

Os escolares passam a compor um novo agrupamento para o desfile a partir de 1936 e, assim sendo, o acontecimento passa a ser composto pelos militares, formado por jovens soldados e civis composto por crianças e jovens escolares acompanhados pelos profissionais de ensino, pois "as figuras do escolar e do professor passam a ser presença constante no cenário urbano no cenário brasileiro, atestado pela própria realização das cerimônias cívicas juvenis, como a Hora da Independência e o Desfile da Juventude" (Parada, 2009, p. 47).

A presença de crianças e jovens escolares, em especial, reflete o ideal de pacificação associado à construção de modelos de "civilidade" (Parada, 2009, p. 10) e de reestruturação da ordem política almejada pelo regime. Parada (2009) enfatiza este aspecto ao afirmar:

> Se a criança poderia ser "tratada" no âmbito da família e do privado, o jovem, não. Como sujeito em transição para uma condição de membro da sociedade o jovem seria um problema fundamentalmente público. Se considerarmos o frequente quadro de instabilidade política em muitos Estados e a massa de crianças que se tornava, a cada ano, geracionalmente jovem, podemos perceber a centralidade do tema para os governos nacionais entre 1900 e 1945 (Parada, 2009, p. 44).

Os jovens escolares juntamente com os trabalhadores e os militares formavam os agrupamentos alvo do regime varguista. Para os trabalhadores e militares "foram redefinidos e ampliados os espetáculos do primeiro de maio e do sete de setembro" (Parada, 2009, p. 10) e para os jovens escolares nacionais o cinco de setembro, o qual foi denominado Dia da Raça e da Juventude[89]. Diversos eventos cívicos, programados pelo calendário do regime, contaram com a presença constante de escolares que foram intensamente mobilizados e envolvidos no projeto político de sustentação do Estado Novo (Parada, 2009, p. 11).

A realização do desfile de 1937 estreia, portanto, um novo formato do acontecimento regional, anteriormente destinado à participação militar.

---

[89] Sobre o desfile do Dia da Raça e da Juventude, a última seção desta pesquisa, apresentará a compilação de dados referentes a sua história de criação pelos ideólogos do Estado Novo e a realização do mesmo no espaço regional de 1940 a 1945.

Partindo desta análise, pode-se inferir que a programação relacionada ao desfile, representava uma tarefa adicional às instituições de ensino públicas e privadas. “A escola, sob a ótica do nacionalismo vigente, era a instituição fundamental criada pela “nação” para formar o cidadão, possuindo, portanto, tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos” (Bittencourt, 1990, p. 165).

Em linhas gerais, as solenidades iniciavam-se pela manhã, geralmente entre 6h e 8h, no quartel militar do 13º Regimento de Infantaria e eram destinadas, especificamente, aos militares, que após o rito do hasteamento da bandeira nacional ao som do hino nacional orquestrado pela banda de música da própria instituição e a leitura do Boletim Militar, se dirigiram caminhando até a praça Barão do Rio Branco, para participarem de outros ritos, juntamente com autoridades civis, religiosas, corpo docente e discente das escolas públicas e particulares e público presente. Na referida praça, o comandante da mais alta patente militar e o prefeito, passavam em revista as tropas, participaram do hasteamento da bandeira nacional ao som do hino nacional, orquestrado pela mesma banda militar e cantado pelos escolares e acompanhado pelos demais sujeitos sociais no local. Ao término desta solenidade, as autoridades civis e militares se dirigiram ao palanque na Avenida Vicente Machado para assistir ao desfile cívico-militar seguido pelo público. Esta composição apresentou algumas variações até 1945 relativas às ruas de acesso à avenida e aos horários dos eventos, mas manteve um padrão para o acontecimento: a comissão organizadora, as solenidades na praça seguida do desfile na principal rua do centro urbano com a participação dos militares e dos escolares. Outra variação significativa, foi a ampliação do tempo cívico que já se estruturava na capital da República, com a denominação de Semana da Pátria, para qual a criação do “Altar da Pátria”, do desfile do Dia da Raça e da Juventude e a “Hora da Independência” foram criados para monumentalizar a encenação cívica de 1 a 7 de setembro.

A formação da comissão, as datas, os horários e locais dos eventos, a relação das instituições participantes organizadas em agrupamentos e a presença de autoridades nos desfiles constituíam os elementos centrais das programações cívicas. Essa estrutura evidenciava o desfile cívico-militar como evento principal da Semana da Pátria. Para tanto, o Diário dos Campos antecipava a publicação da programação

dos eventos. O recebimento de convite[90] para participar dos mesmos era sempre publicado junto a notícia. Nos marcos temporais do estado-novismo a imprensa local antecipava nos primeiros dias de setembro a programação das comemorações[91]. Havia a distribuição de croquis para as instituições que integravam a programação, indicando o local de concentração, ruas de acesso à avenida principal onde localizava-se o palanque e na qual o desfile deveria ocorrer. Os agrupamentos também recebiam orientação quanto a rua destinada a dispersão de cada um. O jornal fazia referência aos croquis, afirmando que os mesmos eram distribuídos às instituições participantes, porém não os publicava. A relação dos grupos geralmente nomeados pelo jornal, o trajeto do desfile partindo da praça após as solenidades sob o comando dos militares, projetava ao leitor o esquema da cena cívica no centro urbano planejado pelos militares, o qual era reproduzido na íntegra pelo jornal.

O programa[92] do desfile publicado em 1939 é aqui transcrito porque é similar à composição dos desfiles cívico-militares projetados para os anos seguintes. Sua análise é fundamental para a compreensão dos limites de disciplina e de ordenamento impostos aos agrupamentos.

> II) – Comandos. a) – Os diversos Grupamentos, para desfile, constituirão um Destacamento, composto de Estabelecimentos de Ensino, Escolas de Instrução Militar e tropas do Exército, sob o comando do Maj. Berzelius, sub-comt. do R.I. b) – Os Grupamentos serão comandados: 1º Grupamento – Cap. Francisco P. Assimos – auxiliado pelo Sgt. Ajd. do R.I. 2º Grupamento – 2º tte. Alciminio França – auxiliado pelo Sgt. Arquivista 3º Grupamento – Major Levino Guimarães Leite. IV) – Disposto para o desfile. 1.º e 2.º Grupamentos – Coluna por 6. 3.º Grupamento (13.º R.I.) Grupamento de Fuzileiros – Coluna de Btl. (coluna por 6). Grupamento de Mtrs. e Morteiro – em coluna dupla. 4.º - Ordem de marchar - 1.º Grupamento, 2.º Grupamento e 13.º R.I. – Elementos desta – Escola de Aplicação. Itinerario: R. Sald. Marinho, BalduínoTaques e Av. Vicente Machado. V) MEDIDAS A TOMAR a) -Os cmts. do 1.º e 2.º Grupamentos deverão estar nos devidos logares, ás 9,15 horas, afim de poderem localizar os componentes de seus Grupamentos na conformidade do Croquis distribuído, e medidas consequentes do Desfile. b) - Os elementos componentes deverão achar-se formados nos logares ás 9,15. Será dado pelo Cmt. do Destacamento a toque de “Preparar para o Desfile” e de “Movimento” dos elementos participantes, que deslocarão na

---

[90] A publicação de convites nas edições do jornal era prática frequente. Eram noticiados convites de clubes e associações a seus sócios e associados e convites endereçados ao Diário dos Campos para participar dos eventos cívicos de 7 de Setembro e de outros eventos promovidos por aquelas entidades.

[91] Ao término do mês de agosto de 1937, 1941 e 1943 a programação das comemorações foi anunciada com antecedência pelo Diário dos Campos.

[92] O item I do programa enumerava as seguintes instituições participantes: 1º Grupamento: Escola de Aplicação, Grupo Escolar Julio Teodorico, Grupo Escolar General Osório, Grupo Escolar Senador Corrêa, Escolas Rurais. 2º Grupamento: Ginásio Regente Feijó, Escola de Professores, Liceu dos Campos, Colégio Sant’Ana, Tiro de Guerra 21. 3º Grupamento: 13º Regimento de Infantaria.

> ordem prevista no item V. c) Prescrições sobre a solenidade a) Às 10 horas, será hasteada a Bandeira Nacional, pelos srs. Cmt. da Guarnição e Prefeito da cidade, no mastro do Auditorio da praça Barão do Rio Branco, após o que será cantado pelos elementos paricipantes o Hino Nacional e Hino da Independência. b) – Finda esta solenidade será passada em revista o Destacamento pelas autoridades acima, que em seguida irão para o palanque armado na R. Augusto Ribas, de onde assistirão o desfile. c) – A Banda de Música ficará no interior da praça, frente para o Auditorio. Para o canto dos hinos, estacionará na esquina do Hotel Palermo, frente para a praça. d) – O Cmt. do 2º Grupamento observará o inicio dos Hinos, para regular o canto do seu regimento no seu grupamento, mediante um sinal convencionado pelo mesmo. e) –Ás 11 horas, será iniciado o desfile, em continência ao Cmt. da Guarnição e autoridades presentes. f) – A proporção que os elementos participantes a 50 metros à direita, no desfile prestem continência devida, irão se localisando na calçada do Palanque com o objetivo de assistir o restante do desfile. g) – Para o desfile os elementos do 1º e 2º Grupamentos que possuirem o Pavilhão Nacional, mantendo à testa de sua propria Escola ou Estandarte. h) – Para escoamento dos 1.º e 2.º Grupamentos, logo após terminado o desfile do 13.º R.I., os comandos desses Grupamentos darão ordens particulares aos responsáveis pelas escolas e Estabelecimentos de Ensino, cabendo a cada um dos dirigentes a retirada dos elementos para as suas respectivas sédes. i) – O Cmt. da Guarnição de Ponta Grossa, concita aos presentes à solenidade do Dia da Patria, a cantarem os Hinos Nacional e da Independência (Diário dos Campos, 06 set. 1939, p. 4).

O Programa presente na notícia retrata um roteiro de gestão do acontecimento cívico local. Analisando metaforicamente, aparentava instruções para um jogo de tabuleiro, para serem seguidos passo a passo pelos sujeitos sociais que compareciam ao evento, em especial para os agrupamentos, sob o comando dos militares e seus auxiliares, estivessem em praça pública ou ocupando as ruas como desfilantes. O fio condutor deste roteiro é a disciplina implícita em todas as fases do acontecimento. Do início ao término do desfile o alcance da obediência está projetado em várias "prescrições" do programa. O uso do termo "comando" e suas variações é o mais evidente indicativo do domínio em relação ao tempo e aos corpos, pois o programa antecipa espaços públicos, horários, ordenamento para concentração e movimentação dos grupamentos para o desfile. A "ordem de marchar" após o atendimento ao sinal de preparação e movimento para o desfile exigia atenção aos gestos dos militares. A regulação do canto dos hinos pelo comandante designado para acompanhar o segundo agrupamento e a determinação do gesto de "continência" dos jovens escolares às autoridades presentes, evidenciam a **militarização do desfile**. Expressões como "equipamento completo", "linha de Pelotões", "testa apoiada na altura do pavilhão", "esquerda volver", "posto de destacamento", "coluna de 6", "coluna

de Batalhão" e "Comandante da Guarnição" na composição integral do programa[93], enquanto gênero textual, explícita um discurso autoritário composto por termos do cotidiano militar. As instituições escolares são vistas como integrantes de um "destacamento". Os jovens escolares vistos como "elementos" tem a sua frente de marcha a exposição da bandeira nacional, deveriam marchar como os soldados e cantar o hino nacional durante o evento na praça pública. Estas práticas corporais exaltavam os símbolos nacionais que já estavam presentes como práticas cívicas no currículo escolar.

Sobre as práticas corporais Connerton (1999) desenvolve um significativo estudo no qual aponta as cerimônias comemorativas como exemplos "de uma representação descritiva de acontecimentos passados" (Connerton, 1999, p. 83) nas quais gestos e posturas corporais estão presentes e modulados pelo uso da memória. Ao propor "como a memória se encontra sedimentada, ou acumulada, no corpo" (Connerton, 1999, p. 3) o autor apresenta dois modelos de prática social: a prática de incorporação e a prática de inscrição. A primeira é apontada como mensagens transmitidas por um ou mais emissores que "comunicam através de sua própria actividade corporal corrente, processando-se essa transmissão apenas durante o período em que seus corpos estão presentes para apoiarem essa actividade particular" (Connerton, 1999, p. 84). A segunda, diferente da intenção da transmissão de uma mensagem ou ausência dela, se pauta pelo uso de recursos tecnológicos, os quais são exemplificados por Connerton.

> Os nossos dispositivos actuais para o armazenamento e recuperação de informação – a imprensa, as enciclopédias, os índices, as fotografias, as cassetes áudio, os computadores – exigem que façamos algo que capte e conserve a informação muito depois de o organismo humano ter deixado de informar. [...] A memorização de posturas culturalmente específicas pode ser considerada como um exemplo de práticas de incorporação (Connerton, 1999, p. 84).

Nas cerimônias cívicas, conforme o argumento de Connerton, as práticas de incorporação se efetivam através do comportamento postural.

> A importância das posturas para a memória comunal é evidente. O poder e a posição social exprimem-se normalmente através de certas posturas em relação aos outros. A partir da maneira como as pessoas se agrupam e da disposição dos seus corpos, relativamente aos corpos dos outros, podemos

[93] Observa-se também na estrutura textual do programa, o uso de representações matemáticas (números romanos, números ordinais e cardinais) e ordem alfabética, se assemelhando a composição de documentação oficial como decretos.

> deduzir o grau de autoridade que se considera que cada um *goza*, ou que reivindica para si. [...] Claro que existirão disparidades entre culturas quanto aos significados atribuídos a algumas posturas, mas, em todas as culturas, muita da coreografia da autoridade é exprimida através do corpo.[94]

A alusão a diversidade cultural das práticas de incorporação justificam o estudo de Connerton das cerimônias comemorativas originadas na corte de Luís XIV, da Revolução Francesa e do regime nazista[95] na Alemanha. Como a transmissão e a conservação da memória dos grupos se efetiva compõe o fio condutor dos estudos de Connerton. O historiador inglês reflete sobre o papel do corpo nas práticas corporais e do hábito na preservação da memória social, a qual não se sustenta apenas com aspectos não verbais.

A memória social se manifesta nas cerimônias comemorativas porque têm um caráter performativo e dependente de automatismos corporais. “A performatividade não pode ser pensada sem um conceito de hábito, e este não pode ser pensado sem uma noção de automatismos corporais” (Connerton, 1999, p. 5).

O recorte do programa cívico transcrito acima demonstra que a criação das festividades cívicas implicava práticas corporais que englobam as instituições de ensino. A elas foi destinado o cumprimento de ordens às autoridades governamentais e militares. Há um discurso implícito na composição das programações veiculadas pela imprensa pautado pela obediência e pelos sentidos e valores almejados pelo regime varguista.

> O apelo contendo a submissão incondicional às autoridades e à ordem estabelecida como forma de demonstrar patriotismo foi reforçado nos anos finais da década de 30, na medida em que o Exército brasileiro reforçava-se no poder e participava das questões educacionais (Bittencourt, 1990, p. 173).

O quadro 1 abaixo oportuniza uma visão geral da posição que ocupavam os militares em relação aos demais desfilantes e a composição geral dos agrupamentos, antecipadamente publicados no jornal.

---

[94] Connerton, 1999, p. 85.

[95] Acerca das cerimônias nazistas, o importante documentário chamado Arquitetura da Destruição, de 1989, dirigido e produzido pelo cineasta sueco Peter Cohen, aborda as estratégias de construção e consolidação do poder na Alemanha e nos territórios por ela ocupados. Retrata o uso ideológico da arte e da propaganda pelo regime nazista. Nesta obra cinematográfica, é possível observar cenas de desfiles, entre os quais, o uso de estandartes e as práticas corporais presentes, monumentalizavam o acontecimento político e militar.

QUADRO 1 – Agrupamentos do desfile de 7 de Setembro de 1942

Ordem	Agrupamento
1º grupo	Autoridades civis, militares, eclesiásticas, funcionários públicos, federais e estaduais, advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos, dentistas, Diário dos Campos, rádio Clube Pontagrossense - PRJ2, professores e diretores
2º grupo	Estabelecimentos de ensino, sociedades recreativas, associações de classe, clubes esportivos, entidades culturais
3º grupo	13º Regimento de Infantaria, Tiro de Guerra 21, Corpo de Bombeiros
4º grupo	Ferroviários
5º grupo	Bancários, comerciários, industriais, madeireiros, operários

Fonte: Diário dos Campos, 05 de setembro de 1942, dados compilados pela pesquisadora.

A posição dos militares no 1º grupo em todos os desfiles estudados na trajetória desta pesquisa representa a posição de poder que a instituição militar conferia a si mesma diante dos demais segmentos sociais, incluindo os poderes executivo e judiciário. O hasteamento da bandeira nacional é outro indicativo da presença de um representante militar da mais alta patente em atividade na cidade. De 1937 a 1945, o 13º RI contou com vários comandantes e aquele que ocupava a posição hierárquica superior em cada ano se destacava perante o público no ritual cívico.

Este quadro é representativo para analisar os segmentos sociais que compunham a ordem de desfile. A partir de 1942, a imprensa apresenta os segmentos sociais que participam como desfilantes e não pertencem a instituição militar ou de ensino. A própria imprensa, incluindo a rádio local, participa do ritual, o qual também passa a contar com profissionais liberais, representantes da magistratura e da igreja, associações esportivas, culturais e trabalhistas.

No ano seguinte, como mostra o quadro 2, o número de agrupamentos se amplia e, consequentemente, o volume de desfilantes, pois novas associações participam da movimentação cívica na cidade.

Quadro 2 – Agrupamentos do desfile de 7 de Setembro de 1943

Ordem	Agrupamento
1º grupo	Autoridades civis, militares, eclesiásticas, Diário dos Campos, rádio Clube Pontagrossense – PRJ2
2º grupo	Bandeiras Nacionais (não há citação de entidade)
3º grupo	13º Regimento de Infantaria, Tiro de Guerra 21, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros
4º grupo	Cruz Vermelha, Liga de Defesa Nacional, Legião Brasileira de Assistência
5º grupo	Associações Esportivas, Clubes
6º grupo	Mulher Brasileira, Congregações Marianas, Associações de Classes, funcionários públicos, bancários
7º grupo	Sindicatos, ferroviários, reservistas do Exército e funcionários das fábricas

Fonte: Diário dos Campos, 01 de setembro de 1943, dados compilados pela pesquisadora.

Cabe observar que somente ao primeiro grupo era destinado a ocupação do palanque. Tal estratégia denota que a posição social ocupada pelo agrupamento lhes conferia prioridade na ordem do desfile e a oportunidade de acompanhar os demais grupos em local de destaque se comparado aos demais presentes no evento. Aos trabalhadores de vários segmentos era destinado o último agrupamento.

Dialogando com a História Cultural, Darnton (1986) discorre acerca dos escritos de um burguês anônimo da cidade de Montpellier na França, datados de 1768. Este sujeito social descreve a "cidade como texto" na visão do autor e testemunha a composição dos desfiles e seus personagens. O que era, então, Montpellier em desfile? questiona Darnton, concluindo tratar-se de uma "*Description*, uma típica *procession générale*, em íntima adequação com que hoje seria chamado de superestrutura da cidade" (Darnton, 1986, p. 153).

Inicialmente, desfilavam os membros do Primeiro Estado, o clero, pertencentes a confrarias religiosas, seguidos por uma fileira de meninos e meninas órfãos vestidos com "os ordinários uniformes azuis e cinzentos do *Hôpital Général* (asilo de indigentes)" (Darnton, 1986, p. 153). A presença das crianças representava para a cidade

> uma declaração de compromisso em cuidar de seus pobres e, ao mesmo

> tempo, um apelo à graça divina, porque os pobres eram considerados especialmente próximos de Deus e eficazes para a obtenção de sua misericórdia. Por tal razão, muitas vezes, eles marchavam em funerais, segurando velas e dádivas cerimoniais de tecido (Darnton, 1986, p. 153-154).

Seguindo o grupo, o clero regular com a presença do bispo ocupavam lugar no desfile. Os sujeitos chamados cônsules, "assinalavam o ponto da procissão que se uniam as autoridades religiosas e civis". Desfilando com mantos cerimoniais, os cônsules eram divididos segundo ao grupo corporativo a qual pertenciam e eram escolhidos pelo governador da província. Desse modo, participaram os "cavaleiros", "burgueses que viviam com foros de nobreza" e "advogados ou tabeliães, respectivamente" (Darnton, 1986, p. 155). Escolhidos por um conselho de Montpellier, seguiam aqueles que tinham o ofício de magistrados, comerciantes, cirurgiões, farmacêuticos ou escreventes, ourives, fabricantes de perucas, destiladores, artesãos e outros que realizassem na região um "negócio respeitável" e podiam ser considerados membros do Segundo Estado (burguesia). O estudo singular de Darnton permite notar a existência de subgrupos na composição dos desfiles, nos quais "outras autoridades importantes da cidade continuavam a marcha em fileiras, de acordo com seu escalão e posição" (Darnton, 1986, p. 155). A referência a qualidade e a cor dos tecidos que vestem os corpos dos desfilantes em Montpellier indicavam o escalão e a posição a qual pertenciam. Dados detalhados pelo nobre burguês. Para Darnton, o modelo de representação descrito por ele testemunhava seu esforço em explicar detalhes e "a ordem corporativa da sociedade urbana. Era uma declaração desfraldada nas ruas, através da qual a cidade representava para si mesma – e, algumas vezes, para Deus, porque isso também ocorria quando Montpellier era ameaçada pela seca ou pela fome" (Darnton, 1986, p. 157). Mesmo que não contasse sempre com esta finalidade a difusão de sons, cores, texturas de tecidos e *status* presentes em Montpellier, promovia a sacralização do evento por meio do "segmento mais solene da procissão, a Hóstia, exibida num ostensório montado sobre um esmerado altar processional, sob um dossel" (Darnton, 1986, p. 154) carregado por um grupo de seis cônsules, principais autoridades da cidade. A descrição anônima do burguês francês (identificado por Darnton como membro do Segundo Estado), classifica o Terceiro Estado "como um antiquado *artisanat",* formado por "artesãos" e "pessoas comuns", trabalhadores de vários setores da vida produtiva de Montpellier como mecânicos, lavradores, trabalhadores domésticos. Darnton observa que os sujeitos sociais classificados como pobres e mendigos não integravam seu "esquema

de classificação, porque não tinham qualquer existência corporativa [...] embora pudessem ser vistos em toda parte pelas ruas" (Darnton, 1986, p. 164).

Diferente do objetivo do burguês anônimo francês do século XVIII, o redator do Diário dos Campos tinha por meta publicizar a composição dos grupamentos tornando-a notícia antes e após o desfile de 7 de Setembro. Ao fazê-lo, não resumia ao leitor apenas a sequência dos fatos observados: quando ocorreu, quais foram as autoridades civis, militares e eclesiásticas presentes, quais grupamentos desfilaram, em qual horário ocorreu, quais logradouros públicos foram ocupados e a recepção do público. A imprensa local nas primeiras décadas do século XX, tal como o descritor francês, descrevia a marcha das autoridades locais e a posição que ocupavam na ordem de desfile. A descrição dos acontecimentos tem em comum a coreografia de exibição das autoridades seguidas por aqueles que obedeciam a ordem de marcha. Rito e tradição se mesclam na narrativas desses acontecimentos. O burguês anônimo de Montpellier narra um momento da vida social que observa e o redator do jornal narra o acontecimento cívico com propósito jornalístico.

A reação da população no pós-desfile de 1939 é descrita pelo Diário dos Campos.

> Em nossa cidade, o programa organizado pelo alto comando do 13º R. I. e pela Prefeitura Municipal, constituiu a mais perfeita linha de comemorações assistidas pelo povo pontagrossense, que aliaz, deu o seu mais decidido apoio aos festejos. Isso indica que já se está formando, de maneira benéfica, em nossa cidade, uma verdadeira consciência cívica, entusiastica e compreensiva, de um povo digno que preza e sabe honrar as suas tradições. O povo de nossa terra acompanhou com tal interesse o desenrolar do programa organizado, que esta reportagem seria desnecessaria não fôra nossa intenção, ao fazê-la, de deixar registrado para os anais da historia, os gloriosos festejos desenvolvidos (Diário dos Campos, 09 set.1939, p. 5).

Neste recorte da notícia o redator aponta também o que deveria ser memorável do seu ponto de vista e o investe de importância histórica. Indica um suporte de memória para o acontecimento e para a representação da participação popular.

A contribuição do pensamento de Nora (1993) para a historiografia faz referência aos usos da memória. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (Nora, 1993, p. 7). Para Nora, as diferenças entre memória e história são claras. A primeira se aplica ao absoluto e a segunda ao relativo.

> Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações

> sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado. [...] A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal (Nora, 1993, p. 9).

Onde existirem grupos, ali existirão memórias como reflete Nora (1993).

A representação do redator do jornal refere-se à memória e à história numa perspectiva jornalística. Nas entrelinhas, almeja que o acontecimento não seja esquecido por aqueles que o presenciaram. Representa a própria memória e projeta, segundo sua interpretação, a ideia de importância para a coletividade, por isso, é significativa a menção que o redator faz ao próprio texto ao revelar a intencionalidade de "deixar registrado para os anais da história" a sequência de comemorações cívicas na cidade.

O redator revela o desejo de ter reconhecida a sua ação na posteridade. Não usa o termo arquivo ou documento, contudo, subtende-se essa ideia, ao projetar para o futuro o reconhecimento do fato transcorrido no passado, *prevê* a reconstrução da importância do fato que opera na forma de notícia e, assim, principia um discurso em defesa do seu registro e da sua memória.

Reiteradas vezes, no curso temporal do Estado Novo, as programações cívicas eram representadas por palavras captadas na memória do redator da notícia. O destaque ao acontecimento como histórico se cruza na construção da notícia.

Outra edição pós-desfile é exemplar para analisar o impacto dos eventos cívicos na memória do redator. Ao afirmar "que ao homem de jornal, em certas ocasiões escasseiam, recursos para traduzir fielmente o quadro que deseja pintar para os seus leitores", comunica o acontecimento atribuindo-lhe suas impressões perceptivas e busca adjetivos "para dizer, com absoluta justeza, o que foi o monumental desfile" (Diário dos Campos, 09 set. 1942, p. 1). Ao se auto reportar, o redator conduz ao leitor a ideia de um acontecimento que o impactou emocionalmente, impossibilitando a tradução do mesmo em palavras. Sabe-se que a imprensa repercute a emoção do público nos diversos eventos que possam causar

demonstrações afetivas, mas na representação em questão fica explícita a emoção do jornalista.

Explícitas também eram as expressões de apoio ao interventor do estado, ao chefe da nação e ao Estado Novo, que direta ou indiretamente, eram citados na composição das notícias que tratavam das programações dos eventos cívicos. A notícia intitulada "O inicio oficial das grandes comemorações da Semana da Patria" considerava o Dia da Juventude Brasileira ocorrida na capital da República "mais uma das esplendidas realizações do Estado Novo"[96]. Ao reportar ao leitor, na edição seguinte, toda a programação para a referida semana, a imprensa local destaca as homenagens a Getúlio Vargas e a Manoel Ribas como "um dever de civismo e gratidão" pelos membros do Centro Operário Cívico e Beneficente.

> Nunca o operariado brasileiro teve motivos mais frisantes de confiar no seu futuro como atualmente, pois, até então os governantes encaravam o problema econômico acima da massa popular; não desciam ao lar do pobre, procurando sondar esses abismos de miséria; diziam alguns, que não havia, no Brasil, questão social, opinião interessante porquanto onde vivem três homens sujeitos a interdependencia econômica aí está a questão social com este ou aquele aspecto. O atual Presidente encarou de frente o problema, com absoluta liberdade; iniciou a sua solução com método e sapiência, procurando ouvir técnicos e sobre tudo as partes interessadas, porque S. Excia pretende construir um corpo de legislação social baseada em sólidos alicerces, e com aplausos assaz merecidos, vai conseguindo vitoriosamente o seu desidoratum. No Estado do Paraná, os problemas de vitais interesses, até então relegados a um futuro duvidoso, tem sido postos em equação pelo emérito Interventor Manuel Ribas, e, no sentido geral, no tocante aos interesses do povo, o governo de Manuel Ribas têm sido pródigo em criações de institutos garantidores da saude, da vida e do bem estar dos velhos, das crianças e dos enfermos, e ao mesmo tempo que S. Excia. se dedica às obras de assistencia social, não se esquece de outros expedientes de vital interesse, como instrução, ensinamentos aos lavradores, e tantas outras questões que exigem solução pronta e segura (Diário dos Campos, 06 set. 1940, p. 4).

O discurso jornalístico apresenta um manifesto em defesa das ações de Getúlio Vargas no campo econômico. A questão da pobreza social é abordada como preocupação do presidente e que o mesmo era capaz, após ouvir "técnicos e sobre tudo as partes interessadas", elaborar uma legislação social. Ainda que configure uma apologia ao presidente, o discurso retrata a visão do redator sobre o regime do governo e a desigualdade social. Manifesta-se também acerca da gestão de Manoel Ribas, qualificando-a como promotora de bem estar social. Este recorte da notícia,

[96] Diário dos Campos, 05 set. 1940.

exemplifica o uso das programações da Semana da Pátria como meio de expressão do posicionamento político da imprensa local sobre os referidos homenageados. A mensagem ao leitor é nítida. A atuação do chefe da nação e do interventor do estado frente às questões sociais os tornavam merecedores de tais homenagens. Ao prestar um serviço de comunicação à comunidade sobre a programação da Semana da Pátria, a imprensa local discursava politicamente a favor da imagem das lideranças políticas e o governo como portador e promotor dos interesses coletivos.

Entre toda a sequência das edições do período pesquisado, o ano de 1941 apresentou ao leitor o maior número de notícias. De 30 de agosto de 1941, quando apresentou a notícia "Vai ser condignamente comemorada em Ponta Grossa a Semana da Patria" até 11 de setembro, trinta e cinco notícias foram publicadas. Neste ano, o jornal traz novos elementos como notícia: a banda militar adentra os espaços educacionais para promover o ensaio do hino nacional, hino da Independência e de outras canções[97], o "Altar da Pátria erguido na parte sul da praça Barão do Rio Branco"[98] não viria para embelezar o local, mas para exaltar o patriotismo, o canto orfeônico pela primeira vez ultrapassa as fronteiras da escola e a estréia da "Hora Cívico Militar" pelo meio radiofônico amplificou os discursos cívicos.

A pedido da comissão organizadora dos eventos para "ser evitada confusão"[99] o jornal informava aos leitores que desfilariam pela manhã do dia 7 de Setembro, o 13º RI, Tiro de Guerra 21 e o Corpo de Bombeiros (corporação recém instituída para atender a cidade e a região) e a "tarde as classes sociais e esportivas".

O relato publicado na data da efeméride representa o quão intensa na visão da imprensa os eventos transcorreram na Semana da Pátria daquele ano.

> Durante toda a semana foram realizadas preleções cívicas. Falaram os filhos mais velhos, na expansão do seu ardor patriótico; cantaram os meninos do Paraná, como a própria voz da Pátria, as canções do Brasil. A concentração de ante-ontem na praça Rio Branco, foi qualquer coisa de empolgante. Aquelas 3.000 crianças cantando em apoteose á entidade mística da Pátria, sacudiram o torpor dos indiferentes, e venceram, por certo, a inércia destrutora dos derrotistas e dos apáticos. Já não é só nos quarteis que se cultuam os nossos símbolos, as nossas datas ou os nossos heróis. Partem hoje das escolas, das fabricas e mesmo das associações esportivas e de classe, as iniciativas cívicas e as demonstrações de respeito ao relicário da Pátria, nas suas tradições mais sagradas. E o "Diario dos Campos" como

[97] Cantaram os escolares sob a regência do tenente maestro Paulino Martins Alves o seguinte repertório musical: Para frente, ó Brasil! Cisne Branco e Canto do Pajé, segundo a edição de 05 de setembro de 1941 do Diário dos Campos.

[98] Diário dos Campos, 05 set. 1941.

[99] Diário dos Campos, 06 set. 1941.

> paladino que é das festas e das campanhas de brasilidade, rende o seu tributo á amor data pátria, abrindo a sua primeira pagina da edição de hoje, com a pagina cívica de todos os domingos (Diário dos Campos, 07 set. 1941, p. 1).

A estimativa do total de escolares se aplicaria a estimativa do total do público. O Diário dos Campos, em setembro de 1942, estimava 15 mil pessoas presentes no desfile do Dia da Raça e da Juventude. Considerando que Ponta Grossa contava com 20.171 moradores em 1920, em1940, segundo dados estatísticos[100] 38.417 habitantes compunham a população pontagrossense. Comparando estes dados, o número de moradores é indicativo, entre vários fatores, do processo de desenvolvimento econômico e de crescimento populacional[101] da cidade passadas duas décadas.

As estimativas de público nas comemorações da Semana da Pátria na capital da República e em algumas capitais também eram citadas pelas publicações de notícias originadas da Agência de Notícias sob a chefia do DIP.

Ao afirmar-se como "paladino das festas e das campanhas da brasilidade", o Diário dos Campos se autorrepresenta como porta-voz do civismo e do patriotismo. Nos anos seguintes até *o apagar das luzes* do Estado Novo, a imprensa local manteve sua apologia ao regime varguista e a interventoria de Manoel Ribas, endossou o culto a personalidade de Getúlio Vargas, repercutiu todo o "patriótico programa"[102] para "condignamente comemorar" a Semana da Pátria na primeira página das edições, reproduziu as notícias vindas da Agência de Notícias sob a supervisão de DIP e continuou exaltando as solenidades cívicas como "apoteóticas comemorações jamais vistas" e representa como "a densa massa popular", segundo sua ótica se comportava nos "majestosos festejos".

3.2.1 A programação da festa cívica em tempos de *front* interno

A eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) afeta a produção, a circulação e a recepção da notícia nas esferas internacionais, nacionais e regionais.

---

[100] Dado citado no álbum comemorativo de criação da Rádio Clube Pontagrossense - PRJ2 publicado em 1960 e na pesquisa de Pinto (1980).

[101] Sahr (2001) apresenta um estudo significativo, intitulado Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa, no qual são citados o surgimento dos bairros em seis fases de expansão urbana. Partindo da década de 1910 em diante, Sahr, aponta a expansão urbana residencial, comercial e industrial na cidade com destaque aos bairros Órfãs, Nova Rússia, Uvaranas, Ronda, Oficinas e centro urbano.

[102] Diário dos Campos, 02 set. 1942.

A posição do Diário dos Campos ao leitor é categórica, parcial e objetiva na medida que explicita a defesa pela participação do Brasil no conflito, apresenta um discurso voltado a estigmatização dos países que integravam o Eixo (Itália, Alemanha e Japão) e promove um discurso pautado pelo ideal de patriotismo e civismo dos cidadãos. Estes aspectos afetam a composição das notícias sobre as programações da Semana da Pátria. Naquele contexto de Segunda Guerra Mundial, a defesa da pátria foi considerada um dever inquestionável da comunidade pontagrossense para o redator do Diário dos Campos como se nota nas primeiras notícias relativas a Semana da Pátria de 1942:

> A Patria está em guerra. É nesses dias que lhe são inteiramente consagrados, que o nosso povo deve expandir o seu sentimento patriótico, dando expansão ao seu civismo, vibrando de emoção e reafirmando sua inquebrantável fé nos gloriosos destinos da nacionalidade. Tenhamos a convicção intima de que, nem mesmo uma guerra, por mais cruenta que venha a ser ela, será capaz de paralisar a marcha do Brasil. Por uma feliz concordância a "Semana da Patria" é a "Semana da Juventude". É o problema permanente da nacionalidade. É a preservação do próprio futuro da Patria. [...] Muito embora estejamos hoje preocupados com o curso dos acontecimentos que nos levaram a tomar uma medida extrema evidenciando a saciedade, que o nosso pacifismo não nos impedia de encarar com animo heroico os aspectos tragicos da vida, não abandonemos o vital problema da nossa juventude. Na exaltação sublime da nossa Patria, cujo vigor e altivez foram agora postos á prova no revide à afronta dirigida contra os brios de nação soberana e concia de seu valor, exaltemos também, nesta semana memorável, a juventude brasileira. Exaltemo-la com toda a força de nosso entusiasmo cívico e como disse ontem em sua memorável oração o presidente Getúlio Vargas, preparemo-la para orar e combater até o fim, até a vitória, pelo Brasil, pela Patria Estremecida e Imortal! (Diário dos Campos, 02 set. 1942, p. 1).

Ao enfatizar e exaltar a Semana da Pátria como oportuna para as demonstrações de civismo e patriotismo, a juventude como "problema permanente da nacionalidade" e fazer referência a "memorável oração" do presidente que também era citado nas notícias como "chefe da nação"[103], a imprensa local dá sequência a politização de temas nacionais que afetam a coletividade. Politização esta que sempre esteve subentendida na composição das programações. Os reflexos dos acontecimentos internacionais vinculados ao conflito de guerra ancoram o posicionamento político do jornal que afirmava na referida semana: "Nestes dias de

[103] O discurso de Getúlio Vargas foi reproduzido na íntegra da notícia intitulada "Até a vitoria, pelo Brasil, Pátria extremecida e imortal: o vibrante discurso do presidente Getúlio Vargas dirigido a Juventude Brasileira". Datada de 2 de setembro de 1942, a origem do texto é mais uma reprodução que chegava ao jornal local através da ação do DIP.

festas patrióticas, evidencia-se, á sociedade, que o Brasil está absolutamente unido contra os seus inimigos internos e externos" (Diário dos Campos, 04 set. 1942, p. 1), reforçando o modelo de discurso estigmatizado. Neste cenário, nota-se que a imprensa não estava mantida fora da política, mas sim próxima a ela.

O conflito global amplia o campo do político nos meios de comunicação. Rémond (2003) é assertivo ao indagar: "Certas situações ampliam o campo do político: em tempo de guerra, o que não é político? O moral do país, o abastecimento dos exércitos, a divisão da escassez, são tarefas que cabem ao poder público, pois envolvem a salvação da nação"[104]

Não raras vezes, o discurso jornalístico no período de *front* interno se referia a salvação da nação como tarefa política e comunitária. Como observa Rémond (2003, p. 443), "o campo político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis".

Adiante, o autor reflete acerca do político e das relações de poder.

> Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado. É também o único grupo humano ao qual se reconhece o poder de decidir por todos, a capacidade de impor obediência às leis e o direito de punir infrações. Entretanto, se o político é aquilo que tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, ele não se reduz a isso: ele se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo do político (Rémond, 2003, p. 444).

A centralização do poder, o corporativismo estatal, o arcabouço jurídico fundamentado na Constituição de 1937, o exercício dos aparatos de punição do Estado e a imposição de regras ao convívio social são alguns elementos que caracterizam as relações de poder instituídas pela ação política do Estado Novo.

A decretação[105] do estado de guerra em todo país é emblemático. Ele é noticiado aos ponta-grossenses e repercute no discurso jornalístico os tensionamentos do conflito bélico: "O Brasil está em pleno estado de guerra e exige de todos os seus filhos a maior soma de sacrifício. [...] Saiamos para a rua a marchar

---

[104] Rémond, 2003, p. 443.

[105] Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942, suspendia no Capítulo Dos Direitos e Garantias Individuais, da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, os termos dos números 2, 6, 8, 9, 10, 11, 14, 15 do Art. 122. Somaram-se no decreto a suspensão dos artigos 136 (final da alínea), 137, 138, 156 (letras c e h) e 175. Estes artigos foram citados na notícia de autoria da Agência Nacional - RJ, reproduzida pelo Diário dos Campos em 1º de setembro de 1942.

e deixemos que os nossos olhos falem bem alto do nosso patriotismo" (Diário dos Campos, 06 set. 1942, p. 1). O apelo emocional do redator é reforçado na notícia pela citação da data de instauração do Estado Novo e a menção aos "poderes públicos, impulsionados pela mão firme do preclaro presidente Getúlio Vargas" os quais a partir da data rememorada "começaram a se preocupar seriamente com o lado espiritual da nação" (Diário dos Campos, 06 set. 1942, p. 1). Nas entrelinhas desta e de outras notícias com discurso semelhante a ideia que o país contava com um guia, com um guardião, com "uma mão forte" e liderança capaz de impulsionar "poderes públicos", incluindo o próprio Getúlio Vargas na condução espiritual da nação. Note-se que o poder militar é parte integrante do poder público.

No cenário regional a ação militar se assemelhava ao uso da metáfora em outra perspectiva. Nos tempos de *front* interno o Comando da 5ª Região Militar surge e atua junto ao 13º RI na composição das festividades cívicas na qualidade de *guia cívico da cidade*, de mentor estratégico do início ao fim na programação dos ritos da Semana da Pátria.

O decreto presidencial não seria o único ordenamento a ser imposto à coletividade. No caso de Ponta Grossa, um ordenamento em menor escala, porém não irrelevante, demonstra que o novo aparato militar na região representava uma "ordem superior" da qual emanava "pormenorizadas instruções" para o acontecimento.

> Em virtude de ordem superior, emanada do Comando da 5ª Região Militar, foi parcialmente, alterado o programa que havia sido estabelecido para as festividades patrióticas do dia 7 de Setembro, notadamente no horário. Para conhecimento de todos, publicamos, a seguir, o novo programa, bem como as pormenorizadas instruções **que devem ser obedecidas pelos participantes**, afim de ser observada a melhor ordem no grandioso desfile, que promete se constituir em um soberbo espetáculo, sem precedentes na história das comemorações cívicas aqui levadas a efeito (Diário dos Campos, 05 set. 1942, p. 4, grifo próprio).

Este recorte da notícia é significativo para analisar as relações de poder a que estavam sujeitas as instituições militares, pois o 13º RI deixa de figurar como ordenador direto das cerimônias comemorativas em conjunto com a Prefeitura Municipal. O Comando da 5ª Região Militar, estabeleceu uma alteração na suspensão do tempo, a qual deveria ser obedecida por todos os sujeitos sociais que comparecessem ao desfile de 7 de setembro.

A constituição da programação deste desfile e dos demais que se seguiram até 1945 apresenta ao leitor novos elementos que não estavam presentes na organização desde 1937.

O cruzar do político e do religioso estão presentes na criação de uma nova solenidade denominada “Hora da Independência” que passa a integrar a Semana da Pátria. Este novo rito no cenário regional, assim como no nacional, caracterizava um modelo de ação simbólica através da qual articulam-se discurso e prática, real e imaginário (Parada, 2009, p. 11). No transcurso deste ritual a presença de salva de tiros, repicar de sinos das igrejas, revoadas de pombos e até apitos de fábricas planejados para ocorrerem em um horário conjunto e definido formaram um cenário cênico ambientado ao som de instrumentos de alcance sonoro considerável.

A “Hora da Independência” integrava um conjunto de cerimônias cívicas a cargo do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério da Justiça e da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

> Realizada desde 1936, após o desfile militar, a *Hora da Independência* foi concebida para ser o encerramento da *Semana da Pátria.* A comemoração consistia numa exibição musical de canto orfeônico em que as músicas executadas eram frequentemente hinos de exaltação á nacionalidade. Estes corais reuniam milhares de estudantes e tiveram a figura de Villa-Lobos seu principal organizador. Inicialmente, a *Hora da Independência* está integrada à parada de 7 de Setembro, ocorrendo no mesmo local, e a partir de 1940 a cerimônia passa a ser realizada no Estádio de São Januário do Clube de Regatas Vasco da Gama – naquele momento o maior estádio da capital federal (Parada, 2009, p.23).

Considerando o espaço regional, a cerimônia é realizada na praça Barão do Rio Branco, naquele contexto a maior praça da cidade e conta com a presença do maestro e tenente Paulino Martins Alves como regente do coro de vozes dos escolares, tarefa que havia sido atribuída a ele desde o ano de 1941.

Capelato (2009), ao realizar um estudo comparativo no livro Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo, discorre sobre a imposição ideológica de regimes políticos capazes de produzir estruturas sócio afetivas, impulsionando emoções através do uso dos meios de comunicação. “Os sentimentos, fenômenos de longa duração, são manipulados de forma intensa pelas técnicas de propaganda com o objetivo de produzir forte emoção” (Capelato, 2009, p. 75). A finalidade do uso de técnicas de propaganda com apelo afetivo visavam a legitimação do Estado Novo.

No contexto de guerra internacional o DIP projeta a imagem de Getúlio Vargas sob uma nova frente na Semana da Pátria de 1942. Devido a um acidente de trânsito envolvendo a figura política em 1º de Maio ao se dirigir até o Estádio São Januário para participar das solenidades relativas ao Dia do Trabalho, uma missa campal, seria realizada em ação de graças pelo restabelecimento do político na capital federal. Ponta Grossa participa da mobilização cristã no primeiro dia do mês de setembro. Noticiava a imprensa que uma missa campal na praça Barão do Rio Branco seria

> mandada rezar pela Municipalidade, em ação de graças pelo completo restabelecimento do Presidente da Republica, solenidade esta que assumirá carater nacional, no mesmo dia e hora, sendo oficiadas em todo o Brasil, Missas votivas, como testemunho de gratidão de todos os brasileiros ao Supremo Deus, pela saúde e felicidade do Chefe da Nação (Diário dos Campos, 30 ago. 1942, p. 1).

Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político (Rémond, 2003). As relações entre o político e o eclesial se cruzam com intencionalidade. Retomando a contribuição de Rémond (2003) as instituições moldam a sociedade e podem influenciar o curso dos acontecimentos (Rémond, 2003, p. 448). As instituições têm importância "na decisão política e na existência coletiva: há instituições melhores e outras menos eficazes"[106], pondera Rémond.

O curso dos desfiles cívico-militares a partir de 1942, em Ponta Grossa, até o ano de 1945, ampliou significativamente o número de instituições participantes. Observação semelhante fez Ryan (2001) ao apontar o aumento de desfilantes após a Guerra da Secessão. Tal fato pode ser um indício do potencial mobilizador de cada instituição. Contudo, a expansão econômica e populacional da cidade, o surgimento de novas instituições na área pública e privada, a criação de novas agremiações estudantis e esportivas e outras de viés cultural e de apoio à mobilização nacional no *front* interno, contribuem com o entendimento acerca da expansão do número de grupamentos presentes no período, junto aos militares e escolares. O papel dos meios de comunicação não podem ser menosprezados na difusão de avisos, convites e convocações para a festa cívica na época.

[106] Rémond, 2003, p. 448.

Cerca de sessenta e uma instituições[107] desfilam em 1943. Este montante de instituições, conforme a imprensa local, deveriam comparecer na sede da prefeitura municipal para participar de reunião com a comissão responsável "para tomar conhecimento e assentar detalhes quanto as solenidades da "Semana da Pátria" afim de dar o máximo brilho aquela festividade" (Diário dos Campos, 31 ago. 1943).

> Todas as corporações, associações religiosas, recreativas, esportivas; reservistas; estabelecimentos industriais; associações de classe; entidades patrióticas; estabelecimentos de ensino, toda a cidade, enfim, marchará no grande dia para entoar o hino da glória à Pátria engrandecida e independente. Certo, ninguém faltará. Ninguém! Ninguém deixará de demonstrar, nessa curta, mas significativa jornada, que estará sempre disposto a marchar pelo Brasil, que tem sempre o coração, ungido de fé e de esperança, inflamado de amor perante o Altar da Pátria! (Diário dos Campos, 02 set. 1943, p. 1).

"Ponta Grossa vai marchar pelo Brasil! Serão grandiosas e brilhantíssimas as comemorações da Semana da Pátria, este ano, na Capital Cívica do Paraná"[108] resumia as áreas de atuação das instituições e chamava o público a comparecer aos eventos. No imaginário do redator o comparecimento de cada cidadão era um dever, uma manifestação em prol do país naquele período de conflito mundial. Inúmeros discursos e representações de viés político, ufanista, de exaltação cívica e patriótica são mais enfáticos e visavam afetar a opinião pública. Note-se que a titulação da notícia contém uma expressão do universo militar. Em tempos de *front* interno, o espaço regional deveria "marchar pelo Brasil". Neste cenário o destaque a atuação militar, fosse do 5º Comando da região Militar, fosse do 13º RI, ultrapassa a programação das festas cívicas e atingia outros segmentos sociais.

---

[107] São citadas as seguintes instituições na edição de 31 de agosto de 1943: Legião Brasileira de Assistência, Liga de Defesa Nacional, Cruz Vermelha, Colégio Regente Feijó, Escola de Professores, Colégio Sant'Ana, Academia Pontagrossense de Comércio, Escola Profissional Tibúrcio Cavalcanti, Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas, Colégio São José, Colégio Sagrada Família, Lira dos Campos, Grupo Escolar (GE) Julio Teodorico, GE General Osório, GE Professor Colares, GE Amalio Pinheiro, GE Senador Correia, Rotary Club, Clube Pontagrossense, Clube Guaíra, Club Thalia, União Síria Pontagrossense, Clube Concordia, Club Democrata, Clube Princesa dos Campos, Associação Atlética Homens do Trabalho, Mulher Brasileira, Clube 13 de Maio, Jóquei Club Pontagrossense, Operário Ferroviário Esporte Clube, Guarani Esporte Clube, União Campo Alegre, Brasil Futebol Clube, Associação Esportiva 26 de Outubro, Atlético Independente Futebol Clube, Centro Cívico Greenhalgh, Congregações Marianas, Sociedade Médica Dr. Eurico Branco, Liga dos Advogados de Ponta Grossa, Sociedade dos Farmacêuticos, Sociedade dos Dentistas, Centro operário Cívico Beneficente, Sindicato dos Contadores, Sindicato dos Empregados do Comércio, Sindicato dos Industriários, Sindicato dos Madeireiros, Sindicato dos Madeireiros, Associação das Damas de Caridade, Centro Espírita, Banco do Brasil, Banco Comercial do Paraná, Banco Nacional do Comércio, Centro Comércio e Indústria, Caixa Econômica Federal, Funcionários Públicos Federais, Estaduais e Municipais, Ferroviários, Professores, Polícia Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Tiro de Guerra 21.

[108] Diário dos Campos, 02 set. 1943.

3.2.2 A (in)visibilidade das mulheres nas comemorações cívicas

A notícia da "distribuição de distintivos com as cores nacionaes por senhoritas de nossa sociedade"[109], idealizada pelo comandante do 13º RI com a finalidade de arrecadação de valores para uma instituição de atendimento a idosos[110], é um indicativo do papel projetado para um grupo de jovens na festividade do 7 de Setembro em 1937. Informava o jornal que seria "conferido valioso prêmio" a "senhorita" que distribuísse o maior número de emblemas, conferindo de forma implícita a ideia de disputa no grupo feminino. Registros fotográficos do período permitem observar a visibilidade das mulheres em eventos cívicos como na sequência de duas cenas, descritas a seguir.

Fotografia 6 – Grupo de professoras na praça Barão do Rio Branco, setembro de 1941



Fonte: Casa da Memória Paraná

[109] A edição de 05 de setembro de 1937, da imprensa local ao noticiar "As comemorações do DIA DA PATRIA", cita o nome das moças que formaram a comissão para a comercialização dos emblemas durante festividade cívica: Lyra Veiga, Jonia Ribas, Mafalda de Sotte, Maria José Grein Taques e Nely Humphreys.

[110] Conforme a edição do jornal: "A venda de distinctivos com as cores nacionaes para fins de caridade, informa que o valor de "1.079$000 foi entregue ao Asylo São Vicente de Paulo" (Diário dos Campos, 05 set. 1942, p. 1).

A fotografia retrata um grupo de professoras em um dos momentos que antecedem o desfile cívico-militar de 7 de Setembro na praça Barão do Rio Branco. Não se encontram dispersas no espaço, mas sim enfileiradas, em coluna. Formam um dos agrupamentos que participaram das solenidades da praça e que após o comando do militar responsável, seguiam em direção a avenida Vicente Machado para o desfile. Trajavam saias com comprimento até os joelhos e blusas nas quais à esquerda há um adereço formado por fitas. Usam calçado de salto. Como também observa Connerton acerca das cerimônias comemorativas, "o vestuário tinha a função de dizer algo sobre a condição da pessoa que o usava e, o que é igualmente importante, de tornar essa informação habitual[111]. Algumas observam a ação do fotógrafo e sorriem e outras olham em sentido distintos. Os cabelos penteados[112] para trás com coques e meio presos, característicos do contexto temporal, revela a atenção dessas mulheres quanto a aparência pessoal no evento público. Ao fundo, outros grupos de sujeitos sociais ocupam as laterais da praça. O prédio, também ao fundo, destinava-se ao ensino particular, incluindo a formação de docentes, pertencente a uma instituição católica administrada pelas Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo que em 1905 fundaram o Colégio Sant'Ana[113]. A posição das sombras de seus corpos, em relação a posição do sol, indica que a cena foi capturada no período da manhã. Este grupo de mulheres forma um grupamento organizado, disciplinado e uniformizado com trajes e adereços, e, assim, o fizeram de forma a se distinguir diante do público. Na condição de professoras, as mulheres desfilavam em grupo como descrito, e também acompanhavam lateralmente, grupos de alunos das respectivas instituições de ensino nas quais trabalhavam ou ocupavam a posição de porta-bandeiras, como é possível observar na imagem a seguir.

---

[111] Connerton, 1999, p. 13.

[112] Na década de 1940, os penteados femininos acompanhavam a tendência global influenciados pelo *glamour* do cinema de Hollywood. Geralmente, os cabelos eram cacheados, semi presos e apresentavam ondulação feitos com acessórios como grampos e rolos para cabelos. O estilo de pentear remetia ao dia a dia no trabalho. A praticidade e a criatividade eram a opção corrente. A "escultura" dos cabelos revela a influência da cultura nos penteados femininos.

[113] Um breve histórico acerca da chegada das missionárias e a criação da instituição de ensino pode ser encontrada no meio digital.

Fotografia 7 – Desfile na avenida Vicente Machado, setembro de 1941



Fonte: Casa da Memória Paraná

A cena imagética apresenta elementos centrais para discutir a posição feminina e a estruturação do desfile sob o regime varguista. A imagem capta o cruzamento entre a avenida Vicente Machado e a rua Augusto Ribas, vias que ganharam evidência na cobertura do Diário dos Campos. A importância da avenida transcendia sua dimensão física e capacidade de comportar o público, pois abrigava a prefeitura e configurava-se como polo econômico no centro urbano. Como se observa na imagem, o palanque era erguido de forma estratégica na confluência dessas vias, permitindo que as autoridades tivessem uma visão privilegiada da marcha dos desfilantes ao longo do percurso. Destacadas e com visão privilegiada em relação ao público que ocupava o calçamento lateral e era contido por cordões de isolamento, as autoridades representavam o poder político, militar, econômico, jurídico e eclesiástico da região.À direita é possível notar a existência de uma árvore, pois a avenida era composta de um canteiro central o qual seria removido nas décadas seguintes, consolidando um processo de modernização e alargamento da via para o trânsito de pessoas e veículos. A presença das bandeiras nacionais ao centro, sendo levadas pelos profissionais do ensino com idêntica cadência de passo (perna esquerda à frente), representa o principal elemento que distingue os desfiles cívico-militares criados no Estado Novo comparado a outros marcos temporais. A única bandeira presente nos

desfiles regionais era a bandeira nacional. Vale relembrar aqui, o sentido e o significado da queima das bandeiras em praça pública na capital da República em novembro de 1937. O uso da bandeira nacional nos desfiles alusivos ao 7 de Setembro representava a expressão do sentimento cívico e patriótico, do ideal de lealdade ao nacionalismo e de apoio das populações urbanas ao regime de Vargas. Sua utilização propagandeava e fortalecia a centralização do poder do regime varguista. Sem os símbolos estaduais, a bandeira nacional representa a identidade coletiva e unificada da nação. A presença de um homem à frente do palanque, possivelmente um *chofer*[114], realizando um gesto de continência, expressa respeito ao símbolo nacional e o sentimento de civismo e patriotismo. Tal gesto vincula o "desfile - local da norma pública, dos indivíduos anônimos prestando reverência ao significado abstrato da nação – teve momentos de intensa informalidade" (Parada, 2009, p. 77). A presença das mulheres como porta bandeiras, na posição de profissionais das instituições de ensino, como exemplificado pela fotografia 7, dava-lhes visibilidade como servidoras da pátria e uma tarefa complementar no seu cotidiano de trabalho ao caminharem na avenida levando o símbolo nacional preso a um mastro com suporte de um talabarte compondo a apresentação individual.

Nahes (2007), partindo da Revista Fon-Fon: uma revista para o lar[115] desenvolveu um estudo acerca da construção da imagem da mulher no Estado Novo. A autora aponta a interrupção das lutas femininas no Brasil que estavam em curso na década de 1920 e, afirma que "as reivindicações da mulher operária, do sufrágio feminino vão, no Brasil, experimentar uma pausa ou até mesmo um retrocesso" (Nahes, 2007, p. 27) no estado-novismo. Os discursos e representações, repercutidos através de inúmeras instâncias, entre as quais a imprensa, a radiodifusão, a cinematografia e a publicidade, enfatizavam o ideal de uma mulher fadada ao trabalho doméstico e ao exercício da maternidade. Visão também incentivada pelos ideólogos do regime.

---

[114] A origem da palavra é francesa *chauffeur* e significa "quem aquece". Historicamente, foi vinculada ao operador de máquinas a vapor, responsável pelo aquecimento do meio de transporte e, posteriormente, aos condutores de automóveis. O uso aportuguesado desta palavra tornou-se sinônimo de motorista.

[115] Revista que circulou de 1907 a 1958. Principal fonte de pesquisa de Nahes (2007). A autora analisa os estereótipos formulados pelo regime e repercutidos pela imprensa.

Gustavo Capanema (1900-1985) encampou através do uso do discurso o projeto de idealização da mulher para o Estado Novo no início da sua gestão como ministro da Educação e Saúde Pública em dezembro de 1937.

> Os poderes públicos devem ter em mira que a educação, tendo por finalidade preparar o indivíduo para a vida moral política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. Cumpre reconhecer que no mundo moderno um e outro são chamados à mesma quantidade de esforço pela obra comum, pois a mulher mostrou-se capaz de tarefas as mais difíceis e penosas outrora retiradas de sua participação. A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa organização social e por isto colocada sob a proteção especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por sua mão que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhes ministra prepará-la conscientemente para esta grave missão (Capanema, 1937 *apud* Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 123).

A distinção de perfil e de tarefas entre homens e mulheres é nítida no discurso oficial de Capanema. Ele é um dos ideólogos do regime, com *fala autorizada*, que projetava a participação política e econômica para os homens, embasada no aprendizado militar e a sua inserção no mercado de trabalho capitalista para ser o provedor das necessidades materiais da família, ao contrário da mulher, destinada na visão autoritária e conservadora do ministro, ao aprendizado das tarefas domésticas e ao exercício da maternidade que é indiretamente citado, pois ressalta “é a mulher que funda e conserva a família”, atribuindo-lhe a impossibilidade do direito de desfazer a união conjugal. Chama atenção a menção de cunho religioso pensada por Capanema, no qual os desígnios de Deus traçaram os destinos de homens e mulheres. Ao afirmar que competia ao Estado preparar as mulheres para a missão familiar, Capanema reforça a ideologia que integraria a reforma educacional, criada na sua gestão, que impactaria o sistema educacional por décadas. A formação de mulheres para o exercício do magistério integrava a política educacional liderada pelo ministro.

Ser chamada “normalista” e atuar como professora das séries iniciais era uma conquista socialmente aceita porque correspondia a “visão da mulher educadora ‘de crianças’; na época, as carreiras de professor de segundo e terceiros graus eram, predominantemente, exercidas por homens” (Nahes, 2007, p. 28).

Outro dado referente a mulher brasileira é captado através da pesquisa de Dresch (2023) ao analisar o Censo Demográfico Brasileiro de 1940. Do total de

41.236.315 habitantes, 9.650 mulheres tinham nível superior, pois "as mulheres com ensino superior representavam 0,023% dos habitantes. A maioria das mulheres tinha filhos, em média seis para cada mãe. Do total de filhos tidos pelas mulheres, em torno de 7,5% nasciam mortos" (Dresch, 2023, p. 148).

O Diário dos Campos, ao noticiar o pós-desfile de 7 de Setembro, destacava na notícia "O Coração Pontagrossense vibrou no culto imperecível a maior data nacional", a participação de um grupo de jovens em formação para o exercício do magistério. Na visão da imprensa as jovens constituíam "a nota de destaque a graça e o garbo das normalistas conterraneas em singelo mas expressivo uniforme branco, conduzindo flores, com o mesmo carinho com que por certo conduzirão futuramente a mocidade estudantil princesina" (Diário dos Campos, 10 set. 1940, p. 1). A mesma reportagem citava uma sessão cívica na qual no espaço do palco do Cine Renascença, "distintas professoras ostentavam, cada uma, uma bandeira nacional e ali tomaram lugar os oficiais do Regimento". As professoras figuram atrás da mesa dos convidados para os discursos do evento. Seus nomes não são citados pelo jornal, mas os dos representantes do poder executivo, jurídico e militar são nomeados[116] na notícia. Já a relação das profissionais que ocupavam o cargo de diretoras[117] das instituições de ensino públicas e particulares era elencada no corpo da notícia referente ao evento desfile.

As manifestações cívicas de 7 de Setembro não estampavam apenas a cooptação de massas (Nahes, 2007) e a ideologia de uma nação imaginada (acrescenta-se o imaginário de uma mulher idealizada), pois o comportamento e o gestos femininos contavam com o *olhar* e o aplauso do público que demonstravam através destes gestos o apreço pela sua presença. O breve relato jornalístico se insere nesta visão.

---

[116] A edição de 10 de setembro de 1940, nomeava a presença o comandante do 13 RI, Coronel Antonio José Belagamba, do representante do prefeito municipal, Fidelis Alves, do representante do magistério público, Manuel A. da Cunha, do major Berzelius Figueira e o advogado Mario Lima Santos.

[117] A edição de 10 de setembro de 1940, publica a ordem de apresentação dos estabelecimentos de ensino e o nome dos seus respectivos diretores e diretoras: Escola de Aplicação - Ernestina Franco da Silveira, Grupo Escolar Julio Teodorico – Otoniel Santos, Grupo Escolar Professor Collares – Julia Carneiro Rosas, Grupo Escolar General Osório – Placido Cardon, Grupo Escolar Senador Corrêa – Alda Rebonato, Escola de Trabalhadores Rurais – Antonio Junqueira e Ruth Junqueira, Liceu dos Campos – Judith da Silveira, Colegio Santana – Irmã Zelata, Colegio São Luiz – Padre Napoleão.

A fotografia seguinte apresenta outro momento de participação feminina carregando bandeiras nacionais.

Fotografia 8 – Grupo de alunas do Ginásio Regente Feijó, década de 1940



Fonte: Centro de Memória Colégio Regente Feijó

A presença das jovens carregando as bandeiras nacionais foi captada lateralmente pelo fotógrafo. Formando três colunas, estão enfileiradas, uniformizadas com blusas e saias. Uma delas usa calçados brancos e, devido à posição escolhida pelo fotógrafo, não é possível concluir se as demais também faziam uso do mesmo modelo e cor de calçado. Os mastros com a bandeira nacional que cada uma carrega é sustentado por um talabarte que compõe a apresentação individual. Todas as bandeiras tremulam em único sentido à direita. A cena também é exemplar para observar o gerenciamento do público que participa do acontecimento e assiste a passagem das estudantes. O acontecimento cívico torna-se o elo de integração regional com a política varguista com a participação das jovens.

A montagem do "Altar da Pátria", na praça Barão do Rio Branco em 1941, "foi ornamentado impecavelmente pelas alunas e professoras da Escola de Professores" (Diário dos Campos, 05 set. 1941, p. 1) representa outra tarefa atribuída às mulheres

na Semana da Pátria. Outra reportagem[118] do ano seguinte, informava que o arriamento da bandeira nacional no mesmo local, ocorreria ao som do hino nacional cantado pela Escola de Professores e, a seguir o Programa Cívico Militar, transmitido pela rádio PRJ2, contaria com a presença de uma professora convidada para palestrar sobre a Juventude Brasileira.

Cabe pontuar que as mulheres não são citadas como membros das comissões pela imprensa, ainda que algumas entidades integradas ao planejamento da Semana da Pátria, citadas a partir de 1942, contassem com a participação feminina. Uma parte representativa de mulheres que compareciam aos eventos eram formada pelas mães das crianças e jovens escolares que desfilavam e, ao contrário da maioria das mulheres que compareciam na posição de público contido por cordões de isolamento na avenida principal, um grupo, qualificado como "distintissimas damas"[119] e "dignissimas esposas, outras distintas damas de nossa sociedade" (Diário dos Campos, 09 set. 1941, p. 1), ocupava espaço no auditório da Concha Acústica e no palanque das "autoridades". Logo, a mulher pertencente à elite ponta-grossense tinha visibilidade diante do público.

A participação das mulheres na Semana da Pátria não pode ser considerada totalmente espontânea. Em 1943, quando os discursos sobre o contexto da 2ª Guerra Mundial ganham projeção e o papel da mulher é ressignificado, novas entidades como a Cruz Vermelha são mobilizadas para atuar no *front* interno. A Cruz Vermelha atuava em âmbito regional e a sua representatividade era notada através dos desfiles cívico-militares como divulgado na edição do jornal:

> Pede-nos o Dr. José de Azevedo Macedo, ilustre presidente da Cruz Vermelha Brasileira, avisemos as legionárias que deverão estar elas formadas, dia 7, às 3 horas da tarde, defronte a Farmácia do Gusman. O comparecimento, esclarece o presidente da Cruz Vermelha, é obrigatório (Diário dos Campos, 02 set. 1943, p. 1).

O emprego de multa era previsto às legionárias que não comparecessem ao desfile e tal regra cerceava-lhes o livre arbítrio na medida que impõe a elas o pagamento de valores pela ausência. A representatividade da entidade e a obediência são prioridades implícitas na notícia.

---

[118] Diário dos Campos, 05 set. 1942.

[119] Diário dos Campos, 09 set. 1941.

Chaves (2001) ao discorrer sobre as práticas cotidianas, de lazer e de sociabilidade em Ponta Grossa faz referência às mulheres, afirmando que a elas "a cidade reservava o espaço doméstico, a escola, os cinemas, o *footing*[120] na Rua XV, o passeio pelas praças municipais" (Chaves, 2001, p. 69). Contudo, a idealização do perfil feminino e a exposição à vida social ofuscaram a força das normas e regras sociais vigentes na época, construídas historicamente e impostas às mulheres. A ocorrência do caso Lopes[121] na década de 1930 na cidade, transcrito na tipologia jurídica como crime passional, constitui um entre muitos casos que imputam a mulher a culpabilização pelos atos do cônjuge.

> Os princípios individuais e coletivos da noção de honra perpassavam as relações sociais, suas práticas e discursos. A ideia de eliminação física da mulher adúltera como forma de recuperação simbólica da honra masculina foi aceita consensualmente aceita pelas redes sociais locais (Cançado, 2001, p. 202).

Idealizada como guardiã da família[122], no papel de prestadora de serviço doméstico, esposa, mãe responsável pela educação dos filhos na lógica dos princípios morais, cristãos e dos bons costumes, à mulher competia atuar na esfera privada, participar de ações filantrópicas e atuar em profissões adequadas ao seu perfil na área do magistério, da enfermagem e assistência social, enquanto ao homem, atuar no mercado de trabalho, na esfera pública, ambos em benefício do nacionalismo, seguindo o modelo patriarcal, conservador e autoritário do regime.

---

[120] A Rua XV era um espaço de lazer público e espontâneo, onde os jovens reuniam-se aos domingos para passear. O footing ocorria pela manhã, após a missa, entre as ruas Augusto Ribas e a Sete de Setembro, aconteciam as paqueras e os flertes entre moças e rapazes (Oroski, 1998, p. 45 *apud* Chaves, 2001, p. 71).

[121] Cançado (2001) apresenta o homicídio de Maria Lopes no capítulo intitulado Paixão e honra: criminalidade passional em Ponta Grossa na década de 1930. Ocorrido em abril de 1934, o crime foi noticiado pelo Diário dos Campos. Abordada pelo marido na companhia de outro homem, Maria foi alvejada a tiros e faleceu no hospital após ser "entrevistada" pela imprensa local. No seu relato está implícito a culpa, a vergonha e a defesa do ato do marido. O mesmo foi julgado e considerado inocente com base no entendimento jurídico da época. Atualmente o caso seria considerado feminicídio e enquadrado na Lei n. 11.340/2006, sancionada pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Contendo sete títulos e quarenta e seis artigos, a Lei conhecida como Maria da Penha cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com o Art. 226 da Constituição Federal.

[122] A Constituição de 1937, no capítulo Da Família, Art. 124, explicitava: A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos. Finalizava o capítulo, observando que: aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para subsistência e educação da sua prole. Este recorte da referida constituição, evidencia a ciência dos ideólogos do regime quanto a existência de famílias miseráveis no país, impossibilita a ação de divórcio, prevê a compensação às famílias numerosas sem discriminar como se efetivaria tal aporte.

3.2.3 A participação da rádio PRJ2 nos eventos da Semana da Pátria

A participação feminina na programação da rádio local ocorre na Semana da Pátria de 1941 quando o Diário dos Campos noticia a continuidade das "conferências radiofonicas, ocupando o microfone da emissora local a exma. Sra. Dª Isa Lara de Oliveira que proferiu atraente palestra sobre a personalidade da Imperatriz Leopoldina" (Diário dos Campos, 04 set. 1941, p. 1). Na sequência da notícia, o redator anunciava nova conferência "a cargo da inteligência brilhante do Dr. Joaquim Brito de Lacerda, DD. Promotor Público da Comarca. O assunto a ser abordado pelo erudito magistrado refere-se ao grande vulto da nossa história – Tiradentes"[123].

A presença feminina considerada "atraente" destoa da menção feita à presença masculina adjetivada como "inteligencia brilhante". Logo, os sujeitos sociais citados na notícia correspondem à idealização de uma representação de gênero. A edição seguinte[124], indica que o redator era ouvinte da rádio local, pois remete ao leitor a ideia de uma palestra "belissima" através da qual o jurista teria demonstrado "as suas excelentes qualidades de conferencista". As figuras históricas "Imperatriz Leopoldina" e "Tiradentes" alvo das "conferências" por meio das ondas do rádio local demonstra que a propagação de discursos e representações que exaltavam a seleção de figuras consideradas históricas objetivava educar a população, promovendo o nacionalismo, o civismo e o patriotismo fundamentais para a ideologia estado-novista.

> Diante do estímulo ao conhecimento dos diferentes aspectos formadores da identidade nacional, a história ganhou lugar de destaque, uma vez que, por meio dela, a população poderia conhecer seu passado e os valores presentes nos grandes vultos nacionais. Sendo assim, o ensino de história, tanto escolar (currículos, livros didáticos e leis), quanto não formal (rádio, cinema, teatro e literatura), foi mobilizado para atingir um público amplo, formado por jovens e adultos, em seus locais de moradia, de trabalho e de lazer (Fraga; Lago, 2021, p. 302).

Este ideário também é repercutido em âmbito local por meio da criação da "Hora Cívico-Militar", a qual era transmitida pela rádio, semanalmente, às sextas-feiras:

> Às 18,15 horas, terá inicio pelo microfone da emissora local o costumeiro programa civico-militar das 6ªs-feiras, que, desta vez se revistirá de magna importancia dada a significação da data. No mesmo colaborarão expressivas

[123] Diário dos Campos, 04 set. 1941.
[124] Diário dos Campos, 05 set. 1941.

> figuras dos nossos meios civis e militares (Diário dos Campos, 05 set. 1941, p. 1).

A rádio Clube Pontagrossense, mais conhecida na época pelo seu prefixo PRJ2[125], tem participação efetiva na Semana da Pátria pontagrossense porque era a única rádio local em atividade nos primeiros anos da década de 1940 nos Campos Gerais. Diferente da iniciativa da criação do jornal o qual contou com o consenso de interesses dos seus fundadores, a criação de uma emissora de rádio na cidade resultou da iniciativa privada

> cercada de prós e contras. Se alguns a estimulavam com palavras de fé, entusiasmo e encorajamento, outros, a maioria, julgavam uma temeridade, pois Ponta Grossa possuía menos de quarenta mil habitantes, número considerado pequeno para justificar tamanho empreendimento para a época (Mikaelli, 2006, p. 19).

Pioneiros do empreendimento, Abílio Holzmann e Manuel Machuca, tornaram-se sócios-proprietários da emissora inicialmente autorizada a funcionar, segundo Mikaelli (2006) pela Portaria nº 454 de 15 de setembro de 1939, mas oficialmente passou a operar em 21 de janeiro de 1940. Foi a segunda emissora de rádio criada no estado do Paraná e é considerada uma das primeiras emissoras de rádio brasileira[126]. A rádio Clube Pontagrossense representava um avanço tecnológico importante para a comunidade, fundamental para a difusão de avisos e recados comunitários considerando que a rede de telefonia tinha pouca abrangência populacional. De acordo com o Álbum Comemorativo produzido pelos sócios-proprietários em 1960, a autorização para a criação da emissora foi concedida pelo Ministro da Viação e o seu "simbolismo inaugural, esteve a cargo do Exmo. Snr. Manuel Ribas, interventor Federal do Paraná, estando presentes ao ato as mais altas autoridades civis, militares e eclesiásticas da cidade"[127].

---

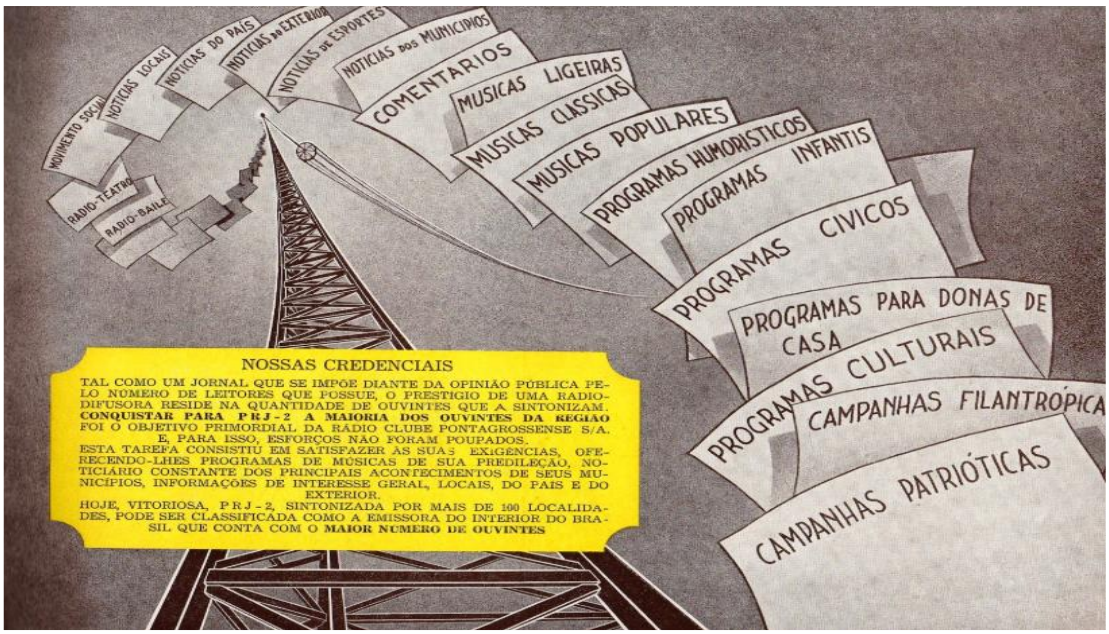
[125] O prefixo PRJ2 identificava a Rádio Clube Pontagrossense na época. PR era a sigla de identificação do país. O J identificava a emissora e o dígito 2 a região de localização. Atualmente a rádio em questão opera em FM 94.1. O uso de prefixos são meios de chamada como um Registro Geral de uma emissora de rádio e seguem um padrão internacional sob supervisão da ANATEL (Agência Nacional das Telecomunicações).

[126] Segundo Mikaelli, 2006, o aumento de potência do transmissor de 250 Watts para 500 Watts, em 31 de julho de 1942, facilitou "a propagação das ondas da PRJ2 que, gradativamente, se transformava numa das mais importantes Emissoras, não só do Paraná como do Brasil, porque se tornava conhecida em todos os recantos do País, quer pela alta propagação de sintonia, como pela existência de poucas Emissoras alcançadas no dial" (Mikaelli, 2006, p. 20).

[127] Citado no Álbum Rádio Clube Pontagrossense, 1960, p. 7. A criação do álbum idealizada pelos sócios-proprietários, visava ampliar a publicidade da emissora que segundo os mesmos "seguidamente recebia pedidos de informações e uma infinidade de quesitos eram formulados pelos interessados para melhor poderem ajuizar da eficiência da publicidade na região (Rádio Clube Pontagrossense, 1960, p. 2). O documento apresenta uma compilação de dados sobre a trajetória

Para fins de propaganda, o álbum comemorativo apresenta a programação da rádio nos primeiros anos da década de 1940 através do desenho de uma torre de transmissão "irradiando" páginas com as temáticas contempladas pela emissora. Conforme é possível observar na Figura 1, o civismo estava presente na programação através dos "Programas Cívicos" e "Campanhas Patrióticas".

Figura 1 – Programação da Rádio Clube Pontagrossense - PRJ2, década de 1940



Fonte: Acervo digital de Nelson Ribeiro da Silva

O álbum destaca a composição da programação fixa aos ouvintes que iniciava às 9h e era encerrada às 22h30min. Entre a grade de programas faz menção ao

> "Programa Cívico Militar" dirigido por oficiais do 13º Regimento de Infantaria, sem contar, ainda, a frequente colaboração que empresta as autoridades locais e entidades patrióticas com irradiações especiais para a comemoração dos grandes cometimentos nacionais" (Radio Clube Pontagrossense, 1960, p. 8).

Comparando os dados registrados no álbum comemorativo e as edições publicadas na Semana da Pátria pelo jornal Diário dos Campos, o "Programa Cívico Militar" era transmitido às sextas-feiras ao entardecer. Nos demais dias da semana,

---

da emissora, a programação diária do período, fotografias de espaços urbanos do centro da cidade, das dependências da emissora e de fotografias da fundação em 21 de janeiro de 1960 na nova sede quando a emissora passa a ocupar o edifício João Pascoal, na rua XV de Novembro, o qual ocupa atualmente no centro urbano da cidade de Ponta Grossa. A mesma composição da citação pode ser encontrada no livro História da Rádio Pontagrossense, escrito por Aldo Mikaelli, 2006, p. 19.

os ouvintes, às 18h30min ouviam a transmissão do programa “Cívico Informativo” (DEIP) e, às 20h , o programa “Hora do Brasil”.

Além da transmissão dos programas oficiais do regime estado-novista a rádio ocupou uma posição fundamental de cooperação com a programação das comemorações cívicas da cidade. Até 1945 a rádio integra a programação oficial da comissão organizadora e tal fato foi reconhecido pelo jornal em uma das edições:

> Cometeriamos, assim, uma imperdoável injustiça si não enaltecessemos aqui a cooperação eficiente que a Radio Clube Pontagrossense emprestou às celebrações do Dia da Patria. Fazendo, com suas instalações, as orações civicas ecoar por todo o espaço da Praça Rio Branco, concitando a população a comparecer aos festejos civicos a PRJ2 foi bem um apreciavel elemento que concorreu para o brilhantismo das comemorações. Aliás a sua participação nesse significativo movimento de reverencia a Patria foi alem, desde que durante toda a semana cedeu o seu microfone às orações civicas que se proferiram de acordo com o programa organizado (Diário dos Campos, 09 set. 1941, p. 1).

Nota-se que ao enaltecer a prestação de serviço da rádio a imprensa local também lhe atribuía publicidade e ao expressar “foi alem” apresenta indícios de colaboração incondicional à programação cívica. Havia laços de sociabilidade[128] no processo de vínculo da imprensa escrita com a radiodifusão local. Contudo, à rádio local não se pode atribuir o papel de coadjuvante, pois ela configura mais um elemento de difusão do ideário cívico.

O incentivo a comercialização do eletrodoméstico estava presente entre os anúncios nas páginas do Diário dos Campos e tal fato se sustentava na expansão comercial promovida pelo governo por meio de incentivos à importação de aparelhos e concessão à instalação de novas emissoras de rádio em todo território nacional. Ademais, a oportunidade dos proprietários de emissoras capitalizarem recursos financeiros através da publicidade lhes garantia retorno de investimento. A promoção da audiência se deu pela popularização de programas como radionovelas, programas de humor, transmissão de jogos esportivos e de auditórios como ocorria na PRJ2. Ao se popularizar, o consumo da rádio deixa de ser um produto consumido apenas pelas

[128] Os laços de sociabilidade entre Abílio Holzmann, sócio-diretor da Rádio Clube Pontagrossense e o proprietário-diretor do Diário dos Campos pode ser ilustrado por meio da notícia “A comemoração do 7 de Setembro na Sociedade”, a qual anunciava a formação das comissões que atuariam nos “grandes festejos em louvor a N. S. do Rosário” (Diário dos Campos, 10 set. 1941, p. 2) que ocorreria no dia seguinte. Ocupava a posição de presidente da “Comissão Organizadora”, Abílio Holzmann, sócio-diretor da Rádio Clube Pontagrossense, que endereçava ao proprietário-diretor do jornal o convite para prestigiar o evento festivo religioso.

elites e torna-se um meio de comunicação de massa no país. O regime se vale deste veículo para promover o *marketing* político do presidente e do próprio regime sob o *olhar* da censura e controle do DIP. A transmissão obrigatória da "Hora do Brasil" amplia a propaganda política incluindo o tempo cívico.

Figura 2 – Anúncio no Diário dos Campos, setembro de 1941



Fonte: Diário dos Campos, 09 set. 1941.

No caso da "Capital Cívica do Paraná" a cooperação dos meios de comunicação na programação da Semana da Pátria estava vinculada também a possibilidade de alterações determinadas pela comissão organizadora e esta era repercutida como notícia: "Qualquer alteração no presente programa, decorrente de imprevistos, será publicada na edição de amanhã no Diário dos Campos e irradiada pela PRJ2" (Diário dos Campos, 05 set. 1942, p. 4).

De 1941 a 1945, a rádio amplia esses laços e coopera com os eventos cívicos de duas formas: através da utilização de equipamentos sonoros instalados na praça Barão do Rio Branco e por meio das "conferências" e "Sessões Cívicas de encerramento da Semana da Pátria" proferidas por representantes de vários segmentos sociais (militares, advogados, professores entre outros) nas dependências de sua sede, disponibilizando um estúdio que caracterizava um salão com auditório

para realização de apresentações musicais e Recital Lírico[129] que eram integradas à programação e transmitidas ao vivo. O registro a seguir apresenta como era a composição do salão na época: acomodação para o público e palco com equipamentos disponíveis para apresentações musicais.

Figura 3 – Auditório da Rádio Clube Pontagrossense – PRJ2, década de 1940



Fonte: Acervo digital de Nelson Ribeiro da Silva ("Chocolate")

O uso do auditório da emissora configurava na Semana da Pátria o acréscimo de um espaço privado que oportuniza eventos voltados para o público. A imprensa local antecipava a programação e, após sua realização, tornava notícia o acontecimento na rádio citando o nome dos palestrantes.

> A noite, no auditorio da Radio Clube Pontagrossense com a presença de nossas altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, representantes da imprensa, das entidades patrióticas e dos estabelecimentos de ensino, assim como de exmas familias, teve lugar a cerimônia de encerramento, havendo proferido eloquentes e significativas orações o cap. Palmas Lima, do 13º RI e o dr. Ari Florêncio Guimarães, Promotor Pùblico da Comarca que falou pela Liga de Defesa Nacional (Diário dos Campos, 08 set. 1943, p. 1).

[129] O programa lírico, conforme a edição do Diário dos Campos de 6 de setembro de 1942 foi composto pelas seguintes apresentações: Para ninar, canção brasileira de Paurilo Barroso; Quem sabe, modinha de Carlos Gomes; Il Bacio, de Ardite; Un bel di velremo, da Ópera de Poccia; Tuas Mãos, de Francisco Mignone; Les filles de cadix, de Leo Delibes e Deus salve a América, versão brasileira de João de Barros.

Sob a vigência da Divisão de Radiodifusão do DIP a rádio Clube Pontagrossense não repercute aos ouvintes apenas os eventos regionais. A “Hora do Brasil” e a “Hora da Independência” foram integradas à programação da emissora e, em consequência os discursos proferidos por Getúlio Vargas chegavam de duas formas: pelas ondas da rádio na região[130] aos ouvintes e como notícia no Diário dos Campos aos leitores.

> O Departamento de Imprensa e Propaganda encarece a necessidade de ser dada a maior divulgação possível á matéria relativa á ‘Hora da Independência’, que será retransmitida pelas emissoras locais para todos os pontos do paiz, às 16 horas, amanhã (terça-feira), hora em que o Presidente Getúlio Vargas fará seu discurso (Diário dos Campos, 07 set. 1943, p. 1).

O discurso, na íntegra, também era publicado através dos jornais[131], indicando a estratégia do DIP em propagar através dos meios de comunicação a popularização da imagem do chefe político como grande líder nacional.

O próprio Getúlio Vargas, informado sobre o alcance da radiodifusão em vários regimes de tendência totalitária, percebe a importância que esse recurso teria para as suas estratégias de governo. Se para a imprensa escrita pós-Revolução de 1930 não fora traçado um plano de governo para atrelá-la a seus interesses, o que se constituiria a partir da criação dos departamentos de imprensa, o mesmo não pode ser afirmado acerca da radiodifusão.

Haussen (2001) aponta que a “industrialização, impulsionada por Getúlio Vargas depois de 1930, teve reflexos sobre a radiodifusão” (Haussen, 2001, p. 32). E este fato influenciou a radiodifusão através de duas vias: aumento da produção de equipamentos nacionais, e do consumo da produção de equipamentos nacionais, e do consumo da produção massiva, iniciado, principalmente depois de 1935”

---

[130] Segundo a Rádio Clube Pontagrossense (1960), 27 cidades recebiam cobertura pelas ondas sonoras da rádio Clube Pontagrossense. As cidades relacionadas foram: Araiporanga, Campo Largo, Canoinhas (SC), Castro, Cerro Azul, Guarapuava, Imbituva, Ipiranga, Irati, Itaipolis (SC), Jaguariaíva, Lapa, Mafra (SC), Malet, Palmeira, Pitanga, Prudentópolis, Ponta Grossa, Rebouças, Reserva, Rio Azul, Rio Negro, São João do Triunfo, São Matheus do Sul, Pirai-Mirim, Teixeira Soares e Tibagi, totalizando 657.230 habitantes.

[131] Com o título “O discurso do presidente Getúlio Vargas", o Diário da Manhã publica na capa a íntegra do discurso na edição de 8 de setembro de 1943. Trazia como subtítulo a frase: “Brasileiro! – O Brasil é um povo de civilização cristã, cujos fundamentos assentam nas virtudes mestras da tolerancia, do respeito e da magnanimidade”. O texto vinha acompanhado das iniciais “RIO, 7 (A. N.)” as quais indicam a cidade de origem, Rio de Janeiro, dia 7, Agência de Notícias.

(Haussen, 2001, p. 35). Contudo, a função do rádio, como entende Haussen, precisa ser interpretada de acordo com o contexto do período.

> Os anos de 1930 a 1940 foram de grandes transformações em toda a sociedade brasileira, com o aumento da população, o crescimento dos centros urbanos e o desenvolvimento da indústria e dos serviços. No início, a coordenação do setor de divulgação e propaganda esteve afeto ao Ministério da Educação, cujo titular era Gustavo Capanema, que foi ministro de 1934 a 1945. O projeto cultural e educativo, de uma maneira ampla, tinha uma visão nacionalista e buscava a mobilização e participação cívica, assim como as reformas educacionais. No entanto, a influência direta de Capanema sobre a radiodifusão seria muito breve, pois ainda em 1934 Getúlio Vargas criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural ligado ao Ministério da Justiça, esvaziando o Ministério da Educação não só da propaganda como também do rádio e do cinema (Haussen, 2001, p, 41).

Esse conjunto de fatores associado à ação do DIP, que substituiria o DPDC a partir de 1939, redireciona a utilização da radiodifusão como meio de comunicação de massa a serviço do regime estado-novista.

A análise de Capelato (2009) ratifica o pensamento de Gomes e demonstra que o impacto da radiodifusão no universo trabalhista do período atendeu este interesse.

> O uso dos meios de comunicação tinha como objetivo legitimar o Estado Novo e conquistar o apoio dos trabalhadores à política varguista. Essa meta se esclarece na justificativa do ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho referente ao rádio. [...] A comunicação com os trabalhadores pelo rádio, segundo o ministro, advinha da necessidade de divulgar o novo direito social ainda desconhecido pelo próprio trabalhador beneficiário. Esse desconhecimento se explicava, em parte, pela natureza do processo histórico que presidira a elaboração da legislação social: por não ter sido conquistada ao longo de uma epopéia de lutas e sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos (Gomes, 1988, p. 231, *apud* Capelato, 2009, p. 171).

De janeiro de 1942 a julho de 1945, o ministro do Trabalho realizou palestras destinadas aos trabalhadores fazendo uso sistemático das ondas sonoras por meio da “Hora do Brasil” produzido pelo DIP e irradiado pela Rádio Nacional.

Era a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio (Gomes, 2005, p. 212).

Acompanhando Gomes (2005), o impacto da estratégia política de Marcondes Filho é de difícil mensuração, mas, ainda que não se tenha dados acerca dos seus resultados a opção pela radiodifusão “demonstra que a iniciativa no campo político da doutrinação funcionava como detonadora e articuladora de toda uma política ministerial” (Gomes, 2005, p. 213).

Essa política se estendia ao tempo festivo, pois a radiodifusão participava das comemorações oficiais. Algumas datas exemplificam esta afirmativa: o aniversário de Getúlio Vargas em 19 de abril, o 1º de Maio e o aniversário do Estado Novo em 10 de novembro, constituíam na visão de Gomes “ocasiões chave para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores". Diferenciadas e com destaque para o 1º de maio, elas se reforçavam mutuamente e criavam um calendário de encontros significativos” (Gomes, 2005, p. 217).

O 7 de Setembro não fica à margem deste enfoque, pois o “público a que se destinava a fala presidencial era mais difuso, e a temática que ela envolvia era necessariamente centrada em outros pontos que não a questão do trabalho” (Gomes, 2005, p. 218).

A realização da “Hora da Independência”, de 1941 a 1945, no feriado de 7 de Setembro, que geralmente ocorria às 16h após os desfiles cívico-militares, contava com a transmissão radiofônica dos discursos de Getúlio Vargas. Para além das fronterias da capital da República, as ondas sonoras da rádio chegavam aos ouvintes do país, incluindo os ponta-grossenses, levando discursos pautados pela ideologia cívica, patriótica e nacionalista.

4 "VIVA NOSSO PRESIDENTE, VIVA GETÚLIO VARGAS!": A PROGRAMAÇÃO DA FESTA CÍVICA PARA AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E MILITARES

Após o fim do contrato com a Sociedade Sinfônica de São Paulo, na qual exercia o cargo de diretor da Orquestra Municipal de Jovens, Villa-Lobos "dedicou-se a um projeto com que sempre sonhara desde os anos 1920: a formação de uma educação musical de alto nível no sistema de educação brasileiro" (Negwer, 2009, p. 188). Contando com o apoio do interventor paulista João Alberto Lins de Barros, Villa-Lobos, acompanhado de um grupo de músicos, realiza uma turnê pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, totalizando cinquenta municípios. "Acreditando plenamente em sua tarefa, Villa-Lobos não reconhecia que seu estilo paternalista e sua retórica elevada não eram entendidos em todos os lugares, nem cativavam a simpatia alheia" (Negwer, 2009, p. 192). Ainda que o público fosse indiferente, Villa-Lobos acreditava que através do "cultivo de canções populares e patrióticas, alcança-se o coração da nação, que representa para todos um símbolo sagrado" (Negwer, 2009, 196). A sacralização da música e nacionalismo se cruzam nesta ótica.

Para o alcance dessa idealização, Villa-Lobos aproxima-se do regime varguista e, em 1932, é designado para o cargo de diretor da Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA). Através desse órgão Villa-Lobos elabora um currículo para formação de professores de música e apresenta diretrizes para a prática do canto orfeônico[132] nas escolas do país. O exercício da regência musical em escolas, praças e estádios nos eventos cívicos tornam a música de viés cívico e popular uma das estratégias de propaganda do regime estado-novista, a qual, gradativamente, se estende para fora das fronteiras da capital da República.

Villa-Lobos não apenas difundia o canto orfeônico como também aplicava a

[132] O termo 'canto orfeônico' remonta aos *orphéons* da França da primeira metade do século XIX, coros de trabalhadores, incentivados como instrumentos de bem-estar social. O repertório de canto orfeônico, por assim dizer, o cânone oficial, foi organizado por Villa-Lobos nos compêndios do *Guia prático*, com o total de 137 canções infantis e populares. O Guia prático contém não apenas arranjos para corais de uma, duas ou três vozes, mas também transcrições das canções para piano e para orquestra. Em um comentário didático, são explicadas a origem e a particularidade das canções, assim como são dadas instruções de execução.[...] Os esboços receberam uma complementação através da compilação de canções acentuadamente patrióticas sob o título *Canto Orfeônico*. (Negwer, 2009, p.195).

criação do seu método. Segundo Negwer, as práticas de canto orfeônico do maestro eram ensaiadas com autoritarismo[133] e encenadas de forma militarizada, pois:

> ter sob controle milhares de crianças, Villa-Lobos introduziu um cumprimento orfeônico: antes de atuar, as crianças tinham de mostrar umas às outras, com os braços estendidos, a palma da mão. E quando o mestre, de seu pódio, fazia isso, o silêncio e a atenção deviam se instaurar. As outras instruções musicais vinham de uma língua de sinais com os dedos e com a mão, ele dava à grande esfera a altura da nota de afinação (Negwer, 2009, 196).

Além de regente, Villa-Lobos também era encarregado de criar propostas de propaganda e participou como organizador da Semana da Pátria e do Dia do Trabalho[134]. Ao compor e escolher peças e canções para essas ocasiões, o maestro promovia a disciplina dos escolares através de gestos, o culto à imagem do presidente e exaltava o seu regime político. A obra biográfica de Negwer acerca de Villa-Lobos informa um dado curioso. A canção predileta de Getúlio Vargas, cantada pelos escolares era "O canto do pajé". O refrão da canção foi selecionado para ser reproduzido abaixo:

"Ó Tupã, Deus do Brasil
Que o céu enche de sol
De estrelas, de luar e de esperanças!
Ó Tupã, tira de mim a saudade!
Anhangá me faz sonhar
Com a terra que perdi"

---

[133] Negwer (2009), redige a biografia do músico carioca na obra intitulada Villa-Lobos: o florescimento da música brasileira. Nela apresenta um panorama da trajetória artística, profissional e pessoal do maestro. Ao abordar o vínculo de Villa-Lobos com o regime varguista, o autor destaca o protagonismo do "representante oficial da música brasileira" (Negwer, 2009, p. 197) na difusão do canto orfeônico no campo educacional. Segundo Negwer, Villa-Lobos apresentou durante os preparativos do canto orfeônico, "feições rudes e mesmo despóticas no procedimento com seus subordinados e com os professores subordinados a ele" (Negwer, 2009, p. 204). Segundo a biografia não autorizada de Vasco Mariz, Villa-Lobos "em 1938, disciplinava as crianças de uma colônia de férias com com algumas 'bofetadas' e com puxões de orelha" (Negwer, 2009, p. 208).

[134] Em uma homenagem à indústria metalúrgica, um coro de sete vozes imitava com sílabas o barulho da fábrica. Villa-Lobos planejou ainda, uma gradação na qual, para a apresentação da sua composição *Legenda mecânica*, cem aviões da força aérea deveriam sobrevoar o estádio, contribuindo para a apoteose da era industrial introduzida por Vargas. Como relaxamento, os alunos executavam o 'coqueiro": com as mãos levantadas, os alunos balançavam ritmicamente, de um lado para outro, imitando, assim, o balanço dos coqueiros ao vento, uma visão impressionante com 10 mil crianças em movimento (Negwer, 2009, p. 203).

"O canto do pajé"[135] era cantado sempre que o mandatário se dirigia à tribuna para discursar. "A força rítmica da canção dava-lhe efeitos de um canto de guerra, que exercitava a massa, deixando-a eufórica" (Negwer, 2009, p. 201). Ironicamente, o biógrafo compara Getúlio Vargas a um "curandeiro", a um "chefe" da tribo e "deus" dos índios. "O canto do pajé" é cantada no espaço regional em 1941, na primeira apresentação pública de canto orfeônico[136] sob a regência de outro maestro de patente militar chamado Paulino Martins Alves. Diferentes quanto à posição profissional, os dois maestros assemelhavam-se em relação à posição que ocupavam diante dos escolares e do público: autoridade disciplinar e musical na regência do coro de vozes. O evento regional não conta com a presença do mandatário político, mas reproduz "O canto do pajé" e outras canções do repertório encenado na capital da República em várias solenidades.

Para Negwer, Villa-Lobos ao se autoprojetar nestes eventos trabalhava em prol do nacionalismo encabeçado por Getúlio Vargas.

> Contudo, Vargas era para ele mais um feliz acaso inesperado, que o ajudava em sua autorrealização musical, do que um salvador político, e, para Vargas, ele também era um parceiro de negócios: Vargas colocava à sua disposição o palco nacional e sua rede de contatos; Villa-Lobos organizava, para ele, em troca disso, como mestre de cerimônias e funcionário público nacional da música, a música de acompanhamento para seu regime. Ao mesmo tempo, ele realizava seu próprio sonho da extensa educação e conversão do povo à prática musical civilizada. Através do sistema escolar, o regime atingiu a juventude, e pelo rádio Vargas falava com os adultos. [...] Villa-Lobos conseguiu, com suas concentrações orfeônicas, fazer uma ponte entre as instituições educacionais e o público. Quando Vargas percebeu que o plano de Villa-Lobos no Rio de Janeiro havia dado certo, ele decidiu estender o projeto para o país inteiro (Negwer, 2009, p. 202).

As concentrações orfeônicas, portanto, sob a regência do maestro foram planejadas para apresentações no Dia da Juventude e no Dia da Pátria na capital da República. Estas foram noticiadas pela imprensa sob a ação do DIP com a finalidade de chamar a atenção da opinião pública não apenas para o acontecimento em si, mas para o sentido e significado político que ele representava. Nos estádios de futebol da

---

[135] Inúmeras versões da canção criada por Villa-Lobos podem ser encontradas nos meios digitais. Uma delas é interpretada por um grupo denominado Orquestra indígena que contou com o apoio do Ministério da Cultura e da Fundação Zahran para produção em vídeo da reprodução da canção.

[136] "O canto do Pajé", "Para frente, ó Brasil"!, "Cisne Branco" e Hino da Independência foram cantadas pelos escolares durante um dos rituais que integrava o Dia da Juventude em Ponta Grossa, conforme a edição de 05 de setembro de 1941 do Diário dos Campos. Participaram desta apresentação musical as seguintes instituições: Ginásio Regente Feijó, Escola de Professores, Grupos Escolares General Osório, Júlio Teodorico, Professor Colares, Senador Correia, Escola de Aplicação, Escolas Isoladas, Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas, Colégio São Luiz, Liceu dos Campos, segundo a edição seguinte do mesmo jornal.

capital federal[137] “apresentavam-se até 42 mil alunos para o canto-coral. Artistas populares eram contratados para agitar o ritual e dar mais cor aos eventos.[...] Os alunos declararam em uníssono: ‘Viva nosso presidente, viva Getúlio Vargas!’” (Negwer, 2009, p. 203).

Fotografia 9 – Estádio Clube de Regatas Vasco da Gama, RJ, década de 1940



Fonte: Blog Vercoral, mídia digital

Em várias edições[138] do Diário do Campos os eventos cívicos do Dia da Juventude que ocorriam na capital federal foram reproduzidos como notícia. A imagem acima, captada pelo fotógrafo, registrou a ornamentação do estádio São Januário

[137] O Estádio São Januário, foi o principal meio de mobilização de massas urbanas na capital da República durante o regime varguista. Utilizado em datas específicas, como o 1º de Maio, o espaço também conhecido como Estádio do Clube Regatas Vasco da Gama foi inaugurado em 21 de abril de 1927 e representava na época o primeiro estádio de futebol que contava com iluminação para jogos de futebol no período noturno. A relação deste estádio com o regime varguista foi estratégica para aproximar a classe trabalhadora e estudantil através de festividades cívicas nas quais desfiles, apresentações orfeônicas e discursos eram planejados para impactar de forma emotiva as multidões que ocupavam as arquibancadas do palco esportivo.

[138] Os eventos cívicos criados para celebrar o Dia da Juventude na capital da República foram noticiados em várias edições, incluindo as datas de 05 de setembro de 1940, 07 de setembro de 1941 e 06 de setembro de 1942.

com bandeiras nacionais ao fundo, uma multidão nas arquibancadas e a estrutura armada para a atuação de Villa-Lobos. A visibilidade do maestro, considerando a altura em que se encontrava em relação aos demais sujeitos sociais é a principal finalidade desta seleção de imagem.

Para enfatizar os eventos ocorridos na capital federal, os redatores do DIP informam ao leitor que "de todos os pontos do país dão conta do entusiasmo com que transcorreram idênticas comemorações" (Diário dos Campos, 05 set. 1940, p. 1). Seguindo a ênfase projetada pelo DIP, o jornal local destacava na mesma edição:

> A data de 4 de Setembro, ontem decorrida, assinalou mais uma das esplendidas realizações do Estado Novo – a organização da Juventude Brasileira. [...] Também Ponta Grossa, parte integrante e intimorata do Paraná, do nosso Brasil, justamente cognominada "a capital cívica do Paraná", fez subir aos céus o brado do seu ardor patriotico, comemorando o Dia da Juventude com imponencia e brilho merecidos (Diário dos Campos, 05 set. 1940, p. 1).

Ambas as notícias fizeram referência aos gestos do público em relação aos mandatários políticos. Se na capital da República o presidente é saudado por "milhares de pessoas, rompendo os cordões de isolamento" para chegar até o palanque oficial "afim de manifestar sua simpatia a S. Excia", com "estrondosos vivas, seguidos de calorosa e demorada salva de palmas", em Ponta Grossa o prefeito é saudado através de uma "entusiastica salva de palmas" ao hastear a bandeira nacional no início do ritual alusivo ao Dia da Juventude. Outra similaridade entre estas notícias é a referência às autoridades presentes nos palanques. Na capital da República a menção da imprensa a "todos os ministros" e representantes de países estrangeiros era citação corrente tanto quanto a "todas as nossas autoridades civis, militares e religiosas" difundida pela imprensa na "Capital Cívica do Paraná".

O desfile do Dia da Juventude e a prática do canto orfeônico no espaço regional passaram a integrar a Semana da Pátria a partir de 1940. A rotina das instituições escolares não era a única impactada pelas festividades, pois "no quartel de Uvaranas, diversas festividades todas elas executadas com muito entusiasmo" (Diário dos Campos, 05 set. 1940, p. 1) compunham a programação da Semana da Pátria.

A fim de discorrer acerca da participação da instância escolar, a presente seção apresenta um breve histórico da criação desta data e os programas de ensino instituídos pelo regime estado-novista e suas correlações com as festividades cívicas. O papel do Ginásio/Colégio Regente Feijó é analisado porque colabora com a interpretação acerca da criação do Dia da Juventude no espaço regional.

Através das fontes documentais de origem militar e de imagens, as quais permitem *olhar* a programação das festas cívicas para além das fronteiras dos quartéis, busca-se traçar um recorte interpretativo acerca da preponderância deste aparato estatal nas festas cívicas, incluindo o Dia da Juventude. O papel do 13º Regimento de Infantaria também no espaço regional é exemplar dentro desta perspectiva devido sua posição como principal instituição militar organizadora dos eventos cívicos.

4.1 "O QUE FOI, ONTEM, O DIA DA JUVENTUDE": OS BASTIDORES DA CRIAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA

As notícias acerca do Dia da Juventude publicadas no Diário dos Campos não estavam circunscritas à cidade. Como já abordado anteriormente, o jornal recebia notícias produzidas e também reproduzidas pela Agência de Notícias. Manchetes sobre as festividades na capital da República e em outras capitais estaduais complementam as notícias sobre as festividades locais, na medida em que os redatores se esforçaram em atribuir o elo das mesmas com outros espaços nacionais. Contudo, a finalidade de informar o acontecimento em outra cidade ou capital do país pode ser considerada também notícia para fins de repercussão regional de eventos que mobilizaram expressiva participação popular. A "Parada da Vitória", em Porto Alegre é exemplar neste sentido e por isso é reproduzida a seguir:

> Porto Alegre, 6 (A. N.) – Revestiu-se de grande imponência a "Parada da Vitória", realizada na manhã de hoje nesta capital, quando grande massa popular veio para as ruas aclamar nossa juventude escolar, como que jubilosa por participar duma manifestação de brasilidade tão latente como esta, que ha 9 anos no Brasil inteiro vem se realizando. A "Semana da Pátria", como mais uma vez ficou provado, nas terras do Rio Grande do Sul é uma festa nacional, festa da raça, que jamais fato algum poderá tirar qualquer parcela do seu verdadeiro sentido. A grande massa popular que se congregou e que representa o povo gaucho com todo o calor de sempre aplaudiu o desfile. [...] A característica desta parada foi de homenagem aos nossos bravos expedicionários [...] sendo homenageados as forças de terra, mar e ar. Alegorias vistosas, com os retratos dos generais Mascarenhas e ~Gaspar Dutra e também do presidente Getúlio Vargas provocaram a cada instante ondas de aplausos no meio da multidão (Diário dos Campos, 06 set. 1945, p. 1).

Diferente do padrão das manchetes que faziam referência direta ao Dia da Juventude, ou a outras variações como "Parada da Juventude", "Dia da Juventude Brasileira", "Dia da Raça e da Juventude", esta notícia vincula o desfile estudantil à

homenagem aos soldados brasileiros que participaram da 2ª Guerra Mundial. Mesmo não sendo possível aferir a quantidade de homenagens destinadas aos combatentes, o ritual do desfile foi empregado como meio de exaltação cívica e patriótica no pós-guerra nas cidades brasileiras.

Ao abordar a presença da "juventude escolar" na Semana da Pátria que "ha 9 anos no Brasil inteiro vem se realizando", o redator da notícia temporaliza a presença do regime estado-novista no Estado brasileiro. Ao se referir a "grande massa popular" a qualifica como representante do "povo gaúcho" e desta forma regionaliza o acontecimento. A presença das "alegorias vistosas" e a receptividade que teriam causado junto ao público denota uma exposição do culto à imagem das lideranças militares e da República no ritual.

Previsto desde 1940 por meio do Decreto-Lei nº 2.072, de 2 de março de 1940, este modelo de ritual foi constante e estratégico para a Juventude Brasileira, mobilização criada e organizada especialmente para os jovens escolares com o objetivo de difundir o culto à pátria e prática do civismo.

Este decreto institui a obrigatoriedade da educação moral e cívica e da educação física para a juventude em nível nacional e representou o rompimento ideológico com o projeto inicial intitulado Organização Nacional da Juventude (ONJ) idealizado por Francisco Campos em 1938 quando ocupava a posição de dirigente do Ministério da Justiça.

Sobre a ONJ alguns aspectos precisam ser destacados. A ONJ foi inspirada no modelo de mobilização da juventude que repercutia nos países de tendência autoritária, Alemanha, Itália e Portugal. Não contava com o aval do Ministério da Educação e Saúde que estava sob a gestão de Gustavo Capanema e mesmo assim suas diretrizes caracterizavam-se como educacionais. Previa-se que a ONJ ficasse sob orientação direta do presidente da República e dos dirigentes dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Justiça. Composto por 41 páginas, o projeto "descia a minúcias sobre os objetivos, estrutura organizativa, os cargos, encargos e funções previstas para a Organização Nacional da Juventude, além de fornecer uma descrição pormenorizada da hierarquia a ser estabelecida" (Bomeny, 2009, p. 1) para ser empregada quando fosse implementado no país. Para alicerçar seu respaldo jurídico, 11 páginas adicionais traziam uma regulamentação técnica-disciplinar que caracteriza o projeto como decreto-lei.

O Art. 1º da ONJ citava a prestação de assistência e educação à mocidade organizando “para ela períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação” (Bomeny, 2009, p. 1). Não menos impactante é a composição do Art. 18 o qual previa “serviços adequados para infundir nos jovens ‘o sentimento de disciplina e da educação militar”, acrescentando-se que teriam “efeitos equivalentes aos da prestação do serviço militar exigida pelas leis em vigor” (Bomeny, 2009, p.1). Outro aspecto autoritário da ONJ estava voltado a submissão de entidades nominadas como ligas, associações, clubes esportivos atléticos, grupos de escotismo, centros culturais e até mesmo sociedades religiosas que prestassem serviços à infância e à juventude. Todas deveriam se adequar às diretrizes e ao comando da ONJ.

A ONJ não repercute positivamente em outras instâncias do regime quando o mesmo, por decisão de Getúlio Vargas, o encaminha para análise de sua filha Alzira Vargas, chefe de gabinete, a Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra e a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde.

Para Alzira Vargas, o projeto traria gastos aos cofres públicos e não representava uma organização nacional devido sua semelhança com aquelas que vigoravam na Europa voltadas à juventude. Crítica o potencial militarizante do projeto e observa que o Ministério da Justiça tem prevalência em relação ao Ministério da Educação que não é citado.

Eurico Gaspar Dutra critica a possibilidade de formação militar fora dos espaços dos quartéis, entendendo tratar-se de um projeto que colocaria em risco a segurança nacional. Para ele, um soldado somente poderia ser formado pelas Forças Armadas e, dessa forma, não admite a sobreposição da ONJ em relação ao Exército.

Gustavo Capanema foi decisivo no trâmite de leituras e posicionamentos sobre a ONJ. Para o ministro da Educação e da Saúde, entre várias alterações, o projeto deveria restringir as suas finalidades a prática da educação física e a educação moral e cívica, tal como o modelo do projeto “Mocidade Portuguesa” que trazia na sua titularidade a identidade do seu país de origem e tal observação não passa despercebida por Gustavo Capanema. Por conseguinte, é o próprio ministro que sugere “Juventude Brasileira” ou “Mocidade Brasileira” para o projeto.

A visão dos agentes do governo descredencia o projeto de Francisco Campos, criando para o seu objetivo inicial e suas diretrizes um novo direcionamento. A

existência de pensamentos dissonantes e de tensionamentos entre os sujeitos consultados pelo presidente e o ministro da Justiça revelam a lógica e a tática de poder instituídas naquele contexto o qual impedia a participação parlamentar e de forma explícita a participação democrática da sociedade civil (essa, excluída não apenas do projeto em questão, mas de muitos setores da dinâmica da vida em sociedade). A visão que sustentavam acerca da juventude do país era verticalizada e desencadeou reformulações sucessivas e, ainda que criticado, o projeto inicial deu sustentação ao ideário de mobilização e organização da Juventude Brasileira.

Horta (2012) aponta uma conclusão pertinente:

> Os pareceres de Dutra e Capanema ocasionaram o arquivamento do projeto de organização miliciana e paramilitar da juventude, preparado por Francisco Campos, mas, ao mesmo tempo, fortaleceram a ideia de se criar no Brasil um movimento que se encarregasse da educação física, moral e cívica da juventude, inculcando-lhe a disciplina e servindo como instrumento de sua mobilização em torno da ideologia do Estado Novo (Horta, 2012, p. 198).

Duas tendências de interpretação entram *em cena*. Uma vinculada ao Ministério da Guerra no qual um grupo de sujeitos "defendiam a necessidade de organizar-se a juventude, a convicção de que a melhor forma de fazê-lo seria através de uma instituição de caráter extra-escolar, organizada nos moldes do movimento escoteiro" (Horta, 2012, p. 198).

A defesa da prática do escotismo[139] representava uma alternativa e não ocorria ao acaso, pois o escotismo "era visto como uma forma de ampliação da área de influência do Exército e como uma espécie de preparação para o serviço militar" (Horta, 2012, p. 199). Segundo Horta

> as propostas dos militares não visavam à militarização prematura da juventude e muito menos à sua transformação em milícia organizada. Tratava-se, antes de tudo, de se criar uma instituição que garantisse a influência maior do Exército sobre a juventude e que, ao mesmo tempo, ocupando-se da preparação física, moral e cívica, facilitasse o trabalho de militarização a ser realizado durante o serviço militar (Horta, 2012, p. 204).

[139] Horta (2012) apresenta um relevante estudo acerca da atuação do Ministério da Guerra na composição de um projeto voltado para a juventude e para além dele, contextualiza a área de influência do Exército na educação com destaque ao projeto da Organização Nacional da Juventude. A tentativa de vincular o sistema de ensino ao escotismo é bem delineada por Horta ao historicizar a criação do movimento escoteiro. O autor afirma que "a ideia de promover a sua expansão por meio de um movimento desvinculado do sistema de ensino é consequência do fracasso das tentativas de introduzi-lo nas escolas" (Horta, 2012, p. 198).

Outra posição era defendida pelo Ministério da Educação e da Saúde "favorável à criação de um movimento ligado à escola e ao sistema de ensino" (Horta, 2012, p. 198), desencadeia a formulação de um novo projeto

> que culminará com a promulgação de decreto-lei de criação da Juventude Brasileira, em março de 1940 [...]. Capanema tomará como base o seu parecer sobre a proposta de Francisco Campos, mas utilizará também os projetos oriundos dos meios militares e algumas informações sobre as organizações da juventude da Alemanha, da Itália e de Portugal (Horta, 2012, p. 205).

Entre eles, o modelo da organização da "Mocidade Portuguesa" atende aos interesses do ministro porque apresenta uma postura menos militarizada e menos doutrinadora comparado aos casos fascista e nazista.

O Decreto-Lei idealizado por Gustavo Capanema foi composto por seis capítulos e trinta e dois artigos. O Capítulo IV trata especificamente "Das Formaturas da Juventude Brasileira". Devido à sua relevância para a temática desta pesquisa, os cinco artigos que o compõem são reproduzidos a seguir com a finalidade de auxiliar a interpretação sobre a prática dos desfiles cívicos no espaço regional.

> Art. 18. As formaturas a serem realizadas pela Juventude Brasileira consistirão em exercícios de concentração ou de deslocamentos, e visarão, pela criação da disciplina, do entusiasmo e da resistência, a fins educativos a um tempo de ordem cívica, moral e física. Art. 19. As formaturas serão ordinárias ou extraordinárias: ordinárias as que se realizarem nos próprios centros cívicos, como exercícios de instrução; extraordinárias, as que se realizarem em público, com o caráter de solenidades. Art. 20. As formaturas de instrução serão frequentes em cada centro cívico. Art. 21. As formaturas solenes serão de duas espécies: as gerais e as parciais. As gerais, de que participarão todos os contingentes da Juventude Brasileira, serão realizadas por ocasião das grandes comemorações nacionais. As parciais, em que somente tomará parte um número limitado desses contingentes, realizar-se-ão eventualmente, por ocasião de festas de caráter local. Art. 22. A Juventude Brasileira fará, normalmente, uma formatura geral, em cada ano. Esta formatura terá por objetivo a comemoração da Independência, e realizar-se-á no primeiro sábado ou no primeiro domingo de setembro (Brasil, 1940).

Ao legalizar "as formaturas", o Estado Novo por meio do Ministério da Educação e da Saúde, instituiu formalmente a obrigatoriedade da participação dos jovens escolares nas solenidades cívicas de todo país.

O Art. 18 expressa a conduta corporal dos jovens almejada pelo regime, fosse na "concentração" ou "deslocamento" e está diretamente articulado ao ideal de civismo, moralidade e desempenho físico presente nos Capítulos I e II[140]. Entre os

[140] O Capítulo I "Da Educação Cívica Moral e Física da Infância e da Juventude" previa a obrigatoriedade das disciplinas em todo território nacional. A educação cívica visava a "educação

termos “disciplina” e “resistência” o uso do termo “entusiasmo” merece apontamentos. O entusiasmo representa uma forte emoção causada por uma ação, ideia ou evento. No plano psicológico, o entusiasmo caracteriza um estado emocional positivo do sujeito frente a uma situação que o mobiliza a agir e, assim sendo, representa neste plano um meio de regulação emocional. Quando entusiasmado o sujeito expressa gestos de contentamento e atenção diante de tarefas por fazer. O rito cívico partindo desta lógica representava gestos de contentamento e autocontrole físico das crianças e dos jovens nas faixas etárias de 7 a 18 anos. A centralização que o termo entusiasmo ocupa entre disciplina e resistência parece intencional. Sob o *olhar* do Estado Novo não bastava que as crianças e os jovens marchassem (deslocamento) e se mantivessem imóveis (concentração) com disciplina e vigor físico, pois o entusiasmo de cada uma deveria ser perceptível diante das autoridades e do público nos rituais cívicos.

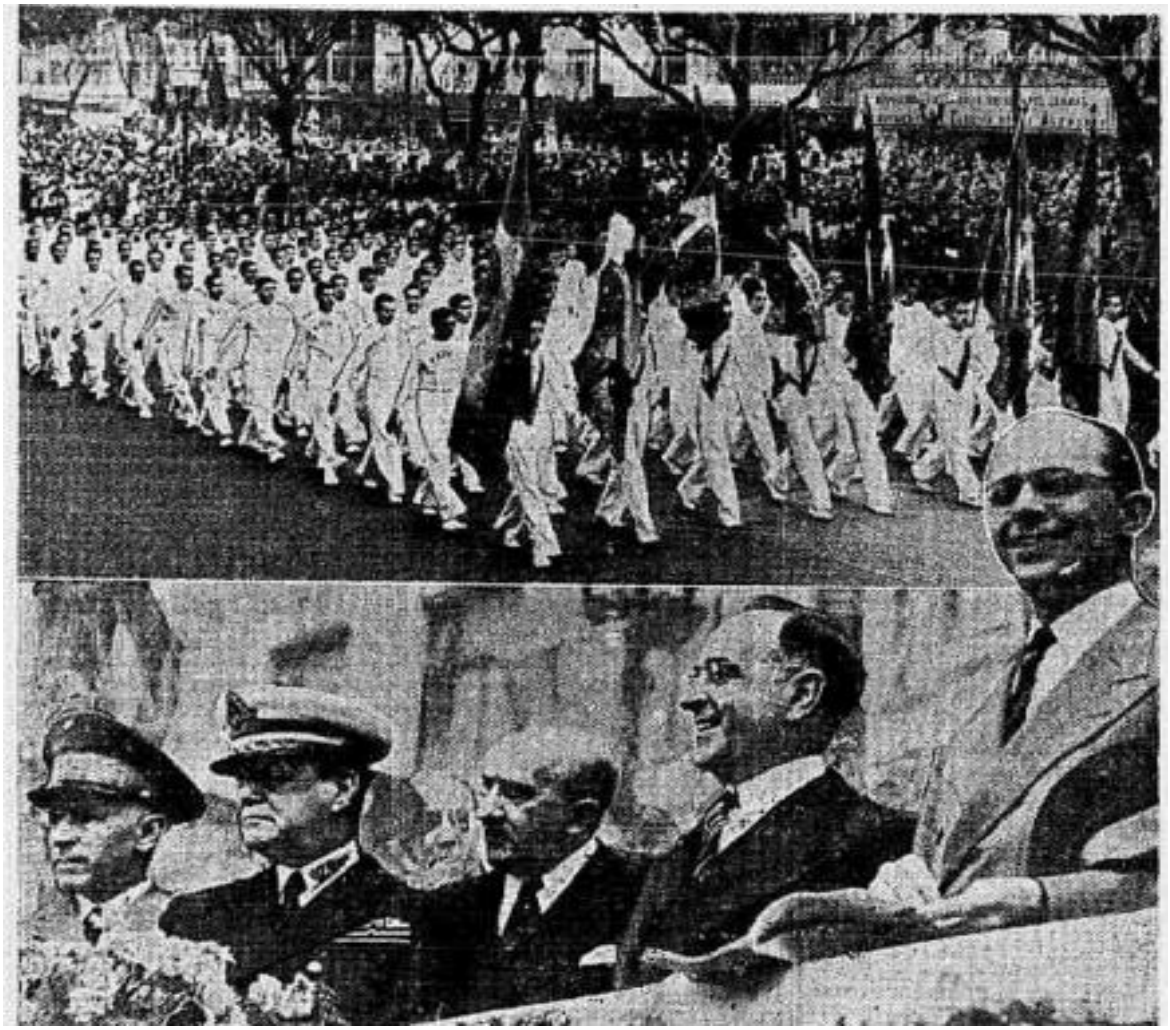
Os artigos 19 e 20 citam as organizações estudantis criadas nas instituições de ensino, denominadas “centro cívico”. A elas eram atribuídas as tarefas de “formaturas de instrução” que eram consideradas “ordinárias”. As “extraordinárias” ultrapassaram os muros das instituições de ensino e se realizaram nos espaços públicos “com o caráter de solenidades”.

É a criação das solenidades cívicas que projetam o auge da presença das crianças e dos jovens no decreto-lei estabelecido nos artigos 21 e 22. Se os escolares participavam de festas locais estas “formaturas” eram caracterizadas como “parciais” e se participavam “da comemoração da Independência” eram caracterizadas como “gerais”. Para fora da disciplinarização dos corpos juvenis, o decreto-lei almejava disciplinar o ritual cívico “a fins educativos a um tempo de ordem cívica, moral e física”. Duas imagens publicadas pelo jornal Correio da Manhã em 5 de setembro de 1944, apresenta dois momentos da “Parada da Juventude” ocorrida na capital da República que apresenta elementos que dialogam diretamente com o decreto-lei.

---

patriótica”, a educação moral ‘a elevação espiritual da personalidade” e a educação física objetivava desenvolver nas crianças e jovens a “solidez, agilidade e harmonia” dos corpos. O Capítulo II normatizava a faixa etária, sendo a infância “compreendida entre 7 e 11 anos e de toda a juventude incluída em idade de 11 a 18 anos” (Brasil, 1940).

Fotografia 10 – Parada da Juventude no Rio de Janeiro, RJ, setembro de 1944



Fonte: Correio da Manhã, 05 set. 1944

A imagem superior apresenta jovens do ensino secundário em posição de "deslocamento". Uniformizados e em fileiras, marcham em uma das avenidas da capital da República. À frente do grupamento vê-se oito jovens portando bandeiras nacionais, reproduzindo um modelo de formação padrão nos desfiles da Semana da Pátria na capital da República e em outras capitais e cidades do país. Na lateral do enquadramento do fotógrafo, à direita, uma multidão acompanha o desfile. Na imagem abaixo, em destaque "o presidente da República, apreciando a marcha da mocidade, tendo de um lado o ministro da Educação, e, de outro, os ministros do Exterior, embaixador Pedro Leão Veloso, e da Marinha, almirante Guilhem, e o general Mauricio Cardoso" (Correio da Manhã, 06 set. 1944, p. 5), projeta o nível de visibilidade que esses sujeitos tinham do desfile.

A posição do presidente da República como chefe do "Conselho Supremo" da Juventude Brasileira no Capítulo V intenciona enaltecê-lo como liderança máxima da juventude de todo o país. Neste sentido, o presidente que já era representado como o chefe supremo da Nação pelo regime também é considerado chefe supremo da Juventude Brasileira. O conselho formado pelas lideranças do Ministério da Educação e dos Ministérios da Guerra e da Marinha previa a participação de outros oficiais das Forças Armadas na sua composição. Não há menção ao Ministério da Justiça.

A presença de Gustavo Capanema na captação da imagem suscita algumas observações considerando seu papel na construção do projeto que tramitou durante dois anos nos bastidores do governo federal e o seu papel nas reformas do ensino secundário e superior.

Desde o início do Estado Novo, a decisão de utilizar a escola como aparelho ideológico a serviço do estado aparece claramente nos discursos e entrevistas presidenciais (Horta, 2012, p. 157). Gustavo Capanema acompanha o pensamento de Getúlio Vargas também através de discursos e entrevistas[141] e endossa a ação do Ministério da Educação e da Saúde para colocá-lo a serviço da ideologia do regime. Para atingir essa meta, o ministério centraliza ações que afetam os sistemas de ensino regionais. Junto com a centralização, a uniformização, à qual não escapariam os métodos de ensino, o livro didático e o material escolar (Horta, 2012, p. 159).

Pensar a educação no Estado Novo é por si só um desafio significativo. Gustavo Capanema já era ministro antes da instauração do regime em 1937 e esta é uma particularidade a ser observada, pois diferente de outros contextos políticos até a atualidade, de 1934 a 1945, a passagem de Gustavo Capanema não registra instabilidade administrativa no Ministério da Educação e da Saúde. Congregando em torno de si "uma linhagem de homens ilustres nos campos da educação, da cultura e das artes" (Bomeny, 1999, p. 137), Gustavo Capanema obteve êxito, segundo Bomeny, ao implementar um sistema educacional nacional unificado em três graus, sendo eles o primário, o secundário e o superior. A reforma do ensino secundário apresentou duas vertentes na "definição do que e como ensinar à juventude em um momento crucial de sua formação como futuros profissionais e cidadãos de uma sociedade diferenciada" (Bomeny, 1999, p. 138). A educação humanista de viés clássico e a educação técnica de viés profissionalizante não eram complementares

[141] Sobre a exposição pública do pensamento de Gustavo Capanema, ver Horta (2012).

entre si e geram debates e interesses distintos no ministério. Sobre este nível de ensino e os demais Bomeny apresenta o seguinte panorama:

> O Estado Novo resolveria o problema com uma solução engenhosa. Ao lado da reforma do ensino secundário, onde acabou prevalecendo a matriz clássica humanista, montou-se todo um sistema de ensino profissional, de ensino industrial que deu origem ao que conhecemos hoje como "Sistema S", ou seja, os Senai, Senac, Sesi etc. Coroando todo esse empreendimento, o ministério reestruturaria o ensino superior, criando e dando corpo ao grande projeto universitário. Esse projeto implicava a reordenação da tradição que abrigava diferentes faculdades esparsas que, na avaliação de especialistas do ministério, apenas forneciam diplomas para as profissões normais sem um plano de conjunto que caracterizava a vida universitária. Esperava-se da universidade que fosse articulada e preparada para a educação das elites que dirigiam a nação. Capanema empenhou-se no ensino universitário, certamente o mais ambicioso segmento de seu programa de reformas educacionais. No projeto Capanema, o preparo das elites teve prioridade sobre a alfabetização intensiva das massas. O ensino primário sequer foi tocado. O ministro estava convencido de que com verdadeiras elites se resolveria não somente o problema do ensino primário, mas o da mobilização de elementos capazes de movimentar, desenvolver, dirigir e aperfeiçoar todo o mecanismo de nossa civilização (Bomeny, 1999, p. 138-139).

Bomeny explicita na síntese acima a lógica empreendida pelo Estado Novo para gerir a educação no país. Os níveis de ensino secundário e superior foram os mais impactados pela atuação do ministério e gerou uma educação classista no país, na medida que os jovens vindos das classes elitistas tinham acesso ao ensino secundário e superior fundamentado nos estudos humanistas e os jovens das classes trabalhadoras que não alcançaram acesso naquela modalidade de ensino eram destinados ao ensino profissionalizante. A parcela de analfabetos do país não representava uma pauta de investimento e direcionamento do regime, como aponta a autora. Gustavo Capanema sela as prioridades do Estado Novo para a formação do "homem novo", privilegiando a faixa etária juvenil através de decretos.

Horta observa que a atuação do ministro revela uma mudança de orientação considerando a participação do mesmo no Movimento pela Escola Nova. Se antes, a defesa de "educar para a sociedade" para "formar o homem de ação" refletia seu pensamento, o ministro da Educação passa a falar em "educar para a Pátria" ou para "formar o cidadão consciente"[142]. Nesse sentido, Gustavo Capanema centraliza o ideal de patriotismo na política educacional do país, pois ela significava "dar aos alunos a compreensão e despertar neles o sentimento da pátria como um patrimônio a ser defendido e ampliado" (Horta, 2012, 162).

[142] Horta, 2012, p. 161.

Para ampliar o “sentimento da pátria” práticas educativas, físicas e cívicas são projetadas e articuladas entre si: “canto orfeônico, clubes patrióticos, festas e paradas cívicas, hasteamento da bandeira, participação dos escolares nos grandes eventos de comemoração de datas históricas e também no ensino de história” (Veiga, 2007, p. 265).

Gustavo Capanema, como observa também a pesquisa de Horta (2012) via na prática do canto orfeônico nas solenidades uma demonstração de civismo e patriotismo e de desenvolvimento da consciência patriótica dos jovens escolares.

> E será para o valor do canto orfeônico enquanto meio de educação cívica da juventude que Capanema apelará no momento de justificar, perante o presidente da República, sua proposta de criação de um Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, em agosto de 1942. Mas o ministro da Educação encontrará ainda outra justificativa: através do canto patriótico e das músicas populares a Juventude Brasileira poderia dar “expressão viva e comunicativa às suas festas e solenidades”, por meio do canto se tornariam “mais sólidos os vínculos de unidade moral da Juventude Brasileira” (Capanema, 1942c, *apud* Horta, 2012, p. 172-173).

Para o alcance desta ideologia o ministro não atuaria isoladamente. Competiria ao Ministério da Educação e da Saúde administrar o movimento nos estados por meio da formação

> de um conselho de coordenação das atividades educativas da Juventude Brasileira, presidido pelo chefe do governo estadual e composto da mais alta autoridade dos negócios educacionais da educação e de mais duas autoridades federais a que aí estiverem afetos os encargos administrativos da Juventude Brasileira (Brasil, 1940).

A verticalização imposta pelo decreto-lei atribuía aos interventores estaduais e secretários da Educação a tarefa de coordenar o movimento nos espaços regionais, que por sua vez destinariam às Diretorias de Instrução de cada estado as normativas para a organização do movimento. Contudo, não é possível dimensionar se a tarefa era amplamente alcançada, mas é fato que a presença destes agentes era notada pela imprensa como reporta a edição do jornal paulista Folha da Manhã de 06 de setembro de 1944. Ao noticiar a “Parada da Juventude Brasileira” na capital de São Paulo, SP, destaca a chegada do “sr. Fernando Costa, interventor federal do Estado, S. Exa., que se achava acompanhado pelo sr. Sebastião Nogueira de Lima, secretário da Educação” (Folha da Manhã, 06 set. 1944, p. 5). A mesma notícia afirmava que o interventor e o secretário passaram em revista “onde se achavam estacionados os desfilantes” e a seguir foram recebidos com uma “salva de palmas”.

> Teve início então, ao som das bandas musicais, a monumental Parada da Juventude, em que cêrca de 25.000 estudantes das escolas secundárias, normais, profissionais, associações de escoteiros, Escola Superior de Educação Física e representações dos grupos escolares desfilaram com garbo e imponência diante das autoridades governamentais, numa demonstração de ordem, organização e civismo (Folha da Manhã, 06 set. 1944, p. 5).

Acontecimentos repercutidos pela imprensa na época indicam que os desfiles do Dia da Juventude mobilizaram uma parcela expressiva da população brasileira. Além de dimensionar a presença do público e da quantidade de jovens presentes a imprensa publicava a composição da comissão[143] do evento. A referência à monumentalização do evento, ao ideal de cumprimento pelos jovens com "os seus deveres para com a Pátria" estabelecido no decreto-lei está presente nas representações da imprensa.

Semelhante representação acerca da "ordem", da "organização" e da composição da festividade foi publicada na última página da edição de 4 de setembro de 1945 do Diário dos Campos. Essa publicação antecipava ao leitor a programação da "Parada da Raça".

> Às 8 horas – Concentração para a grande Parada da Raça, com a participação dos estabelecimentos de ensino Públicos e particulares (Primário, Secundário, Comercial e Superior), 13º R. I., Entidades desportivas, de acordo com as instruções especiais a cargo do Cap. Elton Carvalho. Local de concentração – Praça Barão do Rio Branco, onde será armado o Altar da Pátria. Às 8,30 horas – Hasteamento da Bandeira Nacional pelo sr. Prefeito Municipal, com a presença das autoridades locais. Hino Nacional pela Banda do 13º R.I. Às 9,00 horas – Desfile da Raça perante as autoridades Federais, Estaduais e Municipais, postadas no corêto armado na esquina da Rua Augusto Ribas com a Avenida Vicente Machado. Itinerário – Rua do Rosário, Paula Xavier e Avenida Vicente Machado (Diário dos Campos, 04 set. 1945, p. 6).

---

[143] A comissão organizadora da Semana da Pátria de 1945 da cidade de Ponta Grossa, PR, é destada pelo Diário dos Campos com letras maiúsculas de imprensa, diferente da composição gráfica dos anos anteriores. Ao término da nota "Comemorações da 'Semana da Pátria": apêlo ao comércio e a indústria", os membros da comissão são nominados. Informava a notícia: "A Comissão dos festejos da "Semana da Pátria", tendo em vista que o dia 5 do mês, amanhã, e consagrado em todo o Território Nacional, a exaltação da JUVENTUDE BRASILEIRA e que a referida data deve ser condignamente comemorada com festividades cívicas correspondentes, conforme programa que já se acha elaborado, como parte integrante da "Semana da Pátria", apela ao Comércio e a Indústria desta cidade que, até às 12 horas do dia 5, amanhã, encerrem suas atividades afim de que todas as classes sociais, possam comparecer , á praça Barão do Rio Branco, para maior brilhantismo das significativas festas que vão realizar na manhã daquele dia. Solicita, outrossim, que seja hasteado, a hora regulamentar, o Pavilhão Nacional. Ponta Grossa, 3 de setembro de 1945. A COMISSÃO: CEL. ARLINDO M. DA CUNHA MENEZES – Com. I. D. 5ª. CLAUDIO MASCARENHAS – Prefeito Municipal. D. ANTONIO MAZZAROTTO – Bispo Diocesano. CEL. ARLINDO NUNES PEREIRA – Com. 13º R. I." (Diário dos Campos, 04 set. 1945, p. 1).

As imagens reproduzidas a seguir captaram dois momentos da festividade cívica alusiva ao mesmo acontecimento no espaço regional.

Fotografia 11 – Cerimônia do “Dia da Raça” na praça Barão do Rio Branco, setembro de 1945



Fonte: Museu Campos Gerais

Ao escolher o ângulo de captação da imagem o fotógrafo mapeia o território urbano e apresenta intencionalmente um dos momentos do rito cívico voltado para a juventude. Dá-lhe amplitude espacial com a visualização que alcança. A existência da fonte, chamada na época “fonte luminosa”, revela o elemento água presente na rigidez do concreto da paisagem urbana e é um marco visual de localização no espaço delimitado na praça com potencial de reforçar a memória afetiva daqueles que estiveram por incontáveis razões no local. A ação do fotógrafo retrata as construções urbanas e sua posição geográfica e física em relação a praça, o paisagismo, o calçamento e, capta a maior presença possível dos sujeitos sociais, sendo uma parte deles formado por crianças e jovens ao centro rodeados por adultos atuando no universo social e cultural da cidade de forma ordenada, disciplinada, estática e, possivelmente controlada e silenciada. A posição dos braços estendidos ao longo do corpo indica um gesto de respeito esperado para a ocasião, notadamente durante o canto do hino nacional. As faces voltadas para a frente em direção ao centro onde

foram posicionadas bandeiras nacionais é outro gesto a ser notado na imagem. Uma das bandeiras nacionais está estrategicamente elevada num mastro e a sua posição indica o centro simbólico do evento, ou seja, o "Altar da Pátria" era o espaço para o qual todos deveriam *olhar*.

A publicação da notícia no dia anterior pelo jornal se conecta à imagem captada no dia seguinte pelo fotógrafo. A projeção das sombras na imagem confirma que a cerimônia na praça ocorreu no período da manhã e foi seguida por um desfile com expressiva participação estudantil, do ensino primário ao superior. Participação esta captada na imagem da passagem de um grupo de jovens diante das "autoridades Federais, Estaduais e Municipais".

Fotografia 12 – Desfile do "Dia da Raça" na avenida Vicente Machado, setembro de 1945



Fonte: Acervo particular de Paulo Rogério de Almeida

No conjunto das cenas a posição dos corpos identificados pela indumentária foram incorporadas as imagens e as monumentalizam suscitando questionamentos e reflexões sobre identidade, cultura e memória acerca dos segmentos sociais que se fizeram presentes e experienciaram aquele acontecimento. Subjacente a cada imagem/documento um discurso clama por voz.

O registro datado (Fotografia 12) marca o último desfile sob a titulação de Dia da Juventude que recebia variações como “Dia da Raça” anotado em ambas fotografias. Os jovens desfilam obedecendo uma cadência de marcha e de movimentos de braços. A seleção da cena pelo fotógrafo inclui uma parcela do público e o palanque armado no cruzamento da rua Augusto Ribas com a avenida Vicente Machado, confirmando a notícia do jornal. Ocupando uma posição privilegiada em relação ao público, as autoridades civis e militares acompanham, do palanque, a marcha dos jovens. A instalação da rede elétrica na rua Augusto Ribas também foi captada pelo fotógrafo. Além do registro do ritual cívico, a fonte documental apresenta a duplicação da rua Augusto Ribas, o estilo arquitetônico e das construções e o planejamento urbano da época. A cena imagética apresenta o rito e condensa informações sobre o centro urbano e, desse modo revela-se intertextual, apresenta um recorte da arquitetura da cidade.

Com base nos vestígios do passado aqui expostos, conclui-se que a mobilização da juventude no espaço regional representava a interface em relação às festividades na capital da República, sendo os principais: a data, a presença dos escolares e das autoridades, o uso dos logradouros públicos. Sentidos e valores encenados nos logradouros públicos de ambos espaços dialogavam com os preceitos do projeto da Juventude Brasileira.

Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) afirmam que a Juventude Brasileira foi uma tendência fascistizante e que “poucas atribuições teria além de agitar flâmulas no Dia da Bandeira ou da Raça. O próprio Capanema, acompanhando o processo de redemocratização do após-guerra, trataria de dissolvê-la em 1945” (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 12), ou seja, Gustavo Capanema arquiteta o projeto, validando-o como decreto-lei e, passados cerca de cinco anos assume a incumbência de destituí-lo de valor legal.

Em linhas gerais o decreto-lei normatizava o movimento da Juventude Brasileira enfatizando a educação cívica, moral e física “dentro ou fora das escolas” para fomentar o sentimento de civismo e o culto aos dois principais símbolos nacionais, sendo a bandeira entendida como símbolo para o qual deveriam as crianças e jovens prestar “culto constante” e o hino “expressão do seu fervor em cada dia”.

A participação da instituição de ensino retratada a seguir contribui para a análise desta conjuntura.

4.1.1 A participação do Ginásio/Colégio Regente Feijó e a mobilização cívica

À medida que os centros urbanos cresciam “em decorrência da incipiente industrialização e consequente proletarização” (Subtil, 2024, p. 3) nas primeiras décadas do século XX, crescia também a demanda pela ampliação do acesso à alfabetização.

Em 1920, aproximadamente 75% dos brasileiros eram analfabetos (Veiga, 2007, p. 257). Dados sobre a instrução da população brasileira que constam no Censo Demográfico de 1940 e que foram estudados por Dresch apontam que

> 67,26% declararam não saber ler, nem escrever. Apenas 5,06% das pessoas possuíam diploma completo, fosse de grau elementar, médio ou superior. Até o grau médio, a diferença entre quantidades de homens e mulheres existiam, mas eram pouco expressivas se comparadas ao ensino superior. A população com ensino superior completo correspondia a 0,25% dos habitantes (Dresch, 2023, p. 147).

No Paraná, a necessidade de acesso à escola primária afetou “as reformas na Escola Normal[144], por meio de medidas racionalizadoras que viessem atender a essa demanda” (Subtil, 2024, p. 3). Devido ao seu papel político e econômico, Ponta Grossa “oferecia condições para a instalação de instituições educacionais em vários níveis” (Subtil, 2024, p. 3).

Em 1924, foram inauguradas as instalações da Escola Normal de Ponta Grossa[145] no prédio localizado em frente a Praça Barão do Rio Branco e este “apresenta as mesmas características arquitetônicas da Escola Normal de Curitiba” (Subtil, 2024, p. 3) e passa a integrar a Escola de Aplicação, a Escola Complementar e Jardim de Infância. Dessa forma equiparou-se não somente a Escola Normal da

---

[144] Estudos de Veiga (2007) apontam que a atuação de Anísio Teixeira no cargo de diretor de Instrução Pública no Rio de Janeiro, de 1931 a 1935 favoreceu a criação de uma nova “modalidade de organização da escola normal: O Instituto de Educação, referência para a formação de professores e criado também em todos os estados brasileiros” (Veiga, 2007, p. 257). Em âmbito regional a Escola Normal de Ponta Grossa passa a ocupar novas instalações em setembro de 1971 e tem a sua nomeação alterada para Instituto de Educação Professor César Prieto Martinez. A esse respeito ver o artigo de Luporini (1994) e o artigo de Subtil (2024).

[145] Considerando a importância da criação da instituição no contexto regional, sugere-se a leitura da obra de Luporini (1994), De escola normal a Instituto de Educação: a trajetória de uma escola, a qual levanta dados significativos acerca da história da educação na cidade.

capital do estado[146], mas também a Escola Normal de Paranaguá[147] quanto a estrutura física e arquitetônica, a metodologia de ensino e avaliação, recursos didáticos, mobiliário e modelo de contratação dos professores.

Devido a estruturação do campo educacional em um sistema nacional pós-Revolução de 1930, até 1938, o Paraná reorganiza e normatiza burocraticamente as instituições de ensino. Como lembra Subtil em "1936, os cursos gerais das Escolas Normais foram transformados em cursos ginasiais, obedecendo ao regulamento e aos programas do curso fundamental dos ginásios equiparados ao Colégio Pedro II" (Subtil, 2024, p. 5) localizado na capital da República. Ser equiparado ao Colégio Pedro II, representava *status* educacional e social à instituição, visto que este modelo foi "o primeiro colégio de instrução secundarista que passou a ser referência de ensino no Brasil, do Império à República" (Bittencourt, 2004 *apud* Martins, 2022, p. 69).

No ano de 1938 ocorre a junção do Ginásio Regente Feijó[148], que funcionava desde o ano de 1927 em outro prédio do centro urbano, ao curso ginasial da Escola Normal de Ponta Grossa. Contudo, ainda que tivessem a mesma direção, as referidas instituições de ensino funcionavam separadamente. Um ano depois, "foi autorizada uma troca de prédios devido ao elevado número de alunos do ginásio, e a escola Normal mudou de endereço" (Subtil, 2024, p. 5) e de nominação, pois passou a ser chamada Escola de Professores de Ponta Grossa sob nova direção.

Partindo das edições do Diário dos Campos, foi possível notar que a imprensa acompanha a alteração do nome da instituição. Já o ginásio passa a ser chamado

---

[146] A Escola Normal de Curitiba foi inaugurada em setembro de 1922. Atualmente recebe a denominação de Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Piloto. Assim como o Colégio Regente Feijó, o prédio está localizado na região do centro urbano.

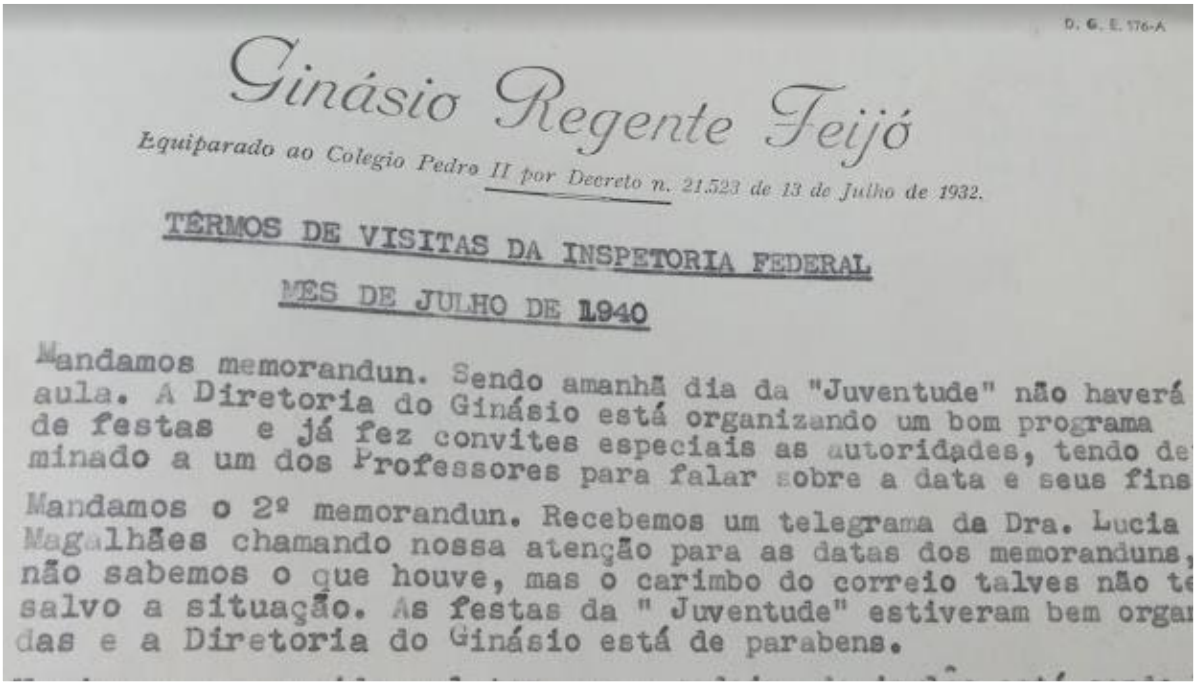
[147] A Escola Normal de Paranaguá foi inaugurada em 1927. Em 1967 recebe a denominação de Instituto de Educação Doutor Caetano Munhoz da Rocha e é tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná em 1991. No dia 04 de abril de 2026, um incêndio de grandes proporções atingiu o prédio consumindo o telhado e todos os pertences físicos que se encontravam no seu interior. Cerca de 1.635 alunos foram realocados em outra unidade educacional de Paranaguá sob supervisão da Secretaria Estadual de Educação do Paraná. A notícia foi amplamente divulgada pela mídia e causou comoção na cidade devido a importância e o simbolismo da instituição para a história educacional e cultural dos parnaguaenses.

[148] A criação do Ginásio/Colégio Regente Feijó é o principal objeto de pesquisa da dissertação de Mestrado de Martins (2022). Esta pesquisa tem um enfoque educacional e apresenta um levantamento de dados que dialogam com a sistemática adotada pelos dirigentes do regime político que antecede ao varguista voltado à implementação de ginásios secundários, sendo o Colégio D. Pedro II, criado em 1837 e considerado na época o modelo para o país. O Ginásio/Colégio Regente Feijó foi a primeira instituição de ensino secundário criada no interior do Paraná em 1927 e tal fato se deu devido a crescente demanda de alunos que se matriculavam no Ginásio Paranaense, em Curitiba que vinham do interior do estado. Martins (2022) aborda esta e outras questões que evidenciam a importância histórica de criação da instituição.

Colégio Regente Feijó a partir de 1942 nas edições do jornal. Esta instituição de ensino foi a mais citada nas programações das festas cívicas durante o estado-novismo na região e coordenou o primeiro desfile do Dia da Juventude para o qual mobilizou “uma comissão especial” (Diário dos Campos, 4 set. 1940, p. 1) para a festividade.

Tal fato é citado no Relatório do Curso Fundamental da instituição em setembro de 1940. Um recorte deste registro cita a adoção de convites e a defesa do inspetor geral da instituição em relação ao posicionamento da diretora da Divisão do Ensino Secundário localizado no Rio de Janeiro.

Figura 4 – Termos de visitas, Ginásio Regente Feijó, julho de 1940



D. G. E. 176-A

Ginásio Regente Feijó

Equiparado ao Colegio Pedro II por Decreto n. 21.523 de 13 de Julho de 1932.

TÊRMOS DE VISITAS DA INSPETORIA FEDERAL

MES DE JULHO DE 1940

Mandamos memorandun. Sendo amanhã dia da "Juventude" não haverá aula. A Diretoria do Ginásio está organizando um bom programa de festas e já fez convites especiais as autoridades, tendo de minado a um dos Professores para falar sobre a data e seus fins

Mandamos o 2º memorandun. Recebemos um telegrama da Dra. Lucia Magalhães chamando nossa atenção para as datas dos memoranduns, não sabemos o que houve, mas o carimbo do correio talves não te salvo a situação. As festas da " Juventude" estiveram bem orga das e a Diretoria do Ginásio está de parabens.

Fonte: Centro de Memória Colégio Regente Feijó

A comissão da instituição tal como as entidades esportivas e culturais faziam como estratégia de divulgação de suas atividades, endereçou também ao Diário dos Campos um convite e este é tornado público através da edição do jornal.

> Em nome da Comissão organizadora dos festejos ao Dia da Juventude Brasileira, tenho o grato prazer e a subida honra de convidar a V. S. para assistir às festividades que terá lugar no próximo dia 4, obedecendo o seguinte programa: - Concentração da Juventude escolar da cidade na praça Barão do Rio Branco, às nove horas da manhã, desfile dos escolares que será assistido pelas autoridades do palanque Oficial, previamente instalado à Avenida Vicente Machado, esquina com a rua Augusto Ribas. Contando desde já com a presença de V.S., para brilhantismo das solenidades,

> antecipo-lhe os meus agradecimentos. a) José Pinto Rosas “Pela Comissão” (Diário dos Campos, 04 set. 1940, p. 1).

Semelhante à programação do desfile de 7 de Setembro, as solenidades cívicas tiveram início pela manhã com a recepção de autoridades civis, militares e eclesiásticas, seguida do hasteamento da bandeira nacional pelo prefeito municipal ao som do “Hino da Pátria”, executado pela Banda de Música do 13º RI e cantado pelos escolares e pelo público presente seguido de discursos[149]. Captado pela imagem fotográfica, o evento representava o ponto de partida dos eventos cívicos de setembro de 1940.

Fotografia 13 – Celebração do “Dia da Raça” na praça Barão do Rio Branco, setembro de 1940



Fonte: Museu Cenas

O fotógrafo escolhe um ponto de captação de cena que projeta uma visão panorâmica do acontecimento. À esquerda o Auditório Carlos Gomes possibilita às

[149] Discursaram, segundo a fonte jornalística, o advogado Eloy da Cunha Costa e um dos redatores do Diário dos Campos, Ruy Amaral Prado.

“autoridades” a posição de destaque em relação aos demais sujeitos sociais durante o ritual. Escolares, militares e o público ocupam espaços distintos no calçamento. A área verde é preservada e há um considerável número de sujeitos aparentando gestos de escuta pertencentes a segmentos sociais distintos, acompanhando à distância o ritual que antecede o desfile. Todos contidos fisicamente por espaços definidos na trajetória do acontecimento na praça que durante a realização do mesmo assume um novo *status* para a coletividade: de espaço projetado para a sociabilidade urbana a praça concentra relações de poder daqueles que se encontravam no auditório em relação àqueles posicionados no calçamento central e lateral. Não há tensionamentos na fotografia, mas o rígido ordenamento dos corpos indica a vigência de uma prática social pautada pela obediência, pela disciplina e pelo controle.

Para Mauad (2016): “As imagens visuais, como documentos/monumentos, permitem-nos conhecer, por ângulos pouco habituais, a urdidura das relações sociais. No entanto, não basta olhar, é fundamental estranhar” (Mauad, 2016, p. 37). O excessivo disciplinamento captado pelas imagens pode causar estranhamento no tempo presente, contudo, na época em questão a composição dos ritos foi aceito socialmente e experienciado com a participação popular.

No dia seguinte ao acontecimento captado pela imagem o jornal divulga “O inicio oficial das grandes comemorações da “Semana da Patria”: o que foi, ontem, o ‘Dia da Juventude’”, elogiava a comissão organizadora da instituição de ensino e os sujeitos sociais que ocuparam o palanque oficial[150].

Majoritariamente formado pelos estabelecimentos de ensino, o evento deveria ser alvo da atenção da coletividade e, dessa forma, as atividades comerciais no período de realização do desfile estudantil foram proibidas e também ocorreram na data de 7 de Setembro. A celebração da data prevalecia sobre os interesses privados. A captação da imagem apresenta um complexo produtor de sentido e significado: os protagonistas do ritual já estavam estabelecidos e todos aparentavam agir conforme o padrão de gestos e condutas esperados para aquele acontecimento. A fotografia *testemunha* a mobilização cívica no logradouro público espacialmente mais amplo para comportar o quantitativo de munícipes.

---

[150] O primeiro desfile do Dia da Juventude no município contou com a presença das seguintes autoridades locais além do prefeito municipal: “tenente coronel Antônio José Belagamba, delegado regional de polícia, major José Schleder, Meneleu de Almeida Torres, juiz de Direito, Manuel Antonio da Cunha Neto, promotor público, bispo diocesano e membros da Comissão de Limites” (Diário dos Campos, 05 set. 1940, p. 1).

Quando repercute a realização do Dia da Juventude, o redator do jornal aponta um dado raramente citado nas notícias cívicas que ocorriam no mês de setembro: as demonstrações de patriotismo não eram unânimes. A "urdidura das relações sociais" apontada por Mauad está presente nas entrelinhas do acontecimento.

> Mesmo aqueles que não compartilham efetivamente das grandes demonstrações patrióticas que se veem realizando nesta semana memorável de civismo, sentem a satisfação intima de que alguma cousa de benéfico se está realizando em favor do Brasil de amanhã. Todas as classes têm procurado demonstrar o seu regozijo pelas festividades celebradas aqui e em todo o Brasil (Diário dos Campos, 06 set. 1940, p. 1).

A participação da imprensa pela mobilização ao civismo até o ano de 1945 abarca, por conseguinte, o novo acontecimento, o qual não contava com aceitação social absoluta e irrestrita, pois a representação em questão revela a existência de indícios contrários a manifestações cívicas. Em nenhuma edição a imprensa local nomeia, nas poucas referências que fez, aqueles que apresentavam um posicionamento diferente. Contudo, a breve passagem revela um nível de tensão entre interesses e discursos que circulavam na época.

Nos anos seguintes, a programação do Desfile do Dia da Juventude não foi organizada pelo Ginásio Regente Feijó. Ocorre a ampliação do número de desfilantes com a participação de representações esportivas, a ornamentação do "Altar da Pátria" programado para ser "erguido na parte sul da praça Barão do Rio Branco*"* e a realização da "Hora da Independência" em consonância com os eventos da capital da República, afetam a programação da festividade. A falta de previsibilidade definida, quanto ao dia, 4 ou 5 de setembro, tornam os meios de comunicação local, fundamentais para a informação da população quanto ao acontecimento. Em 1940, 1943 e 1944 a festividade ocorreu no dia 4 de setembro e nos anos de 1941, 1942 e 1945 no dia 5 de setembro.

Uma "Comissão Central" é formada a partir de 1941 para gerir a programação do Dia da Juventude sob a responsabilidade do 13º RI como aponta a citação abaixo:

> O "Dia da Juventude" em Ponta Grossa, foi um dia repleto de realizações, foi um dia de vitória, um dia que valeu por um espetaculo inesquecido. Por isso, está de parabéns a Comissão Central que promoveu as comemorações, o ilustre comando do 13º RI que destacou oficiais para organizar o desfile, todos os estabelecimentos de ensino, corporações esportivas e, por fim, todos os jovens que desfilaram com garbo na grande data da nossa Juventude (Diário dos Campos, 06 set. 1941, p. 1).

Essa normativa redefine o papel do Ginásio Regente Feijó. Ainda que citado como participante nos desfiles de 7 de Setembro e em todos os desfiles do Dia da Juventude, em 1941 à instituição de ensino foi atribuída a tarefa de selecionar entre as turmas aquelas que integrariam os ensaios, a apresentação do canto orfeônico sob a regência do maestro tenente Paulino Martins Alves e a indicação de um representante estudantil para discursar na cerimônia do Dia da Juventude. Soma-se a estas atribuições a tarefa do canto do hino nacional e culto à bandeira por meio de ritos no espaço escolar, uma "espécie de culto sacralizado" (Bittencourt, 2009, p. 66) com a presença de todos os alunos e profissionais de ensino.

No ano seguinte, a instituição deveria formar um "pelotão de bicicletas" para o qual os alunos deveriam vestir "calça branca e camisa esporte" (Diário dos Campos, 03 set. 1942. p. 1), preparar a prática de canto orfeônico de todas as turmas para o aprendizado das canções[151] que seriam apresentadas na solenidade do Dia da Juventude. Logo, ensinar o corpo discente a cantar hinos pátrios e canções populares com viés nacionalista, preparar o mesmo para o modelo de formatura em colunas, previamente estabelecido, obedecendo gestos corporais socialmente aceitos na época, orientar a etapa de concentração na praça Barão do Rio Branco junto aos estudantes, seguida dos rituais instituídos para o mesmo local e acompanhar a marcha dos corpos estudantis nas ruas do centro urbano, representavam tarefas complementares que ultrapassavam as fronteiras institucionais de ensino.

Com a chegada dessas tarefas, o corpo docente e os membros gestores da instituição também tiveram seu cotidiano profissional afetado pelas festividades cívicas de setembro e, em certa medida, alguns deles foram mais diretamente afetados em relação a outros.

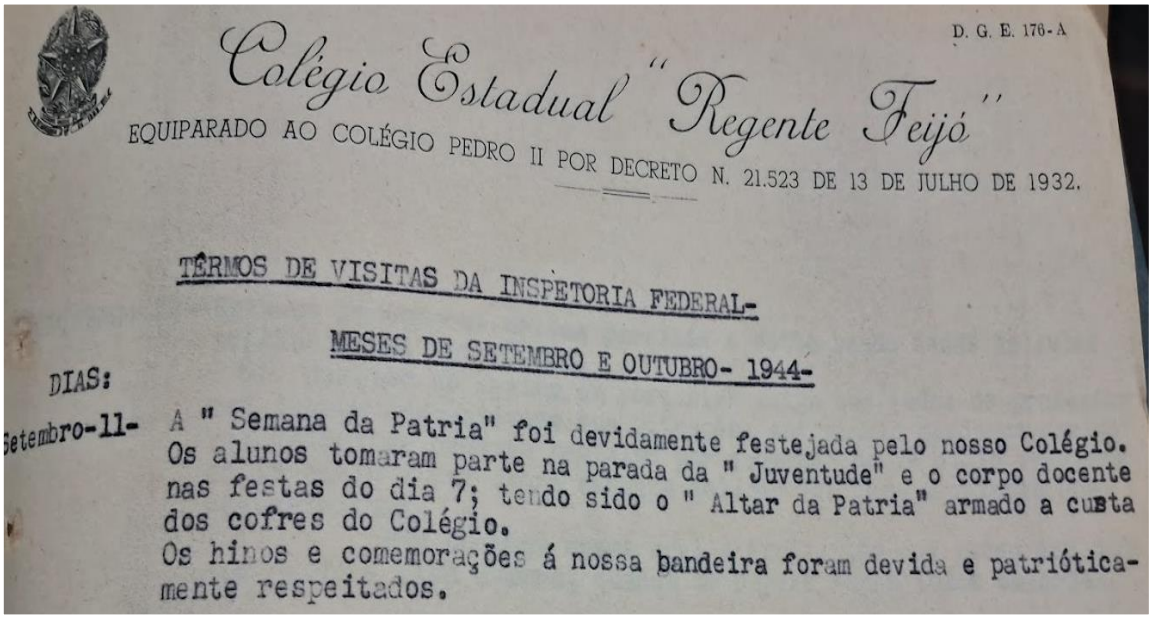
A ornamentação do "Altar da Pátria" ficaria a cargo do colégio em 5 de setembro de 1943 é um exemplo singular. Data na qual o "Hasteamento da Bandeira com Hino Nacional cantado pelos alunos do Colégio Regente Feijó" (Diário dos Campos, 04 set. 1943, p. 1) integrava o programa das comemorações. Outros quatro estabelecimentos[152] de ensino deveriam ornamentá-lo em outros dias previamente

[151] Em 04 de setembro de 1942 o jornal informava ao leitor as canções que seriam cantadas pelos estudantes durante a cerimônia do Dia da Juventude: "Luar do sertão", "Canção Matinal" e "Mocidade Brasileira" sob o arranjo do tenente maestro Paulino Martins Alves.

[152] Ornamentaram o "Altar da Pátria", a Legião Brasileira de Assistência no dia 4, o Colégio Regente Feijó no dia 5, Escola de Aplicação no dia 6 e os Colégio Sant'Ana, São José e Sagrada Família no dia 7, conforme dados levantados na edição de 1º de setembro de 1943 do Diário dos Campos.

definidos pela mesma programação. Ao publicar a notícia “Será condignamente comemorada a Semana da Pátria” em 1º de setembro de 1944, a imprensa repercutiu novamente a escala[153] de “ornamentação do Altar da Pátria” com a participação do estabelecimento de ensino. Previa-se também o hasteamento da bandeira nacional pelo diretor da instituição e canto do hino nacional por alunos e professores. O recorte do Relatório do Curso Ginasial de setembro e outubro de 1944, demonstra como o diretor do colégio representou a participação do mesmo.

Figura 5 – Termos de visitas, Colégio Regente Feijó, setembro e outubro de 1944



D. G. E. 176-A

Colégio Estadual "Regente Feijó"

EQUIPARADO AO COLÉGIO PEDRO II POR DECRETO N. 21.523 DE 13 DE JULHO DE 1932.

TÊRMOS DE VISITAS DA INSPETORIA FEDERAL-

MESES DE SETEMBRO E OUTUBRO- 1944-

DIAS:

Setembro-11- A " Semana da Patria" foi devidamente festejada pelo nosso Colégio. Os alunos tomaram parte na parada da " Juventude" e o corpo docente nas festas do dia 7; tendo sido o " Altar da Patria" armado a custa dos cofres do Colégio.
Os hinos e comemorações á nossa bandeira foram devida e patrióticamente respeitados.

Fonte: Centro de Memória Colégio Regente Feijó

Ao citar a armação do “Altar da Pátria”, o diretor explicita o uso de recursos financeiros como o retrato de uma tarefa que se impôs ao colégio. Já o “arriamento da bandeira nacional pelo aluno mais distinto do último ano” (Diário dos Campos, 01 set. 1944, p. 1) em um dos rituais da Semana da Pátria não pode ser interpretado simplesmente como um indicativo de abertura à representatividade estudantil, pois o registro revela o ideal de meritocracia social para fora das fronteiras do colégio, considerando que o discente “distinto do último ano” seria destacado entre seus pares, entre as “autoridades” e diante o público presente no evento. Acrescenta-se a este

[153] A escala previa a ornamentação no dia 4 de setembro pela Escola de Professores, no dia 5 de setembro pelo Ginásio Sant’Ana, dia 6 de setembro pela LBA e no dia 7 de setembro pelo Colégio Regente Feijó.

processo mobilizador a participação de membros do corpo docente da instituição nas "conferências" irradiadas pela rádio PRJ2 as quais compunham a programação.

A participação do Ginásio/Colégio Regente Feijó na programação da Semana da Pátria nos marcos temporais do Estado Novo foi efetiva. Os vestígios levantados para esta pesquisa apontam a atribuição permanente de tarefas para aquela instituição que conforme registrou a imprensa foi preponderante no dia 7 de Setembro de 1945:

> Às 8,00 horas – Hasteamento da Bandeira Nacional pelo Diretor do Colégio Regente Feijó com o cantico do Hino Nacional pelo corpo docente e discente do colégio. Às 18 horas – Arriamento da Bandeira Nacional a cargo do mesmo colégio e com as mesmas formalidades. Às 19,00 horas – Palestra na PRJ2 a cargo do Colégio Regente Feijó. [..] III – Ornamentação do Altar da Pátria: - Dia 5 – a cargo da Escola de Professores. – Dia 6 – a cargo do Colégio Regente Feijó. – Dia 7 – a cargo da LBA (Diário dos Campos, 06 set. 1945, p. 3).

A exemplaridade da trajetória do Ginásio/Colégio Regente Feijó é significativa para analisar o impacto das programações cívicas e do currículo oficial coordenado pelo MES e desenvolvido no universo escolar local. Outras instituições educacionais também foram impactadas pela programação destas diretrizes oficiais. Contudo, comparando os dados da fonte jornalística nenhuma outra unidade escolar foi recorrentemente mais citada pela imprensa no período em relação à participação nas cerimônias e nos desfiles. A descrição aqui esboçada retrata um recorte de participação da unidade escolar atrelada ao seu tempo e a seu espaço perpassada pelas diretrizes políticas e educacionais vigentes no estado-novismo.

De organizador dos rituais do primeiro Dia da Juventude comemorado na cidade a executor de tarefas cívicas, o Colégio Regente Feijó mantém uma relação de alinhamento junto às comissões organizadoras das festividades cívicas, notadamente formadas pelos representantes do poder executivo e instituição militar local.

4.1.2 A correlação das festividades cívicas com o pensamento eugenista e a organização dos programas de ensino da escola estado-novista

Outro alinhamento em curso no período abrangia não apenas o cotidiano escolar, mas toda a estrutura organizacional do ensino no país que resultou dos

embates ideológicos[154] que engendraram as reformas educacionais nas décadas de 1920 e 1930. Para Veiga (2007) estas reformas "tensionaram revelar a escola como lugar preponderante para o progresso da Nação" (Veiga, 2007, p. 273).

Para fora da ação política e ministerial e dos discursos dos intelectuais e educadores, o campo educacional já vinha sendo objeto de críticas de um grupo de técnicos que atuavam no campo sanitário e da engenharia que participavam das reformas urbanas em várias cidades desde os anos finais do século XIX. Médicos sanitaristas[155] e engenheiros criticavam o ambiente escolar devido a

> falta de asseio, ao mobiliário inadequado e a métodos que expunham os alunos à fadiga. Isso motivou a construção de novas edificações escolares higiênicas, como os grupos escolares, a disseminação de métodos didáticos que incentivavam a atividade dos alunos e a introdução das disciplinas higiene, ginástica e educação física no currículo das escolas normais, primárias e secundárias (Veiga, 2007, p. 260).

Os discursos desses profissionais consideravam as condições de moradia e de saúde das populações pobres uma anormalidade social, sem caracterizá-las como resposta às condições de trabalho e tampouco problematizavam outras questões como as sociais, as políticas, as econômicas, as educacionais e as sanitárias a que estavam sujeitas historicamente. Aos defensores desse discurso não interessava desmascarar ou mesmo problematizar as desigualdades do país, sendo a escravização, a opressão e a marginalização da população, majoritariamente formada por negros, marcos de um processo histórico e social mais amplo e, para tanto, formuladoras de um contradiscurso. "Buscou-se então a integração dos pobres aos valores burgueses, tendo como referência o trabalho, o lar e a escola, valores esses necessários para o seu saneamento moral" (Veiga, 2007, p. 260). Esses discursos não viriam desacompanhados de outro que emergia no Brasil desde o início do século XX o qual defendia "a profilaxia das raças e a propaganda do branqueamento da população" (Veiga, 2007, p. 260): o eugenismo.

Veiga observa que a difusão do pensamento eugênico e higienista elegeu o padrão físico das crianças brancas como parâmetro ideal de estudos e, desse modo formulou uma concepção sobre o corpo da criança visto "como objeto de experimentação e especulação científica" (Veiga, 2007, p. 264).

---

[154] A esse respeito ver Veiga (2007).

[155] Giesbrecht e Matos (2022) enfocam a repercussão dos discursos médicos em defesa da eugenia durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Também o discurso de Getúlio Vargas durante a 75ª Sessão desta Assembleia é analisado pelos autores.

Por eugenismo se compreende uma teoria de viés pseudocientífico, criada por Francis Galton (1822-1911) no século XIX que defendia a melhoria da espécie humana através de um processo de seleção racial. Difundida na Europa e nos Estados Unidos, com reflexo na América Latina, a eugenia influenciou os discursos políticos, sociais, educacionais e científicos porque foi apresentada como "ciência do aprimoramento humano" e, para além deste *status,* como observa Holowate (2018) "os defensores desse discurso colocavam-se enquanto um movimento social atuante na tentativa de aplicação na sociedade dos princípios do aprimoramento humano" (Holowate, 2018, p. 11).

Em entrevista concedida a Carvalho e Corrêa, Jerry Dávila, autor da conceituada obra "Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil - 1917-1945", publicada em 2006, avalia as questões de raça e a propagação das práticas eugenistas na educação do país. O encontro de fontes documentais em arquivos públicos consultados pelo entrevistado retratavam por um lado o emprego de práticas eugênicas no campo da saúde e da educação e, por outro, "mostravam as maneiras pelas quais esse pensamento era transformado em políticas públicas" (Dávila, 2016, p. 230). A composição desta investigação levou Dávila a afirmar "que o projeto da escola pública universal no Brasil é inseparável da história da eugenia" (Dávila, 2016, p. 230).

Um marco evidente da afirmativa de Dávila é o Título IV, Da ordem Econômica e Social, da Constituição de 1934 a qual previa no Art. 138, que caberia à União, Estados e Municípios "estimular a educação eugênica" (Brasil, 1934). Tal normativa compunha "os princípios da justiça e as necessidades da vida social" (Brasil, 1934) e explicita a circulação do pensamento eugenista no Brasil, tornando-o referendado oficialmente. Nesse documento previa-se também no Título I, Da Organização Federal, alínea g, a "naturalização, entrada e expulsão de estrangeiros, extradição; emigração e immigração, que deverá ser regulada e orientada, podendo ser prohibida totalmente, ou em razão de procedencia" (Brasil, 1934). Anterior à Constituição de 1934, o Decreto-Lei n. 24.215 de 9 de maio de 1934 já dispunha sobre a entrada de imigrantes no país e em que condições, incluindo as físicas, os mesmos poderiam ser aceitos e permanecer no país. Implícita na lei da época uma política racial excludente.

No plano internacional o eugenismo já repercutia no período entreguerras como aponta Dávila.

> A eugenia foi uma tentativa científica de 'aperfeiçoar' a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários - noção popular por toda a Europa e Américas no período entreguerras. Os cientistas voltaram-se para a eugenia como uma ciência de ampla abrangência, que combinava diferentes teorias sobre raça, hereditariedade, cultura e influência do meio ambiente em práticas e receitas que visavam 'melhorar' uma população nacional (Dávila, 2006, p. 31).

A eugenia não apresentava um único viés interpretativo[156] pois atendia "às variadas necessidades de acordo com os padrões culturais historicamente construídos nos ambientes em que ela teve contato e foi divulgada" (Holowate, 2018, p. 13).

A variedade de interpretações eugênicas no Brasil

> combinava com as idéias sobre raça defendida pelas elites brasileiras, que admitiam a inferioridade dos pobres e não brancos e, ainda assim, buscavam a possibilidade de recuperar essa população e, consequentemente, a nação. Para os brasileiros que a adotavam, a eugenia não era apenas um meio de aperfeiçoar indivíduos ou grupos específicos. Era uma forma de superar o que eles percebiam ser as deficiências da nação, aplicando uma série de diagnósticos e soluções científicas. Tratava-se de um nacionalismo eugênico que congregou médicos, sociólogos, psicólogos, higienistas e antropólogos (Dávila, 2006, p. 32).

A repercussão do pensamento eugenista[157], salientado por Dávila (2006), engendrou a formação de pensamento pautado por uma escala de valores da elite brasileira que abrangiam o ideal de aparência física, comportamento social, saúde, condições sanitárias e de educação em estreita vinculação com o nacionalismo

---

[156] A criação e a difusão do pensamento eugênico não foi passível de neutralidade. Uma vertente dos seus pseudos princípios alegavam a necessidade da não reprodução ou mesmo a ausência de auxílio de qualquer natureza para a sobrevivência do contingente populacional pobre e marginalizado. Partindo dos estudos do primo Charles Darwin (1809-1882) que fundamentava suas pesquisas na seleção natural, Francis Galton defendia a seleção artificial aplicada a seres humanos. Ele e os demais apoiadores deste modelo de discurso, entre eles o médico brasileiro Renato Ferraz Kehl (1889-1974), retratavam os pobres e não-brancos como mal-nascidos, degenerados e naturalmente inferiores. A naturalização da pobreza pelos defensores deste modelo negativo de eugenia, justificava para eles a ideia que os bem-nascidos não precisariam abrir mão de seus privilégios econômicos e sociais e a medida que os menos favorecidos geneticamente deixassem de existir o curso natural da evolução humana seria acelerado. Não por acaso a difusão desse discurso fomentou o ideário da esterilização humana e do genocídio que "foi praticada em diversos graus em países como Alemanha nazista, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos (Stepan; Borges, *apud* Dávila, 2006, p. 31). Outra vertente considerada eugenia positiva, foi adotada em vários países da América Latina e em alguns países europeus, a qual "sustentava que o cuidado pré e neonatal, a saúde e a higiene públicas, além de uma preocupação com a psicologia, a cultura geral e a forma física melhorariam gradualmente a adequação eugênica de uma população" (Dávila, 2006, p. 31).

[157] Weber e Matos (2023) realizaram um significativo estudo acerca do tema através do levantamento de fontes documentais no Brasil e em Portugal. Destacam que o pensamento eugenista se estendeu do campo médico para o intelectual e político afetando o atendimento à infância. Para além desta importante contribuição, as autoras mapeiam entidades brasileiras e portuguesas e produções impressas que na primeira metade do século XX difundiram a pseudociência e um modelo de pensamento discriminatório e preconceituoso nos contextos pesquisados.

vigente do período. Para fora do campo da medicina em que era debatido, o pensamento eugênico repercutiu na imprensa.

Uma contribuição acerca dessa premissa pode ser encontrada na pesquisa de Holowate (2018) sobre a difusão da eugenia através das páginas do Diário dos Campos de 1908 a 1916. Para o autor

> os discursos sobre a eugenia em Ponta Grossa constituem representações complexas, não se filiando apenas a uma ou outra corrente eugênica. Elas apresentavam variações, convergências e divergências em relação aos discursos nacionais e internacionais. Eram produzidas em meio a apropriações e veiculadas em uma configuração delimitada por interações sociais mediadas por negociações, debates e enfrentamentos, de forma que, as complexidades e peculiaridades das representações sobre a eugenia no meio local respondiam as necessidades individuais e da sociedade na qual eram produzidas e circulavam (Holowate, 2018, p. 17).

A produção e a circulação do pensamento eugênico repercute também nas notícias do jornal na Semana da Pátria. “A prova Rustica do dia 7 de Setembro”, noticiava ao leitor a organização de uma corrida definida pelo redator como digna de “apoio de todos aquelles que desejam que o aperfeiçoamento physico da nossa raça, se processe de um modo deveras benefico para que uma colmeia esportiva, como Ponta Grossa, possa apresentar uma pleiade de desportistas sãos e vigorosos” (Diário dos Campos, 29 ago. 1937, p. 5). Nas vésperas do evento o jornal concluíria que o mesmo prestaria “seu valioso concurso para que Ponta Grossa possa assistir pela manhã do dia 7 de Setembro uma exuberante demonstração physica esportiva” (Diário dos Campos, 02 set. 1937, p. 1).

A programação de atividades esportivas e competições em vários ambientes da vida social ponta-grossense foram recorrentes na época. A proximidade da Semana da Pátria não representava apenas a demonstração cívica dos desfilantes. Associada a ela competições esportivas nas escolas secundárias, nas associações e clubes esportivos e no quartel militar concorriam para a “demonstração physica esportiva”.

Com os desfiles do Dia da Juventude, os discursos eugênicos têm mais um meio de difusão por meio da exposição pública dos corpos juvenis. Ao citar as instituições participantes, a representação da imprensa local revela a observação do redator: “Também se fizeram presentes, numa bonita demonstração de civismo, os corpos de atletas do Ginasio Regente Feijó e da Sociedade de Educação Física Juventus” (Diário dos Campos, 06 set. 1941, p. 1).

Para o redator da notícia era preciso ressaltar

> dentre as entidades esportivas, a belíssima figura desempenhada pela equipe de atletas da Sociedade de Educação Física Juventus que, numa soberba demonstração de que no seu meio também se **aprimoram as qualidades civico-patrióticas**, desfilou com impecável garbo. Encabeçando a equipe vinham dois motociclistas, a seguir, o porta-bandeira empunhando o Pavilhão Pátrio e circundado por dois arremessadores com os respectivos dardos; e por fim, a turma de atletas abraçando parte das taças e troféus conquistados pelo clube. Na maioria daqueles peitos brilhavam medalhas (Diário dos Campos, 06 set. 1941, p. 6, grifo próprio).

Um dos momentos do acontecimento cívico do ano de 1945 reforça a representação do redator sobre a mostra de premiação nos desfiles como captado pela imagem a seguir:

Fotografia 14 – Grupo de alunos do Colégio Regente Feijó, setembro de 1945



Fonte: Museu Campos Gerais

Perfilados em três colunas, em uma das laterais da praça Barão do Rio Branco, os jovens, em posição de sentido, aparentam aguardar o comando para deslocamento. O modelo de camiseta que vestem, deixando a mostra os ombros e braços, e o elemento troféu segurado com a mão direita do jovem à frente dos demais

indica que o grupo participava de competições esportivas. Praticantes da educação física e, aparentemente sadios, calmos e disciplinados, os jovens na cerimônia cívica representam a eficácia curricular e ideológica da política pública educacional em vigor a qual dialogava com o pensamento eugenista.

Neste sentido Parada contribui com uma reflexão pertinente:

> Como ação eugênica, a prática desportiva seria um meio para a superação de um problema, de uma "falha" na formação nacional do brasileiro, sua fragilidade física decorrente da racial. A produção de um corpo sadio treinado nas técnicas da moderna educação física e forjado na prática desportiva permitiria, a longo prazo, o aperfeiçoamento da "raça". O hábito dos esportes adquirido na infância criaria uma nação saudável com corpos fortes e predispostos para o trabalho. (Parada, 2009, p. 189).

Adiciona-se à reflexão de Parada outro elemento almejado pelas práticas desportivas voltado a preparação dos jovens para a prática militar. Sabe-se que o Estado Novo almejava uma sociedade disciplinada. Desenvolver práticas disciplinares nos ambientes escolares com fim de preparação para as festas cívicas representava registrar "nos corpos e na memória as técnicas de sujeição propostas e impostas" (Parada, 2009, p. 29), ou seja, a construção do poder e a "construção das formas de sujeição e memorização desse poder" (Parada, 2009, p. 29) era indispensável para o regime e sua legitimação como poder soberano.

Nesse sentido Parada instala um posicionamento coerente e assertivo acerca do regime e das políticas públicas que foram articuladas na época:

> Nas cerimônias da *Hora da Independência* e do *Desfile da Juventude*, o público em questão não é o trabalhador nacional, mas sim o jovem escolar nacional. [...] Sua inserção no imáginário político do Estado Novo se fez a partir de discursos e ações que viam a juventude como recurso e reserva política que deveria ser cuidada. [...] O gerenciamento deste recurso foi exercido de forma difusa por várias instituições do governo federal; no entanto, coube ao Ministério da Educação e da Saúde boa parte da produção de políticas e discursos voltados para a juventude. O MES detinha o monopólio sobre as políticas escolares, definindo conteúdos, programas, livros, etc., além de ser responsável pela área da saúde. Sua atuação sobre a população infanto-juvenil cruzaria as políticas pedagógicas vinculadas ao cotidiano escolar com as políticas higienistas ligadas à puericultura e à proteção à maternidade (Parada, 2009, p. 40-41).

O gerenciamento do MES, por conseguinte, vincula práticas pedagógicas com as práticas de assistência social influenciadas pelo eugenismo e pelo higienismo com a finalidade de atender objetivos mais amplos do regime. Em voga naquele cenário, tratava-se do ideal de construir uma nação fisicamente sadia, disciplinada e civilizada.

Ao grupo infanto-juvenil foram destinados a prática de jogos esportivos, da ginástica, dos hábitos de higiene pensados pelos sanitaristas, a prática do canto orfeônico e a difusão dos "fundamentos morais e cívicos da nacionalidade" (Parada, 2009, p. 42) pensados pelos intelectuais/educadores. Tais atribuições no ambiente escolar significavam suprir as deficiências da família "e estimular sentimentos e hábitos que valorizassem o grupo como referência básica da identidade nacional" (Parada, 2009, p. 42). Com base nelas cada aluno deveria ser educado para encontrar na família, nos vínculos sociais, de afeto e na pátria o seu ideal de existência.

Compete aqui pontuar que o planejamento das festas cívicas, nas quais os desfiles representavam o apogeu das demonstrações "de disciplina, solidariedade com a comunidade nacional, ordem, saúde e modernidade" (Parada, 2009, p. 58) que o regime desejava ver encenados, estavam pautadas pela presença de sujeitos sociais em processo de aprendizagem e socialização.

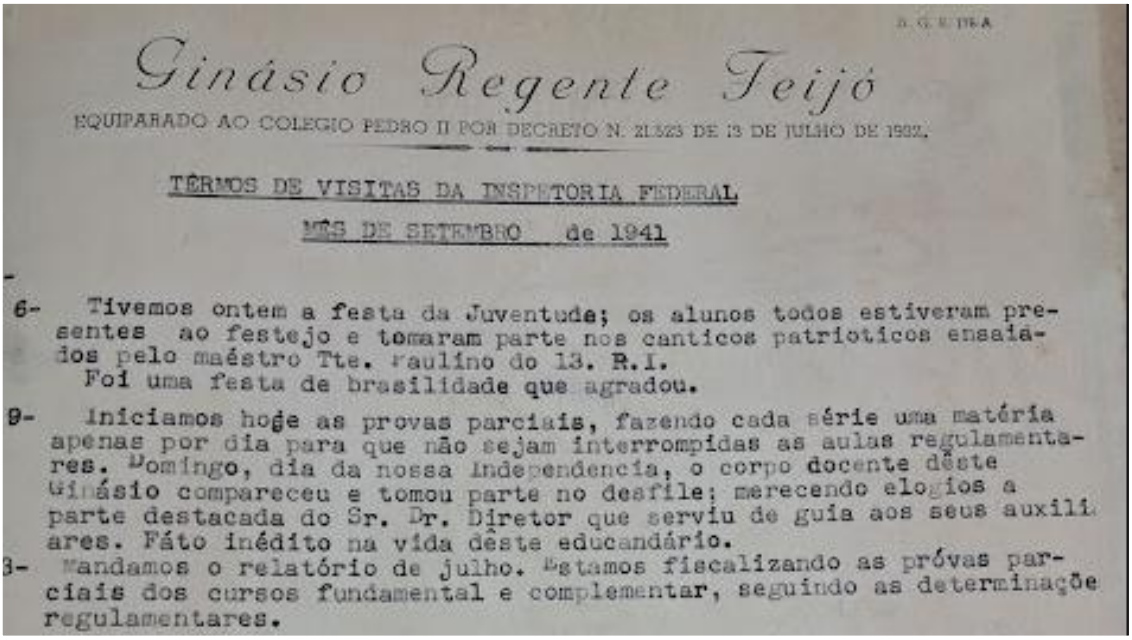
Para o alcance deste ideário o MES trabalha com outra parceria: o Ministério da Guerra.

> Entenda-se que a posição dos militares dentro do MES permite articular uma intervenção que atua sobre três vetores: o pedagógico, responsável pela criação de um modelo disciplinar ancorado em valores cívicos; o sanitário, pois estava em jogo a produção de um corpo sadio, o que permitiria a longo prazo o aperfeiçoamento da raça – eugenia; e o estratégico, relacionado à segurança nacional, ou seja, à invenção de um sentido de unidade através do qual o jovem estaria solidamente inserido na comunidade política nacional, como indivíduo ordeiro e disciplinado, incapaz de traição, revolta ou motim (Parada, 2009, p. 62).

A análise de Parada (2009) contribui para o entendimento acerca do papel da educação física nas instituições de ensino. Somado à ideia de aperfeiçoar a raça, a disciplina contribuiria com a preparação dos jovens para atuar nos quartéis como soldado, configurando, indiretamente, uma educação pré-militar. A atuação dos professores e instrutores da disciplina não pode ser menosprezada nesse processo, pois a projeção de suas atribuições era publicamente visualizada através dos desfiles cívico-militares.

Outro registro do Relatório do Curso Fundamental do Ginásio Regente Feijó em setembro de 1941 cita a participação total dos alunos, a prática do canto orfeônico e destaca a presença dos professores a qual teria recebido elogios.

Figura 6 – Termos de visitas, Ginásio Regente Feijó, setembro de 1941



Ginásio Regente Feijó

EQUIPARADO AO COLEGIO PEDRO II POR DECRETO N. 21.323 DE 13 DE JULHO DE 1932.

TÊRMOS DE VISITAS DA INSPETORIA FEDERAL

MÊS DE SETEMBRO de 1941

6- Tivemos ontem a festa da Juventude; os alunos todos estiveram presentes ao festejo e tomaram parte nos canticos patrioticos ensaiados pelo maéstro Tte. Paulino do 13. R.I.
Foi uma festa de brasilidade que agradou.

9- Iniciamos hoge as provas parciais, fazendo cada série uma matéria apenas por dia para que não sejam interrompidas as aulas regulamentares. Domingo, dia da nossa independencia, o corpo docente dêste Ginásio compareceu e tomou parte no desfile; merecendo elogios a parte destacada do Sr. Dr. Diretor que serviu de guia aos seus auxiliares. Fáto inédito na vida dêste educandário.

3- Mandamos o relatório de julho. Estamos fiscalizando as próvas parciais dos cursos fundamental e complementar, seguindo as determinaçõe regulamentares.

Fonte: Centro de Memória Colégio Regente Feijó

Sob o comando dos profissionais de ensino, os jovens escolares, de forma ensaiada e disciplinada, integravam-se à comunidade nacional, estendendo para fora das fronteiras das instituições de ensino a demonstração do processo de ensino-aprendizagem da educação física. Dessa forma, a disciplina tornava-se publicamente uma manifestação de educação cívica na qual se cruzavam práticas discursivas e disciplinares do Estado Novo.

A participação das crianças e jovens nas festividades cívicas de setembro não representou apenas um espetáculo de intensa pacificação social, pois este modelo de pacificação se prolongava para o cotidiano destas faixas etárias

> remetendo para práticas de pacificação e ordenamento social mais amplas, que não se esgotam na própria comemoração. Neste sentido, a articulação entre as cerimônias e as práticas escolares tornou-se um dos mais importantes *locus* onde se definiu a participação cívica da juventude durante o Estado Novo (Parada, 2009, p. 67).

Bittencourt (1990; 2009) ao analisar a criação das tradições nacionais e os rituais das festas cívicas aponta outra disciplina do universo escolar que tinha como tarefa a transmissão da memória nacional e que não era ação exclusiva dos professores nas instituições de ensino. “Além de ‘História da pátria’ ser tema preferencial de livros de leitura e das músicas escolares, havia outros recursos de

comunicação, com rituais e símbolos construídos para a institucionalização de uma memória nacional" (Bittencourt, 2009, p. 54). A construção de monumentos e estátuas simbolizavam a consolidação das "tradições nacionais" e os fundadores da nação, "necessários ao aprendizado da história da pátria" (Bittencourt, 2009, p. 82).

Para Bittencourt as instituições de ensino, em especial, a escola pública era

> obrigada a introduzir, para alunos provenientes de diferentes setores sociais, formas de socialização comuns a todos e contraditoriamente inculcar um conteúdo alicerçado nos feitos das "elites", únicos agentes dignos de figurar no rol dos construtores da nação. A missão da escola relativa ao ensino das tradições inventadas – preferencialmente a coesão nacional em torno de um passado único, construtor da nação – justificava a preocupação na organização das atividades cívicas criadas para reforçar essa memória. As tradições nacionais não poderiam, dentro desse contexto, ser tratadas apenas pelos livros didáticos acompanhados das preleções dos professores em sala de aula (Bittencourt, 2009, p. 58-59).

O ensino de História no contexto estado-novista torna mais necessária essa tarefa para a qual os professores de história não atuaram sozinhos. "O poder governamental, ao veicular pelos diversos programas de ensino para a escola a memória histórica desejável" (Bittencourt, 2009, p. 53), sustenta também outras estratégias para "perpetuar, na memória dos alunos, quem deve ser considerado agente histórico responsável pelos 'destinos de país'" (Bittencourt, 2009, p. 53). Para reforçar o aprendizado da memória autorizada pelo currículo escolar, os ritos cívicos intra e extra escolares não desempenharam um papel de coadjuvantes.

Através do ensino de História e do ensino da Geografia, da prática do canto orfeônico e da prática da educação física, o público juvenil era educado para servir a pátria. Ideologia disseminada por meio da educação moral e cívica, que mesmo não constituindo um programa curricular, estava integrada nas preleções dos profissionais de ensino que atuavam com essas disciplinas.

O Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, ao instituir a Lei Orgânica do Ensino Secundário, configurou uma normativa neste sentido, visto que nela o Capítulo VII foi destinado à educação moral e cívica.

Composto por três artigos, o capítulo sinalizava aos profissionais de ensino a incumbência de "desenvolver nos alunos o patriotismo, levando-os a vivê-lo a cada momento da vida escolar" (Horta, 2012, p. 166). O Art. 22, é específico ao impor às unidades de ensino secundário o "cuidado especial e constante na educação moral e cívica de seus alunos", visando a formação do caráter e do patriotismo de cada um. Acrescenta-se que o Art. 23, considerava requisitos essenciais para formação dos

alunos “o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade”. O Art. 24 vinha acompanhado de quatro parágrafos e vislumbrava que a educação moral e cívica não seria “dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico”, mas seria executada em “todos os programas que deem ensejo a esse objetivo”.

A lógica proposta pelo artigo se desdobra com a citação direta das disciplinas. O ensino da História do Brasil e o ensino da Geografia do Brasil eram entendidos como obrigatórios e correlatos ao ensino da história e da geografia geral e necessários “para a formação da consciência patriótica”.

O uso do canto orfeônico para o alcance desta ideologia é também destacada nas pesquisas de Dávila (2006). Para o autor, a atuação do idealizador musical do regime Villa-lobos espelhava os valores da elite brasileira e dos reformadores da educação[158] como Anísio Teixeira somado aos propósitos autoritários dos dirigentes do regime. Especialmente através dos ritos cívicos projetados para “datas históricas-chave ou para a visita de ilustres dirigentes estrangeiros” (Dávila, 2006, p. 248) as apresentações de canto orfeônico configuravam extensões do espaços educacionais como “disciplina social” (Dávila, 2006, p. 248).

Através da monumentalização dos eventos, como na capital da República, o programa musical projetado e regido pelo maestro representava uma alegoria educacional, performatizada pela disciplina e pela passagem da escuridão (folclore popular) para a brancura (cultura erudita). Ainda que se reconheça a presença de elementos linguísticos da cultura africana e dos povos originários nas composições do maestro, as mesmas na visão de Dávila (2006) simbolizam a interpretação de um intelectual branco sobre a cultura popular visando superá-la para difundir uma estética musical considerada clássica e majoritariamente branca.

No tocante à institucionalização do discurso racial no Brasil, Dávila compreende que o estado-novismo “lançou-se à construção de prédios, mas, pelo menos no caso da educação, o regime apenas deu uma nova face ao nacionalismo eugênico” (Dávila, 2006, 245) que estava em curso. Logo, durante o Estado Novo “[...] o papel da raça tornou-se mais fixo e as ligações entre educação, raça e nacionalismo mais evidentes” (Dávila, 2006, 245).

---

[158] Sobre a atuação de Anísio Teixeira e outros intelectuais que atuaram nos embates do movimento conhecido como Escola Nova, ver Dávila (2006), Bomeny (1999) e Veiga (2007).

As celebrações do Dia da Juventude, também denominado Dia da Raça[159], "ecoavam as do fascismo europeu" (Dávila, 2006, p. 245) e expressavam um dos elementos que caracterizaram o Estado Novo atreladas a um contexto educacional e político que dialogava com o pensamento eugênico, com as pautas das reformas educacionais e com a criação da temporalidade cívica instituída pelo regime.

4.2 "O PROGRAMA MILITAR": PARA ALÉM DA FRONTEIRA DO QUARTEL

Barreto (1917) descreve uma parada militar na obra literária "Recordações do escrivão Isaías Caminha".

> O ruído de uma fanfarra militar, enchendo a rua, veio agitar a multidão que passava. As janellas povoaram-se e os grupos arrimaram-se às paredes e às portas das lojas. São os fuzileiros, disse alguém que ouvi. O batalhão começou a passar na frente os pequenos garotos, depois a música estrugindo a todo o pulmão um dobrado canalha. Logo em seguida o commandante, mal disfarçando o azedume que lhe causava aquella inocente exhibição militar. Veio por fim o batalhão. Os officiaes muito cheios de si, arrogantes, apurando a sua elegância militar; e as praças bambas, molles e tropegas arrastando o passo sem amor, sem convicção, indifferentemente, passivamente, tendo as carabinas mortíferas com as bayonetas caladas, sobre os hombros, como um instrumento de castigo. Os officiaes pareceram-me de um paiz e as praças de outro. [...] Era talvez a primeira vez que eu via a força armada do meu paiz. Délla, só tinha até então vagas noticias (Barreto, 1917, p. 48-49).

A representação de Barreto traz elementos que caracterizam a passagem de uma parada militar. O uso da rua, o público desperto para ver passar o batalhão composto pelo comandante, pelos oficiais "cheios de si" e soldados "arrastando o passo sem amor" paramentados com armas dão vazão ao imaginário do escritor e a crítica social implícita ao caracterizar os oficiais como vindos de um país e os soldados de outro. Barreto abre então passagem para questões vinculadas às origens sociais, étnicas e hereditárias entre as divisões das Forças Armadas no contexto do início do século XX. Ao incluir a citação "Era talvez a primeira vez que eu via a força armada do meu paiz", Barreto, representa a ideia de deslocamento das chefias e tropas militares. Os militares não ocupam apenas os quartéis. Dependendo do objetivo

[159] Dávila recupera nos apontamentos de pesquisa sobre o Dia da Raça o relato de Norma Fraga. Participante nos eventos cívicos que ocorriam na capital da República na juventude, Norma Fraga rememora a presença de Getúlio Vargas e o gosto de participar dos desfiles do Dia da Raça, porém a questão da raça não era diretamente enfocada segundo seu relato e a presença dos jovens era considerada obrigatória.

traçado pela hierarquia militar, ocupam logradouros públicos e se expõem publicamente em várias instâncias do tecido social e político.

Se a personagem de Barreto tinha "vagas notícias" sobre os militares, o mesmo não se pode afirmar sobre a publicidade alcançada pelas Forças Armadas durante o regime de Getúlio Vargas, com destaque ao Estado Novo.

Além do Brasil, o envolvimento de militares no campo político se fez notar em vários países que enfrentaram esta questão. Portugal, Espanha, França e Grécia são exemplos da Europa. Sudão e Nigéria na África. Tailândia na Ásia.

Fico (2025), por meio da obra Utopia Autoritária Brasileira, analisa várias intervenções vinculadas a presença das forças militares na gerência do Estado desde as vésperas da deposição de Dom Pedro II (1825-1891) a ditadura militar instaurada em 1964. Entre as intervenções que aborda está as relações estabelecidas entre os militares e Getúlio Vargas com o advento do golpe de 1937[160]. A análise de Fico não deixa dúvidas acerca desta coalizão.

> Para os militares, era vantajoso dar o golpe e manter Getúlio Vargas no poder, de modo a garantir a satisfação de seus interesses e, ao mesmo tempo, não caracterizar uma ditadura militar. Para Vargas, era fundamental ter o apoio militar para sua permanência. Por fim, tanto para os militares quanto para Getúlio Vargas era fundamental controlar os governos estaduais (Fico, 2025, p. 208).

A estratégia do controle militar sobre as interventorias dos estados tinha um motivo bélico: os armamentos sob a chancela das polícias militares regionais eram superiores em números se comparados com os efetivos das forças militares. Fico (2025) exemplifica o caso do Rio Grande do Sul:

> Segundo Cordeiro de Farias, a força estadual gaúcha "era um poder paralelo, que competia com as forças regulares". Flores da Cunha havia apoiado o governo federal quando "Revolução Constitucionalista" de 1932 e, por isso, recebeu armamento do exército e aumentou o contingente da brigada militar gaúcha. Além disso, foi autorizado a constituir os chamados "corpos provisórios", tropas improvisadas com civis reunidos por chefes políticos, algo que era bastante comum no Rio Grande do Sul (Fico, 2025, p. 208-209).

Com o propósito de ultrapassar as polícias militares "em termos de efetivo e armamentos" (Fico, 2025, p. 209) a coalizão do presidente com as chefias militares

---

[160] A adesão das chefias militares ao golpe de 1937 não pode ser considerada unânime. Fico (2025) cita o nome de quatro militares que não aderiram a ele: os generais Pompeu Cavalcanti, Pantaleão Pessoa, Guedes da Fontoura e Pantaleão Teles, todos reformados. Eduardo Gomes, na época coronel da Aeronáutica, pediu demissão do 1º Regimento de Aviação, em protesto, mas não foi punido (Fico, 2025, p. 216).

tinha por tática submeter estes aparatos de estado à condição de forças complementares. Subjugar as interventorias dos estados era uma estratégia intencional e decisiva para tanto, a qual também pode ser considerada um planejamento de governo.

> Em alguns casos – e até como demonstração de força – Vargas simplesmente decretou interveção federal, justificando-a a partir de conflitos locais e amparando-se no estado de guerra. O estado de guerra dava a Getúlio Vargas muitas vantagens, uma das quais era a possibilidade de nomear o executor estadual. Regra geral o interventor era nomeado executor do estado de guerra. No caso de estados que não apoiassem o governo federal, Vargas nomeava como executor o general comandante da respectiva região militar. Flores já havia declarado, em abril de 1936 que Vargas queria se perpetuar no poder e que os militares eram o verdadeiro perigo para a nação. Um ano depois, Vargas transferiu a execução do estado de guerra no Rio Grande do Sul para o comandante da 3ª Região Militar. (Fico 2025, p. 209).

Os dirigentes militares atuam diretamente nas frentes de poder como exposto por Fico e dessa forma, consolidam sua atuação para fora dos quartéis e dos gabinetes do Ministério da Guerra. A ocupação dos cargos na gestão dos estados por militares e civis escolhidos por Getúlio Vargas e a cúpula militar não é simbólica e sim indicativa da estratégia de centralizar o poder e impedir a atuação de forças políticas regionais dissonantes.

Neste sentido, a seleção da imagem seguinte é representativa da coalizão de interesses econômicos e políticos no Paraná.

Fotografia 15 – Getúlio Vargas e comitiva no Paraná, janeiro de 1944



Fonte: Museu Campos Gerais

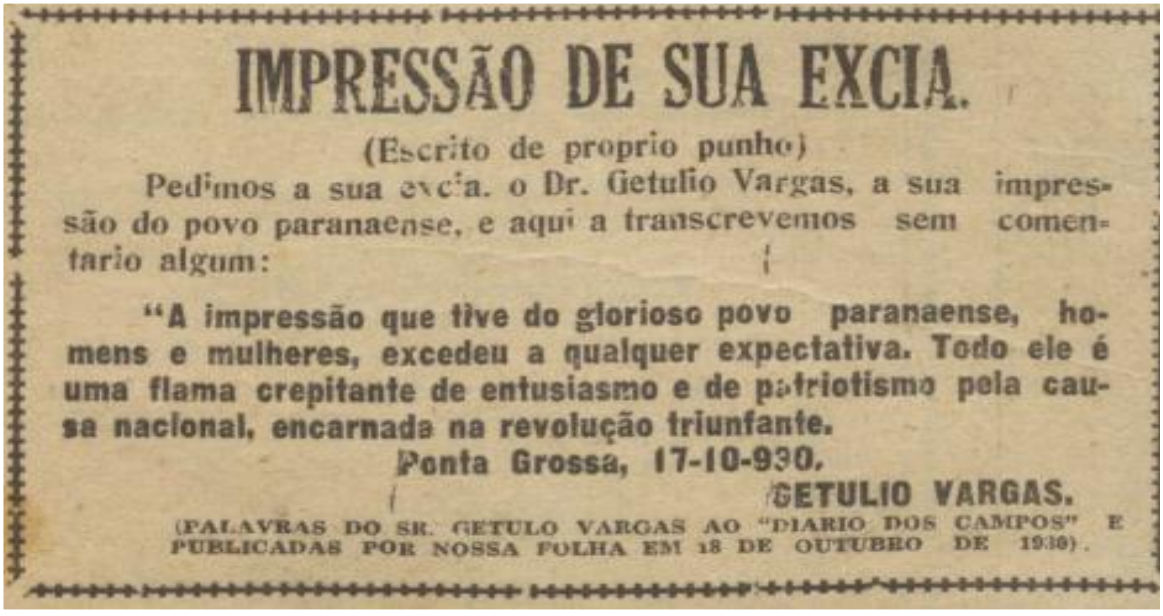
A cena retrata uma comitiva civil-militar em terras paranaenses. Juntos no centro da imagem, o “governador da cidade”, o “interventor federal do estado” e o “chefe da nação” caminham ladeados por chefias militares. Getúlio Vargas está à direita, entre Manoel Ribas e um chefe militar. À esquerda caminha o prefeito Albary Guimarães. Seguia a comitiva o proprietário-diretor do Diário dos Campos, José Hoffmann, atrás do “preclaro chefe da Nação”. Juntos representavam o poder executivo municipal, estadual e federal acompanhados de chefias militares e da imprensa. Logo, a publicidade dispensada à “visita do Presidente Vargas ao Paraná” repercutiu com intensidade nas páginas da imprensa regional.

Dois dias antes da chegada de Getúlio Vargas e sua comitiva ao estado, o Diário dos Campos conclamava a população a deixar seus interesses particulares do cotidiano para expressar ao “chefe inconfundível que despertou o Brasil para as suas gloriosas arremetidas” (Diário dos Campos, 23 jan. 1944, p. 1) gestos de vibrante civismo. Afeito a publicação das programações de eventos, o jornal local, roteiriza ao leitor todo o trajeto de Getúlio Vargas. Dia, horário e a previsão de cidades visitadas explicitam o acesso prévio do jornal à “alvissareira notícia”. Getúlio Vargas chega a Curitiba em 24 de janeiro. A expectativa em torno da visita e a busca pela repercussão

regional do fato torna a data, inesperadamente, um feriado decretado pelo interventor do estado Manoel Ribas dois dias antes e justificada como “alta significação” para o Paraná devido aos “relevantes serviços de s. Excia.” e oportunidade para o povo paranaense “prestar a s. Excia. as mais efusivas demonstrações do seu elevado apreço e incondicional apoio, neste momento da vida nacional”, decreta: “[...] Art. Único – É considerado feriado em todo o território do Estado, o dia 24 de janeiro de 1944. Revogam-se as disposições em contrário” (Diário dos Campos, 23 jan. 1944, p. 1).

A chegada do líder político a Ponta Grossa oportunizou à imprensa local rememorar a sua primeira passagem em outubro de 1930. Nesta edição estampava uma foto de Getúlio Vargas e textos enaltecendo sua figura política e as representações da imprensa sobre o significado que atribuía a cidade a passagem do “capitão de todas as vitórias, do passado e do porvir” (Diário dos Campos, 25 jan. 1944, p. 1).

Figura 7 – Impressão de Getúlio Vargas sobre Ponta Grossa, outubro de 1930



IMPRESSÃO DE SUA EXCIA.

(Escrito de proprio punho)

Pedimos a sua excia. o Dr. Getulio Vargas, a sua impressão do povo paranaense, e aqui a transcrevemos sem comentario algum:

“A impressão que tive do glorioso povo paranaense, homens e mulheres, excedeu a qualquer expectativa. Todo ele é uma flama crepitante de entusiasmo e de patriotismo pela causa nacional, encarnada na revolução triunfante.

Ponta Grossa, 17-10-930.

GETULIO VARGAS.

(PALAVRAS DO SR. GETULO VARGAS AO “DIARIO DOS CAMPOS” E PUBLICADAS POR NOSSA FOLHA EM 18 DE OUTUBRO DE 1930).

Fonte: Diário dos Campos, 25 jan. 1944.

Na edição do dia seguinte, o jornal reproduzia as despedidas de Getúlio Vargas aos ponta-grossenses por intermédio do prefeito:

> É sempre com emoção que me lembro de Ponta Grossa e foi com emoção maior que a revi hoje, evocando com saudade os memoraveis dias que aqui

> passei, em outubro de 1930. Peço-lhe, pois, que transmita a este povo laborioso e nobre os meus protestos de simpatia e apreço. (Palavras do Presidente Vargas ao Prefeito Albary Guimarães, quando, no aeródromo de Uvaranas, s. Excia. Se despedia do edil pontagrossense) (Diário dos Campos, 26 jan. 1944, p. 1).

Com base no roteiro publicado pelo Diário dos Campos, o mandatário esteve em Ponta Grossa, Imbituva e Monte Alegre no dia 25 de janeiro. A visita à região de Monte Alegre estava voltada às obras da represa da Usina Hidrelétrica de Mauá e às instalações da Indústria Klabin de Celulose. No dia 27 de janeiro, seguiria para Londrina e Jacarezinho e no dia 28 para Guaíra, região oeste do estado. Região esta na época denominada Território do Iguaçu.

Durante a estadia em Monte Alegre, Getúlio Vargas recebeu às 22 horas uma homenagem da população local com “grande desfile, o qual terminou com a marcha do facho luminoso" (Diário dos Campos, 27 jan. 1944, p. 10). E é nessa região que o líder político cancela a viagem às cidades de Londrina e Jacarezinho seguindo para Foz do Iguaçu.

Após deixar essa região, Getúlio Vargas e sua comitiva visitariam algumas localidades do Território de Ponta Porã (atual Mato Grosso do Sul). Acompanhando a sequência de edições que noticiavam o fato, notou-se a realização de discursos, jantares, churrascadas, desfile e massa popular demonstrando com palmas seu apreço ao presidente em todas as localidades visitadas. Presentes na comitiva e citados pelos jornais, algumas chefias militares acompanharam o presidente em todas as localidades e eventos do trajeto de visitas ao Paraná, tal como faziam outras chefias militares que o acompanhavam nas celebrações cívicas.

A presença dos militares nos eventos cívicos regionais representava a extensão desta coalizão político-militar. Como bem observou Fico (2025, p. 218), eventos como a celebração do dia da Bandeira em 27 de novembro de 1937 se tornaram frequentes na ditadura do Estado Novo. A compilação de dados levantados através das fontes documentais nesta pesquisa, indicam que a presença dos militares nas festas cívicas da capital da República e nos espaços regionais foi efetiva, visto que as comissões que programavam estes eventos eram encabeçadas pelas chefias militares em parceria com o Poder Executivo de cada região. De norte a sul, de leste a oeste, o Estado Novo comemora a si mesmo sob o *olhar* das chefias militares. O apelo “a submissão incondicional às autoridades e à ordem estabelecida como forma de demonstrar patriotismo foi reforçado nos anos finais da década de 1930, à medida

que o exército brasileiro reforçava-se no poder e participava das questões educacionais" (Bittencourt, 2009, p. 64). Neste sentido se afirma que o "Programa Militar" ultrapassa as fronteiras dos quartéis e atinge o campo educacional. A questão disciplinar interna nos quartéis era uma preocupação para as chefias militares, em razão disso

> o Exército vinha cuidando de modificar substancialmente sua prática disciplinar, substituindo punições físicas e castigos por um tipo de treinamento formalizado em 'disciplinas' a serem ensinadas: a educação moral, a educação cívica, religiosa, familiar e a educação nacionalista. Assim fazendo, o Exército elabora ao longo do tempo uma pedagogia que irá inspirar posteriormente a educação da infância e da juventude fora dos quartéis. **O conteúdo dessa pedagogia era a inculcação de princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições**. Estes eram os ingredientes necessários para pôr fim ao 'pacifismo ingênuo' da sociedade brasileira que, conforme Dutra diria ainda no início da década de 1940, era um obstáculo que precisava ser ultrapassado (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 84-85, grifo próprio).

Outra passagem apontada por Schwartzman, Bomeny e Costa é um indicativo das intenções do ministro da Guerra em vincular as questões de segurança nacional com a educação e o reconhecimento de entraves a esta possibilidade.

> Em documento reservado dirigido ao presidente Vargas em 1939, Dutra define a educação como setor de atividades estreitamente ligados aos imperativos de segurança nacional. 'O problema da educação, apreciado em toda a sua amplitude, não pode deixar de constituir uma das mais graves preocupações das autoridades militares'. Prossegue: 'Brasil reclama um sistema completo de segurança nacional, o que pressupõe, fundamentalmente, uma entrosagem dos órgãos federais, estaduais e notadamente municipais, incumbidos da educação e da cultura. Nunca se tornou tão imperativa, como no atual momento, essa necessidade. E, não obstante, assinalam-se, no setor pedagógico do Brasil, muitos obstáculos a serem vencidos, para que o objetivo da política de segurança nacional possa ser completamente alcançado' (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2009, p. 86).

O pensamento do ministro militar recuperado pelos autores revela clara intencionalidade institucional reforçada pelo uso das expressões "problema da educação", "graves preocupações das autoridades militares", "sistema completo de segurança nacional". A pretensa "entrosagem" manifestada pelo ministro revela, por conseguinte, falta de consenso entre os militares e os profissionais de ensino acerca do papel do campo educacional na chamada segurança nacional no período. Desejava o ministro da Guerra que a ação pedagógica privilegiasse em todo o território nacional a doutrinação ideológica dos escolares pautada pela "ordem, a disciplina, a hierarquia e o amor pela pátria" (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 87). Quanto maior fosse o alcance dessa ideologia maior seria "a construção de barreiras eficazes

à propagação de doutrinas consideradas perigosas à defesa da nacionalidade" (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 87). Ainda que não se realizasse plenamente, a ideia de doutrinação militar nas instituições de ensino foi "ensaiada de diversas maneiras" (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 89) e dessa forma afetou o campo educacional no país.

A influência da área militar no campo educacional já era defendida na década de 1910 pelo escritor Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918). Na visão de Olavo Bilac faltavam demonstrações de civismo e o patriotismo dos brasileiros devido a ausência de empenho educacional. Buscou através de uma campanha por todo o país, como conta Bittencourt, difundir o "espírito nacionalista entre a juventude" (Bittencourt, 2009, p. 61) e fazer apologia ao serviço militar obrigatório[161]. A ação desse

> intelectual, autor do Hino à Bandeira e de inúmeras poesias patrióticas que foram declamadas por alunos em várias gerações, [...] baseava-se na denúncia da ausência de patriotismo dos brasileiros como fonte principal dos males do país. O antipatriotismo dos brasileiros era fruto de uma educação mal conduzida e, segundo Olavo Bilac, a solução estaria na escola e no quartel (Bittencourt, 2009, p. 61).

Olavo Bilac não problematiza questões de natureza social, política ou econômica da época, atribuindo a escola uma missão patriótica para "criar a vinculação militar-povo-nação" (Bittencourt, 2009, p. 62), e defende a prática do escotismo para o alcance desta ideologia. Note-se que tal prática é defendida também por grupos militares que atuaram na fase de discussões sobre o projeto de elaboração da Juventude Brasileira na década de 1940. A pedagogia formulada pelos militares inspirava-se em Olavo Bilac, como sustentação do ideário disciplinador (Bittencourt, 2009, p, 64). Pensamento também sustentado por Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 85):

> A justificação simbólica deste projeto era buscada na figura de Olavo Bilac, que tivera um papel tão importante, nas primeiras décadas, no fortalecimento do Exército brasileiro e na implantação do serviço militar obrigatório. A ideia de Bilac, mais tarde retomada, era a de 'formar o cidadão-soldado através da interpenetração cada vez mais estreita entre Exército e o povo, e que tinha o serviço militar como seu principal instrumento'.

[161] McCann (1982) por meio da obra "A nação armada: ensaios sobre a História do Exército Brasileiro", apresenta um capítulo sobre o serviço militar obrigatório no qual aborda a cronologia de formação dos efetivos militares.

O culto à bandeira, ao canto do hino nacional e a leitura de obras didáticas produzidas por Olavo Bilac foram expressões do ideário bilaquiano, as quais foram renovadas no decorrer dos anos vinte e trinta" (Bittencourt, 2009, p. 65). Bittencourt chama atenção para o fato do ideário bilaquiano ter subordinado os profissionais de ensino a prática dos "rituais impostos pelos militares. Estes passaram a ser considerados como os principais agentes de preservação e do incentivo ao patriotismo" (Bittencourt, 2009, p. 65).

Durante o Estado Novo,difusão desse ideário circulava também por meio de publicações[162] destinadas aos espaços militares. Fora dos quartéis a publicidade do pensamento militar já estava em curso na imprensa sob outros aspectos. Novamente, a exemplaridade do jornal Diário dos Campos contribui para a apresentação de outra análise, de outro estudo vinculado às conexões que os militares estabeleciam com a sociedade civil pontagrossense por meio do 13º RI.

4.2.1 A participação do 13º Regimento de Infantaria e a mobilização cívica

Em 5 de outubro de 1937, o Diário dos Campos, trazia no centro da primeira página uma notícia acompanhada da imagem da fachada do prédio do 13º RI, feito raro para edições do período. Em "Ponta Grossa contará com um dos maiores quarteis do sul do Brasil", o redator noticiava a visita de dois comandantes do 13º RI que "vieram à nossa redacção afim de trocarem ideias conosco a respeito dos preparativos para as comemorações do Dia da Patria" (Diário dos Campos, 05 set. 1937, p. 1). Na ocasião, o militar de mais alta patente informou o redator sobre o encaminhamento do pedido da construção de novo prédio[163] para o quartel ao "commando da Região" e a aprovação do mesmo. Interpretado como "auspicioso facto", a ampliação do espaço físico do quartel representava no imaginário do redator uma dívida da população local com o informante que "muito ficará a dever a dedicação sem par do preclaro militar".

---

[162] A esse respeito Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) citam a revista militar intitulada " A Defesa Nacional".

[163] Na época o 13º RI contava com o prédio construído em 1923 para as atividades de comando militar e outras dependências para o aquartelamento dos soldados. Segundo Frizanco, Soares Júnior e Mayer (2009), o general Eurico Gaspar Dutra "visitou o 13º RI, em 7 de julho de 1937 e nesta visita, provavelmente, foi tratado sobre a construção das novas instalações do 13º RI, pois em 1º de outubro de 1937 foi efetuada a Solenidade de Lançamento da Pedra Fundamental do novo Quartel do 13º Regimento, com a presença de várias autoridades" (Frizanco; Soares Júnior; Mayer, 2009, p. 392).

Outro aspecto na notícia revela os laços de sociabilidade da imprensa com os militares de alta patente. Encontrar notícias sobre o 13º RI, incluindo entre elas o anúncio de homenagens a comandantes e discursos vinculados a eles era recorrente nas páginas do Diário dos Campos. Na semana que esta notícia foi publicada outra repercutia a "Distribuição dos premios aos vencedores das provas disputadas no Dia do Soldado" (Diário dos Campos, 04 set. 1937, p. 1).

Tal evento fazia parte do roteiro estabelecido para as festividades no dia 7 de Setembro e suscita um questionamento: Por qual razão a data da premiação não ocorreu na mesma data das competições? A imprensa local não emite informações precisas, mas dá indicativos que a premiação naquele dia representava viabilizar maior destaque ao evento no quartel, a "data consagrada á commemoração do grande gal. brasileiro que foi o Duque de Caxias e que passou a ser observada em todas as unidades do Exercito nacional sob a denominação de o 'Dia do Soldado' (Diário dos Campos, 22 ago, 1937, p. 4) e a demonstração de patriotismo dos soldados. Antes mesmo das "premiações", as "provas athleticas" repercutiam como notícia[164] em edições anteriores, e dessa forma os soldados participavam de duas programações contínuas, sendo o 25 de Agosto e o 7 de Setembro.

As pesquisas de McCann (1982) e Castro (2002), sobre a história da formação do Exército Brasileiro indicam que em 1923, Eugênio Vilhena de Morais, funcionário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sugeriu "que o Exército comemorasse oficialmente o 120º aniversário do nascimento de Caxias e o centésimo aniversário de seu ingresso no Exército" (McCann, 1982, p. 522). Criava-se naquele momento a tradição de homenagear Luis Alves de Lima e Silva (1803-1880), sugestão prontamente aceita pelo general Setembrino de Carvalho, Ministro do Exército na época. Um fato lembrado por McCann teria reforçado a ascensão de Duque de Caxias como patrono do Exército.

> Em janeiro de 1925, a turma que se formou na escola Militar do Realengo, encantada com o uso de patronos simbólicos pelo Exército francês, escolhera como patrono o único duque do Império e seu maior general. Durante a missa de ação de graças pela formatura, os estudantes distribuíram "santinhos" com a efígie do duque e uma lista de suas vitórias. [...] Mais tarde, o ministro Setembrino, que assistira à missa, ordenou que o aniversário de Caxias fosse comemorado como Dia do Soldado. Dali por diante, Caxias seria considerado

[164] Um programa esportivo era elaborado pelo Departamento de Educação Física para ser desenvolvido na semana em que a instituição militar comemorava a passagem do Dia do Soldado. Corrida de estafetas, salto em altura, lançamento de pesos entre outras atividades físicas eram destinadas aos soldados (Diário dos Campos, 22 ago. 1937, p. 4).

> o soldado exemplar da pátria. Recordar sua vida seria, como afirmou Celso Castro, um simbólico 'antídoto contra a indisciplina militar'. Mas não bastava fazer discursos sobre Caxias como 'protótipo das virtudes militares'; era preciso, segundo Castro, 'conhecer seu caráter moral e renovar anualmente o compromisso de seguir seu exemplo' (McCann, 2009, p. 521-522).

Retomando Connerton (1999), a criação de calendários e, mais precisamente, a origem de datas festivas têm vínculo com os usos da memória. O exército brasileiro integra o ideal de homenagear suas lideranças, fazendo uso do passado para glorificar Duque de Caxias e assim participar da seleção de sujeitos considerados mais dignos de atenção no regime estado-novista. Tal intento, homenageia mais uns do que outros, "e promovidos de tal maneira que apareciam com maior frequência em biografias, estátuas, discursos e em todos os meios disponíveis para glorificar a memória desses 'grandes homens'" (Fraga, 2012, p. 49) a exemplo de Duque de Caxias.

Para Castro a alteração "da festa de Caxias em festa do soldado servia para vincular, simbolicamente, uma categoria genérica – o soldado brasileiro – a seu guia" (Castro, 2002, p. 17). Duque de Caxias representa nesta lógica um herói para os soldados.

Fraga ao discorrer sobre a criação dos heróis nacionais afirma que:

> O governo Vargas investiu em uma série de medidas no intuito de alcançar o objetivo que havia estabelecido: desenvolver iniciativas político-culturais capazes de fazer com que os "grandes homens", eleitos pelo regime para integrar seu panteão de heróis, figurassem na memória de todos, fazendo com que as novas gerações neles se inspirassem (Fraga, 2012, p.15).

O 13º RI participa do engajamento pela memória de Duque de Caxias com "prelecção sobre a data", desfile militar no pátio do quartel e em "passeata pela cidade", sessão cívica no "Gremio dos Sub-tenentes e Sargentos" e "exhibição cinematographica" dedicada às tropas e, dessa forma se engaja no movimento nacional planejado através de eventos cívicos e iniciativas culturais para glorificar o personagem selecionado. E é a participação do 13º RI na inauguração do monumento de Duque de Caxias na praça que recebeu o mesmo nome em 25 de agosto[165] de 1942, registrada na imagem abaixo, o evento mais simbólico.

---

[165] Em 25 de agosto de 2013, a Agência Brasil, divulga versão digital e em áudio da notícia "Historiadores negros criticam legado heróico de Duque de Caxias". A reportagem aponta que a versão oficial do Exército brasileiro contrasta com o posicionamento do projeto idealizado pelo Coletivo de Historiadores Negros Teresa de Bengala e pelo site Notícia Preta criado por um grupo de publicitários negros. Há tensionamentos entre a versão oficial e a defendida pelos dois grupos. Se para a instituição militar, Duque de Caxias representa um pacifista, sem engajamento político e

Fotografia 16 – Inauguração de monumento na praça Duque de Caxias, agosto de 1942



Fonte: Museu Campos Gerais

Militares e civis posam à frente do monumento para a captação da imagem. A posição elevada do busto projetava a imagem do líder militar para todos os munícipes que circulavam e viriam a circular em torno do logradouro público. O monumento foi projetado para ficar com a sua *face* voltada para a região leste da cidade, na divisa centro/bairro no qual o 13º RI foi construído. Repercutiu na imprensa local que o "acontecimento memorável" foi "fruto da mais sincera e fecunda campanha realizada entre o povo de nossa terra" (Diário dos Campos, 25 ago. 1942, p. 1). A posição do prefeito que aparece segurando um chapéu na imagem frente a inauguração do monumento merece ser notada. Um convite endereçado ao Ministro da Guerra para assistir "tão patriotico cometimento" foi redigido por Albary Guimarães e a resposta

reconhecido até por adversários, para os idealizadores dos projetos de mídia o personagem foi responsável pelo genocídio da população pobre, negra e mestiça do país em conflitos armados no século XIX, desconstruindo também a visão que o mesmo não tinha envolvimento em questões de natureza política.

assinada pelo chefe de gabinete do ministro é publicado no jornal[166]. Tal fato é representativo da intenção do prefeito contar com a presença do ministro naquela data e ter o reconhecimento do mesmo quanto ao evento, procurando assim *condignamente* celebrar a data e o acontecimento. O regional e o nacional cruzam-se por intermédio do convite do prefeito e do comunicado oficial do Ministério da Guerra. A inauguração do monumento em homenagem a Duque de Caxias foi capitalizado como exemplo de expressão patriótica alinhada com a ideologia militar e política do regime na região. Este acontecimento também exemplifica a intenção de construir um herói nacional, de contar uma narrativa sobre ele sem a necessidade de fundamento verossímil aos segmentos sociais da comunidade pontagrossense tornando público o uso político do passado vinculado aos "valores convergentes com a nova ordem autoritária" (Fraga, 2012, p. 50).

Segundo McCann, Vargas, em contraste com seus predecessores, fazia questão de estar presente nas comemorações do Dia do Soldado (McCann, 2009, p. 523).

Se a fotografia da inauguração do monumento a Caxias indica a proximidade do prefeito Albary Guimarães com o corpo de oficiais na região, a afirmativa de McCann expressa a proximidade do presidente com os generais nos rituais festivos.

Tanto Getúlio Vargas quanto os ministros generais Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro concordavam com o projeto de modernização das Forças Armadas. Almejavam os generais um Exército moderno com equipamentos bélicos importados do exterior e a longo prazo produzidos por meio de indústrias no próprio país. A combinação era clara: dariam a Vargas paz e segurança internas, e ele lhes daria armas e indústria modernas que sustentariam o contínuo desenvolvimento das Forças Armadas (McCann, 2009, p. 528).

---

[166] A íntegra da resposta é assinada pelo coronel Candido Caldas, chefe do gabinete do Ministro da Guerra e endereçada ao prefeito Albary Guimarães. Dizia o comunicado: 'acuso recebido o oficio de 13 de agosto corrente, pelo qual convidais o Exmo. Snr. Ministro da Guerra para assistir a solene inauguração do Monumento ao DUQUE DE CAXIAS, nessa cidade. Iniciativa digna do mais francos encômios e que grande significação encerra para os elevados interesses da Pátria, S. Excia, o Snr. Ministro manda agradecer-vos penhoradamente a nímia gentileza do convite e não podendo comparecer pessoalmente a essa solenidade, estará, todavia, presente em comunhão de espírito com todos que na hora em que nossa querida Pátria sofre os mais covardes atentados a sua integridade, procuram incentivar, sempre e cada vês mais a chama sagrada do patriotismo, cultuando a memória do nosso heroi-soldado o Marechal DUQUE DE CAXIAS – Patrono do Exercito. Aceitai as expressões da minha mais elevada estima e alto apreço (Diário dos Campos, 25 ago. 1942, p. 1).

O apoio dos generais conferia ao mandatário “poderes ditatoriais à sua presidência a fim de eliminar o ativismo político e o regionalismo” (McCann, 2009, p. 528). A criação do calendário cívico com a participação intensiva dos militares representou um “esforço disciplinar da nova ordem pública pretendida pelo Estado Novo” (Parada, 2009, p. 10).

A presença dos grupamentos militares na Semana da Pátria foi intensificada no regime estado=novista. O uso das imagens colabora com este entendimento. A fotografia, a seguir, captou a última participação do 13º RI nos marcos temporais do regime no espaço regional.

Fotografia 17 – Desfile militar do 13º RI na avenida Vicente Machado, setembro de 1945



Fonte: Museu Campos Gerais

Alinhadamente disposta em coluna de quatro, a tropa de soldados fardados e armados desfilava na avenida Vicente Machado sob o *olhar* da população local que se encontrava no calçamento lateral. Os soldados à frente parecem ter a mesma cadência de passos. Todos aparentam obedecer um padrão de treinamento e gestos corporais treinados no espaço militar. A projeção de sombras captada pela imagem indica que a parada militar ocorreu pela manhã. Dado cruzado com a edição do Diário

dos Campos daquela data para qual previa-se após a solenidade de hasteamento da bandeira nacional junto ao “Altar da Pátria” na praça Barão do Rio Branco “ à hora 9, parada militar, dela participando o 13º RI, T. G. 21, Corpo de Bombeiros, estabelecimentos de ensino e entidades de classe” e, a seguir “Às 10,00 horas desfile da Tropa acima indicada, perante as autoridades militares e civis postadas no coreto armado na esquina da Rua Augusto Ribas com a Avenida Vicente Machado” (Diário dos Campos, 07 set. 1945, p. 1). Presentes no “coreto” os membros da comissão dos festejos[167] daquele ano.

A composição deste desfile noticiado pela imprensa não cita a participação dos reservistas. Uma nota endereçada aos reservistas em 1937 afirmava: “Lembrai-vos dos vossos dias de caserna e voltae a ella no grande dia consagrado á Patria e vinde com vossa presença homenageai-a e render-lhe o vosso culto” (Diário dos Campos, 04 set. 1937, p. 1). No desfile de 7 de Setembro os reservistas[168] de primeira e segunda categoria do Exército deveriam comparecer usando trajes civis ostentando no braço esquerdo uma faixa com as cores da bandeira cuja confecção cada um deveria providenciar. A formação destas categorias se dava por meio de sorteio[169] para ingresso nas Forças Armadas. Identificados por ocasião dos desfiles, os reservistas de primeira classe eram os soldados que deixavam a corporação militar após o cumprimento do período estabelecido como obrigatório. Já os de segunda classe eram os civis dispensados no ato do alistamento.Tanto os jovens de primeira quanto os de segunda categoria eram convocados para o desfile de 7 de Setembro por meio da imprensa local. Comparecer ao desfile era mais uma tarefa imposta pelo regime estado-novista aos jovens que se encontravam na condição de civis, evidenciando que o fim da estadia no alojamento em organização militar não representava o fim do vínculo com o Exército que se estendia até os quarenta e cinco anos de idade.

---

[167] O último programa dos festejos nos marcos temporais do Estado Novo foi, conforme a imprensa “organizado pelos ilustres patricios: cel. Arlindo Maurity da Cunha Menezes, cmte. Da I. D.; PREFEITO MUNICIPAL, Claudio Mascarenhas; Bispo da Diocese, D. Antonio Mazzarotto; e cel. Arlindo Nunes Pereira, comte. do 13º R. I. (Diário dos Campos, 07 set. 1945, p. 1).

[168] A data de 16 de dezembro foi escolhida pelo regime estado-novista para homenagear os reservistas e a figura de Olavo Bilac como patrono do Serviço Militar do Brasil, nascido da referida data. O Dia do Reservista naquela época não indicava apenas uma notação no calendário cívico do regime e sim um meio de propangadear o serviço obrigatório militar no país e a formação de reserva para o Exército.

[169] A esse respeito ver McCann (2009).

Desenvolver jogos esportivos e convocar reservistas configurava duas entre outras tarefas que a instituição militar mobilizou no cenário local.

Considerado "Uma figura a salientar"[170] o tenente Ciro Portocarrero foi representado pela imprensa como o maior responsável pela preparação de todas as festividades da Semana da Pátria de 1942.

> Durante toda a semana, desenvolveu o estimado oficial uma atividade invulgar, que chamou a atenção de quantos acompanhavam com carinho o desenvolvimento do programa com que estávamos comemorando a maior data da nacionalidade. E sobretudo a lhaneza de trato e a atenção que dispensava a todos, mais contribuíam para aumentar o grau de simpatia que o jovem oficial soube conquistar em nossa cidade, mercê do seu invejável temperamento e fina educação social. O seu trabalho para que tudo alcançasse o êxito que realmente alcançou, foi notavel e deve ter a recompensa moral do reconhecimento de todos. Foi aliás bastante expressiva uma pequena passagem verificada no final do desfile. Estavam as nossas autoridades próximas ao Altar da Pátria, onde varias pessoas gradas da sociedade pontagrossense foram levar suas felicitações ao ilustre comandante do regimento, cel. Marius Teixeira Netto, pelo brilhantismo de que havia se revestido o monumental desfile. O bravo militar, que não escondia sua satisfação declarou a certa altura, apontando para o tenente Ciro Portocarrero. 'Tudo isto nós devemos a este moço. Foi ele que organizou tudo'. (Diário dos Campos, 09 set. 1942, p.4).

Na sequência da notícia o redator reforça as palavras do coronel afirmando que a atuação do tenente foi "decisiva para que Ponta Grossa vivesse um dos maiores dias da sua existência". Analisando a íntegra da exposição, notam-se alguns marcadores importantes: a chefia da mais alta patente militar no evento reconhece o cumprimento de tarefas pelo seu subordinado, a percepção do redator quanto às impressões das "pessoas gradas da sociedade pontagrossense", deixando implícito ao leitor o seu testemunho e proximidade diante do fato, a referência ao "Altar da Pátria" (o qual ficava sob guarda dos fuzileiros do 13º RI) é indicativo que os sujeitos citados se encontravam na praça Barão do Rio Branco e a falta de menção a outros participantes da organização dos ritos cívicos explicita que alguns mereceriam mais atenção e destaque em detrimento de outros.

Ao término da notícia, o testemunho do redator reaparece ao transcrever a fala do coronel sobre o tenente: "É de sangue. Descendente do general Portocarrero, o homem que lavou a honra do Brasil no Forte Coimbra" (Diário dos Campos, 09 set.

---

[170] Além do comando da programação do desfile de 7 de Setembro, a edição também cita o capitão Ciro Portacarrero como membro da cerimônia de encerramento da Semana da Pátria "nos salões da PRJ2 às 20,30 horas". Participaram deste evento Antonio Campos, Cleia Barros, Eunice Fanuchi, Emílio Voigt, a banda musical do 13º RI, tenente maestro Paulino, major Higino de Barros Lemos, capitão Mariani Guariba e José Hoffmann, diretor do Diário dos Campos que teria proferido um "vibrante discurso" (Diário dos Campos, 09 set. 1942, p. 4).

1942, p. 4). O vínculo familiar e hereditário do tenente performatiza a notícia e expressa um capital simbólico atribuído ao seu sobrenome e não a sua competência em si. Não se tratava de um mero elogio e sim do reforço ao *status* social e militar a qual pertencia o jovem subordinado.

"Uma figura a se salientar" atribuía ao tenente a condição de modelo entre seus pares e para a sociedade local. A excepcionalidade de sua "lhanheza de trato", o seu "grau de simpatia", o seu "invejável temperamento" e sua "fina educação social" o qualificam como liderança militar em ascensão e modelo de mobilização cívica e patriótica almejada pelo estado-novismo. Mesmo geracionalmente mais jovem em relação a outros sujeitos sociais que trabalhavam na organização das solenidades, o tenente "condignamente" liderou os preparativos da Semana da Pátria capitalizando valores através de uma rede integrada de relações sociais perpassada pelo exercício das relações de poder.

A descrição do próximo fato tem nova perspectiva de análise e remete ao *discurso autorizado* de outro integrante da organização militar.

A publicação de textos de autoria do coronel Tristão de Alencar Araripe e de outros chefes militares não eram incomuns nas páginas do Diário dos Campos. Na coluna intitulada "Fé patriótica", o coronel Araripe revela sentir-se entusiasmado com as demonstrações cívicas que assistiu na Semana da Pátria e a elas atribui "um revigoramento moral da Nação". Na visão do militar, "a população brasileira de Ponta Grossa viveu dias de grandes afirmações patrioticas, que atestam o seu apreciavel valor moral" (Araripe, 09 set. 1941, p. 1). Para alguns segmentos sociais atribui qualificadores: os escolares teriam demonstrado "convicção dos seus gestos de homenagem ás cousas da Patria", os profissionais do ensino demonstrado "inteligencia" e "entusiasmo", os funcionários e comerciarios "simplicidade" e "sinceridade" crentes "na firma assistência das autoridades" e um jovem padre demonstrado "o seu grande amor ao Brasil". Adiante, seu texto direciona críticas àqueles que não compareceram às solenidades e deixaram de demonstrar "expansões" de "amor" e "confiança".

> Essas expansões devem ter calado fundo no espirito dos que, por acanhamento ou por reprovado comodismo, se deixam ficar insensiveis aos apelos dos que congregaram os brasileiros para esse culto, esquecendo-se, as autoridades, os pais, os funcionários e operários faltosos, de que, longe de ser atenção ou favor aos convidantes e diretores das solenidades, **o seu comparecimento constitui obrigação e prova de cumprimento do dever cívico**. Essas expansões hão de ter feito cair em si á Hora da Pátria e á Hora

> da Juventude, porque o seu lugar lá ficou vasio e houve muitos olhos para notá-lo, principalmente os olhos das creanças que querem crer nos seus pais, nos seus chefes e nos mais velhos e não saberão compreender porque estes lá não estavam, quando lhes ensinaram que aquela era a Hora de todos os Brasileiros. Felizmente, está de parabéns a população concientemente brasileira de Ponta Grossa, e ela já é vultuosa, por essa prova de amor ao Brasil (Diário dos Campos, 09 set. 1941, p. 1, grifo próprio).

O coronel Araripe encontra no jornal "valoroso colaborador e amigo" a oportunidade de expressar a sua desaprovação em relação aqueles que "lá não estavam". Há camadas discursivas permeadas pelo autoritarismo, pelo ideal de obediência coletiva e representações de poder no texto. Antes de expressar o seu protesto representa os trabalhadores como sujeitos simples, sinceros e dependentes das "autoridades". Comparecer aos eventos da Semana da Pátria era mostra de efetiva "sensibilidade", de culto à pátria e cumprimento de um dever cívico da "população conscientemente brasileira de Ponta Grossa". O livre arbítrio quanto a presença ou não nos eventos estava fora de cogitação. A comissão organizadora na visão do militar não prestava um favor ao emitir convites, pois era condição *sine qua non* respeitar a coletividade e junto dela cultuar os símbolos nacionais com amor e confiança na "Hora de todos os Brasileiros". Mas, a quem o coronel Araripe se referia? Por qual motivo o lugar do convidado ficou vazio originando a crítica do militar?

É a própria imprensa que deixa pistas quanto às intenções do autor na semana seguinte aos eventos cívicos por meio do texto intitulado "Ecos". Informava o jornal ao leitor que

> esqueceu-se de lembrar a autoridade religiosa, o Exmo. Sr. Bispo, que por motivo de viagem foi representado pelo seu secretário imediato, Revmo. Padre Roberto Bonk, que não faltou a nenhuma comemoração publica. Lamentando o lapso, aqui estamos desta forma para dizer a todos os católicos pontagrossenses que Dom Antonio Mazzarotto não é uma daquelas autoridades faltosas, as quais se refere o ilustre Coronel Tristão de Alencar Araripe, em seu lapidar artigo 'Fé patriotica' estampado em Diário dos Campos a nove do andante (Diário dos Campo, 12 set. 1941, p. 1).

Ao defender o bispo da diocese da crítica do coronel Araripe a imprensa representa o papel da Igreja como instituição parceira do Estado, pois "na data de 7 de Setembro, Igreja e Estado colaboram intimamente, comemorando a independência que ambos conquistaram com lágrimas e suor" (Diário dos Campos,12 set. 1941, p. 1). Note-se que a imprensa faz um juízo de valor preciso quanto ao vínculo da Igreja Católica com o regime de Getúlio Vargas e impreciso quanto a Independência ter sido conquistada à custa de "lágrimas e suor" de ambos.

A relação entre Igreja e Estado "foi caracterizada por uma dinâmica de cooperação e conflito, refletindo as transformações políticas e sociais desse período" (Balbino; Baldin, 2023, p. 65). Na instauração do Estado Novo a Igreja tinha uma posição de influência na área da educação, da saúde e da assistência social. Soma-se nesta dinâmica de atuação a influência da moral católica e o seu posicionamento político diante da população. O posicionamento do cardeal Dom Sebastião Leme ao intermediar a deposição do presidente da República anterior é exemplar neste sentido. Para o episcopado nacional os novos dirigentes políticos e militares eram desconhecidos naquele contexto.

> A tática da Igreja foi enfrentar Getúlio sem o tornar inimigo. Sem trocadilhos, se o cardeal Leme dizia em público que o Estado deveria reconhecer o Deus do povo ou o povo não reconheceria o Estado, veladamente Vargas dizia que para governar precisava do Exército e, para não usar o Exército, precisava da Igreja (Balbino; Baldin, 2023, p. 63).

Durante o Estado Novo, "houve um controle maior sobre as atividades da Igreja e uma diminuição de sua influência política. O governo passou a intervir na nomeação de bispos e a restringir a liberdade de expressão religiosa" (Balbino; Baldin, 2023, p. 64).

A exemplaridade do texto do coronel Araripe se insere na dinâmica de cooperação e conflito entre estes universos. Se por um lado o militar esperava um gesto de cooperação do bispo de outro seu posicionamento público por meio da imprensa revela tensão com o líder religioso.

A participação da Igreja nas programações cívicas regionais não foi majoritária se comparada à participação do Exército. Contudo, a presença de padres e de Dom Antonio Mazzarotto em vários eventos, incluindo a celebração de rituais com a presença de militares merece ser notada. Dois deles, noticiados em 1942, tinham vínculo direto com a Semana da Pátria e ilustram a parceria entre a Igreja e o Exército.

Anunciada para o dia 1º de setembro a missa campal "mandada rezar pela Municipalidade" foi realizada na praça Barão do Rio Branco e iniciou ao som da música Deus salve a América cantada com "fervor" pelos presentes. O comando do 13º RI "gentilmente" teria cedido a banda da organização militar para compor a programação da missa. No momento "da elevação da hóstia, foi, pela banda do 13º R. I., entoado o hino nacional" (Diário dos Campos, 02 set. 1942, p. 1).

Veja-se que o recorte da notícia evidencia três elementos que entrelaçam o momento místico[171] cristão, os acordes da banda militar e o hino nacional, tornando explícita a sacralização política do evento. Antes desse momento, conforme o anúncio prévio da imprensa, o sacerdote responsável pela catedral "no Evangelho, fará uma alocução enaltecendo a personalidade do Presidente Vargas" (Diário dos Campos, 30 ago. 1942, p. 1).

Passados quatro meses do acidente de trânsito na capital da República em 1º de Maio, que vitimou Getúlio Vargas, a imprensa repercutiu o ritual como

> ação de graças pelo completo restabelecimento do Presidente da República, solenidade esta que assumira carater nacional, em vista de, no mesmo dia e hora, serem oficiadas em todo Brasil, Missas votivas, como testemunho de gratidão de todos os brasileiros, ao Supremo Deus, pela saúde e felicidade do Chefe da Nação (Diário dos Campos, 30 ago. 1942, p. 1).

O ritual religioso regional, portanto, comunicava-se com o ritual religioso nacional. Comparando a notícia do evento regional em relação ao nacional repercutido por meio da imprensa paulista, encontram-se alguns pontos em comum. O evento religioso ocorreu em espaço aberto estrategicamente pensado para comportar um grande número de pessoas, sendo a praça do centro urbano no espaço regional e no aeroporto Santos Dumont na capital federal. Contou com a presença de autoridades civis e militares, dos meios de comunicação, de crianças, de jovens e uma quantidade significativa de populares. Diferente da imprensa local, a imprensa paulista não apresenta o roteiro do rito, mas apresenta a "oração graculatória" de Dom José Gaspar de Affonseca e Silva que ministrou a missa ao lado do cardeal Dom Sebastião Leme e o discurso do próprio Getúlio Vargas que "saiu à rua para receber uma manifestação" (Folha da Manhã, 02 set. 1942, p. 3).

A missa em ação de graças na capital da República era um exemplo a ser seguido "no mesmo dia e hora" e, para tanto exigia empenho das autoridades civis administrativas, da participação dos meios de comunicação para divulgação do evento e da presença dos membros eclesiais que ministraram o rito religioso. O cenário do altar litúrgico nestas solenidades monumentaliza o pacto entre a Igreja e o regime.

---

[171] Lenharo representa este momento no capítulo 4 da obra Sacralização da política (1986). O ritual litúrgico separa e une simbolicamente o corpo e sangue de Cristo através "do 'mistério da fé'; toda vez que um sacerdote católico reza o 'santo sacrifício da missa', ao relembrar a última ceia de Cristo com os apóstolos, procede, com a participação dos fiéis, à transubstanciação do pão em corpo e do vinho em sangue de Cristo, agora não mais mera lembrança de um fato passado, mas transformação material de fato, misteriosamente efetivada pelo ato de fé" (Lenharo, 1986, p. 109).

No caso de Ponta Grossa, a presença dos militares alinha e reforça o ideário de "gratidão de todos os brasileiros" voltado à exaltação da imagem do presidente sob as bênçãos da Igreja. A repercussão do evento na cidade sob o *olhar* da imprensa testemunha o alcance da mobilização popular, a presença das autoridades e o uso político da música, caracterizando assim o ritual como cívico-religioso.

> Como era previsto, grande foi o número de pessoas que, a hora aprazada, compareceu ao local da missa, testemunhando com a ação catalitica o indiscutível prestígio que goza o Presidente no seio da massa popular. Compareceram também a piedosa demonstração de fé cristã, todas as nossas autoridades civis, militares e eclesiasticas. [...] Ao terminar a missa, que se constituiu, inegavelmente, num lindo acontecimento do mais acentuado fervor cívico e religioso, os presentes cantaram o hino do Estado Novo e novamente a sugestiva canção 'Deus salve a America' (Diário dos Campos, 02 set. 1942, p. 1).

Este não seria o único evento religioso que mobilizaria os munícipes e contaria com a presença dos militares. Na mesma semana outra cerimônia[172] destoa das demais naquele período. "A comovente cerimonia de ontem no Cemiterio Municipal", informava ao leitor que o evento teve "caráter cívico-religioso" pois se destinava ao translado do quartel do 13º RI "para o Cemitério Municipal dos restos mortais de vários patrícios, que morreram nos campos do oeste paranaense, por ocasião dos movimentos revolucionários de 1924-25", concluindo que "fez parte do programa das comemorações da "Semana da Patria", revestindo-se, por isso, de uma significação toda especial e que diz muito de perto com os movimentos de intensa exaltação cívica que perpassa todo o território pátrio" (Diário dos Campos, 05 set. 1942, p. 1).

A composição dos ritos religiosos da Igreja católica, considerada religião oficial na época, descritos aqui, oportunizam uma reflexão necessária. Os rituais litúrgicos, incluindo o cortejo fúnebre, tocaram temas sensíveis de ordem espiritual, emocional e de foro íntimo dos sujeitos sociais que presenciaram os mesmos. Vários segmentos sociais foram impactados pela construção destes modelos de ritualização simbólica articulados pela ação religiosa e militar. Há um misto de valores morais sendo

---

[172] Como parte do programa das solenidades patrióticas, realizar-se-á amanhã a inhumação dos despojos de vitimas da revolução de 1924, que se achavam em sepulturas esparsas no município de Foz do Iguaçu e que foram conduzidos a esta cidade por iniciativa do comando do regimento de Uvaranas. Os gloriosos despojos de patrícios que foram imolados na defesa de seu ideal, sairão do Quartel ás 8 horas, devendo chegar ao Cemiterio local ás 9. A inhumação efetivar-se-á precisamente ás 9,15, em meio ás cerimônias condizentes com o fato. Formará na ocasião, uma companhia de guarda; será tocada a marcha funebre e após a cerimonia será ordenado o toque de silêncio. Para assistir a expressiva cerimonia, é convidada a população em geral (Diário dos Campos, 03 set. 1942, p. 1).

capitalizados e encenados por meios deles. Se um intencionava orar pela saúde do "Chefe da Nação", outro acenava a composição de um rito pós-morte para exaltar os "patrícios" que morreram em defesa da pátria. Uma cerimônia semelhante ocorreu na capital da República no dia oficial de instauração do Estado Novo com a finalidade de legitimar "heróis da nova ordem" (Parada, 2009, p. 32). O culto religioso pela vida de Getúlio Vargas e o culto religioso pela memória dos soldados mortos foram intencionalmente criados para validar o pacto político em curso por meio do calendário cívico instituído pelo próprio regime.

Getúlio Vargas, com o discurso que profere no aeroporto Santos Dumont agradece o rito religioso e informa estar ciente da mobilização nacional. A análise desse discurso permite notar que o mandatário se utiliza do mesmo para propagandear a posição do governo quanto ao conflito mundial que transcorreu na Europa e difundir o papel que atribuía à juventude naquele período. Para Getúlio Vargas,

> **A juventude vibra e ama a vanguarda dos movimentos patrióticos, ergue a sua voz nas comemorações cívicas**, acorre pressurosa aos quartéis e aos campos de treinamento, participa ativamente das iniciativas destinadas a aumentar o poder defensivo da nação (Folha da Manhã, 02 set. 1942, p. 3, grifo próprio).

A *fala autorizada* do mandatário não é retórica. Os discursos de Getúlio Vargas direcionados a esta fase geracional visavam uma aliança, ancorada na ideia de confiança para a qual "cabia uma tarefa moral delegada pela geração que estava no poder; continuar a obra de consolidação do Estado Nacional, na forma específica definida pelo Estado Novo" (Parada, 2009, p. 51).

Ao citar os quartéis e campos de treinamento, o mandatário sinaliza o uso político da juventude "para aumentar o poder defensivo da nação" em tempos de *front* interno. "Como recurso político, a juventude era um investimento para a eliminação das tendências revolucionárias e não nacionalistas que habitavam o cenário político brasileiro ainda após 1937" (Parada, 2009, p. 51).

Dentro dessa perspectiva, as cerimônias cívicas lembradas por Getúlio Vargas no discurso de 1942 desempenhavam um papel fundamental. No plano regional, a juventude estava inserida no movimento cívico que contava com o gerenciamento dos militares. A presença da banda militar do 13º RI nas instituições de ensino na Semana da Pátria é mais um indicativo da organização militar atuando fora das fronteiras do quartel e ilustra a passagem do discurso do presidente sobre a juventude como a

geração que “ergue a sua voz nas comemorações cívicas”. Entenda-se que o uso da expressão só era demonstrada através do coro de vozes treinadas nas aulas de canto orfeônico para o exercício disciplinado do canto nos rituais cívicos.

> Diariamente, todas as escolas da cidade, nos períodos da manhã e da tarde, são visitadas por secções da Banda do 13º R.I., tendo lugar então ensaios em côro dos hinos a serem cantados na grande parada da Juventude Princesina. Em tudo há essa movimentação peculiar nos grandes movimentos, de vez que em cada colégio há esse desejo imenso de se fazer uma bonita figura no desfile (Diário dos Campos, 04 set. 1941, p. 6).

Esse recorte de notícia explicita que os preparativos para a Semana da Pátria no município estavam integrados ao currículo escolar. A banda musical militar adentra os espaços educacionais para ensaio do canto orfeônico, orquestrando assim o momento no qual os jovens “ergueram a sua voz” para cantar e encenar nos espaços públicos valores cívicos como demonstração de mobilização patriótica.

A exemplaridade da organização militar do 13º RI quanto às comemorações cívicas não se esgotam nos eventos[173] selecionados para análise desta pesquisa. Contudo, a seleção das mesmas traz indícios da presença militar em vários espaços da vida social local. No campo político, considerando seu elo com o poder executivo demonstrado pela passagem em revista das tropas, hasteamento e arriamento a bandeira, na ocupação de palanques e na composição de todas as programações cívicas de 1937 a 1945; no campo educacional, considerando sua presença no ordenamento dos rituais na praça pública e nas ruas do centro urbano, e organização para o desfile na presença da banda militar nas instituições de ensino, nos rituais religiosos, na guarda do “Altar da Pátria”; no campo cultural, considerando seu vínculo

[173] A gerência dos militares na composição das festas cívicas lhes conferia o poder de decisão quanto à alteração do tempo. A notícia narrada a seguir evoca esta afirmativa: Em virtude de ordem superior, emanada do Comando da 5ª Região Militar, foi parcialmente alterado o programa que havia sido estabelecido para as festividades patrióticas do dia 7 de Setembro, notadamente no horário. Para conhecimento de todos, publicamos, a seguir, o novo programa, bem como as pormenorizadas instruções que devem ser obedecidas pelos participantes, afim de ser observada a melhor ordem no grandioso desfile, que promete se constituir em um soberbo espetáculo, sem precedentes na história das comemorações cívicas aqui levadas a efeito (Diário dos Campos, 05 set. 1942, p. 4). Esta composição da notícia é significativa para a análise da sua normatividade implícita. O discurso é marcado por ordenamentos sucessivos: novo comando militar, alteração do horário previsto, instruções para os participantes, preocupação com a ordem e obediência almejada pelos seus organizadores. Outro elemento associado ao desfile é a presença do comandante da Infantaria Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria de Curitiba (ID 5ª). É o comandante militar desta infantaria que irá, ao lado de Albary Guimarães, passar em revista as tropas, hastear a bandeira nacional na solenidade que antecede o desfile de 7 de Setembro de 1944 e ocupar a tarefa de encerrar as festividades da Semana da Pátria.

com os meios de comunicação, especialmente o jornal diário e a radiodifusão, somado à sua presença em eventos nos clubes e associações, conclui-se que a organização militar estreitava laços de sociabilidade em vários segmentos sociais presencialmente (a exemplo a ocupação dos palanques pelas chefias militares e do uso recorrente de discursos, tendo uma parte deles sido reproduzida pela imprensa escrita) e, dessa forma ampliava seu capital simbólico, sua presença e, mais precisamente seu poder de influência no contexto social. Reflete-se também o potencial de controle do Estado que a organização militar representava. Partindo da exemplaridade de Ponta Grossa, conclui-se que a organização militar representava a extensão do Estado e a centralização do poder.

4.2.2 "De asas ao vento": O Tiro de Guerra 21

Inicialmente criados em 1906[174] os Tiros de Guerra[175] durante o Estado Novo ganham projeção devido à mobilização militar no período. Diferentemente da estrutura centralizada dos quartéis do Exército, este modelo de aparato militar era descentralizado e tinha como meta ampliar o número de jovens instruídos para o manuseio de armas de fogo que não cumpriam o serviço militar obrigatório dentro daqueles espaços. Em caso de confronto bélico no território brasileiro e saída das tropas para confronto, os Tiros de Guerra ocupariam a posição de retaguarda encarregando-se da defesa dos quartéis.

Resultado da parceria do Exército com as prefeituras do interior de cada estado, os jovens civis a partir dos dezesseis anos eram treinados nas instalações

---

[174] As origens dos Tiros de Guerra estão relacionadas à conjuntura pós-Proclamação da República em 1889. "A participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial também foi um fato determinante para mudanças no Exército. Entretanto, estas começaram no ano de 1906, quando é apresentado o projeto de lei que estabelece o serviço militar obrigatório. No mesmo período, durante o governo de Augusto Moreira Pena, pelo Decreto Legislativo nº 1.503, de 05/09/1906, foi estabelecido o Tiro de Guerra,regulamentado pelo Ministério da Guerra, em 05/02/1907. O Congresso Nacional aprova a Lei da Confederação do Tiro Brasileiro, cuja sede se estabelece em Rio Grande (RS). Em 1908 o projeto do serviço militar obrigatório torna-se lei. No Distrito Federal reúnem-se 10 Clubes de Tiro, sendo formado um Corpo de Atiradores, constituindo assim a primeira Reserva organizada do Exército Brasileiro" (Bald; Machado, 2009, p. 20).

[175] Os Tiros de Guerra são numerados segundo a organização geográfica, administrativa e hierárquica que ocupam na estrutura do Exército Brasileiro. Atualmente, o Paraná conta com 19 unidades em atividade sob o Comando da 5ª Região Militar com identificação inicial TG 05 que se refere a região dos estados do Paraná e Santa Catarina para o exército. Este modelo de organização é seguido de dígitos que representam a ordem de criação e cidade a qual a unidade está vinculada. Exemplo: TG 005-009 Maringá. Ao padronizar a nomeação de cada unidade, o Ministério do Exército gerencia o alistamento, controla o ingresso de reservistas e atua na seleção de militares instrutores.

cedidas por elas nas quais recebiam fardamento e permaneciam durante um período do dia, de modo a conciliar seus compromissos de estudo ou trabalho com a instrução militar que recebiam dos oficiais do Exército. Tratava-se, portanto, da formação de reservistas em cidades distantes das capitais, visando a segurança nacional estabelecida pelo Ministério da Guerra. Segundo a pesquisa de Bald e Machado, nas cidades do interior, o Tiro de Guerra representava a garantia da "ordem e da moral". Ali, a devoção à pátria se misturava ao comprometimento com a comunidade (Bald; Machado, 2009, p.25). A estratégia de cooperação promovia o ideal da ordem, da disciplina e do civismo pregados por meio de um discurso nacionalista e patriótico. O apoio às prefeituras locais em tarefas com fins sociais, atribuíam uma função social comunitária aos Tiros de Guerra, mas isto não lhes tirava o caráter de sociedade de tiro organizada pelo Exército que por meio deste modelo mantinha proximidade com a população.

Estudos de Acker (1996) apontam a Suíça como país de origem deste modelo de organização militar. Se "na Espanha, havia El Tiro Nacional de España, na Argentina , o Tiro Nacional Argentino e, na França , a Union des Sociétés de Tir de France" (Acker, 1996, p. 76), o caso brasileiro se integrava ao um movimento internacional para a formação de forças militares de reserva.

Para Acker (1996) o surgimento dos Tiros de Guerra, inicialmente chamados Tiro Nacional ou Tiro Brasileiro e, ainda, popularmente, de Linhas de Tiro (Acker, 1996, p. 76) privilegiam as classes altas e médias da população na medida que amenizavam o Serviço Militar Obrigatório e oportunizaram

> a prestação do serviço militar em condições disciplinares mais brandas, principalmente porque exigia a presença diuturna dos recrutas nos quartéis [...] Houve, efetivamente, um tempo em que a propaganda feita pelo Tiro de Guerra era no sentido de 'tirar a caderneta de reservista', com o menor esforço possível. Esse tempo é o espaço compreendido, *grosso modo*, entre as duas guerras, quando os ânimos mundiais se acalmaram. Outro sentido que lhe pode ser dado aponta para a convergência de interesses existentes na criação dos Tiros de Guerra (Acker, 1996, p. 15).

A campanha nacionalizadora desenvolvida por Olavo Bilac em defesa do Serviço Militar Obrigatório contribuiu com a estratégia militar e política de formar reservistas em cidades no país que não contavam com quartéis convencionais. Este

pode ser um dos motivos que deram origem ao Tiro de Guerra 21[176] em Ponta Grossa antes da criação oficial do 13º RI em 1923.

Poucas fotografias retratam a presença do Tiro de Guerra 21 em atividade no espaço regional. Contudo, estes vestígios imagéticos "atuam como mediadores entretempo e fazem diferença quando a experiência passada se torna um objeto de estudo" (Mauad, 2016, p. 34) e podem revelar os "modos de produzir o mundo visualmente em diferentes momentos da história humana" (Mauad, 2016, p. 34).

Fotografia 18 – Formatura do Tiro de Guerra 21, década de 1920



Fonte: Museu Campos Gerais

[176] Em Curitiba, PR, no quartel-general da 5ª Divisão de Exército e da 5ª Região Militar, conhecido como Forte Pinheirinho, encontra-se a Seção de Tiros de Guerra. Em visita ao local em fevereiro de 2025, foram identificados para fins desta pesquisa apenas fichas avulsas sem titulação e padrão definidos datadas de 1919 até 1945 nas quais constam a relação nominal dos reservistas de 2ª categoria matriculados no Tiro de Guerra 21. Uma parte destas fichas eram manuscritas e outras, especialmente na década de 1940, contavam com registro impresso e dados anotados por meio da escrita manual. Dados de identificação pessoal, endereço, condição civil, dados físicos e familiares eram anotados como fonte de registro sobre os jovens que eram recrutados como reservistas. De 1937 a 1945, cerca de 632 jovens ingressaram no Tiro de Guerra 21, sendo o maior número de matrículas efetivado em 1944 com 117 jovens inscritos. Com base nestas fontes documentais, sem titulação definida, foi possível notar que os jovens permaneceram pelo período de um ano e contribuíram financeiramente com a entidade, pois também eram citados como sócios. Questão citada por Silveira (1999) no livro Epopéia ponta-grossense: sonetos históricos: "Formava cada ano uma turma de reservistas do exército, sem acarretar um vintém de despesas à União" (Silveira, 1999, p. 190). Acker (1996) faz anotação semelhante ao detectar na sua pesquisa "participação pecuniária" dos "sócios" que dessa forma reduziam o investimento econômico do Estado.

A produção visual desse registro se fez na rua Frei Caneca, região central da cidade. Nela é possível observar a construção de madeira ao fundo, sede do Tiro de Guerra 21. Uma bandeira nacional tremula na fachada da construção. Um grupo de músicos participa do exercício da formatura. Ocupando a lateral da rua, provavelmente por questão da falta de espaço físico na sede, cerca de quarenta jovens estão perfilados em posição de sentido numa clara exibição de autocontenção física e emocional. A cena também capta a presença de um grupo de meninos e tal fato é indicativo da integração do Tiro de Guerra 21 no cotidiano da cidade, pois indica a materialidade de uma experiência social e cultural urbana.

Fotografia 19 – Tiro de Guerra 21, Turma de 1943



Fonte: Museu Campos Gerais

A cena foi captada na sede do Tiro de Guerra 21 com a presença da turma de 1943 conforme marcas de escrita no verso da fotografia. Perfilados lado a lado, os jovens reservistas estão de pé e formam três sequências de altura. Não é possível saber se pisavam em bancos ou algo similar que possibilitasse a projeção frontal de todos, contudo a indumentária que usam os distingue dos demais sujeitos sociais,

sendo eles civis e militares que participam da cena sentados ocupando destaque no primeiro plano de visualização da foto. A maioria deles observa a ação do fotógrafo que faz uso de um enquadramento padrão para compor a cena oficial. Há uma nítida distinção social na cena portanto. Uma jovem se destaca entre eles. Não há qualquer menção no verso da fotografia quanto ao papel que ela ocupava na ocasião, mas a expressão do seu sorriso demonstra contentamento na ocasião. A frase "Praticar o tiro é aprender a defender a Pátria" dialoga com o nacionalismo vigente e o contexto internacional da Segunda Guerra Mundial.

"Defender a Pátria" era uma expressão comum no imaginário social em voga no período e repercutida com intensidade nas páginas do Diário dos Campos, em especial, nas edições que noticiavam as programações comemorativas no contexto de guerra. Uma delas contou com a presença expressiva de reservistas na data de 16 de dezembro de 1942.

Noticiada como um "espetáculo de civismo e de fé inquebrantável nos destinos do Brasil" (Diário dos Campos, 17 dez. 1942, p. 1), a comemoração do Dia do Reservista ocorreu nas dependências do quartel com a presença do "mundo oficial da cidade" e dos novos reservistas do Tiro de Guerra 21. Na composição da notícia a organização militar foi chamada Tiro de Guerra "Duque de Caxias" e tal fato simboliza o ideal de vincular a instrução militar ao patrono das tropas do Exército como exemplo de conduta aos reservistas e uso da memória coletiva. Cabe lembrar que em agosto do mesmo ano um monumento foi construído em homenagem ao "herói da pátria".

A cerimônia no quartel contou o rito do juramento a bandeira e teria causado "profunda impressão a todos os presentes", seguida de

> varios exercícios militares, com demonstração de tiros de morteiros e metralhadoras anti-aéreas. Terminados esses exercícios, atentamente acompanhados pelos presentes, os convidados especiais do Comando do Regimento foram encaminhados ao Casino dos Oficiais, onde lhes foi oferecido um 'cook-tail', ao mesmo tempo que aos reservistas era oferecido um 'lunch' no rancho do Quartel (Diário dos Campos, 17 dez. 1942, p. 1).

A presença do redator do jornal no evento, convidado pela "oficialidade do Regimento", lhe permite a observação de todo o cerimonial. Considerando toda a narrativa, pode-se aferir que o jornalista fez uma cobertura de imprensa no local; todavia sua identidade não é revelada na notícia. Os diferentes modos de comemorar o evento contando com refeições classificadas como '*cook-tail*' para uns e '*lunch*' para outros revelam marcas da estrutura hierárquica militar historicamente construída. A

visão literária de Barreto se aplica como metáfora “Os officiaes pareceram-me de um paiz e as praças de outro” (Barreto, 1917, p. 49). Os oficiais ocupavam uma dependência no quartel e os reservistas outra. Contudo, todos foram reunidos após a refeição no “rancho” para a sequência da solenidade pautada pelo discurso do advogado Mário Lima Santos[177], do representante do Tiro de Guerra, Honorato de Freitas e do capitão Edgard Alves Ribeiro Duarte. Segundo o redator da notícia, o capitão Ribeiro Duarte “foi bastante feliz em sua dissertação, tendo, durante a mesma, prestado significativa homenagem à memoria de Olavo Bilac, o pioneiro da pregação em favor da adoção, no paiz, do serviço militar obrigatório” (Diário dos Campos, 17 dez. 1942, p. 1).

A exemplaridade da notícia reflete a circulação do pensamento de Olavo Bilac no tecido social. No espaço militar sua difusão e aceitação se articula ao momento do conflito mundial do período. Não por acaso, no Dia do Reservista, o quartel e a “Junta de Alistamento, na Prefeitura Municipal” convocam os reservistas para apresentarem “seus certificados e cadernetas”. Para o redator, o número de jovens que atenderam esta ordem

> foi bastante elevado, excedendo à mais otimista expectativa. [...] aliás, o que se verificou ontem em nossa cidade, foi mais uma demonstração inequívoca da bôa vontade do brasileiro, nesta hora grave que atravessamos, e, ao mesmo tempo, uma reafirmação de seus elevados propósitos de envidar os maiores sacrifícios em defesa da Patria (Diário dos Campos, 17 dez. 1942, p. 1).

No imaginário do jornalista também os jovens reservistas estavam “ansiosos por cumprir o seu dever de soldado”, evidenciando um exercício de obediência que não se esgotava com as convocações administrativas de órgãos públicos e militares. O registro da participação dos jovens reservistas nos desfiles feito pela imprensa e pela fotografia testemunham a mobilização militar em várias frentes.

O Tiro de Guerra 21 foi continuamente citado de 1937 a 1945 como integrante dos desfiles em parceria como 13º RI, pois os oficiais que conduziam o grupo de reservistas eram sargentos e tenentes da ativa do Exército. Estes desfilavam geralmente após o efetivo do quartel. Nos primeiros cinco anos da década de 1940, o Tiro de Guerra 21 desfila entre o 13º RI e outras instituições. Em 1941, na solenidade

[177] Mario Lima Santos (1905-1972), em conjunto com outros intelectuais que atuavam no contexto político e educacional pontagrossense, integraram uma comissão para criar a primeira Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, como aponta a Tese de Doutorado de Almeida (2026). Os desdobramentos da atuação desta comissão oportunizou a criação no ano de 1969 da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

que antecipava o desfile “Ao centro da praça, formaram o 13º R. I., o Tiro de Guerra 21, o Ginasio Regente Feijó, a Escola de Professores, os operários de nossas varias industrias e outros estabelecimentos de ensino” (Diário dos Campos, 09 set. 1941, p. 1). Em 1942, obedecendo a “Ordem de marcha” publicada no jornal o Tiro de Guerra 21 e o Corpo de Bombeiros comandarão “olhar á esquerda” em continência ao “Altar da Patria”, e seguirão o destino (Diário dos Campos, 06 set. 1942, p. 1). Guardar esse modelo de altar não era “destino” dispensado aos reservistas e sim aos fuzileiros do quartel. A citação de um novo corpo militar no desfile, o Corpo de Bombeiros, é citada neste ano. Para o ano de 1943 se amplia a participação militar[178] com a presença da Polícia Militar desfilando após o Tiro da Guerra 21 e a frente do Corpo de Bombeiros. Além dessas instituições a imprensa[179] cita os reservistas do Exército como integrantes do desfile. Composição semelhante é programada para o ano de 1944. Independente da posição que ocupavam na solenidade cívica os jovens reservistas formavam um segmento social reconhecido na cidade por meio de sua indumentária e da posição que ocupavam como reservistas do Exército.

Às vésperas do término do Estado Novo a última participação do Tiro de Guerra 21 é reportada pela imprensa com o seguinte texto:

> Transcorreram brilhantemente as comemorações do Dia da Independência em P. Grossa. Às 9 horas da manhã realizou-se o imponente desfile do qual participaram o 13º R. I., o T. G. 21, o Corpo de Bombeiros, a Escola de Trabalhadores Rurais, o Partido Trabalhista Brasileiro. Grande massa popular se via na Av. Vicente Machado, onde a parada foi levada a efeito (Diário dos Campos, 09 set. 1945, p. 6).

Esse recorte da notícia merece destaque pelo valor de memória que carrega em relação à “massa popular” que, sem a possibilidade de o saber, veria pela última vez os jovens reservistas do Tiro de Guerra 21 desfilando pelas ruas do centro urbano na Semana da Pátria.

Ao contrário da visão de Silveira (1999), o Tiro de Guerra 21 não foi dissolvido em 1938 e sim em 1946 durante a vigência dos primeiros meses do novo regime de governo que substituiria o estado-novismo. Consultando os poucos vestígios sobre a

---

[178] Em 1943, o jornal informava que o Grupamento III contaria com ciclistas e motociclistas, 13º R. I., T. G. 21, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros (Diário dos Campos, 01 set. 1943, p. 6).

[179] Integraram a magestosa parada o 13º R. I., o T. G. 21, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Cruz Vermelha de P. Grossa, a Liga de Defesa Nacional, a Legião de Assistência, associações esportivas, Congregação Mariana, associações de classe, funcionarios publicos, funcionarios bancarios, funcionarios ferroviarios, reservistas do exército e estabelecimentos fabris (Diário dos Campos, 08 set. 1943, p. 1).

entidade, nenhuma justificativa foi encontrada para elucidar a razão do término das atividades do Tiro de Guerra 21.

Por meio de uma composição poética[180] Silveira (1999) representa o Tiro de Guerra 21 como uma legião de jovens fardados que frequentavam uma escola de civismo.

Tiro de Guerra 21

Com quinhentos e tantos legionários,
A fim de conseguir bom armamento,
(A farda e o instrumental são corolários),
Surge o Tiro 21, de asas ao vento...

Que entusiasmo empolgava a mocidade
Naquele tempo de civismo ingênuo!
Notava-se a maior pontualidade
Aos exercícios, num esforço estrênuo.

À noite, os exercícios se fazia,
Bem como, nos domingos e feriados,
Toda a hoste à caserna concorria.

Trinta anos funcionou com brilhantismo,
Ensinando a destreza e galhardia
Aos jovens – essa escola de civismo!
(Silveira, 1999, p. 190).

A métrica poética do autor instiga o imaginário e faz menção a alguns elementos que dialogam com o ideal de prestação de serviço dos reservistas à pátria nos moldes defendidos pelo regime autoritário. O uso das expressões “farda”, “pontualidade”, “esforço”, “destreza” e “civismo” refletem questões de disciplina e ordem no processo de treinamento dos jovens reservistas. Obediência ao comando militar não era demonstração restrita a exibição nos rituais cívicos, pois estavam cotidianamente sendo exibidas na sede e nos arredores da entidade. Silveira (1999) faz uso da memória social e compõe com estrofes e rimas um dos poucos registros vinculados à existência da entidade sob o comando do 13º RI. O emprego da expressão “de asas ao vento”, pode simbolizar o desejo do autor de atribuir aos jovens o sentido de agir sem amarras, sem apego e com coragem para se auto-expressarem no contexto social.

Quanto aos festejos cívicos, como delineado nesta pesquisa, os jovens reservistas eram presença obrigatória e citados em todas as programações até setembro de 1945. O evento cívico desta data não representou apenas a última

[180] Presente na obra Epopéia ponta-grossense escrita por Silveira, 1999, p. 190.

participação do Tiro da Guerra 21. Representou o último desfile cívico-militar no espaço regional *no apagar das luzes* do Estado Novo. Incontáveis desfiles na Semana da Pátria no território brasileiro também ocorreram pela última vez no marco temporal final do Estado Novo e retornaram em 1946 sob a égide do novo governo.

O general Eurico Gaspar Dutra aliado ao general Góis Monteiro e a outros membros da alta cúpula militar das Forças Armadas atuam para a deposição[181] de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945.

A nomeação do partido político na notícia regional como integrante do rito cívico sinalizava o retorno das composições partidárias. Processo em curso na esfera nacional naquele ano devido ao conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais que vinham se constituindo na sociedade brasileira e fragilizando gradativamente o regime desde o ano de 1943. Fico (2025) aborda vários fatos relacionados a esta conjuntura e destaca:

> Iniciativas civis também vinham fragilizando, havia algum tempo, pouco a pouco, o Estado Novo. Em outubro de 1943, políticos mineiros fizeram um manifesto em favor da democracia que foi organizadamente distribuído em todo o país e teve expressiva repercussão. Pedro Aleixo, posteriormente, diria que 'não podíamos prever que ele constituiria acontecimento marcante de nossa época e que seu lançamento tivesse tão intensa repercussão'. O texto conclamava os mineiros a se unirem "a fim de que, pela federação e pela democracia, possam todos os brasileiros viver em liberdade uma vida digna, respeitados e estimados pelos povos irmãos da América Latina e de todo o mundo" (Fico, 2025, p. 221).

A deposição de Getúlio Vargas entrou para o rol de acontecimentos marcantes na história política brasileira. Alçado ao cargo para chefiar o Governo Provisório em 1930 e, posteriormente eleito indiretamente por uma Assembleia Nacional Constituinte em 1934, Getúlio Vargas permanece como presidente-ditador após o golpe de 1937 e é removido do processo de centralização do poder em 1945 pelos militares que o entronizou no poder.

O general Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1946 porque foi eleito por meio do processo eleitoral que contou com a participação popular em 2 de dezembro do ano anterior. Até a consolidação do processo eleitoral, Góis Monteiro, na posição de general, informa à população brasileira através de discurso que José Linhares "**em nome das Forças Armadas** e

[181] Sobre este tema ver Fico (2025).

com o consenso do povo" (Fico, 2025, p. 234, grifo próprio) assumia a presidência da República.

Esse intrincado cenário da história da política brasileira revela que de 1930 a 1945 Getúlio Vargas é alçado e deposto do cargo de presidente da República sob o *olhar* vigilante dos militares.

Fico (2025) lança dois questionamentos que convidam a refletir e analisar a deposição de Getúlio Vargas para além destas páginas: Como as ditaduras morrem? Pode se falar em golpe de estado quando se trata da deposição de um ditador? (Fico, 2025, p. 218). Implícito nessas questões a caracterização do regime como ditatorial e a estratégia do golpe sobre o golpe. Um novo "Programa Militar" entrou *em cena*, visto que para um novo regime a presidência da República foi ocupada por um general eleito através da votação popular.

5 CONCLUSÃO

O sentido e o significado da participação da sociedade brasileira nos rituais cívicos criados no Estado Novo pode ser encontrado na complexa performance revelada através dos gestos. Se por um lado a imprensa representa e adensa o discurso cívico estado-novista relatando os gestos do público, de outro as imagens fotográficas permitem *olhar* a linguagem corporal sob nova e desafiadora fronteira interpretativa. A contribuição de Connerton (1999) foi singular para essa tarefa.

Os desfilantes no recorte temporal aqui exposto, majoritariamente formados por jovens estudantes, soldados ou reservistas, estavam sob observação permanente de vários segmentos sociais que os assistiam e tinham o esforço físico da marcha celebrado por meio de palmas. Há que se considerar o autocontrole físico e emocional desses jovens diante do *olhar* do outro. Todo aquele que já experienciou o acontecimento do desfile como desfilante tem *alguma proximidade* com os sentimentos que um rito dessa magnitude desencadeia.

Tanto os participantes quanto o público que compareceram aos desfiles participaram de uma festa cívica e por meio dela experienciaram um conjunto ritualístico. A pesquisa aqui exposta recupera diversos indícios documentais que sustentam essa afirmação.

Do início ao fim a festa é uma celebração na qual todos aspiram ser “o Amigo da Humanidade”, como pensou Ozouf (1986) e tem no seu curso a ancoragem de uma utopia da felicidade na qual toda a gama da diversidade humana e a realidade econômica e social hipoteticamente é rechaçada. Um universo paralelo submerge no modelo de festividade cívica composto por multidões em uma comunidade organizada nacionalmente. Nela o indivíduo ascende ao *status* de cidadão dentro da festa e é afetado por uma “experiência mística” na interpretação de Ozouf (1986). A festividade cívica *desconcerta* a razão. Apregoa um ideal de paz, de consenso, de harmonia e de alegria celebrativa e pretensamente de sucesso coletivo. Se admitisse o dissenso de visões acerca da ideia de Pátria ainda seria uma festa?

A pesquisadora ao relatar seu *diálogo secreto* na Introdução deste texto aponta questões partindo da visualização do *consenso* de uma massa urbana aparentemente comprimida no calçamento lateral de uma avenida esperando o desfile passar. Incontáveis esperaram e, considerando o tempo presente, outros ainda esperam e esperarão o acontecimento ser descortinado diante dos seus olhos. Acontecimento

este performatizado com intencionalidade e afetado pela política, pela linguagem, pela estética, pelos valores morais, pela propaganda, pela psicologia e mais precisamente pela cultura, pois todos que comparecem a ele não se desvestem das marcas da sua cultura.

Pergunta Ozouf (1986): ”Será que já não precisamos de festas?” Se uma pergunta similar, (imaginariamente é claro) fosse endereçada aos dirigentes autoritários do Estado Novo, provavelmente a resposta seria: Sim, precisamos de festas! O regime se auto intitulava o fundador do Estado Nacional, o fundador da nação e precisava das festas para comemorar a si mesmo como propõe Parada (2009) e a legitimação social que almejava. O respaldo dos meios de comunicação sob controle e censura foi primordial para tanto. Esse fato não era exclusivo no Brasil. Estados nacionais de tendência autoritária no período também submeteram os meios de comunicação à vigilância e ao controle, para propagandear a imagem do “chefe da nação”, afetar a opinião pública e estender sobre ela as amarras da dominação política, econômica, jurídica, militar, educacional e cultural.

Sob a tutela do Estado Novo, a imprensa noticiou a realização dos desfiles e outras solenidades em incontáveis espaços regionais. Através dos seus vestígios, pode-se aferir que as festas cívicas representavam uma grande mobilização de massas urbanas em todo o país para as quais o apelo ao patriotismo e ao civismo foi recorrente e intensificado. A criação e a ação do Departamento de Imprensa e Propaganda contribuíram para tanto. Vestígios desse aparato de governo estado-novista têm sido objeto de estudos nas Ciências Humanas e Sociais. Também a ação do Ministério da Educação e Saúde tem merecido semelhante atenção. Ambos apoiados por outras instâncias governamentais que gerenciavam as coordenadas das festividades cívicas de setembro em todo o território nacional.

Para “condignamente comemorar” a Semana da Pátria era necessário planejar suas etapas roteirizando ritos e tornando-os notícia pelos meios de comunicação para conhecimento público do tempo cívico que se anunciava. Por meio do emprego da organização e disciplina os grupamentos que participaram das solenidades em praças públicas e que depois desfilavam nas ruas e avenidas dos centros urbanos eram controlados e comandados nesses logradouros pelos militares com apoio dos profissionais da educação.

“Condignamente comemorar” a Semana da Pátria reproduzia os ritos da capital da República e, por isso, conclui-se que as manifestações patrióticas e nacionalistas

no contexto regional analisado indicam acentuado grau de heteronomia em relação ao centro, se assim não o fosse, a criação do "Altar da Pátria", do Dia da Juventude e da "Hora da Independência" não teriam ocorrido da forma como foram constituídos na região. As representações e discursos da imprensa local atestam ao leitor que a cidade correspondia aos eventos realizados no centro político do país. Logo, "condignamente comemorar" a festa cívica na cidade representava festejar *junto* a capital da República, uma só bandeira e esta era a representação máxima aceita pelo regime em cada região do país. Uma só bandeira, uma só língua, um único regime político e uma única nação idealizavam os dirigentes da Ditadura do Estado Novo. Separados espacialmente os ponta-grossenses comemoravam em uníssono com a capital da República, conforme ficou registrado no *corpus* documental e o faziam de acordo com as condições da sua realidade social, política e educacional alinhados às festividades engendradas pelo regime estado-novista.

Fossem formuladas nas dependências do DIP ou nas redações dos jornais de grandes centros urbanos ou em cidades de menor porte como Ponta Grossa na época, as programações comemorativas repercutidas pela imprensa configuraram um gênero textual específico afetado pela política, pela linguagem e pela cultura. Neste sentido, as contribuições dos autores que tratam desses campos apontados na pesquisa foram fundamentais para compreender a dinâmica da relação do centro com a periferia e vice-versa.

A comemoração cívica retratada como notícia nas páginas do jornal Diário dos Campos, de 1937 a 1945, para além do seu uso mercadológico e de consumo pelo leitor expôs a ele um texto subliminar: o redator tecia um texto, uma interpretação que lhe era possível sobre a cidade e sobre o país. Durante a jornada da investigação, a pesquisadora retomou algumas vezes a obra de Darnton (1986) como auxílio para refletir e pensar historicamente acerca da importância do registro do acontecimento. Nem o burguês francês nem o jornalista brasileiro se desvestiram da sua cultura e da sua própria humanidade ao *olhar* a cidade, o país e o mundo. Ambos observaram um conjunto ritualístico e o registraram de formas distintas. A contribuição de ambos recuperada como fontes documentais é inquestionável para esta pesquisa. Se somam a ela a captação da imagem pelo fotógrafo.

Cada imagem plasma uma memória e comporta uma complexidade de interpretações postas a quem busca historizá-la. Ciente de que o uso da fotografia exige racionalidade para ser interpretada e apresentada como imagem/documento, a

pesquisadora selecionou fotografias para a investigação que dialogassem com cada desdobramento da temática principal e, assim, experienciou o exercício de curadora de imagens. Esse exercício, deveras sensível e de percepção significativa, exigiu pensar que cada imagem plasmou uma experiência humana em espaços urbanos e integraram o acontecimento através do enquadramento do fotógrafo. Tal como o fotógrafo, a pesquisadora fez escolhas. O registro fotográfico revela o caráter intertextual das imagens e as inserem numa perspectiva analítica mais ampla: as imagens são retratos de uma nação. Todas são reapresentadas e, dessa forma, um novo valor de uso é atribuído a elas: o valor de uma intenção historiográfica. Compôs-se uma mediação no ato da transcrição do visual para o textual e, considera-se que elas são portadoras de um discurso que sempre clamará por *vez e voz*. Portanto, as imagens selecionadas contemplam uma narrativa de vida em sociedade e ainda que a materialidade de cada uma indique o modo de produção visual da sua época, as práticas culturais que retratam dialogam com a atualidade.

A seleção de fotografias que retratam formações estudantis e militares nos centros urbanos em eventos cívicos, bem como a presença de palanque no centro urbano, a inauguração de monumentos com a presença de público e autoridades constituídas, a visitação de políticos em comitiva para visitação de obras públicas e a posição daqueles que permitem a captação de seus gestos através da composição da fotografia também são construídas e encontradas no tempo presente. Os desfiles cívico-militares ainda são registrados por meio da captação de imagens e gestados anualmente sob novas balizas, as quais são compostas com alguma similaridade com os desfiles dos marcos temporais estudados. Quer-se afirmar que os desfiles da atualidade trazem na sua composição heranças da Semana da Pátria idealizadas de outrora.

Atualmente, na região, representantes militares após o contato de profissionais da Secretaria Municipal de Educação encontram-se com antecedência aproximada de três meses em uma reunião para tratar em conjunto da programação do desfile de 7 de Setembro. Um tema para o desfile é pré-definido por estas instituições para ser exposto por meio de uma faixa no palanque no dia do evento e a montagem deste fica sob a responsabilidade da instituição militar. Na reunião comparecem representantes de cada uma das instituições de caráter militar que atuam na região pertencentes às esferas federais, estaduais e municipais. Participam deste encontro outros representantes das secretarias do governo municipal como a Secretaria de

Assistência Social, a Secretaria de Obras e Serviços Públicos e o grupo de profissionais responsável pelo cerimonial de eventos que ocorrem sob a chancela da prefeitura municipal. Semanas antes do dia do desfile cívico-militar, um edital é lançado no *site* da prefeitura municipal para tornar público o chamamento das instituições interessadas em participar. Geralmente, poucas instituições se inscrevem, sendo algumas instituições educacionais do setor público e privado e entidades artísticas e culturais. Uma audiência pública é agendada para contar com representantes destas entidades, pois um sorteio define a ordem de participação de cada uma na programação do evento. Na manhã do dia 7 de Setembro o início do desfile se dá com a chegada, em carro militar, dos representantes do poder executivo e da chefia militar da mais alta patente presente na cidade. Ambos fazem a chamada "revista das tropas" e hasteiam em companhia do(a) secretário(a) de Educação as bandeiras que representam o país, o estado e o município. Um coral formado por alunos do Ensino Fundamental I canta o hino nacional e o hino da Independência acompanhados pela Banda Lyra dos Campos, tradicional banda da cidade criada em 1952. A seguir, os desfilantes percorrem uma extensão da avenida Balduíno Taques e avenida Vicente Machado com dispersão na rua Benjamin Constant. Durante a passagem de todo o corpo militar, a Banda Militar do 13º Batalhão de Infantaria Blindada toca próximo ao palanque oficial e ao término se retira, marcando o término da exibição militar. A presença dos militares no acontecimento é formalizada através de autorização do Comando da 5ª Região Militar do Exército com sede na capital do Paraná. Após a passagem do corpo militar, um novo desfile no mesmo acontecimento prossegue com a passagem das secretarias de governo, instituições de ensino e entidades inscritas marcando a participação civil. O palanque destinado às autoridades militares e civis é montado no mesmo espaço que ocupava quando dos desfiles dos marcos temporais descritos. O mesmo trajeto é mantido, mas o logradouro público de concentração não mais é a praça Barão do Rio Branco e sim as ruas laterais que permitem acesso às avenidas para o desfile. Desse modo, o encontro dos desfilantes deixou de ser coletivo na praça e passou a obedecer o *croqui* do desfile previamente disponibilizado em *site* específico para consulta prévia das instituições participantes. Os grupos militares e civis formam grupos e aguardam formados nas ruas de acesso até receberem autorização para desfilarem pelos representantes do Exército e da Secretaria Municipal de Educação. Ao público é destinado o mesmo

espaço delimitado nos anos finais da década de 1930: o calçamento lateral das avenidas demarcado por cordões ou grades de isolamento.

A data do calendário, a participação de militares e civis na composição da programação, os ritos iniciais, as principais avenidas do centro urbano, a posição do palanque, a demarcação do espaço para o público, a criação e divulgação do croqui são elementos que se mantiveram no curso do tempo. Ainda que esses elementos se mantenham na contemporaneidade o sentido e o significado dos desfiles cívico-militares demandam uma nova, instigante e desafiadora investigação. As conclusões acerca da festa cívica apresentadas aqui não são definitivas. São parciais porque representam o alcance de um modelo metodologicamente desenvolvido para interpretar as fontes documentais e estas, ainda que apontem poucos indícios que a festa cívica na região não era um consenso absoluto da opinião pública, caracteriza um convite para pesquisas futuras.

Em 2026, completam-se noventa e seis anos da deflagração da Revolução de 1930. Quiçá esta pesquisa possa oportunizar a lembrança de que as Forças Armadas tiveram um papel influente na composição da sociedade brasileira. Pensar a história do país é também pensar a história militar considerando a estreita relação que este aparato de Estado manteve (e ainda mantém) com os regimes políticos instituídos. Seja por meio de golpes, revoluções, institucionalização de ditaduras ou por meio de regimes democráticos liberais em suas mais variadas vertentes, a instituição militar está presente no Estado. A Ditadura do Estado Novo e a Ditadura Militar instaurada em 1964 contaram com a participação das Forças Armadas, as quais não atuaram como defensoras das instituições democráticas e do Estado Democrático de Direito, pois colaboraram para sua desestabilização.

Especificamente no período analisado, as táticas desenvolvidas pela instituição militar regional no tempo cívico chamaram a atenção da pesquisadora. Gozando de um certo nível de autonomia, a instituição militar mantinha laços de sociabilidade com os meios de comunicação, com o poder executivo municipal e estadual e interagia com outros segmentos da sociedade ponta-grossense. A presença da banda militar nas instituições de ensino, a submissão dessas instituições à tutela das chefias militares nos eventos cívicos, a participação efetiva do corpo de oficiais nas solenidades do ínicio ao fim das programações, incluindo o acesso à radiodifusão, fortalecem a representatividade institucional militar na região.

As festas cívicas não foram a única instância de gerência militar; contudo, foram estratégicas para o elo dos militares com a sociedade e a política, o que fortaleceu seu alcance de influência e visibilidade social.

Os breves apontamentos acerca da história militar regional representam o esforço de uma pesquisa histórica singular. Toda pesquisa historiográfica o é. Há fontes documentais regionais pouco exploradas, como a curadoria de imagens aqui apresentada e pouquíssimas fontes sobre o Tiro de Guerra 21. Sabe-se que a ausência de fontes documentais é um fato com o qual o(a) historiador(a) precisa lidar e o qual cumpre compreender.

O volume de produções acadêmicas disponíveis sobre o Estado Novo. comparado a outros regimes e marcos temporais específicos da história política brasileira, despertou e ainda desperta interesse por incontáveis motivos, pois dialoga com questões políticas, jurídicas, econômicas, sociais, culturais e educacionais da atualidade. Seus desdobramentos ainda persistem. A composição dos desfiles cívico-militares que ano a ano são planejados e realizados em cidades e capitais brasileiras compõe uma exemplaridade dos desdobramentos da temporalidade cívica criada no Estado Novo. Adicionam-se a esse viés interpretativo os usos do passado e a tradição do desfile na contemporaneidade por incontáveis regimes políticos. Cada desfile cívico-militar em âmbito nacional ou transnacional, quando observado atentamente, pode gerar questionamentos profícuos e compreensões distintas acerca da ideia de civismo, patriotismo, de democracia e de liberdade experienciada por uma nação. Portanto, o que os desfiles cívico-militares nacionais e transnacionais comunicam merecem atenção, questionamento, racionalidade e reflexão crítica.

A composição deste texto dissertativo, portanto, evidencia uma zona de concentração cronológica e temática sobre as festividades cívicas regionais e sua interface com as nacionais. Cronológica porque privilegiou os marcos temporais do Estado Novo e temática porque construiu como objeto as festividades cívicas de setembro criadas com intencionalidade pelo regime. Buscou-se traçar rotas de confluência do tema com os acontecimentos que perpassaram experiências coletivas da nação. Ao realizar esta instigante e desafiadora pesquisa, a autora da mesma encontra respostas para o seu *diálogo secreto,* não realiza um inventário completo, tampouco teria tal pretensão, mas acredita que sua abordagem se insere em um processo amplo de questionamentos possíveis que podem desencadear a construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. A. O presente das democracias, breves apontamentos. *In:* ABREU, L. A.; TAUCHEN, J. **Histórias e Memórias dos fascismos numa época de crise**. Porto Alegre: Editora Universitária PUCRS, 2024, p. 13-37.

ACKER, C. H. **Serviço Militar e nacionalidade: os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul, o Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

AGUIAR JÚNIOR, J. de A. F. **Festas, hinos e marchas**: constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí (1935-1945). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

AIRES, J. L. Q. **Inventando tradições, construindo memórias:** a "Revolução de 30" na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

AIRES, J. L. Q. Um feriado para comemorar: a memória em forma de calendário. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300638799_ARQUIVO_UMFERIADOPARACOMEMORAR.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Receitas regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. **Anais do XVIII Encontro de História**. ANPUH, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/durval.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

ALMEIDA, I. F. de. **A comissão de criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências, Letras de Ponta Grossa:** interseções entre sociabilidade, educação e política. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, A. de. Política e Cultura. Diário dos Campos, Ponta Grossa, n. 10.887, p. 1 , 07 set. 1941.

ANDRADE, J. A.; ABREU, D. M. Aliança Nacional Libertadora. *In*: MOURELLE, T. C.; LAGO, M. C.; FRAGA, A. B. (org.) **Dicionário do Governo Vargas:** da Revolução de 1930 ao suicídio. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 130-135.

ARARIPE, T. de A. Fé patriótica. Diário dos Campos, Ponta Grossa, n. 10.888, p. 1, 09 set. 1941.

ARQUITETURA da destruição. Direção e produção: Peter Cohen. Narração: Bruno Ganz. Suécia, 1989. Vídeo (1h58min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Beq6RbF0gr4. Acesso em: jan. 2024 e jan. 2026.

BALBINO, G. S.; BALDIN, M. A. Igreja Católica. *In*: MOURELLE, T. C.; LAGO, M. C.; FRAGA, A. B. (org.) **Dicionário do Governo Vargas:** da Revolução de 1930 ao suicídio. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 61-65.

BALD, M.; MACHADO, N. T. G. A história regional através do acervo fotográfico do Tiro de Guerra 239, Santa Clara do Sul, RS. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lageado, n. 2, 2009.

BARLACH, B. **Guerra Civil Americana**. [Entrevista cedida a] Lívia Lemos. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 11 nov. 2023. Disponível em: https://fflch.usp.br/138881. Acesso em: 10 nov. 2025.

BARRETO, L. **Recordações do escrivão Isaias Caminha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editores A. de Azevedo e Costa, 1917, pdf. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4808. Acesso em: 26 abr. 2026.

BARROS, O. de. A economia brasileira. *In*: MOURELLE, T. C.; LAGO, M. C.; FRAGA, A. B. (org.) **Dicionário do Governo Vargas:** da Revolução de 1930 ao suicídio. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 171-177.

BITTENCOURT, C. As "tradições nacionais" e o ritual das festas cívicas. *In*: PINSKY, J. (org.). **O ensino de História e a criação do fato**. Ed. rev. e atual. São Paulo: Contexto, 2009. p. 53-92.

BITTENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho**: o ensino de História nas Escolas Paulistas (1917-1939). São Paulo: Loyola, 1990.

BOMENY, H. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BOMENY, H. Verbete Juventude Brasileira. *In*: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-brasileira-1. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Diário Oficial da União, seção 1. Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 09 fev. 2025.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 10 de novembro de 1937. Diário Oficial da União, seção 1. Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Diário Oficial da União, seção 1. Rio de Janeiro, 19 set. 1946. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 08 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, seção 1. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em 20 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939**. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1. Rio de Janeiro, 29 dez. 1939 .Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 10.358 de 31 de agosto de 1942**. Declara o estado de guerra em todo o território nacional. Diário Oficial da União, seção 1. Rio de Janeiro, 1 set. 1942. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10358-31-agosto-1942-467907-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 19.488, de 15 de dezembro de 1930**. Declara os dias de festa nacional. Diário Oficial da União, seção 1. Rio de Janeiro, 18 dez. 1930. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19488-15-dezembro-1930-508040-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.072 de 8 de março de 1940**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Diário Oficial da União, seção 1. Rio de Janeiro, 11 mar. 1940. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 20.033 de 25 de maio de 1931**. Cria o Departamento Oficial de Publicidade. Diário Oficial da União, seção 1. Rio de Janeiro, 28 maio de 1931. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20033-25-maio-1931-517651-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 24.215 de 9 de maio de 1934**. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. Diário Oficial da União, seção 1. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1934. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html. Acesso em: 24 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 24.651 de 10 de julho de 1934**. Cria, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Diário Oficial da União, seção 1. Rio de Janeiro, 14 jul. 1934. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24651-10-julho-1934-503207-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.024, de 6 de fevereiro de 1941**. Considera data de celebração pública o dia 13 de fevereiro de 1941, centenário de nascimento de Manuel Ferraz de Campos Sales. Diário Oficial da União, seção 1. Rio de Janeiro, 06 fev. 1941. Disponível em: https://www.2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei3024-6-fevereiro-1941-413274-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 08 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Diário Oficial da União, seção 1. Rio de Janeiro, 10 abr. 1940. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União. Brasília, 7 ago. 2006. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-normaatualizada-pl.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.093 de 12 de setembro de 1995**. Dispõe sobre feriados. Diário Oficial da União, Brasília, 12 set. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9093.htm. Acesso em: 12 out. 2025.

BUCHOLDZ, A. P. **Diário dos Campos**: memórias de um jornal centenário. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

BURKE, P. **A escrita da História**: novas perspectivas. 7. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, P. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

CALENDÁRIO da Revolução Francesa, **Brasil Escola**. Disponível em: brasilescola.uol.com.br/historiag/calendario-revolucao-francesa.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.

CANÇADO, A. Paixão e honra: criminalidade passional em Ponta Grossa na década de 30. *In*: DITZEL, C. de H. M.; Sahr, C. L. L. **Espaço e cultura:** Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, UEPG, 2001, p. 193-208.

CANTO do pajé. Interpretação: Orquestra Indígena. Compositor: Heitor Villa-Lobos. Campo Grande, 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MlOfFT4C78I&list=PLF9VuXNGQ-wozgmjtYAq2q1ccoqNCpeFX. Acesso em: 10 abr. 2026.

CAPELATO, M. H. R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009.

CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CELLARD, A**.** A análise documental. *In*: **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012.

CERRI, L. F. **Non ducor, duco - A Ideologia da Paulistanidade e a Escola**. Dissertação (Mestrado em Educação), UNICAMP, Campinas 1996.

CERTEAU, M. A operação historiográfica. *In*: **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022, p. 45-111.

CHAMMA, G. V. F. **Os Campos Gerais**: uma outra história, Santa Maria: Pallotti, 2007.

CHAMMA, G. V. F. **Ponta Grossa**: o povo, a cidade e o poder**.** Ponta Grossa, UEPG, 1988.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHARTIER, R. O mundo como representação. São Paulo: **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, 1991.

CHAVES, N. B. A "cidade civilizada": cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. *In:* DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura:** Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, UEPG, 2001, p. 65-76.

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada:** discursos e representações sociais no jornal "Diário dos Campos". Curitiba: Aos quatro ventos, 2001.

CHAVES, N. B. **Coluna fragmentos**: histórias de Ponta Grossa nas páginas do Jornal da Manhã. Cachoeirinha: Fi, 2023. Disponível em: https://www.editorafi.org/ebook/a039-coluna-fragmentos. Acesso em: 10 jun. 2025.

COLÉGIO REGENTE FEIJÓ, Relatórios do mês de julho de 1940, Ponta Grossa, 1940. Centro de Memória do Colégio Regente Feijó.

COLÉGIO REGENTE FEIJÓ, Relatórios do mês de setembro de 1941, Ponta Grossa, 1941. Centro de Memória do Colégio Regente Feijó.

COLÉGIO REGENTE FEIJÓ, Relatórios dos meses de setembro e outubro de 1944, Ponta Grossa, 1944. Centro de Memória do Colégio Regente Feijó.

COLÉGIO SANTANA. **Nossa História**. Disponível em: https://www.santanapg.com.br/site/nossa-historia/. Acesso em: 20 dez. 2025.

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. 2. ed. Oeiras: Celta Editora, 1999.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, O trafego durante a parada de Sete de Setembro, n. 15.291, p. 5, 06 set. 1944. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/089842/per089842_1944_15291.pdf. Acesso em: 08 nov. 2025.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, Semana da Patria, n. 15.290, p. 5, 05 set. 1944. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/089842/per089842_1944_15290.pdf. Acesso em:

DARNTON, R. Um burguês organiza seu mundo: a cidade como texto. Tradução: Sonia Coutinho. *In* **O grande massacre de gatos, e outros episódios da História Cultural Francesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 141-188.

DÁVILA, J. **Diploma de Brancura:** política social e racial no Brasil, 1917-1945. Tradução: Claudia Sant" Ana Marins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DÁVILA, J. Eugenia e educação no Brasil do século XX: entrevista com Jerry Dávila. [Entrevista cedida a] CARVALHO, L. D. da; CORRÊA, I. N. da C. v. 23, 2026, **Portal de periódicos da FioCruz**. Rio de Janeiro, 2016, p. 227-233. Disponível em: https://periodicos.fiocruz.br/pt-br/node/42109. Acesso em: 20 jun. 2026.

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, Getúlio Vargas: o presidente-soldado demandou Ponta Grossa, n. 10.872, p. 10, 23 out. 1930. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/800074/per800074_1930_10872.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, Governo do Estado, n. 10.855, p. 1, 06 out. 1930. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/800074/per800074_1930_10855.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, O alto ideal da confraternização da familia brasileira: a junta governativa do Rio de Janeiro e o Dr. Getúlio Vargas, n. 10.877, p. 4, 28 out. 1930. Disponîvel em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/800074/per800074_1930_10877.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, O encerramento da Semana da Osorio, n. 12.998, p. 8, 25 maio 1938. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/800074/per800074_1938_12998.pdf. Acesso em: 25 maio 2026.

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, Tomou posse o novo interventor, n. 11.077, p. 1, 30 jan. 1932. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/800074/per800074_1932_11077.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, Viva a Revolução! Diário da Tarde e a sua nova direcção, n. 10.855, p. 1, 06 out. 1930. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/800074/per800074_1930_10855.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, 7 de setembro, n. 10.887, p. 1, 07 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, "Semana da Pátria": aviso, n. 12.695, p. 1, 06 set. 1945.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, "Vejo em P. Grossa o mesmo povo e o mesmo inflamado civismo": a nossa cidade recebeu a honrosa visita do Presidente Getúlio Vargas em meio das mais grandiosas manifestações de simpatia o Chefe da Nação partiu ontem mesmo para Monte Alegre, n. 11.979, p. 1, 26 jan. 1944.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A “Hora da Independencia”: o discurso do Presidente da Republica será retransmitido para todo o Brasil, n. 11.764, p. 1, 07 set. 1943.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A “Parada da Juventude” no Rio de Janeiro: Um imponente espetaculo de rara beleza cívica, n. 11.177, p. 1, 06 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A “parada da Vitória”, em P. Alegre, n. 12.695, p. 1, 07 set. 1945.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A “Semana da Patria” prossegue com brilho inexcedível: o que será o “Dia da Juventude Brasileira”, n. 10.884, p. 1, 04 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A “Semana da Patria” prossegue com brilho inexcedível, n. 10.884, p. 6, 04 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A comemoração do 7 de Setembro na Sociedade, n. 10.889, p. 2, 10 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A comovente cerimonia de ontem no Cemiterio Municipal, n. 11.176, p. 1, 05 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A grande missa campal de hoje pelo restabelecimento do Presidente Getúlio Vargas, n. 11.172, v. 1, 01 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A grande parada de 7 de setembro no Rio de Janeiro, n. 10.590, p. 6, 05 set. 1940.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A grande parada de hoje no Rio, n. 12.695, p. 1, 07 set. 1945.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A prova Rustica do Dia 7 de Setembro, n. 9.208, p. 5, 29 ago. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A questão do fechamento do commercio: opportuno decreto do Sr. Prefeito Municipal, n. 9.122, p. 1. 06 maio 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, A Semana da Pátria, n. 12.693, p. 6, 04 set. 1945.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Anunciada oficialmente a visita do Presidente Vargas ao Paraná, n. 11.977, p. 1, 23 jan. 1944.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, As comemorações da “Semana da Patria”: o programa de hoje e de amanhã, n. 11.175, p. 6, 04 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, As comemorações de 7 de Setembro em Ponta Grossa, n. 12.695, p. 6, 09 set. 1945.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, As comemorações do “Dia da Juventude” em nossa cidade, n. 10.589, p. 1, 04 set. 1940.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, As comemorações do Dia da Independência em Ponta Grossa, n. 12.695, p. 1, 07 set. 1945.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, As comemorações do Dia da Patria em Ponta Grossa, n. 9.212, p. 4, 05 set. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, As commemorações do Dia da Patria, n. 9.212, p. 1, 05 set. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, As grandiosas festividades patrioticas do dia 7 de setembro realizar-se-ão a tarde, n. 11.176, p. 4, 05 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Aviso, n. 9.056, p. 6, 06 fev. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Brilhantissimos os festejos do Dia da Patria em P. Grossa, n. 11.765, p. 1, 08 set. 1943.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Centro Operario Civico e Beneficente, n. 10.884, p. 6, 04 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Clube Thalia, n. 6.188, p. 1, 09 set. 1933.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Comemorações da “Semana da Pátria”: apelo ao comércio e a indústria, n. 12.693, p. 1, 04 set. 1945.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Como foi commemorado o Dia da patria em Ponta Grossa, n. 8.029, p. 1, 08 set. 1936.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Corrida rustica “Independencia”, n. 9.010, p. 1, 02 set. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Decretada a intervenção federal nos Estados, n. 9.263, p. 1, 25 nov. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Dia da Juventude Brasileira: convite ao povo, n. 11.762, p. 1, 04 set. 1943.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Dia da Juventude, n. 11.176, p. 1, 05 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Ecos, n. 10.891, p. 1, 12 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Estupenda manifestação de fé e confiança nos destinos do Brasil, n. 11.174, p. 1, 03 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Fechamento do comercio a 7 de setembro, n. 10.591, p. 3, 05 set. 1940.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Fechamento do comercio a 7 de setembro: edital, n. 10.592, p. 4, 06 set. 1940.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Hoje é o “Dia da Patria”, n. 10.887, p. 6, 07 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Hoje é o Dia da Juventude Brasileira: as monumentais comemorações que entre nós serão levadas a efeito, n. 10.885, p. 1, 05 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Impressão de Sua Excia., n. 11.978, p. 1, 25 jan. 1944.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Inauguração do monumento a Caxias: o Ministro da Guerra dirige-se ao governo da cidade, em patriótica mensagem, n. 11.167, p. 1, 25 ago. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O “Dia da Patria” em Rebouças, n. 11.176, p. 4, 05 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O “Dia do Reservista”: espetáculo de civismo e de fé inquebrantável nos destinos do Brasil, n. 11.559, p. 1, 17 dez. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O 19 de novembro em Entre Rios, n. 9.263, p. 2, 24 nov. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O 7 de setembro assinalará um acontecimento sem precedente na história: como se desenvolverão as festividades que marcarão o Dia Magno da Patria, n. 11.177, p. 1, 06 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O 7 de Setembro, n. 6.516, p. 1, 07 set. 1934.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O Brasil sob novo regime: foi promulgada hontem pelo presidente da Republica e por todo o Ministerio e nova Carta Magna do paiz, n. 9.250, p. 1, 11 nov. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O carnaval de Ponta Grossa, este anno, vae ser o melhor do Estado, n. 6.043, p. 4, 12 fev. 1933.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O coração pontagrossense vibrou no culto imperecível a maior data nacional, n. 10.880, p. 1, 10 set. 1940.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O Dia da Bandeira será condignamente commemorado em Ponta Grossa, s.n., p. 1, 17 nov. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O Dia da Juventude Brasileira em Ponta Grossa teve brilhante transcurso, n. 10.886, p. 1, 06 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O Dia da Juventude Brasileira em Ponta Grossa, n. 10.886, p. 6, 06 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O dia da Juventude em Rio Azul, n. 10.889, p. 1, 10 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O Dia da Juventude no Rio, n. 10.887, p. 1, 07 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O Dia da Patria será comemorado amanhã, n. 10.292, p. 4, 06 set. 1939.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O Dia do Soldado: as provas atheticas hontem realisadas no 13º RI, n. 9.202, p. 4, 22 ago. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O discurso do presidente Getulio Vargas, n. 11.765, p. 1, 08 set. 1943.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O inicio oficial das grandes comemorações da “Semana da Pátria”: o que foi, ontem, o “Dia da Juventude”, n. 10.590, p. 1, 05 set. 1940.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O ministro e o padre, n. 9.206, p. 1, 27 ago.1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O programa das comemorações da “Semana da Patria em Ponta Grossa”, n. 11.759, p. 1, 01 set. 1943.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O programa das comemorações do Dia da Raça, n.11.762, p. 1, 04 set. 1943.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O programa das comemorações..., n. 11.759, p. 6, 01 set. 1943.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O programa de comemorações da Semana da Patria em P. Grossa, n. 11.759, p. 1, 01 set. 1943.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O programma das commemorações do Dia da Pátria em Ponta Grossa, n. 9.212, p. 1, 04 set. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, O vibrante discurso do Presidente Getúlio Vargas, dirigido a Juventude Brasileira, n. 11.173, p. 1, 02 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Os brilhantes festejos do Dia da Patria, n. 10.294, p. 5, 09 set. 1939.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, p. 1, Toda nossa exaltação patriotica glorificando o Altar da Patria: foram majestosos os festejos de 7 de Setembro em nossa cidade, n. 10.888, p. 1, 09 set. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Parte hoje de Monte Alegre para Foz do Iguassú o presidente Getúlio Vargas: em companhia do Chefe do Governo viajarão o Interventor Manuel Ribas e o general Heitor Borges, n. 11.980, p. 1, 27 jan. 1944.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Ponta Grossa contará com um dos maiores quarteis do sul do Brasil, n. 9.212, p. 1, 05 set. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Ponta Grossa e o restabelecimento do Presidente Vargas, n. 11.171, p. 1, 30 ago. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Ponta Grossa numa demonstração eloquente do insubjugavel espirito brasileiro, n. 11.178, p. 1, 09 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Ponta Grossa numa demonstração..., n. 11.178, p. 4, 09 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Ponta Grossa rendeu seu tributo de carinho ao precaro Presidente dr. Getúlio Vargas, n. 11.173, p. 1, 02 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Ponta Grossa vai marchar pelo Brasil! Serão grandiosas e brilhantissimas as comemorações da Semana da Pátria, este ano na Capital Cívica do Paraná, n. 11.760, p. 1, 02 set. 1943.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Decreto n. 30 de 31 de abril de 1937, n. 9.222, p. 4, 06 maio 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Programa de commemorações de hoje, nesta cidade, n. 9.212, p. 1, 07 set. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Programa de commemorações de hoje, nesta cidade, n. 9.212, p. 2, 07 set. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Quando os bárbaros malditos ameaçam o Brasil: a significação que tem na hora presente o festival que amanhã terá lugar no Clube Guaíra, n. 11.175, p. 1, 04 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Semana da Patria e da Juventude, n. 11.173, p. 1, 02 set. 1942.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Semana da Patria, n. 11.758, p. 1, 31 ago. 1943.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Semana da Patria, n. 12.695, p. 3, 06 set. 1945.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Será condignamente comemorada a Semana da Pátria, n. 12.142, p. 1, 01 set. 1944.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Será estendida aos estados a ação do Departamento de Imprensa e Propaganda, n. 10.591, p. 1, 06 set. 1940.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Transcorreram brilhantissimos no Rio os festejos comemorativos do "Dia da Juventude", n. 10.590, p. 1, 05 set. 1940.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Uma apreciação da personalidade do Sr. Getúlio Vargas, n. 9.250, p. 3, 11 nov. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Vae ser condignamente commemorada em Ponta Grossa a "Semana da Pátria", n. 10.880, p. 1, 30 ago. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Vae ser condignamente commemorado em Curytiba o Dia da Pátria, n.9.211, p. 3, 03 set. 1937.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Vai ser condignamente comemorado em Ponta Grossa a "Semana da Patria", n. 10.880, p. 1, 30 ago. 1941.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, Vejo em P. Grossa o mesmo povo..., n. 11.979, p. 6, 26 jan. 1944.

DITZEL, C. de H. M. **Manifestações autoritárias**: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DOSSE, F. **Renascimento do Acontecimento**. São Paulo: UNESP, 2013.

DRESCH, G. A. **O Censo Demográfico de 1940 e a institucionalização da Estatística Populacional no Brasil:** um estudo de pensamento social. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

FERNANDES, J. C. **Das colinas do Pitangui...** Ponta Grossa: Editora Gráfica Planeta, 2003.

FICO, C. Militares, revolução e ditadura. *In*: **Utopia autoritária brasileira**: como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025, p. 159-236.

FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, Crianças cariocas promovem missa campal pelo restabelecimento do Chefe da Nação, n. 5.669, p. 3, 02 set. 1942.

FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, Discurso do Minstro da Justiça, n. 4.206, p. 3, 28 nov. 1937.

FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, Foi hontem solennemente festejado na capital da República o “Dia da Bandeira”, n. 4.206, p. 1, 28 nov. 1937.

FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, Iniciando as comemorações da “Semana da Pátria” realizou-se ontem, nesta capital, a “Parada da Juventude”, n. 6.280, p. 5, 06 set. 1944.

FONTES, L. C. S. **Bicentenário de Ponta Grossa e Jaguariaíva**. Curitiba: FECOMÉRCIO, PR, 2023.

FOUCAULT, M. **Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRAGA, A. B. As publicações da Divisão de Divulgação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o projeto editorial do Estado Novo. **Acervo,** Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, set.- dez. 2024.

FRAGA, A. B. **Heróis da Pátria**: Política Cultural e História do Brasil no Governo Vargas. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

FRAGA, A. B. Os departamentos de propaganda e censura. In: MOURELLE, T. C.; LAGO, M. C.; FRAGA, A. B. (org.) **Dicionário do Governo Vargas**: da Revolução de 1930 ao suicídio. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 153-158.

FRAGA, A. B.; LAGO, M. C. As apropriações dos símbolos nacionais pelo Governo Vargas e pelas pessoas comuns (1930-1945). **Sillogés**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, 2021. Disponível em: https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/91. Acesso em: 20 maio 2025.

FRESU, G., Quadro histórico geral: premissas, desenvolvimento e dinâmicas do fascismo. *In*: **Nas trincheiras do ocidente**: lições sobre fascismo e antifascismo. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017.

FRIZANCO, O; SOARES JÚNIOR, W.; MAYER, R.A. **História do 13º Batalhão de Infantaria Blindado Batalhão Tristão de Alencar Araripe**. Ponta Grossa: AORPG, 2009.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Hora do Brasil**. Disponível em: https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/hora-do-brasil. Acesso em: 25 jul. 2025.

GIESBRECHT, D. F. de; MATOS, P. F. de. A apropriação do discurso médico-antropológico pelo Poder Legislativo Brasileiro: a eugenia como utopia regeneradora na Constituinte de 1934. **Poiésis**,Tubarão, v. 16, n. 29.

GOMES, A. de C. **A Invenção do Trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 211-23.

GOMES, A. de C. O redescobrimento do Brasil. *In*: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. de C. **Estado Novo**: Ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

GOULART, S. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo, São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRANATO, N. C.; OLIVEIRA, R. C. de. O sucesso da Interventoria de Manoel Ribas no Paraná frente à instabilidade da política no período pós-Revolução de 1930. **Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 6, n. 2, 2020.

GUARINELO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. *In*: ISTVÁN, J.; KANTOR, I. **Festa**: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 969-975.

HISTORIADORES negros criticam legado heróico de Duque de Caxias. **Agência Brasil**, Brasília, 25 ago. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/historiadores-negros-criticam-legado-heroico-de-duque-de-caxias. Acesso em: 18 jun. 2026.

HOBSBAWM, E. **A invenção das tradições**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLOWATE, I. **A eugenia nas páginas do jornal *Diário dos Campos***: Ponta Grossa (PR) 1908-1916. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IMAGENS do Estado Novo. Direção: Eduardo Escorel. Produção: Cláudio Kahns, Rio de Janeiro, 2015. Vídeo (3h47min). Disponível em: https://curtaenem.org.br/series/imagens-do-estado-novo-1937-45. Acesso em: 08 ago. 2025.

INGLEZ, E. F. Dias de folia: o carnaval ponta-grossense (1930-1945). *In*: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2001, p. 273-293.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Resumo da Lei**. Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html. Acesso em: 15 maio 2026.

KARVAT, E. C. Um Sentido para a História: Almir Andrade e uma leitura-estadonovista – da história. **Anais do XXI Simpósio de História de História**, ANPUH, São Paulo, 2001.

KLABIN, **Nossa essência**. Disponível em: https://klabin.com.br/nossa-essencia/sobre-a-klabin. Acesso em: 16 mar. 2026.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2. ed., 2001.

LENHARO, A. Estado Novo, Estado Velho: novas dimensões historiográficas. Universidade de São Paulo, **Anais do Museu Paulista: História e cultura material**, Portal da Universidade de São Paulo, 1987.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LIPPMANN, W. O mundo exterior e as imagens em nossas mentes. *In*: **Opinião Pública**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 21-42.

LOPES, A. E. M. O centenário da Independência do Brasil nas páginas do *Almanaque Pelotas* (1922-1923). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, set.- dez. 2022.

LUPORINI, T. J. **De escola normal a Instituto de Educação**: a trajetória de uma escola. Ponta Grossa: Imprensa Universitária - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1994.

MAIA, D. L. Em torno de Francisco Campos: ideias autoritárias, Estado nacional e democracia substancial. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, n. 2, 2025.

MALIN. M. Verbete Francisco Campos. *In*: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC [1987]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20Francisco.pdf . Acesso em 28 ago. 2025.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou como o discurso jornalístico constrói memória). *In*: ORLANDI, E. P. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 3. ed., 2003, p. 31-42.

MARQUES, R. P. O Judiciário e a repressão política (1934-1937) *In*: MOURELLE, T. C.; LAGO, M. C.; FRAGA, A. B. (org.) **Dicionário do Governo Vargas**: da Revolução de 1930 ao suicídio. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 130-135.

MARTINS, E. C. R. O enigma do passado: construção social da memória histórica. Universidade de Brasília, Portal de Periódicos da UnB, **Textos de História**, Brasília, vol. 5, n. 1/2, 2007.

MARTINS, L. M. **O primeiro ginásio no interior do Paraná**: o Regente Feijó e a educação secundária em Ponta Grossa – PR (1933-1945). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

MAUAD, A. M. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 14, jan.- jun. 2016.

MCCANN, F. A. **A Nação Armada**: ensaios sobre a História do Exército Brasileiro. Tradução: Silvio Rolim. Recife: Editora Guararapes, 1982.

MELO, S. M. B. **A construção da memória cívica**: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930-1945). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MEMORIAL da democracia. **Getúlio anuncia pelo rádio: agora é Estado Novo**. [201-]. Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br./card/getulio-anuncia-pelo-radio-agora-e-estado-novo. Acesso em: 21 maio 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Silvio Caldas - Trecho de "A Menina presidência"**. [201-]. Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/ajax_audio_extra_item/1357. Acesso em: 16 mar. 2026.

MENESES, U. T de. História e imagem. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R**. Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsivier Editora, 2012.

MIKAELLI, A. Rádio Clube Pontagrossense. *In:* MIKAELLI, **A. História do Rádio AM de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Sesquicentenário, 2006**,** p. 19-46.

MONASTIRSKY, L. B. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. *In*: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, UEPG, 2001, p. 37-51.

MORAES, F. Q.; LOPES, R. H. A guerra Civil de 1932. *In*: MOURELLE, T. C.; LAGO, M. C.; FRAGA, A. B. (org.) **Dicionário do Governo Vargas**: da Revolução de 1930 ao suicídio. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 38-43.

MOURA, A. V. Integralismo. *In*: MOURELLE, T. C.; LAGO, M. C.; FRAGA, A. B. (org.) **Dicionário do Governo Vargas**: da Revolução de 1930 ao suicídio. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 125-129.

MOURELLE, T. C. **A democracia ameaçada**: a câmara dos deputados confronta Getúlio Vargas (1934-35). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023.

MUSEU CAMPOS GERAIS, Centro de Documentação Digital. Acervo Histórico Hugo Reis. Disponível em: https://memoriasdigitais.museu.uepg.br/. Acesso em: 30 out. 2023.

NAHES, S. **Revista Fon Fon**: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Arte & Ciência, 2007. Disponível em: https://www.unimar.br/biblioteca/publicacoes/ftp/miolo_Fon_Fon.pdf. Acesso em: 20 dez. 2025.

NAPOLITANO, M. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2022.

NEGWER, M. A Era Vargas. *In*: NEGWER, M. **Villa-Lobos:** o florescimento da música brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 185-238.

NINHOS, C. "Com luvas de veludo": a estratégia cultural alemã em Portugal (1933-1945). **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 35, 2012, p. 103-118.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do programa de Estudos Pós-graduados de História**. São Paulo, 1993. Disponível em: www.revistas.pucsp.br/index. Acesso em: 25 out. 2025.

NUNES, J. P. A. As organizações de juventude do Estado Novo (1934-1949). **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 17, 1995.

OLIVEIRA, L. L. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 172-189.

OLIVEIRA, L. L. O pensamento de Almir de Andrade. *In*: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. de C. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, R. C. de. **A construção do Paraná moderno**: políticos e política do governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. **Estudos da Lingua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, 2005.

OZOUF, M. Introduction. *In*: OZOUF, M. **La fête révolutionnaire (1789-1799)**. Paris: Éditions Gallimard, 1976, p. 137-166.

PANDOLFI, D. Os anos 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

PARADA, M. A ordem da memória: a imprensa e o imaginário político do Estado Novo. *In*: RIBEIRO, A. P, G.; FERREIRA, L. M. **A mídia e memória**: a produção de sentidos de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-56.

PARADA, M. **Educando corpos e criando a nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

PIMENTEL, I. F. A Mocidade Portuguesa Feminina nos dez primeiros anos de vida (1937-47). Universidade Nova de Lisboa. **Penélope**, Lisboa, 1998, p. 161-187.

PINTO, E. A. **A população de Ponta Grossa a partir do Registro Civil – 1889-1920**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980.
PONTA GROSSA, **Localização da cidade**. Disponível em: https://www.pontagrossa.pr.gov.br/localizacao-da-cidade/. Acesso em: 05 dez. 2025.

PONTES, F. S.; GADINI, S.L. Combates e planejamentos em uma cidade objetivada: Ponta Grossa (PR) como notícia no *Diário dos Campos* – 1910-1923. Ponta Grossa: UEPG. **Publicatio**, 2011.

RÁDIO CLUBE PONTAGROSSENSE. **Álbum comemorativo Rádio Clube Pontagrossense 1940**. Ponta Grossa, 1960. Disponível em: https://paulodafigaro.blogspot.com/2014/05/um-album-da-prj2-radio-clube.html. Acesso em: 10 fev. 2026.

RÉMOND, R. Do político. *In*: RÉMOND, R. **Por uma História Política**, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL. J. Microanálise e construção social. *In:* REVEL, J. **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 15-38.

RIBEIRO, G. D. **A Professora da Nação**: as festas cívicas e as escolas da Paraíba. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ROSENFIELD, L; COELHO, A. O. B. O pensamento autoritário brasileiro. *In*: MOURELLE, T. C.; LAGO, M. C.; FRAGA, A. B. (org.) **Dicionário do Governo Vargas**: da Revolução de 1930 ao suicídio. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 136-141.

RUTH, N. A. **A Praça Marechal Floriano Peixoto**: espaço de construção e preservação da memória de Ponta Grossa. Curitiba: Editora CRV, 2023.

RYAN, M. A Parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. *In*: HUNT, L. **A Nova História Cultural**. 2. ed**.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SACCHELLI, M. J. Homens probos, homens bons: a instauração da justiça em Ponta Grossa. *In*: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2001, p. 167-191.

SAHR, C. L. L. Estrutura interna e dinâmica social da cidade de Ponta Grossa. DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2001, p. 13-36.

SCHEMES, C. **Festas cívicas e esportivas**: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955). Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2022.

SCHEMES, C. O controle social e as festas cívicas no Brasil de Getúlio Vargas (1937 – 1945) e na Argentina de Juan Domingo Perón (1946-1955). **Dimensões**, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, v. 30, 2013, p. 335-361.

SCHILDER, C. F. **Transformações urbanas e construção simbólica da praça Barão do Rio Branco, em Ponta Grossa – PR**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, D. G. Educação e patriotismo no Brasil em tempos de guerra. *In*: MOURELLE, T. C.; LAGO, M. C.; FRAGA, A. B. (org.) **Dicionário do Governo Vargas**: da Revolução de 1930 ao suicídio. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 212-217.

SILVA, E. A. Energia elétrica em Ponta Grossa. *In*: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2001, p. 91-107.

SILVA, E. A.; PEREIRA, M. A. M. Balanço aos 20: a Revista de História Regional no campo historiográfico brasileiro. **Revista História Regional**, UEPG, 2016. Disponível em: https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhu. Acesso em: 05 nov. 2025.

SILVA, V. C. **Ó Pátria amada, idolatrada, salve! Salve**! Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVEIRA, R. R. **Epopéia Ponta-grossense**: sonetos históricos, Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 1999.

SOUZA, M. P. **"Nossa Pátria, nossa bandeira, nosso chefe**": as comemorações cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo (1937-1945). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Santos, Santos, 2013.

SOUZA, S. C. M. O 7 de Setembro na dramaturgia brasileira oitocentista: disputas de sentido e de interpretação em torno da Independência. *In*: ABREU, A. A. *et al.* **A Independência e o Brasil independente**. Porto Alegre: Editora Universitária da PUC-RS, 2022, p. 167-190.

STEIN, C. A. **"Por Deus e pelo Brasil**": a Juventude Brasileira em Curitiba (1938-1945) – Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SUBTIL, M. J. 2024. Instituto de Educação Prof. Cesar Prieto Martinez (1924-1996): caminhos e descaminhos de uma escola de formação de professores. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 19, 2024, p. 1-17. Disponível em: https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.23518.059. Acesso em: 04 abr. 2026.

VAZ, A. C. **A escola em tempos de festa**: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

VEIGA, C. G. República e educação no Brasil (1889-1971). *In*: **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007, p. 237-315.

VEJA imagens de como ficou colégio destruído em Paranaguá. **Band Paraná**, 05 abr. 2026. Disponível em: https://www.band.com.br/band-parana/noticias/veja-imagens-de-como-ficou-colegio-destruido-em-paranagua-202604051635. Acesso em: 06 abr. 2026.

VELLOSO, M. P. Uma configuração do Campo Intelectual. *In*: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. de C. **Estado Novo**: Ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 71-108.

VERCORAL. **Especial 130 anos de Heitor Villa-Lobo:** invocação em defesa da Pátria. Blog Vercoral, 05 mar. 2017. Disponível em: https://vercoral.blogspot.com/2017/03/especial-130-anos-de-heitor-vila-lobos.htm. Acesso em: 24 abr. 2026.

WACHOWICZ, R. C. O progresso do Estado. *In*: WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010a, p. 247-272.

WACHOWICZ, R. C. Oeste paranaense. *In*: WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010b, p. 273-291.

WEBER, M. J. Eugenia, pensamento social e discursos identitários no Brasil: entre "heróis capengas", "urupês de pau podre" e "manchas loiras". **Revista História Regional**. Ponta Grossa, v. 19, 2024. Disponível em: https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr. Acesso: 30 nov. 2025.

WEBER, M. J. MATOS, P. F. de. Melhorar a espécie humana desde a infância: eugenia e higiene mental no Brasil e em Portugal (primeira metade do século XX). **Zero-a- Seis.** Florianópolis, v. 25, n. 47, jan. - jun., 2023.

ZULIAN, R. W. A victoriosa Rainha dos Campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, 2007. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/pt_BR/article/view/2060. Acesso em: 09 jun. 2026.

APÊNDICE A – PROGRAMAÇÃO DO "DIA DA PÁTRIA" NO DIÁRIO DOS CAMPOS (1937 – 1945)

QUADRO 3 – Programação do "Dia da Pátria" – 1937

Local	Hora	Evento	Instituição
Praça Marechal Floriano Peixoto	6h	Alvorada com a Banda de Música do 13º RI	Banda de Música
Quartel 13º RI	8h	Hasteamento da bandeira e leitura do boletim militar sobre a data	13º RI
Quartel 13º RI	8h30	Premiação das provas Dia do Soldado	13º RI
Praça João Pessoa	9h30	Deslocamento do 13ª RI	13º RI
Praça João Pessoa	10h	Concentração e hasteamento da bandeira, hinos pátrios cantados por escolares	13º RI, Tiro de Guerra 21, reservistas e instituições de ensino
Rua XV de Novembro	11h	Desfile cívico-militar	13º RI, Tiro de Guerra 21, reservistas e instituições de ensino
Praça Marechal Floriano Peixoto	18h30	Retreta da Banda do 13º RI	Banda de Música do 13º RI

Fonte: Diário dos Campos, 04 set. 1937. Dados compilados pela autora.

QUADRO 4 – Programação do "Dia da Pátria" - 1939

Local	Hora	Evento	Instituição
Quartel 13º RI	8h	Hasteamento da bandeira	13º RI
Praça Barão do Rio Branco	9h15	Concentração para o desfile	13º RI, Tiro de Guerra 21 e instituições de ensino
Praça Barão do Rio Branco	10h	Hasteamento da bandeira, hinos pátrios cantados por escolares	13º RI, Tiro de Guerra 21 e instituições de ensino
Avenida Vicente Machado	11h	Desfile cívico-militar	13º RI, Tiro de Guerra 21 e instituições de ensino

Fonte: Diário dos Campos, 06 set. 1939. Dados compilados pela autora.

QUADRO 5 – Programação do “Dia da Pátria” - 1940

Local	Hora	Evento	Instituição
Quartel 13º RI	8h	Hasteamento da bandeira	13º RI
Quartel 13º RI	8h10	Deslocamento do 13º RI	13º RI
Praça Barão do Rio Branco	9h15	Concentração para o desfile	13º RI, Tiro de Guerra 21 e instituições de ensino
Praça Barão do Rio Branco	10h	Hasteamento da bandeira e canto do Hino Nacional	13º RI, Tiro de Guerra 21 e instituições de ensino
Avenida Vicente Machado	11h	Desfile cívico-militar	13º RI, Tiro de Guerra 21 e instituições de ensino
Rua Júlia Wanderley	20h	Homenagens a Getúlio Vargas e a Manoel Ribas	Círculo Operário Pontagrossense

Fonte: Diário dos Campos, 06 set. 1940. Dados compilados pela autora.

QUADRO 6 – Programação do “Dia da Pátria” - 1941

Local	Hora	Evento	Instituição
Quartel 13º RI	8h30	Hasteamento da bandeira	13º RI
Avenida Vicente Machado	9 h	Revista às tropas pelo comandante do 13º RI e prefeito municipal	13º RI, Tiro de Guerra 21 e Corpo de Bombeiros
Praça Barão do Rio Branco	Sem hora definida	Desfile perante o “Altar da Pátria”	13º RI, Tiro de Guerra 21 e Corpo de Bombeiros
Praça Barão do Rio Branco	14h	Hasteamento da bandeira e canto do Hino Nacional	Instituições militares de ensino
Praça Barão do Rio Branco	Sem hora definida	Desfile perante o “Altar da Pátria”	Instituições de ensino

Fonte: Diário dos Campos, 07 set. e 09 set. 1941. Dados compilados pela autora.

QUADRO 7 – Programação do “Dia da Pátria” - 1942

Local	Hora	Evento	Instituição
Praça Barão do Rio Branco	8h	Guarda do “Altar da Pátria”	13º RI
Praça Barão do Rio Branco	8h15	Hasteamento da bandeira	Colégio Regente Feijó Banda do 13º RI
Praça Barão do Rio Branco	15h	Concentração do desfile	13º RI, Tiro de Guerra, Corpo de Bombeiros, instituições de ensino
Praça Barão do Rio Branco	16h	“Hora da Independência” composta por salva de tiros de morteiros, repicar de sinos pelas igrejas, apitos de fábricas e locomotivas de trens, revoada de pombos, canto do Hino da Independência	Fábrica de Fogos Santo Antônio, instituições religiosas, fábricas, Estação Ferroviária, Banda do 13º RI, instituições militares, instituições de ensino e entidades trabalhistas
Avenida Barão do Rio Branco	16h20	Revista às tropas pelo comandante do 13º RI e prefeito municipal	13º RI, Tiro de Guerra 21, Corpo de Bombeiros
Praça Barão do Rio Branco	16h30	Desfile cívico-militar perante o “Altar da Pátria”	13º RI, Tiro de Guerra 21, Corpo de Bombeiros, instituições de ensino e entidades trabalhistas
Praça Barão do Rio Branco	17h30	Cerimônia de arriamento a bandeira	13º RI
Rádio Clube Pontagrossense	20h30	Cerimônia de encerramento da Semana da Pátria	Banda do 13º Ri, Escola de Música, discurso de representantes militares do 13º RI e do jornalista José Hoffmann

Fonte: Diário dos Campos, 05, 06 e 09 set. 1942. Dados compilados pela autora.

QUADRO 8 – Programação do “Dia da Pátria” - 1943

Local	Hora	Evento	Instituição
Praça Barão do Rio Branco	8h	Guarda do “Altar da Pátria”, hasteamento da bandeira e canto do Hino Nacional	13º RI e Banda de Música
Praça Barão do Rio Branco	8h15	Leitura do boletim militar	13º RI
Praça Barão do Rio Branco	8h50	Missa campal junto ao “Altar da Pátria”	Diocese de Ponta Grossa
Logradouros do centro urbano	15h	Concentração cívica	Militares, instituições de ensino, entidades trabalhistas e associações

Avenida Vicente Machado	15h30	Desfile cívico-militar	Militares, instituições de ensino, entidades trabalhistas e associações
Praça Barão do Rio Branco	16h	"Hora da Independência", revoada de pombos, repicar de sinos pelas igrejas, apitos de fábricas e locomotivas de trens	Banda de Música, instituições militares, escolares e religiosas, trabalhadores das fábricas e da ferrovia, entidades trabalhistas e associações
Praça Barão do Rio Branco	16h10	Revista às tropas pelo comandante do 13º RI e prefeito municipal	13º RI, Tiro de Guerra 21, Corpo de Bombeiros
Praça Barão do Rio Branco	16h20	Desfile cívico-militar perante o "Altar da Pátria"	Militares, escolares e religiosas, trabalhadores das fábricas e da ferrovia, entidades trabalhistas e associações.
Praça Barão do Rio Branco	18h	Cerimônia de arriamento a bandeira	13º RI
Rádio Clube Pontagrossense	20h	Sessão Cívica	Representante militar do 13º RI e da Liga de Defesa Nacional

Fonte: Diário dos Campos, 01 set e 08 set. 1943. Dados compilados pela autora.

QUADRO 9 – Programação do "Dia da Pátria" - 1944

Local	Hora	Evento	Instituição
Praça Barão do Rio Branco	6h	Alvorada pela banda de tambores	13º RI
Praça Barão do Rio Branco	8h	Guarda do "Altar da Pátria", hasteamento da bandeira e canto do hino nacional	13º RI e Banda de Música, Tiro de Guerra 21, Corpo de Bombeiros, representantes civis, militares, eclesiásticos e do ensino secundário e superior.
Praça Barão do Rio Branco	8h50	Revista as tropas pelo comandante da ID 5ª e do prefeito municipal	13º RI, Tiro de Guerra 21, Corpo de Bombeiros
Avenida Vicente Machado	9h	Desfile militar	13º RI, Tiro de Guerra 21, Corpo de Bombeiros
Praça Barão do Rio Branco	16h	"Hora da Independência": audição do discurso de Getúlio Vargas seguida de canto do Hino da Independência, revoada de pombos e canto do hino nacional pelo Colégio Regente Feijó	Banda de Música do 13º RI, instituições de ensino, entidades esportivas, entidades trabalhistas

Avenida Vicente Machado	17h	Desfile cívico	Instituições de ensino, entidades esportivas, trabalhistas e o povo
Praça Barão do Rio Branco	18h	Arriamento da bandeira	Comandante do 13º RI
Rádio Clube Pontagrossense	18h30	Sessão Cívica	Comandante ID 5ª

Fonte: Diário dos Campos, 01 set. 1944. Dados compilados pela autora.

QUADRO 10 – Programação do "Dia da Pátria" - 1945

Local	Hora	Evento	Instituição
Praça Barão do Rio Branco	6h	Alvorada pela banda de tambores junto ao "Altar da Pátria"	13º RI
Praça Barão do Rio Branco	8h	Concentração dos destacamento militares	13º RI, Tiro de Guerra 21, Corpo de Bombeiros
Praça Barão do Rio Branco	8h30	Hasteamento da Bandeira e canto do Hino Nacional	13º RI, Tiro de Guerra 21, Corpo de Bombeiros, representantes civis, militares, eclesiásticos e escolares, entidades esportivas e trabalhistas e associações
Praça Barão do Rio Branco	8h50	Revista as tropas pelo comandante da ID 5ª e do prefeito municipal	13º RI, Tiro de Guerra 21, Corpo de Bombeiros
Avenida Vicente Machado	10h	Desfile cívico-militar	13º RI, Tiro de Guerra 21, Corpo de Bombeiros, instituições de ensino
Praça Barão do Rio Branco	16h	Hora da Independência: audição do discurso de Getúlio Vargas seguida de canto de Hino da Independência pelas alunas da Escola de Professores	Autoridades civis, instituições militares, instituições de ensino, entidades esportivas e trabalhistas e associações
Praça Barão do Rio Branco	18h	Arriamento da bandeira pelo comandante	Comandante ID 5ª Autoridades civis, instituições militares, instituições de ensino, entidades esportivas e trabalhistas e associações

Fonte: Diário dos Campos, 07 e 09 set. 1945. Dados compilados pela autora.